



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA
ÁREA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DISCURSO: SUJEITO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA

JOÃO PAULO MARTINS DE ALMEIDA

Democracia fraturada: discursividades fascistas no Brasil contemporâneo

Maceió

2023

JOÃO PAULO MARTINS DE ALMEIDA

Democracia fraturada: discursividades fascistas no Brasil contemporâneo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Linguística.

Orientadora: Prof. Dra. M^a Virgínia Borges Amaral

Maceió

2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A447d Almeida, João Paulo Martins de.
Democracia fraturada : discursividades fascistas no Brasil contemporâneo / João Paulo Martins de Almeida. – 2023.
247 f. : il.

Orientadora: Maria Virgínia Borges Amaral.
Tese (doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2023.

Bibliografia. f. 228-247.

1. Análise do discurso. 2. Discurso político. 3. Fascismo - Discurso. 4. Neopentecostalismo. 5. Materialidade digital. 6. Memes. I. Título.

CDU: 81'322.5:329.18

*Ao cuspe de Jean Wyllys
que primeiro acertou a fria face
de um fascista
dedico como saudosa lembrança
esta
TESE**

* Paráfrase-homenagem ao ato de Jean Wyllys, mas também à genial dedicatória de “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis.

AGRADECIMENTOS

Agradecer: palavra cuja raiz contém “gratus”, do latim, que significa ser acolhido.

A pessoa a quem mais devo agradecer, porque é quem mais me acolhe, chama-se Fábio Conti. Ele não é apenas um marido; ele é um equilíbrio, um porto de serenidade à minha agitação, às minhas inquietudes e ao meu profundo senso de desespero ante tantas injustiças humanas e sociais que vivenciamos, especialmente nos últimos quatro anos. Agradeço por acolher aquele garoto de 20 anos de idade e, agora, transformá-lo em doutor aos 37. Certamente, chegar até aqui não seria possível sem você.

Agradeço à dona Judit, mulher guerreira, mulher complexa, mulher-mãe, *mulher* – exemplo da primeira cuidadora, modelo primeiro, da infância à fase adulta, pois difusora de tantos sentidos de democracia, de justiça, de ética, de compromisso com os estudos e com o agir-refletir sobre o mundo.

Agradeço à minha orientadora, professora Maria Virgínia Borges Amaral, quem me acolheu desde o mestrado, sem me conhecer, mas permitindo-se orientar este pesquisador incipiente e levando-me a espaços acadêmicos e filosóficos a que antes não pude chegar.

Agradeço a todas e todos que compõem minha banca: ao meu amigo Samuel, um jovem doutor, companheiro de Instituto Federal do Ceará, cujas trocas são sempre significativas; ao professor Helson, sempre tão disponível, calmo, reflexivo e naturalmente acolhedor; ao professor Sóstenes, pela fina ironia e brava pena, que escreve e descreve o discurso neoliberal tão bem, em aulas e em escritos; à professora Silmara, que aceitou, novamente (e prontamente!), estar na minha jornada de crescimento acadêmico; e à professora Mônica Zoppi-Fontana, quem sempre tive como referência na Análise do Discurso e quem me ofereceu um incrível substrato a ser trabalhado na tese: o artigo “Argu(meme)ntando”. Foi a faísca, dele saído, que estruturou este trabalho, desde sempre inclinada ao discurso neofascista digital, mas cujo objeto até então estava disperso, como se à espera de que eu me deparasse com esta produção.

Falo de agradecer em seu sentido etimológico, o de acolher. Secularmente, o Brasil não acolhe muito bem suas filhas e seus filhos. No entanto, isso piorou muito na quadra histórica em que essa pesquisa foi produzida. Por isso, finalizo esta seção de agradecimentos dedicando um especial à Dilma Vana Rousseff, uma mulher que enfrentou neofascistas e oportunistas com firmeza inigualável. Sem o acontecimento discursivo da primeira Presidenta da República, esta tese muito provavelmente não existiria. Agradeço-lhe, Dilma, por ser exemplo de coragem e dignidade dos que acreditam na democracia.

Existe sob a sociedade – insistamos nesse ponto – e existirá até o dia em que for dissipada a ignorância, a grande caverna do mal.

Essa cavidade abaixo de todas, e de todas inimiga, é a raiva sem exceção. Nessa cavidade não há filósofos. [...] Esse subsolo tem como finalidade o desabamento de tudo.

De tudo. Inclusive dos subsolos superiores, execrados. No seu roer infame, ela não mina apenas a ordem social atual, mina a filosofia, mina a ciência, mina o direito, mina o pensamento humano, mina a civilização, mina a revolução, mina o progresso. [...] É composta de trevas e quer o caos. A sua abóboda é a ignorância.

Condensem em poucas palavras uma parte do que acabamos de escrever. O único perigo social é a Sombra.

Victor Hugo [1862] / (2020)

RESUMO

Esta pesquisa se dedicou à análise do discurso fascista brasileiro, particularmente tomando como escopo seu formato digital e o gênero discursivo *meme*. Para a investigação do objeto de tese, utilizam-se os aparatos teóricos e analíticos oferecidos pela Teoria da Análise do Discurso filiada a Michel Pêcheux (1990, 2012, 2014, 2015), colaboradoras (AMARAL, 2007, 2013; ORLANDI, 1987, 1993, 1996, 2001, 2020; ZOPPI-FONTANA, 2014, 2018) e colaboradores (COURTINE, 2003, 2006, 2016; PIOVEZANI, 2020). Traça-se como objetivo geral de pesquisa o exame do neofascismo como forma de representação do discurso político brasileiro, analisando-se, para isso, as condições de produção que permitem sua emergência, cuja epítome foi a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência. A linha investigativa da tese indica que o discurso religioso, apropriado por neofascistas que mobilizam efeitos de sentidos produzidos e veiculados em uma sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997), é importante alicerce do discurso fascista no espaço virtual. Este ideário extremista e fascista é, por fim, analisado como sendo uma “novilíngua”, à moda de Orwell (2009), com características próprias em sua sintaxe e, principalmente, em sua semântica e no engendramento de efeitos de sentido que se inscrevem na questão política do Brasil hodierno. Conclui-se que a sociedade brasileira, na segunda década do século XXI, passa por um processo discursivo de intensas transformações na seara política que impedem o pleno desenvolvimento democrático, sempre ameaçado. Tal processo ocorre, também, nas novas formas de comunicação que se constituem como materialidades discursivas digitais, a exemplo do *meme*, que surge como veículo para a crítica social e política, para o lúdico, mas também como fonte para a disseminação de ideologias da extrema direita e do fascismo brasileiros.

Palavras-chave: Análise do discurso. Discurso político. Discurso fascista. Neopentecostalismo. Materialidade digital. Meme.

ABSTRACT

This research focused on the Brazilian fascist discourse, particularly in its digital format, having the discursive genre *meme* as its scope. In order to investigate the object of such thesis, it is used the theoretical and analytical apparatus provided by the Theory of Discourse Analysis, affiliated with Michel Pêcheux (1990, 2012, 2014, 2015) and collaborators (AMARAL, 2007, 2013; ORLANDI, 1987, 1993, 1996, 2001, 2020; ZOPPI-FONTANA, 2014, 2018; COURTINE, 2003, 2006, 2016; PIOVEZANI, 2020). The general objective of this research is to examine contemporary neo-fascism as a form of representation of Brazilian political discourse. For that matter, it is analyzed the conditions of production that allow the emergence of neofascist discourse in Brazil, whose epitome was consolidated by the rise of Jair Bolsonaro to the presidency. The line of investigation in the thesis indicates that religious discourse, appropriated by neo-fascists who mobilize meaning effects that are produced and broadcast in a society of the spectacle (DEBORD, 1997), is an important foundation for fascist discourse in virtual spaces. Finally, it is analyzed that such extremist and fascist ideology is viewed as a form of “newspeak”, in the manner Orwell (2009) conceived it, showcasing its own characteristics in its syntax and, mainly, in its semantics, engendering meaning effects that are inscribed in the current political issue in Brazil. It is concluded that, nowadays, especially in the second decade of the 21st century, Brazilian society is going through a discursive process of intense transformations in the political field which hinder the full development of democracy, constantly threatened. This occurs in the new forms of immediate communication that are seen as digital materialities, from which the *meme*, for example, emerges as a vehicle for social and political criticism, for the ludic, but also as a source of dissemination of Brazilian far right and fascist ideologies.

Keywords: Digital materiality. Discourse Analysis. Fascist discourse. Meme. Neo Pentecostalism. Political discourse.

RESUMEN

Esta investigación se centra en el discurso fascista brasileño, particularmente tomando en su formato digital a través del género discursivo *meme*. Para la averiguación del objeto de tesis, fue utilizado el aparato teórico y analítico ofrecido por la Teoría del Análisis del Discurso afiliado a Michel Pêcheux (1990, 2012, 2014, 2015), colaboradoras (AMARAL, 2007, 2013; ORLANDI, 1987, 1993, 1996, 2001, 2020; ZOPPI-FONTANA, 2014, 2018) y colaboradores (COURTINE, 2003, 2006, 2016; PIOVEZANI, 2020). El objetivo general de la investigación es examinar el neofascismo actual com forma de representación del discurso político brasileño, cuyo epítome fue el ascenso de Jair Bolsonaro a la presidencia. La línea investigativa de la tesis indica que el dicurso religioso, apropiado por los neofascistas que movilizan efectos de significados producidos y transmitidos en una sociedad del espectáculo (DEBORD, 1997), es un fundamento importante del discurso fascista en el espacio virtual. Esta ideología extremista y fascista es, finalmente, analizada como una “neolengua”, al estilo de Orwell (2009), con características propias en su sintaxis y, principalmente, en su semántica y en la generación de efectos de significados que se inscriben en la cuestión política del Brasil hodierno. Se concluye que la sociedad brasileña actual, en la segunda década del siglo XXI, pasa por un processo discursivo de intensas transformaciones en el campo político que impeden el pleno desarrollo de la democracia, siempre amenazada. Eso ocurre en las nuevas formas de comunicación inmediata que se constituyen como materialidades discursivas digitales, de donde emerge el *meme*, por ejemplo, como vehículo de crítica social y política, así como para lo lúdico, pero también como fuente para la difusión de las ideologías de la extrema derecha e del fascismo brasileños.

Palabras clabe: Análisis del discurso. Discurso fascista. Discurso político. Materialidad digital. Meme. Neopentecostalismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – DISCURSO, CAPITALISMO E FASCISMO.....	34
1.1 O percurso do discurso	37
1.2 A <i>formação discursiva fascista</i> e a <i>formação discursiva bolsonarista</i>	44
1.3 O gênero discursivo <i>meme</i>	57
1.4 Interpelação no meio digital	59
1.5 Dispositivos analíticos e o <i>corpus</i> de pesquisa	66
CAPÍTULO II – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO NEOFASCISTA	71
2.1 O conceito de condições de produção na Análise do Discurso	71
2.2 Condições de produção amplas do fascismo histórico	72
2.3 Condições de produção estritas do neofascismo	85
2.3.1 O neofascismo latente até o golpe- <i>impeachment</i> de 2016	86
2.3.2 O neofascismo manifesto e a fascistização do Brasil	96
CAPÍTULO III – O ESPÍRITO DO CAPITALISMO E A ÉTICA PROTESTANTE	120
3.1 Pentecostalismo e neopentecostalismo	121
3.2 “Deus, pátria, família”: relações entre fascismo e manutenção do capitalismo	126
3.3 A apropriação do discurso neopentecostal pelo discurso neofascista	134
CAPÍTULO IV – NEOFASCISMO E ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA	143
4.1 A linguagem de “Tropa de Elite”: substrato do neofascismo brasileiro pré-digital	144
4.1.1 <i>Espectáculo</i> bolsonarista: argumentação de reforço machista em <i>memes</i>	159
4.2 O espetáculo debordiano à palma da mão: imagens e redes sociais	170
CAPÍTULO V – A NOVILÍNGUA NEOFASCISTA EM ANÁLISE	182
5.1 Características e taxonomia do gênero discursivo <i>meme</i>	183
5.2 Mitos, porta-vozes, <i>línguas de madeira</i> e <i>de vento</i> e <i>novilíngua</i> neofascista	195
5.3 <i>Novilíngua</i> neofascista em análise	203
5.3.1 <i>Guerra é paz</i>	207
5.3.2 <i>Liberdade é escravidão</i>	211
5.3.3 <i>Ignorância é força</i>	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	218
REFERÊNCIAS.....	221

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1a, 1b, 1c, 1d e 1e	27
Figuras 2a e 2b	48
Figura 3	53
Figuras 4a e 4b.....	75
Figura 5	76
Figuras 6a, 6b e 6c.....	79
Figura 7	91
Figura 8	93
Figura 9	98
Figuras 10a e 10b.....	105
Figura 11	107
Figura 12	107
Figura 13	108
Figura 14	109
Figura 15	112
Figura 16	115
Figura 17	126
Figura 18	126
Figura 19	126
Figura 20	142
Figura 21	151
Figura 22	152
Figuras 23a e 23b.....	154
Figuras 24a, 24b e 24c	155
Figura 25	160

Figura 26	162
Figura 27	163
Figura 28	171
Figura 29a e 29b	178
Figura 30	178
Figura 31	179
Figura 32	180
Figura 33	184
Figuras 34a e 34b	188
Figura 35	190
Figura 36	191
Figura 37	192
Figura 38	193
Figura 39	193
Figura 40	194
Figura 41	208
Figura 42	210
Figura 43	210
Figuras 44a e 44b	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	151
Quadro 2	153

LISTA DE SIGLAS

AAD-69 – Análise Automática do Discurso de 1969

AD – Análise do Discurso

BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais

FD – Formação discursiva

FDF – Formação discursiva fascista

FDB – Formação discursiva bolsonarista

FI – Formação ideológica

LGBTQIAP+ – Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer*, interessesexuais, assexuais, pansexuais e demais denominações não heteronormativas de gênero e sexualidade

SD – Sequência discursiva

SDr – Sequência discursiva de referência

TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	69
Tabela 2	101

INTRODUÇÃO

Um espectro ronda o Brasil – o espectro do fascismo.

A célebre frase de Marx e Engels na abertura de o *Manifesto Comunista* é aqui adaptada (ou antes, completamente subvertida) para melhor descrever nosso tempo e nossas urgências políticas. Decerto que não apenas o Brasil, mas o mundo inteiro, percebe o fenômeno fascista ressurgir como aparições que emergem dos escombros, das câmaras de gás e das tumbas da Segunda Guerra Mundial; ou das fossas e porões de tortura das ditaduras latino-americanas; ou de qualquer rincão global em recente passagem histórica em que o autoritarismo de veia fascista se fez presente.

Por que este fascismo ressurgido, reelaborado e renascido, e por isso mesmo chamado de *neofascismo*, vem ganhando força nesse quartel do século XXI? Por que, especificamente, o fascismo brasileiro se impõe em tão grande refluxo a partir do golpe de 2016? Por que os sentidos do discurso fascista, reelaborados no meio digital que rege a comunicação na contemporaneidade, interpelam tantos indivíduos em sujeitos enunciadoreis deste discurso, alastrando-se como uma doença no corpo social, destruindo as experiências democráticas erigidas no pós-guerra?

Esta tese surge a partir destas inquietações, as quais exigem que o olhar do pesquisador se volte à história e ao discurso que dela surge como materialidade significativa. Entender o fascismo e o neofascismo como parte de um *processo discursivo*¹ amplo, advindo de fases de esgotamento de modelos capitalistas (o imperialismo, no caso do fascismo do século XX, e o neoliberalismo, no século XXI), é o objetivo maior desta pesquisa.

Para compreender tal movimento sociopolítico, é necessário estabelecer que o fascismo, aqui tomado como parte de um *processo discursivo*, não adota apenas a forma clássica que o mundo conheceu entre as décadas de 1920 a 1940. Tampouco se encerra em figuras-chave, como se, para se detectar o fascismo, precisássemos de um novo Adolf Hitler ou Benito Mussolini. Para Umberto Eco (2019), o “Ur-Fascismo” ou “fascismo eterno” é a designação de um movimento sociopolítico que reúne algumas características centrais, sendo “suficiente que uma delas se apresente para fazer com que se forme uma

¹ Zoppi-Fontana (2014, p. 38) define este conceito como constituído a partir das “relações de paráfrase interiores à matriz de sentido inerente a uma FD [Formação Discursiva]”. A partir deste investimento teórico, é possível pensar o fascismo e o neofascismo num *continuum* parafrástico oriundo do próprio movimento histórico do capital.

nebulosa fascista” (p. 44). Assim é formado o panteão fascista identificado por Eco, através da reunião de uma ou mais dessas características: 1 – Culto da tradição; 2 – Recusa da modernidade; 3 – Irracionalismo; 4 – Intolerância; 5 – Medo da diferença; 6 – Apelo ao sentimento de frustração; 7 – Nacionalismo retórico; 8 – Necessidade da existência de um inimigo; 9 – Culto à violência; 10 – Elitismo; 11 – Necessidade do herói salvador; 12 – Repressão sexual; 13 – Populismo; e 14 – Hostilidade à cultura e à ciência².

O uso etimológico da partícula “Ur”, que significa “originário” ou “primordial”, permite a Eco (2019) avançar com uma definição de fascismo, portanto, que vai além da experiência histórica europeia da primeira metade do século XX, prologando o entendimento do conceito como algo potencialmente recorrente ao longo de toda a história, desde que algumas das características acima apontadas se apresentem, conjuntamente ou não. Segundo o autor, é preciso estar atento ao fascismo eterno, já que

O Ur-Fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém surgisse na boca de cena do mundo para dizer: “Quero reabrir Auschwitz, quero que os camisas-negras desfilem outra vez pelas praças italianas!” Infelizmente, a vida não é fácil assim! O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo. (ECO, 2019, p. 60).

Seguindo o mesmo raciocínio, Pêcheux (1990, p. 19) afirma: “O nazismo não recomeçará provavelmente como tal, mas ‘o ventre ainda é fecundo’, e ele gera a cada dia meios mais eficazes para dominar o que lhe resiste: as ‘línguas de vento’ se aperfeiçoaram consideravelmente na arte da anestesia e da asfixia”. A partir dessa reflexão, passamos a fazer a articulação entre a Análise do Discurso como aparato teórico-analítico deste trabalho e a análise-descrição dos sujeitos que discursivamente se inscrevem na nebulosa fascista do século XXI, articulação que norteará toda a tese que agora se apresenta.

Logicamente, figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro facilitam em grande medida a pronta identificação de sujeitos cuja *formação discursiva fascista* se explicita, fazendo com que o trabalho da/o analista do discurso seja relativamente mais fácil em estabelecer paralelos com o fascismo clássico, dada a miríade de enunciados misóginos, homofóbicos, classistas, preconceituosos e violentos destes ex-presidentes. Os dizeres

² Retomaremos estes pontos, já sob a ótica de Jason Stanley (2020), mais à frente do trabalho, na subseção 1.5.2.2.

por eles produzidos se inscrevem na estrutura-funcionamento do “fascismo eterno”, já que, emergido das condições de produção postas pela sociedade capitalista em crise estrutural, o discurso fascista destina o ódio a objetos simbólicos marcados, com cunho sexual repressor e moralista, evocando um patriotismo exacerbado que se direciona como vingança a inimigos (concretos ou imaginários) da nação e de sua base, a família.

Assim, é possível adiantar que a estrutura-funcionamento que produz e sustenta o discurso fascista, que pode ser exemplificado pelos elementos linguísticos do *slogan* integralista (“Deus, pátria, família”), configura *processos discursivos* de forma semelhante: a estrutura-funcionamento do discurso fascista é propiciada por uma crise profunda e estrutural-estruturante do capital, que leva à frustração material e moral das massas e, por conseguinte, mobilizam-se o ódio, o preconceito e a violência contra expressões de progresso social (nas ciências, no comportamento, na política). Não é coincidência que Jair Bolsonaro tenha ressuscitado o mote integralista quase um século depois do surgimento desse movimento no Brasil, visto que o país, moralmente abatido com espetáculos e escândalos de corrupção, e assolado pela crise estrutural do capitalismo que atravessou a década de 2010, vislumbrou neste político, de viés militar, conservador e supostamente cristão, uma solução viável para os problemas nacionais, muitos dos quais oriundos da profunda desigualdade social que o capitalismo à brasileira produz.

Dessa maneira, o que nos interessa nesta pesquisa não é analisar a temática fascista focando-a apenas em Bolsonaro, por exemplo. Como a professora Belmira Magalhães já havia refletido em um debate acalorado numa de suas aulas, ao longo do percurso no mestrado no ano de 2019 – momento em que as alunas e os alunos teciam longas críticas ao recém-empossado presidente do Brasil –, o foco de nossa crítica deveria ser menos no *fenomênico* e no *sintomático*, representado, na superfície da problemática, por aquele presidente. Deveríamos, antes, voltarmo-nos mais ao movimento dialético de observação da *essência* das condições estruturais que permitiram que o discurso de um sujeito como aquele pudesse alçar voos tão altos quanto o que o levou ao Planalto central do Brasil. Somente assim, acautelava-nos a mestra, poderíamos perceber a *totalidade*³ que constituíam a ontologia do ser social e o funcionamento do discurso político vigente em nosso país.

³ Cf. Netto (2009), para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade.

Valho-me desta memória para advertir o leitor da tese que se lhe apresenta: não falaremos do discurso fascista tão-somente por conta de Bolsonaro, apesar de ele ser citado por diversas vezes neste documento, dado que se inscreve, ainda que nefastamente, em nossa história republicana. Ao revés, trata-se de analisar, a partir da experiência histórica com o ex-presidente, a *essência* e o sentimento profundo que habita a psique e o imaginário sociais brasileiros para entender que *o discurso fascista ganha lastro em concomitância a Bolsonaro*, reconhecendo, como Damasceno (2018), que

Apesar de serem personalistas, os fascismos não devem ser analisados simplesmente a partir de seus líderes, e sim a partir das suas relações com o seu partido (ou com o grupo que representam) e com a sociedade civil. [...] O fascismo não se faz individualmente. É um fazer coletivo e não necessariamente institucional.

Há, assim, algo mais alarmante que o potencial fascista do ex-presidente em si: o sentimento de que muitas brasileiras e brasileiros, incautas/os ou não, identificam-se e assumem posições fascistas na quadra histórica em que vivemos, naturalizando obscenidades e vendo-se refletidos no sujeito de discurso violento que nos governou. Novamente recorrendo à historiadora supracitada, é importante salientar que

mais que enquadrar Jair Bolsonaro na mesma categoria de Adolf Hitler ou como um neofascista à brasileira, **é importante pensar sobre o quanto os seus discursos, o projeto político que ele representa e as massas que ele mobiliza estão contribuindo para uma fascistização da sociedade**, por meio da multiplicação e radicalização de discursos e práticas orientadas pelo ódio. Fascismo, afinal, não é só uma palavra. (DAMASCENO, 2018). *Grifos nossos.*

Este fenômeno de identificação massiva com afetos negativos privilegia uma colagem de ideologias (ECO, 2019) que agrega desde monarquistas a republicanos, militares, milicianos, figuras do espectro da direita política e mesmo os que se costumam categorizar como “extrema esquerda”. De certo modo, o que estes diferentes grupos radicalizados, orientados pelo discurso fascista, compartilham é um desejo pela eliminação do diferente, do adversário, ansiando pela própria banalização da vida, ímpeto propiciado pelo sistema econômico que nos organiza enquanto sociedade.

Refletindo sobre este tema, Eco (2019) indaga: “É possível conceber um movimento totalitário que consiga reunir monarquia e revolução, exército real e milícia pessoal [...], os privilégios concedidos à igreja e uma educação estatal que exaltava a violência e o livre mercado?”. Ora, o filósofo estava se referindo, nesta ponderação, à

situação da Itália de Mussolini; mas, dada a sua atualidade, não seria o caso de se pensar no neofascismo à brasileira?

A exortação do exército e do militarismo, a ascensão das milícias ao poder, o discurso de ódio e a espetacularização da violência e dos símbolos violentos – por meio de filmes em que a polícia torturadora é aplaudida, pela apologia às armas de fogo e seu correlato gestual de “arminha com a mão” –, além, claro, da ferrenha defesa de um Estado mínimo como solução para a economia, são nítidos exemplos da amálgama fascista com o desenvolvimento irrestrito do capital no Brasil.

Ao tratarmos de neofascismo, fala-se, portanto, de um movimento que, à imagem do fascismo clássico que ainda lhe serve de base, agrega diferentes retalhos ideológicos orientados por uma formação ideológica central – a do capital –, e que opera no material-ideológico do discurso pelo signo do ódio e da violência. É este fenômeno, muito mais do que seu eventual representante, que nos interessa como objeto de estudo para nossa análise discursiva.

Para que tenhamos sucesso nessa difícil empreitada, é necessário que comecemos a responder, ainda nessa introdução, às perguntas de pesquisa acima colocadas, que melhor serão analisadas ao longo da tese. Somente ao intentar explicar o mundo e as condições de produção do discurso neofascista que dele emergem é que poderemos, então, partir para a ação de “desmascarar as novas formas” do fascismo, decerto um sintoma desagregador e destrutivo de um mal maior, que nos acomete a todos, e cuja causa se oriunda da desordem e da crise inerente a um tipo específico de organização social calcada na exploração do homem: o capitalismo enquanto sistema econômico e político, cuja expressão hodierna mais forte se denomina neoliberalismo.

Vejamos, pois, algumas das principais razões para a emergência desse tipo novo de fascismo, que cristaliza seus sentidos em figuras políticas de traços populistas, marcadamente carismáticas e com penetração nos meios digitais, mormente nas redes sociais e nos espaços de divulgação e difusão de imagens e espetáculos na internet. Antes de analisar os sujeitos neofascistas e seus discursos, contudo, é necessário entender por que eles (re)emergiram, mesmo com a experiência nefasta (e relativamente recente) do fascismo clássico e de seu legado de destruição, horror e morte.

Inicialmente, é preciso reconhecer que uma das causas para o recrudescimento global das direitas advém do fato de que a política social adotada pelos países do centro

do capitalismo mundial, o *Welfare State*⁴, ou o Estado do Bem-estar Social norte-americano e europeu, colapsou. Desde o advento do neoliberalismo⁵, em meados da década de 1980, o consenso firmado no pós-guerra entre capitalismo e participação estatal para a promoção de um mínimo de conforto material à população vem perdendo espaço. Concomitantemente a isso, recrudescceu o processo de globalização, o que acelerou as trocas comerciais e a interdependência entre nações. Tudo isso não seria possível se a comunicação não tivesse se tornado mais eficiente e rápida. E, se tratamos de comunicação, necessariamente falamos de linguagem e de discurso.

Na quadra histórica em que esta tese é redigida, vive-se, portanto, as benesses e os muitos agravos que o neoliberalismo vem nos trazendo como herança. Excesso de informação. Precarização do trabalho. Privatização de serviços públicos básicos. Desinvestimentos na saúde e na educação. Desemprego. Desamparo. Criminalidade. Insegurança. Formação de milícias. Medo. Frustração. Interpelação. Identificação. Tendências políticas autoritárias. Fascismo.

A partir do exposto, obtêm-se as primeiras explicações acerca das perguntas de pesquisa que vieram à luz ao iniciarmos a tese: o neofascismo surge como uma pretensa e rápida resposta a “tudo isso o que está aí”, mas resposta somente elaborada na *forma*, não no conteúdo. Este enunciado, inclusive, marcou a carreira política de Jair Bolsonaro ao longo de 27 anos como vereador e deputado federal. Ao analisar o pleito eleitoral que o sagrou vencedor, Antônio Augusto de Queiroz (2018) chama atenção para o fato de que

o discurso “contra tudo o que está aí”, sem dizer o que pretendia colocar no lugar, funcionou para o candidato vencedor em duas dimensões. Em primeiro lugar, porque havia coincidência de diagnóstico com a maioria da população – insatisfeita

⁴ De acordo com Cancian (2022), o Estado do Bem-estar Social, ou *Welfare State*, basicamente designa o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. Todos estes tipos de serviços assistenciais são de caráter público e reconhecidos como direitos sociais. O que distingue o Estado do Bem-estar de outros tipos de Estado assistencial não é tanto a intervenção estatal na economia e nas condições sociais com o objetivo de melhorar os padrões de qualidade de vida da população, mas o fato de os serviços prestados serem considerados direitos dos cidadãos.

⁵ O conjunto ideológico que se difundiu como neoliberalismo remonta às teses defendidas pelo economista austríaco F. Hayek (1899-1992). O neoliberalismo, releitura ainda mais conservadora do liberalismo do século XVII, preconiza um Estado mínimo por meio de privatizações de empresas estatais e de reformas que, na verdade, são contrarreformas, pois preveem a supressão ou a redução de direitos e garantias sociais que são obstáculos à reprodução do capital. Cf. Netto & Braz (2012, pp. 238-239): “A ideologia neoliberal, maciçamente generalizada pelos meios de comunicação social a partir dos anos oitenta do século passado, [...] legítima o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. [...] o objetivo real do capital monopolista [no neoliberalismo] não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação dos direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que **um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**”. *Grifos nossos*.

com a insuficiência e má qualidade dos serviços públicos, com a criminalidade, a corrupção, o desemprego e a violência. Em segundo lugar, porque “saciava” o desejo de vingança de parcela significativa da população em relação aos supostos culpados por esse estado de coisas.

Ainda sobre isso, Damasceno (2018) analisa que os fascismos, ao se alimentarem de situações em que o futuro é posto como uma incógnita, elaboram vaguezas semânticas como a da frase reproduzida acima, que aponta para “uma espécie de ‘vácuo’ deixado por um desencantamento com a política e pelo fracasso do Estado e da sociedade liberal em lidar com os desafios econômicos. Daí a negação de tudo o que está posto – ou, como ecoou no Brasil, a negação de “tudo isso que tá aí”.

O fascista, ao se apresentar como aquele que se coloca contra “tudo isso que tá aí”, afirma-se como grande líder que, “ungido por Deus” e por uma missão providencial, combaterá todo mal, sendo o irracionalismo condição *sine qua non* para que não se elabore, de maneira intelectual, *como* o “neoführer” haverá de combatê-lo. Antes, age-se pelo impulso, pelas emoções, pela animosidade, pelo imediatismo das redes sociais de comunicação instantânea e pela vaga promessa de resolução do divino. O irracional, a fé cega e o discurso de ódio predominante na internet, portanto, mostram-se como fundamentos do neofascismo: o líder está do nosso lado, pois que disse assim; ele combaterá o que nos faz mal, já que assim o afirmou.

Sabe-se, entretanto, que o embate verdadeiro de qualquer estadista contemporânea/o, preocupada/o com questões sociais, seria o de combater os efeitos deletérios do capitalismo, uma vez que ele é o responsável histórico não apenas pelas desigualdades sociais, mas pelo próprio surgimento do fascismo, como assevera Konder (2009). Não haveria de ser o contrário: somente na experiência capitalista o fascismo tomou forma e almejou algum conteúdo, mesmo que, em sua oratória e retórica, Mussolini, por exemplo, tenha se apresentado como “anticapitalista”. Sua práxis, no entanto, apontava que havia amplo apoio da burguesia italiana ao regime do *duce* e uma necessária ligação do capitalismo industrial e financeiro para a fabricação de suprimentos, inclusive os bélicos, que sustentassem o regime fascista italiano.

É por isso que a Análise do Discurso não se dedica apenas às palavras, frases e textos isoladamente, mas aos *efeitos de sentido*⁶ que elas vão tecendo e nas *condições de*

⁶ Para a Análise do Discurso, os sentidos não estão nas palavras ou textos, mas nas redes de filiações que remetem a memórias e a circunstâncias determinadas, na relação com a exterioridade da língua e com as condições em que estas palavras e textos são produzidos (ORLANDI, 2020), levando-se em consideração as posições dos sujeitos que as enunciam no estágio sócio-histórico em que se encontram. São, portanto, *efeitos de sentido* construídos, partilhados e/ou rechaçados, e não sentidos fixos.

produção em que foram enunciadas. O “anticapitalismo” do fascismo italiano não passa, numa análise basilar, de um engodo retórico para agradar as massas, visto que a prática discursiva nada tem de anticapitalista; ao revés, as experiências fascistas muito comumente se originam de e se sustentam em fases de crise do capitalismo, crises que potencialmente poderiam levá-lo a ser questionado – e derrotado – por outro projeto de governo, de economia, de formação social. As/os capitalistas, exatamente para não perder seus lucros e privilégios nesses momentos de fragilidade do sistema, terminam por rapidamente aderir e apoiar figuras populistas e autoritárias como Hitler, Mussolini, Trump e Bolsonaro, que gozam(ram) de algum prestígio popular. Dessa maneira, os negócios não são obstaculizados; o Estado não intervém na obtenção obscena de lucro; e as massas, a verdadeira força-motriz de uma revolução, não se organizam, dispersando-se distraídas, identificadas, coléricas e/ou horrorizadas com os vultos autoritários no poder.

Dadas as condições estruturais de produção do discurso fascista clássico, na confluência de fatores que permitiram às elites capitalistas de um século atrás possibilitarem a emergência de fascistas italianos e também dos nazistas alemães – fatores estes que juntaram um capitalismo industrial amalgamado a um financeiro, um esgotamento de modelos imperialistas de exploração, uma frustração generalizada das massas empobrecidas –, percebemos, também, que há paralelos bastante diretos com o que nos acontece agora.

Não por menos: apesar das novas formas e embalagens, o conteúdo que processa o fascismo como movimento político e social de massa permanece o mesmo – a luta contra formas verdadeiramente anticapitalistas de sociedade e a escusa de deixar o poder nas mãos de líderes carismáticos e populistas, com o fito de evitar uma revolução de caráter verdadeiramente social. O real combate que fascistas e neofascistas travam, logo, não é contra comunistas, petistas, democratas americanos, “esquerdistas”: é contra a possibilidade de se fazer uma revolução progressista que incluam os despossuídos no centro do poder e da produção. O real combate dos fascistas, embora na *forma* se apresente como sendo contra o “diabo” e o “comunismo”, é, em verdade, contra a possibilidade de emancipação dos povos através de uma revolução de caráter popular que subverta, ou mesmo freie, a sanha capitalista. Até a fagulha dessa possibilidade precisa de ser apagada – ou melhor, *eliminada*, como se diria na gramática fascista.

É por isso que a real defesa dos neofascistas, assim como os de outrora, é a da violência e a do livre mercado. Com o neoliberalismo mostrando claros sinais de

esgotamento, é preciso que se persigam líderes políticos notórios e hábeis em “conversar com o povo”⁷, com eles dialogando para que, juntos, posicionem-se contrariamente a esse projeto de exploração do homem. Sem condições de ganhar na arena discursiva do debate e da argumentação e de manter, portanto, sua posição de dominante na luta de classes, um velho estratagema da burguesia é o de carrear sua práxis discursiva por outros meios: pela mentira, pela infâmia e pela violência.

Os estratos altos e médios de uma sociedade firmada no capitalismo, já-alinhadas à *formação ideológica do capital* (AMARAL, 2007), hão de se identificar e de se inscrever numa formação discursiva tal que assim se apresente – de modo consciente na propagação das mentiras, da difamação e da violência, ou mesmo de modo inconsciente, já que o sujeito esquece sua inscrição em dada formação ideológica e se acha dono de seu dizer (PÊCHEUX, 2014). O esquecimento é, assim, fundamental para que sujeitos que ocupem posições determinadas no estado de luta de classes tenham posicionamentos políticos que deem anuência ao fascismo. Afinal, a *formação ideológica do capital* sustenta, dentre outras, a *formação discursiva fascista*, já que engendra-elabora sentidos de individualismo e destruição, características do próprio capital.

Como postulado por Pêcheux (2014), é a formação discursiva a matriz de sentidos dos sujeitos; se, portanto, a *formação ideológica do capital* tem como expressão política a *formação discursiva fascista*, tal foi o caso brasileiro entre 2016-2022, é compreensível (embora inaceitável) por que os indivíduos mais socialmente abastados ocupam as posições dos capitalistas no estado da luta de classes (PÊCHEUX, 2014), mesmo sendo partes desses abonados, especialmente os de classe média, não mais que trabalhadores, assalariados, não detentores dos meios de produção.

Um grande inconveniente da burguesia é que todos esses sujeitos – grandes e médios capitalistas, estratos médios do empresariado e do funcionalismo público – constituem-se como *poucos*, de um ponto de vista quantitativo, em uma nação desigual como o Brasil. Há uma enorme massa de espoliados e explorados que necessariamente existem para sustentar o privilégio burguês, e que, se organizados e com consciência de suas reais condições de existência, mui provavelmente não sustentariam um projeto

⁷ Aqui cabe salientar que tais líderes se encaixam no que Zoppi-Fontana (2014, pp. 22-23) analisa, a partir de Guilhaumou (1989) e Pêcheux (1982), como a figura do *porta-voz*, “uma das formas históricas de representação do sujeito de enunciação”, que se define a partir de “um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem, como forma de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertencente a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como centro visível de um nós em formação, que o coloca em posição de negociador em potencial com o poder constituído”.

ideológico que lhes é nocivo. Diante dessa realidade, é preciso fazer com que os próprios explorados sejam cooptados para estar do lado “certo” da luta de classes, nem que seja necessário exprimir a cantinela de que “esta luta é coisa inventada pela esquerda”⁸. Logo, a questão central passa a ser: como interpelar as massas a ponto de fazê-las “trocarem de lado”, uma vez que, aparentemente, haviam ocupado a *posição-sujeito* “progressista” em governos anteriores?

Eis que entra em cena, pelas porosas fronteiras das formações discursivas (COURTINE, 2016), o fenômeno da interpelação ideológica. Eficaz ferramenta para persuadir, para clamar os indivíduos a adotarem posições, para assumi-las. A mídia ainda tem enorme papel nesta função. No entanto, as mídias sociais aceleraram este processo de modo exponencial. Catalisaram o fenômeno da interpelação ideológica pelo seu imediatismo; por estar, literalmente, à palma da mão do indivíduo que clama por se assujeitar nas e transitar pelas diversas posições-sujeito que lhe chega (PÊCHEUX, 2014). E, ao que parece, os neofascistas ao redor do mundo vêm melhor utilizando esta ferramenta tecnológica, comunicando-se com a sociedade, fazendo-se esmagadoramente presente nas redes sociais e no espaço virtual. Isso explica, em parte, seus sucessos eleitorais dentro de engrenagens democráticas, ao mesmo tempo em que atacam o próprio funcionamento e os pilares da democracia liberal que lhes serviu para a chegada ao poder.

Assim está posto o cenário com o qual nos deparamos em nosso tempo. A situação, no entanto, já dava indícios de que tomaria a forma com que se apresenta hoje há alguns anos, algo que motivou este pesquisador a falar de maneira tão visceral sobre o neofascismo (ainda que a ciência e a sobriedade sejam o sul e o norte almejados neste trabalho): o de experimentá-lo *na prática*, o de ver seus efeitos de sentido sendo engendrados nas trocas diárias em um espaço determinado, a escola, em que se observa uma amostra social relativamente diversa – no dia a dia, enfim, de professor que sou. Falemos, pois, dessa profícua, mas muito perniciosa, motivação para a delimitação do objeto de estudo da tese.

⁸ Numa já memorável reportagem da *TV Folha*, apoiadores da presidenta Dilma Rousseff (PT) e de Aécio Neves (PSDB) são entrevistados nas ruas de São Paulo em manifestações que ocorriam concomitantemente a um debate presidencial sendo exibido na TV aberta, como parte do rito do segundo turno das eleições de 2014. Dentre os ouvidos, uma jovem proferiu esta já célebre frase, que se tornou *memé* instantâneo e que inspirou outros mais: “Quem criou a miséria e a guerra de classes foi o próprio PT!”. A maior parte dos entrevistados pró-Aécio recitam frases prontas que terminaram por se cristalizar em muitos dos sentidos veiculados pelo bolsonarismo, o que reforça nossa tese de que o fascismo, apesar de personalista, é um sentimento social compartilhado, calcado em ódio, anterior ao próprio Bolsonaro, portanto. O vídeo está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=zb9_4yRJsvY.

Mais especificamente no ano de 2014, quando das eleições em que Dilma Rousseff se tornou a primeira presidenta reeleita do Brasil, o debate político se tornou mais colérico. A elite brasileira havia perdido a paciência com as regras do “jogo democrático”, fazendo uso da virulência e da violência como agenda política pública no cenário brasileiro⁹. Assim que Dilma ganhou a reeleição, a tristeza de muitos dos derrotados no pleito foi se transformando em ressentimento e ódio. Em 2015, num período pré-pandêmico (portanto, anterior à profusão de usos de celulares e do meio digital como um dos centros em que o ensino acontecia), eu mesmo já percebia a grande circulação de *memes*¹⁰ machistas contra a ex-presidenta nos *tablets* da escola privada em que lecionava. Os aparelhos eram utilizados em atividades lúdico-educativas com os adolescentes para revisões, *quizzes*, uso de *apps* – toda uma parafernália tecnológica que supostamente serviria para captar a atenção dos jovens e que já concorria multimodalmente com assuntos outros que não o conteúdo programático escolar. A escola pulsava política – mas a política da zombaria, do desrespeito, da insatisfação generalizada que não se organizava para promover mudanças, apenas voltada à disrupção. Era como se o universo escolar fosse todo ele, repentinamente, o estereótipo da “turma do fundão”: barulhento, jocoso, impaciente e intempestivo.

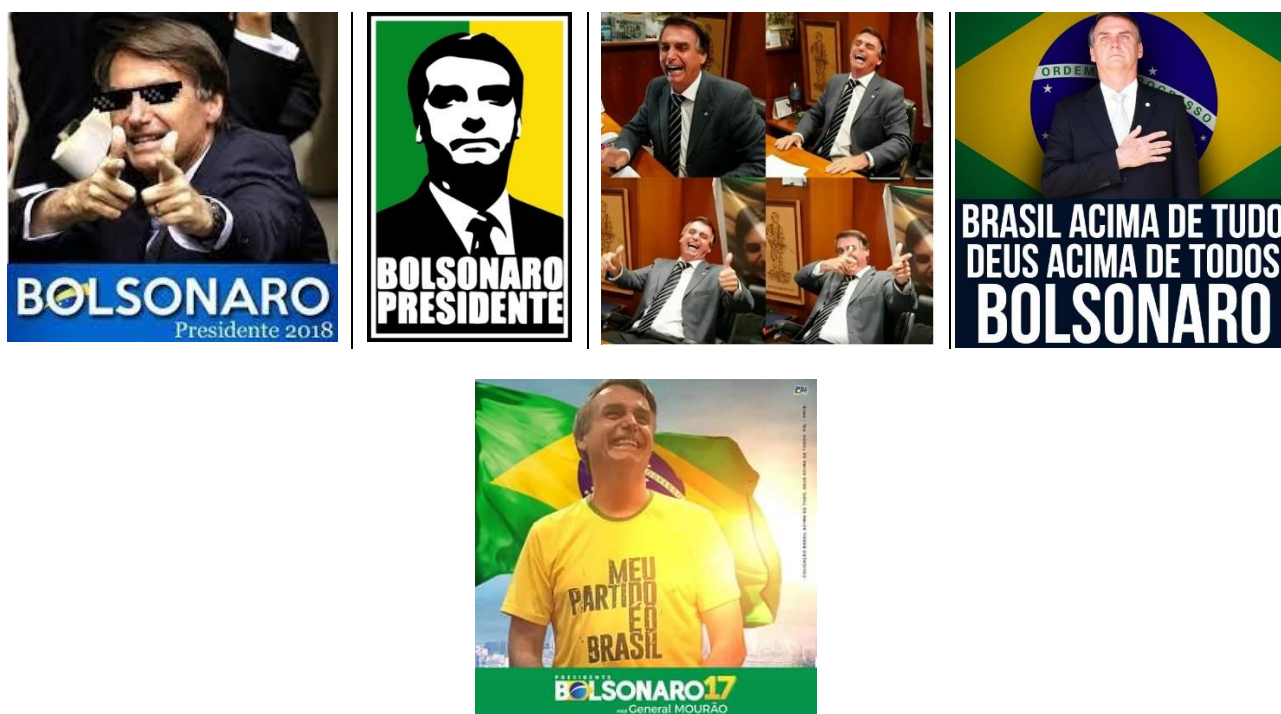
O *meme*, que até então parecia ser uma versão digital para a charge política, para a caricatura e para a bem-vinda crítica a governos, carregava nas tintas sexistas, na pornografia e na violência com que as mensagens apareciam nos aparelhos que as/os alunas/os utilizavam. A escola interveio, colocando coordenadoras em sala para explicar que o acesso à internet era para uso exclusivo de buscas relacionadas ao conteúdo educacional trabalhado. Tratou-se de uma ordem – “não façam isso, não usem *memes*, não falem de política!” – mais do que de uma reflexão propriamente dita. Talvez por isso,

⁹ Antes mesmo da eleição de 2014, quando impropérios de cunho machista e misógino dominavam o discurso político e o linguageiro popular, a ex-presidenta Dilma foi fortemente hostilizada pelas classes média e alta pagantes dos altos valores do ingresso (com valor médio de R\$ 600,00 à época) da abertura da Copa do Mundo no Brasil, ocorrida em 12 de junho daquele ano no estádio “Itaquerão”, hoje Neo Química Arena, em São Paulo. Pela reportagem da *Folha de S. Paulo* da época, lê-se: “A presidente foi hostilizada quatro vezes durante o dia. Na primeira, antes da partida, os torcedores gritaram ‘ei, Dilma, vai tomar no c...’, enquanto outros gritavam ‘ei, Fifa, vai tomar no c...’. Os xingamentos contra Dilma foram fortes, mas localizados. Ecoaram na área VIP (uma das mais caras) e em outras partes do estádio. A hostilidade não durou muito tempo, mas acabou voltando após o hino nacional. A presidente voltou a ser hostilizada após aparecer no telão do estádio, comemorando o segundo gol do Brasil sobre os croatas. O quarto protesto ocorreu próximo ao fim do jogo”.

¹⁰ De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o termo se refere a um substantivo masculino que carrega uma “informação visual ou textual que se espalha pela rede”. Vê-se, assim, que já se intentou cristalizar o sentido, dicionarizá-lo. Haveremos de analisar em nosso trabalho, desde o capítulo 1, como o *meme* também é uma expressão para as contradições discursivas postas pela ordem capitalista.

as/os alunas/os responderam à altura, como uma afronta à disciplina verticalmente imposta pela escola, dessa vez com mais *memes*, tornados tela de descanso e imagens de fundo dos *tablets*, em muitos dos quais, naquele longínquo 2015, já o mostravam: o “mito”. Aquele que melhor representava a petulância e a zombaria escolar. Aquele que “desafiava um sistema”. Aquele que eventualmente se tornaria o presidente do Brasil, um Brasil digital. O Brasil dos muitos *memes* que marcaram a presença na arena virtual de comunicação política de Jair Messias Bolsonaro.

FIGURAS 1a, 1b, 1c, 1d e 1e – Da esquerda à direita: primeiros *memes* pré-campanha, sinalizando 2018; *still* de famoso vídeo de entrevista do ex-presidente, ainda deputado, que mostra a sequência de risadas, murros à mesa e gestual da “arminha”; *slogan* de campanha; paráfrase do *slogan*. Fontes: *Bolsonaro Opressor*, *Risada Opressora*, *Bolsonaro Mil Grau*, *Bolsonaro Mito*. Páginas de Facebook e YouTube.



Bolsonaro aparecia sendo representado com “oclinhos”, que retomava o *meme* “turn down for what”¹¹, originário dos Estados Unidos, em montagens em que a figura do “mito” se construía com o arremate “BOLSONARO 2018”; ou ainda em xilogravura

¹¹ Lançada em 13 de março de 2014 no YouTube, o videoclipe da música de estilo *trap* “Turn Down for What” fomentou uma exploração massiva de *memes* nesta temática em anos subsequentes. A expressão inglesa que nomeia a música é derivada do verbo frasal “turn up”, que significa “ficar bêbado” ou “ficar eufórico”; seu oposto, logo, é “turn down”. O título da música, tornado *meme*, é uma pergunta retórica que significaria, em tradução aproximada, “para que parar de beber/de festejar?”. O efeito de sentido do *meme* foi ganhando outros contornos e a expressão passou a ser colocada no final de alguma situação inusitada em que alguém se sai como vencedor de um debate, como “lacrador”. Bolsonaro aparecia, assim, como invencível no *meme* que unia um par de “óculos de mito” à retórica semântica veiculada por “turn down for what”, o que parece nos indicar que sequer adiantaria contra-argumentá-lo, já que ele detinha a razão *a priori*.

em tintas negras que o enalteciam como figura de autoridade, tendo o verde e o amarelo como paleta em que sua imagem repousava ao fundo; por vezes, sua figura era reproduzida em GIFs¹² retirados de um vídeo em que sorri descontroladamente e dá murros à mesa em tom de escárnio, para ao final usar seu característico gestual de “fazer arminha com a mão”; finalmente, ele também já aparecia em versões do que viria a ser seu mote de campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que consistia em reafirmar sua figura de *outsider*¹³, mensagem que, ao longo da campanha de 2018, ganha paráfrases, como quando enuncia que “seu partido era o Brasil”. Por tudo isso, a juventude, ao que parecia, havia sido capturada pela figura “carismática” daquele político que se apresentava contra “tudo o que está aí”.

O *meme*, assim, apresentou-se a mim como uma poderosa ferramenta de comunicação, de interpelação e mesmo de crítica política, ainda que desprovida de qualquer racionalidade, visto que as alunas e, principalmente, os alunos não se preocupavam com o fato de Bolsonaro adotar posições pró-tortura, mas, antes, davam importância ao *status* de sua fala “eloquente”, à sua “autenticidade”, à “simplicidade” e à maneira com que “lacrava”, deixando seus críticos sem argumentos exatamente porque “dava fora nos outros” através da violência. Algo fácil de compreender, atraente e, por isso mesmo, *espetacular*, como o conceito emprestado de Debord (1997), mais bem explorado no capítulo quatro; algo, portanto, que clamava por fácil identificação, especialmente para a/o jovem inquieta/o e já acostumada/o à linguagem digital e às imagens a ela atreladas, ali contidas nessa semântica viral, virulenta e violenta.

Esse é o fascínio que o *meme* desperta, tanto em quem é por ele capturada/o quanto em quem o analisa: a conjunção de imagem, de anonimato na autoria, de universalidade na temática, de características do gênero textual charge, de capacidade de síntese de situações complexas, de ser lúdico e, por isso mesmo, de promover escapismo e *diversão*. Foi, portanto, a partir de minha experiência empírica como professor, que comecei a perceber que as/os neofascistas se apropriaram da forma do *meme* e passaram, assim, a

¹² De acordo com Leocádio (2020), “GIF (Graphic Interchange Format) é um formato de imagem que foi lançado pela empresa CompuServe no ano de 1987. Em português, a sigla significa Formato de Intercâmbio de Gráficos, e este formato possibilita a compactação de várias cenas, exibindo movimento. Os GIFs não possuem som, as próprias imagens transmitem a mensagem desejada. [...] O seu uso em redes sociais, no entanto, segue em alta, visto que é possível criar um ambiente completamente descontraído através da utilização do GIF”.

¹³ Literalmente, “um indivíduo que não pertence a um grupo determinado”, “alguém de fora” de um segmento social, no caso, da classe política. Retomo, aqui, uma ponderação feita na dissertação de mestrado: não se concebe ser um “outsider” estando há 28 anos no sistema político brasileiro, tal é o caso do presidente eleito em 2018.

também colocar seus conteúdos para que fossem mais bem aceitos pela população. “Mas estamos falando de uma escola!...”, diria as/os mais cautelosas/os. E, como educador, faço o alerta: a escola é um microcosmo político, um dos mais importantes *aparelhos ideológicos de Estado* (ALTHUSSER, 2007); muito do que lá acontece reflete e/ou refrata o discurso que circula socialmente. Como se pode observar, o neofascismo digital ali se materializa, na linguagem e no espaço escolar.

Valho-me, ainda, de minha posição-sujeito de professor-pesquisador, e do lugar de fala que ainda ocupo na educação básica, para chamar atenção a outro aspecto: no ano de 2015, quando o *meme* mesclado ao discurso neofascista capturava minha atenção de incipiente pesquisador, tudo ocorria num ambiente elitizado, em um colégio em que estavam as/os filhas/os da burguesia. Já agora, como professor da rede pública de ensino, é alarmante perceber que muitos sujeitos-educandos em situação de vulnerabilidade e de exposição às várias formas de violência prescritas pelo fascismo brasileiro contra essa mesma população estão, eles próprios, inscritos na *formação discursiva fascista*, cooptados pela ideia de militarismo e de vendeta, reproduzindo *memes* e *fake news* a favor de um discurso reacionário, o que indica, assim, um cenário em que o neofascismo brasileiro vem ganhando espaço junto às massas, não mais concentrado apenas na classe dominante brasileira, cuja violência como discurso (logo, como prática) sempre a marcou e a definiu.

A observação empírica do discurso político se tornou inspiração, de alguma forma, para trabalhar esta questão na academia. Ainda não percebia o poder devastador da política neofascista no meio digital – nenhum de nós, creio, nem mesmo os partidos políticos tradicionais que participaram do pleito de 2018. Obviamente, junho de 2013 e as mobilizações pelo golpe-*impeachment* de 2016, promovidas pelo “Movimento Brasil Livre” e “Vem pra Rua”, utilizaram-se de *memes* e dos meios digitais para a convocação aos protestos golpistas e antidemocráticos de então. Mas a imprensa hegemônica¹⁴ ainda desempenhava papel central na produção e consolidação de determinados efeitos de sentido para deferir o golpe em Dilma. Por este motivo, cheguei à banca de seleção do

¹⁴ “[...] a imprensa hegemônica no Brasil [é] assim chamada por ter hegemonia de poder e capital no país, tendo ressonância significativa inclusive na agenda econômica e política através de seu discurso. Inscrita na *formação ideológica do capital*, por ter práticas que são orientadas à exploração do trabalho, à mais-valia e à obtenção de lucro, esta imprensa [...] é aquela cujo funcionamento está intrinsecamente associado ao próprio sistema capitalista, seja na produção (entendendo-se, então, o jornalismo como produto das gráficas e das redações), seja na distribuição e circulação de mercadoria (que se realiza com o consumo de revistas e jornais, uma vez postos à venda, e com a publicidade de grandes empresas a lhes financiar). Logo, [...] uma imprensa já-comprometida ideologicamente, sem o véu da ‘imparcialidade’ a lhe encobrir” (ALMEIDA, 2021, p. 26).

mestrado com um projeto intitulado “A construção do *impeachment* de Dilma Rousseff na mídia hegemônica como propulsora do discurso da ultradireita brasileira”. E, muito sabiamente, fui arguido no sentido contrário: “Não seria o discurso do que você chama de ‘ultradireita brasileira’ a propulsora da construção do *impeachment* de Dilma?”.

O que minha semântica de então chamava de “ultradireita” agora é nomeada como deve ser: fascismo. Um fascismo eterno, como nos fala Eco (2019), que no Brasil República frequentemente se expressa como eliminação de corpos negros, como misoginia, como homotransfobia, como violação de direitos civis, como classismo, como exclusão social pela adoção de políticas que promovem a desigualdade. Foi este fascismo que construiu o consenso para golpes de Estado no Brasil, tanto o de 1964 quanto o de 2016. Foi este fascismo que absorveu traços discursivos do integralismo da década de 1930, da ditadura de 21 anos que nos assolou e que, anistiada, desaguou em Bolsonaro. E este fascismo estava, agora, apresentado à população como *espetáculo*, ainda que grotesco: um fascismo sendo votado e comemorado como projeto nacional.

O desenho inicial do mestrado, então, modificou-se. A dissertação terminou por ser intitulada “Democracia impedida: imprensa, memória e *impeachment* no Brasil”, e voltou-se à análise dos dizeres e das imagens que compunham o discurso da mídia capitalista brasileira, muitas das quais já adotando o visual que marcaria o bolsonarismo, como o uso da paleta de cores verde e amarela e dos símbolos nacionais para sustentar o discurso pró-golpe. Nesta tese, voltaremos a fazer gestos analíticos de discursos que mesclam imagens e textos verbais, uma das combinações mais frequentes do *meme*, um dos veículos de análise de nosso objeto de estudo, o discurso fascista. Uma questão, contudo, carecia de maior atenção e somente agora, com a tese apresentada, é que dela trataremos: o (neo)fascismo, um dos pilares, senão o pilar, da destituição de Dilma Rousseff do poder.

É por esta razão que o trabalho do mestrado é aqui continuado, uma vez que, ao havermos tocado, ainda que tangencialmente, o fascismo que operou o golpe-*impeachment* de 2016, é preciso, agora, continuar a reflexão ali iniciada, colocando o enfoque no neofascismo que se continuou e recrudesciu a partir do *acontecimento discursivo*¹⁵ do golpe, tão danoso para a democracia brasileira. Entendemos, assim, que

¹⁵ Para Pêcheux (2015, pp. 16-19), um “ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória”, que se dá a partir de um “fato novo em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar”. Durante o mestrado, já aventávamos que, “por romper com a ordem discursiva dominante de então, a qual procurava harmonizar relações inconciliáveis entre o capital e o trabalho [...], o *impeachment* de Dilma também representa, assim, um *acontecimento discursivo*” (ALMEIDA, 2021).

o desenvolvimento da democracia brasileira não foi apenas impedido, mas que o próprio edifício democrático brasileiro foi danificado a ponto de deixar com que as fissuras, rompimentos e fraturas deste acontecimento ficassem cada vez mais evidentes. Aventamos que a eleição de Jair Bolsonaro a Presidente da República em 2018, um homem público que, em discurso e em prática, opõe-se frontalmente ao desenho republicano, cidadão e democrático da Constituição de 1988, representa o maior ponto de ruptura com o projeto de sociedade estabelecida por esta Carta Magna, construída a muitas mãos por setores que se opunham ao fascismo da ditadura militar anterior.

Desta maneira, consideramos que a democracia já não estava apenas impedida, mas, havendo atingido um ponto de ruptura iminente, ela apresentava uma fratura exposta. Ainda assim, falamos em democracia; é preciso reconhecer que as instituições e a sociedade civil que a compõe tenham demonstrado resiliência durante a pandemia da COVID-19 (na figura do SUS, da Fiocruz, do Instituto Butatã, dos governos estaduais e municipais etc.) e, mais especificamente, na própria organização de setores classicamente burgueses, como o Judiciário brasileiro, na defesa dos poderes instituídos que foram atacados por terroristas em 8 de janeiro de 2023. Ainda que resistente, não há como negar que a democracia apresentava, após setes anos de assaltos no período entre 2016 e 2023, uma profunda fragmentação. E, por isso, propomos que a tese se intitulasse “Democracia fraturada”, dando continuidade ao programa do mestrado, ao tempo que demonstrando que aquela democracia, uma vez impedida, fraturou-se em seu âmago institucional, uma vez que o projeto político neofascista houvesse se instalado no poder.

A tese que resultou de todas essas ponderações e que aqui se apresenta é estruturada em cinco capítulos. No primeiro e segundo deles, analisam-se o objeto de estudo deste doutoramento, qual seja, o discurso fascista brasileiro, em particular no meio digital, passando-se à explicação de conceitos técnicos que dizem respeito não apenas aos dispositivos teórico e analítico da Análise do Discurso, mas também às formas como a tecnologia se coaduna com os efeitos de sentido desse discurso. É por este motivo que se fará uma análise das *condições de produção* do discurso fascista, desde o fascismo clássico até o contemporâneo. Dessa forma, procura-se articular nosso objeto com a teoria de que nos valem para a análise, num movimento analítico que, ao tempo em que se compõe tecnicamente o objeto, historiciza-o, buscando-se compreendê-lo em gestos de inicial interpretação.

No terceiro capítulo, passa-se à análise da religião cristã evangélica como um sustentáculo ideológico poderoso para o neofascismo brasileiro. Para bem fundamentar a

questão e interligá-la ao sistema capitalista, o estudo da obra de Max Weber, “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, será essencial para que se entendam as relações entre a racionalidade exigida pelo capitalismo, enquanto um sistema de produção e organização social, e a ética individual promovida pelos pentecostais clássicos, observando-se como o neopentecostalismo vem modificando a ideia original de calvinistas e luteranos históricos, que percebiam a fruição material e a usura como um resultado de um processo de ética do sujeito religioso, e não como um fim em si mesmo.

Ao focar na *teologia da prosperidade* neopentecostal e no desfrute material que normalmente orienta as práticas dos sujeitos usuários de redes sociais, faz-se, assim, um necessário elo do debatido no capítulo 3 com o capítulo quarto, que trata da sociedade do espetáculo, conforme o pensamento de Guy Debord (1997). Mais especificamente, este quarto capítulo tem como foco de análise o germe neofascista, já assentado pela violência estrutural brasileira, mas que ganha impressionante fôlego devido ao sensacionalismo e à espetacularização da violência na mídia. Assim, analisam-se produtos culturais do cinema e da TV que, tornados espetáculos, veiculam mensagens marcadamente fascistas e misóginas, já indicativos do que seria o governo de Jair Bolsonaro em tempos de comunicação e de relacionamentos nas redes sociais. A espetacularização da violência, apontar-se-á, dá-se num *continuum* que migra das mídias audiovisuais tradicionais e chegam às ramificações das mídias digitais, sendo o discurso de ódio e de violência sensacionalista, com penetração e difusão muito mais aceleradas na era digital, tornado mais espetacular, mais exibido – portanto, mais “*interpelável*”.

É a partir das redes sociais e dos *memes* que nelas circulam que se conclui a tese com o derradeiro quinto capítulo, voltado a analisar as características deste gênero textual e as sequências discursivas do então presidente Bolsonaro. À luz de Orwell (2009), Adorno (2020) e Horkheimer (2020) e, finalmente, Pêcheux (1990), analisa-se como se comporta uma personalidade notoriamente autoritária numa posição de poder – e com que “língua” esta personalidade se expressa. É neste ponto que a semântica fascista é examinada, observando-se sua relação com a sociedade que a propiciou, sobressaltando-se a *novilíngua* orwelliana que caracteriza grande parte da *formação discursiva bolsonarista*, que apontamos como subproduto da *formação discursiva fascista*.

Espera-se que, ao final desta leitura, a/o leitor/a saia transformada/o, refletindo sobre como o fascismo se atualiza na forma, ao mesmo tempo em que seu conteúdo permanece integralmente o mesmo. Mais importante, espera-se que a/o leitor/a leve consigo a reflexão acadêmica, filosófica, social e, sobretudo, humana, a respeito de como

o fascismo nos ronda há bastante tempo, e como ele vem furiosamente se manifestando como política pública no Brasil hodierno.

Em suas próprias reflexões, Umberto Eco, a quem recorreremos bastante nesta introdução, já observava que “em nosso futuro, desenha-se um populismo qualitativo de TV ou internet, no qual a resposta emocional de um grupo selecionado de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a ‘voz do povo’” (2019, pp. 56-57). Entender os efeitos de sentido elaborados na seara digital e que chegam ao povo, fazendo com que com eles se identifiquem, portanto, é algo fundamental para que não se permita que populistas e fascistas de quaisquer espécies se utilizem do poder que a tecnologia nos oferece para corroer, com seus discursos reacionários, nosso tecido social.

CAPÍTULO I – DISCURSO, CAPITALISMO E FASCISMO

O objeto de estudo desta tese é o discurso fascista, mormente aquele que toma a formas dos *memes* no espaço digital para significar e fazer circular efeitos de sentido. Antes de conceituar a categoria discurso para, a partir de então, delimitar as características do discurso fascista, é preciso que definamos o que é o digital e por que ele é tomado como materialidade significativa em nossa análise.

Segundo Cristiane Dias (2019, p. 56),

o digital ressignificou o sentido em sua materialidade, naquilo que concerne às relações históricas, sociais e ideológicas dos processos de significação. Esses processos passam por instâncias da vida prática e dos modos de produção de existência dos sujeitos: trabalho, cidade, relacionamentos, língua, escrita, leitura, ciência, sociabilidade, movimentos da sociedade etc.

Desta maneira, percebe-se que a sociedade contemporânea, que se faz menos analógica e mais digital com a consolidação da internet como meio de comunicação, ocorrida na virada do século XX ao XXI, faz circular sentidos possíveis também nesta esfera virtual. Assim, discursos diversos não só circulam, mas se constroem e tecem redes de sentidos e possibilidades de significação na digitalidade, uma vez que o digital passa a ter existência concreta e constante na vida das pessoas.

Das diversas materialidades digitais selecionadas para compor o *corpus* desta tese, o *meme* aparecerá como um gênero discursivo de destaque. Isso porque não apenas é maciçamente presente na comunicação digital hodierna, mas também, como entende Dias (2019, p. 60), porque permite um trabalho de leitura de “textualização pelo digital”, o de produzir efeitos de sentido e, principalmente, o de produzir um “efeito de série” que regulariza/estabiliza sentidos ao tempo em que demanda participação ativa das leitoras/leitores que participam dessa serialização. Essa leitura em série permitida pela materialidade do *meme*, por exemplo, faz com que os sentidos sejam construídos coletiva e anonimamente, admitindo que um discurso nele veiculado tenha contornos que produzam duplo efeito: efeito-autor e efeito-leitor (DIAS, 2019), ou seja, aquela/aquele que lê o *meme* também o significa ao fazê-lo circular, ao compartilhá-lo, mas também ao modificá-lo, ao acrescentar algum novo traço ou contexto a ele, ainda que o sentido seja instado a se estabilizar numa direção e tema.

Em vista disso, cabe ressaltar que o discurso fascista, nosso objeto, foi largamente difundido pelos sujeitos evocadores desse discurso como forma de interpelar os

indivíduos no âmbito digital, mormente no processo político-discursivo que abrangeu os anos de 2015 (período pré-golpe-*impeachment*) a 2022 (período em que houve a derrota eleitoral do neofascismo epitomizado por Jair Bolsonaro). Pelo digital, a interpelação do discurso fascista se fez eficaz, já que demandava de quem a ela era exposto que a rechaçasse, a aprovasse, a compartilhasse – instava, em suma, a *participação* do sujeito interpelado, reclamando-lhe uma posição de identificação ou contraidentificação com dado discurso, provendo-lhe, ademais, de um senso de pertencimento a grupos que, embora anônimos e virtuais, concretamente existiam.

Através de vídeos, *fake news* e postagens diversas, inclusive com o uso abundante de *memes*, este discurso circulou pelo digital, constituindo a tessitura da digitalidade, produzindo textualidades seriadas (DIAS, 2019) que chamaram os indivíduos a se assujeitarem às posições-sujeito conservadoras e mesmo reacionárias no quadro da representatividade política brasileira no ano de 2018. Pela centralidade ocupada pelo digital e pela disputa política que nele ocorre atualmente, entendê-lo é, portanto, fundamental para que se observe o discurso fascista contemporâneo, o qual, mesmo eleitoralmente derrotado em 2022, persiste como força política no Brasil.

Passemos agora à definição de discurso, tendo como prisma a Teoria da Análise do Discurso (doravante AD) filiada à reflexão teórica sobre língua e ideologia, iniciada por Pêcheux e colaboradoras/es no final da década de 1960 e continuada por muitas/os pensadoras/es no Brasil. Duas delas, professoras da Unicamp, serão aqui trazidas para inicialmente delimitarmos nosso objeto de estudo sob uma perspectiva teórica. Zoppi-Fontana (2014, pp. 37-38) compreende o discurso como “um objeto teórico, integralmente linguístico e integralmente histórico, [...] que permite estudar a relação entre a língua [...] e a ideologia”. Neste diapasão, Orlandi (2020) o define como um conjunto complexo de dizeres e de práticas sociais, sustentados em relações ideológicas perante o mundo. Segundo ela:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. **O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem:** com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2020, p. 13). *Grifo nosso.*

Enquanto prática social, o discurso pode se manifestar de diversas formas e ter múltiplas materialidades, sendo a língua e as imagens às que recorreremos em nossas

análises – justamente a composição utilizada em *memes*, um dos gêneros discursivos mais utilizados hodiernamente para fazer circular o discurso político atual. Ao expressar, historicamente, a ideologia, um discurso como esse, pela língua e por seus elementos significativos outros, engendra sentidos para as posições discursivas ocupadas pelos sujeitos que o enunciam.

Cabe perguntar, todavia: que sujeito discursivo é este? Qual sua posição e lugar no mundo? Em que tipo de sociedade ele habita? Certamente que não estamos falando do mundo primitivo, tampouco do período medievo; já demos fartos indícios de que nosso objeto se trata de um discurso inscrito no hodierno, pois que já efetuamos os primeiros gestos de análise acerca do discurso fascista inscrito numa conjuntura do capitalismo neoliberal.

Para o analisarmos, pois, é imprescindível que tratemos dessa contemporaneidade e analisemos como ela se estrutura socialmente: não estamos falando de um modo de produção escravista ou feudal, por exemplo. Estamos tratando de uma sociedade constituída de classes que tem como central a exploração do homem por outrem através da venda de sua força de trabalho, equiparada, portanto, à qualidade de mercadoria; uma sociedade em que, enquanto dissolve o valor de uso do trabalho, impõe o valor de troca e a mais-valia. Esta não é qualquer sociedade na história humana; esta é a sociedade resultante de processos históricos que, há aproximadamente 300 anos, vêm modificando o tecido social e as formas de relação e de produção humanas. Historicamente, tal sociedade vêm se reproduzindo ou se transformando por meio da conquista de novos territórios; da (re)organização das cidades e dos Estados nacionais; do estabelecimento do modelo industrial em todos os âmbitos da vida humana (desde a manufatura aos campos agrícola, escolar, midiático, cultural etc.); e mesmo pela representação política, que combate ou reforça as contradições oriundas deste sistema social. Estamos tratando, logo, de uma sociedade inscrita no *modo de produção capitalista*¹⁶.

Se o nosso objeto é um discurso hodierno, para descrevê-lo é imperioso falar do capitalismo, pois é esse o sistema que rege os homens no período histórico considerado para a análise. E é no discurso – nos efeitos de sentido por ele produzidos – que se

¹⁶ Conforme Netto e Braz (2012, pp. 108-109): “O modo de produção capitalista [...], que sucedeu, no Ocidente, o modo de produção feudal, é hoje dominante em escala mundial. Desde sua consolidação, na passagem do século XVIII ao XIX [...], impera na economia das sociedades mais desenvolvidas (centrais) e vigora na economia das sociedades menos desenvolvidas (periféricas). O MPC é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um *sistema planetário*, [fundado] na exploração do trabalho”.

encontram os alicerces ideológicos que refutam ou sustentam o próprio sistema capitalista, seus valores e suas práticas. As relações de força conflituosas existentes numa sociedade cujo motor é a luta de classes se manifestam nas formulações do sujeito – no que ele diz (o dito) – sobre a realidade que o circunda, em suas formações discursivas. O dito, contudo, revela não ditos e mesmo o silenciado. Esse conjunto de ditos, não ditos, do dizível, do não dizível, mas também dos silêncios, estrutura-se nas condições históricas objetivas dos homens. Por isso, para fazermos uma análise discursiva, necessário é observar “as margens do dizer”, pois elas “também fazem parte dele” (ORLANDI, 2020, p. 28).

Como no procedimento da Análise do Discurso “necessita-se compreender e explicar o ‘conjunto complexo e contraditório’ (o interdiscurso) das formações discursivas em jogo numa dada formação social sob a dominação do conjunto das formações ideológicas” (AMARAL, 2007, p. 24), passemos a tratar destes conceitos para melhor situar nosso objeto, seus dizeres e “as margens de seu dizer”.

Este capítulo se divide em quatro itens que vão observar os conceitos próprios da Análise do Discurso e os correlatos, que importam para a caracterização e historicização do objeto da tese. No primeiro tópico, alguns conceitos teóricos caros à AD são explanados enquanto já se coloca o objeto de estudo da tese à luz desses construtos. No item subsequente, as categorias da ideologia, de formação ideológica e discursiva e de interdiscurso são trazidas para melhor situar o discurso neofascista e entender seu funcionamento, com destaque para o que chamamos de *formação discursiva fascista*; logo após, no item 1.3, dar-se-ão as definições necessárias sobre a linguagem dos *memes* e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ferramentas que vêm se mostrando essenciais para que grupos neofascistas e/ou de extrema direita se comuniquem massivamente. De posse destes conceitos, passar-se-á à análise propriamente dita. O item 1.4 traz o dispositivo analítico utilizado na pesquisa, com o *corpus* delimitado para que, enfim organizado, proceda-se o gesto analítico.

1.1 O percurso do discurso

Para compreendermos a Análise do Discurso, sua importância e sua fundação, é necessário que se faça um breve movimento de retomada dos estudos linguísticos que permitiram sua emergência. Enquanto a AD se firmou como ciência há apenas algumas décadas, a partir dos anos de 1960, os estudos da e sobre a linguagem já percorriam seus

caminhos desde remotos tempos. Contudo, somente a partir de Ferdinand de Saussure, com o *Curso de Linguística Geral* (CLG), é que a ciência da linguagem se estabelece enquanto tal. A revolução saussuriana inaugurada pelo CLG diz respeito ao corte epistemológico que ele promoveu: passa-se a ter um objeto de estudo bem delimitado – a língua –, tomada numa perspectiva diferente em relação à maneira como se a apreendia anteriormente, percebendo-a como um *sistema* dotado de regras e mecanismos inerentes a si mesmo, cuja primazia científica reside na *sincronia*, isto é, o sistema linguístico se percebe a partir de sua relação atual com os sujeitos falantes.

Por sua incipiente fundação, foi próprio da trajetória da linguística, ao longo do século XX, focar em suas questões internas, não encontrando espaço ou consenso em torno da questão semântica. Com uma demanda para organizar seu campo, seu objeto, suas questões e sua estrutura, a linguística foi ganhando contornos cada vez mais voltados para seus próprios dispositivos teóricos, mecanismos e funções; discussões sobre o componente dos sentidos das palavras (ou, por extensão, dos efeitos de sentido) e da interpretação de enunciados, ou seja, sobre semântica, ou ficaram à margem ou presas ao formalismo científico predominante, até porque esta ciência gozava de pouco tempo de sua fundação enquanto tal. Havia a percepção que o estudo da língua não deveria imiscuir-se com outros campos do saber, não sendo a semântica, assim, uma prioridade nos estudos linguísticos, tanto que a dicotomia *langue/parole* de Saussure dava prioridade à língua, entendendo a fala como uma questão instável e não pertinente à linguística propriamente dita.

Decerto que a contribuição saussuriana foi essencial para a organização não apenas da linguística, mas também para toda uma visão epistemológica que atravessou o século XX, permitindo o estabelecimento dos estudos sincrônicos e das escolas de pensamento que se baseavam no estruturalismo científico. Como um campo de saber essencial para a Análise do Discurso, a contribuição teórica saussuriana permitiu que a AD dispusesse de uma materialidade significante (a língua) a partir da qual pudesse desenvolver seus procedimentos e metodologias analíticas de interpretação. Em outros termos, é o que chega à conclusão Orlandi (2020, p. 20): “A língua é assim condição de possibilidade do discurso”.

A importância da teoria saussuriana seria sentida já na fase da AAD-69¹⁷, em que Michel Pêcheux, pensador fundamental para a Análise do Discurso, “tira proveito do

¹⁷ A Análise do Discurso pêcheutiana passa, grosso modo, por três fases. A primeira delas tem como símbolo a publicação de “Análise Automática do Discurso” (AAD), focada na “máquina discursiva”

fundamento do deslocamento saussuriano, ao reconhecer o traço fundamental sobre a linguística moderna a partir de Saussure: a língua é um sistema” (GADET *et al*, 2014, p. 42). No entanto, como aponta Florêncio *et al* (2016), a problemática de uma “linguística da língua”, focada na *langue* saussuriana em detrimento da *parole*, reside no fato de que, uma vez considerada a estrutura por si mesma, pouco sujeita a mudanças, estabilizada e ideologicamente neutra, outros elementos, como a fala, o sujeito e as relações sociais, são deixados à revelia da discussão sobre o papel da linguagem.

Isto significa dizer que, ainda que a linguística tenha colocado um objeto de estudo claro e delimitado – a língua –, ao qual recorreremos, carecia-se de pensar a linguagem não apenas voltada para si mesma, produtora de sentidos únicos e cristalizados, já que os sentidos mudam a partir das diferentes posições ideológicas dos sujeitos. Requeria-se pensar a língua, pois, não somente como um sistema abstrato, mas como componente do mundo das mulheres e dos homens e como ferramenta transformadora deste mundo.

Na década de 1960, era mui diversa a conjuntura em que se encontrava a linguística, inscrita num horizonte teórico heterogêneo e em modificação, intrinsecamente ligada às mudanças sociais que eclodiram à época. Como nos informa Florêncio *et al* (2016):

A França dos anos 60 não estava alheia ao turbilhão dos acontecimentos mundiais da época; pelo contrário, a Europa ocidental era um dos seus centros motrizes. O desfecho da Segunda Guerra Mundial dependeu exclusivamente de dois países não situados na Europa ocidental: os Estados Unidos (não europeu) e a União Soviética (leste europeu e parte da Ásia). **A Europa ocidental é deslocada do centro do poder internacional e passa a viver as inseguranças da guerra fria.** [...] A prosperidade da Europa ocidental [...] não ocorreu sem o aumento da desigualdade social, da exploração de classes e do afloramento dos movimentos sociais. [...] **Toda essa convulsão na conjuntura francesa [...] incidiu no campo epistemológico**, onde também ocorreu um questionamento dos saberes estabelecidos, dentre eles o estruturalismo reinante na França na década de 60. (pp. 21-22). *Grifos nossos.*

empreendida por Pêcheux a partir de 1969, período no qual conceitos dos estudos do discurso estavam alinhados aos da ciência da computação. Neste íterim, os discursos analisados encontravam-se mais “fechados”, ou melhor, analisados a partir de um viés estrutural e com condições de produção mais estabilizadas. Na segunda fase, já a partir da AD pós-1975, com a publicação de “Semântica e Discurso”, há uma reformulação da AAD-69; os conceitos discursivos passam a ser menos estruturais e mecânico-computacionais e mais voltados à filosofia da linguagem, incluindo questões como o sentido e a sua matriz: a Formação Discursiva. Finalmente, a AD é mais uma vez reformulada, a partir da releitura do próprio Pêcheux acerca de muitos de seus conceitos iniciais, fase que tem como marco a publicação de “O discurso: estrutura ou acontecimento?”, de 1981. O conceito de máquina discursiva é completamente abandonado, sendo suplantado pela ideia de interdiscursividade. O interdiscurso, uma categoria central para o trabalho que aqui se apresenta, então viria a ser umas das principais teses da AD, continuando-se nos estudos realizados na contemporaneidade.

Ainda a respeito desse quadro sócio-histórico e epistemológico de mudanças, Amaral (2007, p. 16) nos informa que “a AD desenvolveu-se na década de 60 em oposição a dois quadros teóricos dentro do domínio da linguagem: o do *estruturalismo linguístico* de Saussure [...] e o do projeto da *gramática gerativa transformacional*, conduzido por Noam Chomsky na década de 50”. É por este motivo que “Pêcheux propõe romper com esses dois vieses da linguística a partir de uma construção de uma teoria do discurso com base no materialismo histórico” (*idem*).

A movimentação política, social e teórica da referida década, cujo ápice se deu nas greves trabalhistas e no movimento estudantil de maio de 1968 na França, é o panorama do nascimento da Análise do Discurso. Esta ciência surge nesta conjuntura, na tentativa de dar cabo do que não conseguia abarcar a linguística. Assim, os estudos da linguagem “passam a considerar sua dualidade constitutiva, isto é, seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado pelo social, pela história e, consequentemente, pela ideologia. A materialidade da língua funde-se à materialidade da história e opera nas relações sociais” (FLORÊNCIO *et al*, 2016, pp. 22-23).

Michel Pêcheux, fundador da Análise do Discurso, preocupa-se em estabelecer o discurso como este lugar de contato entre língua e ideologia, como já apontado anteriormente. Este lugar de contato entre o linguístico e o ideológico observado por Pêcheux é o que faz da AD um campo de intermédio, não apenas levando em consideração análises estritamente estruturais ou conteudistas dessa disciplina, já que, a partir da linguística, passa-se a considerar a história e a psicanálise no quadro teórico delineado por Pêcheux.

Isso lhe permite conceber, diferentemente das ciências sociais, o que é e como funciona a ideologia (pela não-transparência da linguagem: leia-se pela tomada em consideração da materialidade linguística), ao mesmo tempo em que desloca o conceito de língua em sua autonomia absoluta (como é vista na linguística) para a autonomia relativa (pensando a materialidade histórica). **Daí ser a análise de discurso por ele proposta distinta da análise de conteúdo e da análise linguística.** (ORLANDI, 2020, p. 17). *Grifo nosso.*

Nesse sentido, a Análise do Discurso representa um novo corte epistemológico, não só na linguística, mas também nas ciências sociais, pois a AD se constituiria no entrecruzamento da linguística com outras áreas do saber científico, mormente a psicanálise de cunho lacaniano e o materialismo histórico proposto pela teoria de Marx, cuja leitura surge, em Pêcheux, também por influência de Althusser, notadamente

preocupado com a ideologia; será Pêcheux quem se debruçará sobre as relações entre a linguagem e a ideologia para formular uma teoria do discurso.

Resgatado o estatuto do materialismo histórico, a teoria do discurso rompe com paradigmas que sustentavam que o objeto fosse determinante da significação e o sujeito o “senhor absoluto do seu dizer”, dando ênfase, antes, à perspectiva de historicidade do objeto (AMARAL, 2007). Compreendemos, assim, que a linguagem é um produto de sujeitos atrelados às condições sócio-históricas, não podendo “a história ser apartada do funcionamento da língua no discurso, [reconhecendo-se] a Análise do Discurso como uma disciplina de entremeio no campo das ciências sociais” (AMARAL, 2007, p. 19).

A Análise do Discurso surge, pois, como uma disciplina que articula as contribuições da linguística com este mundo do ser social, essencialmente pela via da dialética e do materialismo histórico, tendo como objeto de estudo, enfim, o discurso, entendido por Florêncio *et al* (2016, p. 23) como a “relação indissociável entre língua, história e ideologia”. A Análise do Discurso preocupar-se-á, pois, com a língua enquanto *práxis social e histórica*, em uso numa significação contextualizada.

No caso particular da Análise do Discurso pêcheutiana, sua filiação ao materialismo histórico-dialético deve levar seus pesquisadores a buscarem o discurso em sua processualidade histórica. Isso significa que o analista não pode se restringir apenas à materialidade empírica do discurso e nem tomar ideias abstratas que circulam nas sociabilidades, mas tem que tratar os discursos como prática de sujeitos, no seu fazer histórico-discursivo [...]. (FLORÊNCIO *et al*, 2016, p. 44).

Para a AD, portanto, a língua não é algo estático, imutável; ela produz sentido e, desse modo, há um trabalho simbólico da linguagem que media o homem e a sua realidade material. O homem reconhece o mundo simbolicamente, por meio da linguagem e dos discursos que nela se constroem. Por isso, as/os analistas do discurso não trabalham com a língua como mero sistema abstrato, mas, sim, com a língua enquanto pertencente à história, às culturas e às sociedades, língua esta que é falada por um sujeito historicamente marcado, ideologicamente constituído e socialmente produzido. Concebida em sua dimensão histórica, as condições de produção da linguagem – e dos discursos – são levadas em consideração.

Esta é uma concepção materialista da língua, ou seja, que a vincula às condições históricas de produção, cujos sujeitos enunciatários produzem sentidos discursivos constituídos/“atravessados” por ideologias distintas, como reflexo da herança histórica que os condiciona e do processo histórico em que se inserem. Os estudos em AD,

portanto, ultrapassam a concepção “frasística”, estrutural, da linguística, especialmente aquela linguística de cunho estritamente saussuriano.

A partir das investidas intelectuais de Michel Pêcheux, especialmente a partir da AAD-69, a Análise do Discurso firma-se, assim, como disciplina autônoma; “disciplina de entremeio”, como afirmado por Orlandi (2020): uma ciência ancorada na linguística, na psicanálise e no materialismo histórico. Este ocupa importante papel na Análise do Discurso, pois é a partir da dialética proposta por Marx que se pensa a/na linguagem a partir de um objeto teórico definido – o discurso – que, diferentemente do objeto saussuriano, não é apenas a língua abstrata enquanto sistema, eivada de ideologia ou de historicidade. O discurso abarca a língua, mas também inclui o processo no e pelo qual mulheres e homens criam significados, sentidos, efeitos de sentido – *fazem-se mulheres e homens e, portanto, fazem a história*, na materialidade em que se encontram, materialidade esta que inclui a humanidade no seu ser, em seu quefazer¹⁸ e em sua expressão de seu ser e de quefazer, sendo a língua constituinte desse processo.

A leitura de Althusser e de Marx é de suma importância para o trabalho desenvolvido por Pêcheux na AD. É de Althusser, de quem Pêcheux foi aluno, que construtos teóricos importantes para a Análise do Discurso, como o fenômeno da interpelação ideológica, são trazidos à discussão da filosofia da linguagem. A partir dessa leitura althusseriana, que é uma leitura essencialmente marxiana, desenvolvem-se conceitos fundamentais para a AD, como o de formação ideológica (FI) e o de formação discursiva (FD). E aí se chega ao ponto nodal da teoria discursiva: a FD é, como assevera Pêcheux (2014), a matriz de sentidos de uma dada formação ideológica – a matriz de sentidos, então, de um discurso. É ela quem regula *o que pode e deve ser dito* (PÊCHEUX, 2014).

É exatamente por isso que, ao se realizar um gesto de análise, deve-se ter em conta que, quaisquer que sejam, todos os discursos são necessária e essencialmente ideológicos, e eles exprimem algo que condizem com a formação ideológica na qual se inscrevem. A FD, como dito acima, é quem produz os sentidos, ou os efeitos de sentido, de determinada ideologia; e é por este motivo que o discurso fascista, como se sustentará ao longo deste

¹⁸ Segundo o Dicionário Michaelis, “quefazer” é qualquer tipo de atividade, ocupação, tarefa etc. a ser cumprida; afazer. Tomamos a acepção desta palavra cf. Paulo Freire (2020), isto é, a de que o homem em seu quefazer significa o homem em seu trabalho de construir e ler o mundo do qual participa, ou, em outros termos, o homem como inscrito na história porque a faz.

trabalho, é a antítese do materialismo histórico – e, logo, contraponto à própria cientificidade da AD enquanto disciplina acadêmica autônoma.

Isso porque, como atesta Konder (2009), o discurso fascista, surgido na fase do capitalismo monopolista de Estado e nas condições sócio-históricas em que primeiro se desenvolveu, rejeita o aparato teórico do materialismo histórico, que se dispõe a analisar a sociedade de classes e as lutas que se travam nesta sociedade justamente devido ao entendimento de como funcionam as condições de produção e de distribuição (ou de concentração) da riqueza material produzidas pelo trabalho/exploração do homem na sociedade.

Por isso que, tendo uma disciplina como a AD, que se dispõe a analisar esta sociedade de classes e os discursos que nela circulam – a partir, também, e talvez primordialmente, da materialidade da língua –, os fascistas de todos os tempos, hodiernos e os de outrora, rejeitam o *status* de cientificidade do materialismo histórico e das ciências que dele se derivam ou que nele se baseiam¹⁹. O discurso fascista assim o faz uma vez que disciplinas críticas, não conformistas, como a Filosofia, a Sociologia e a Análise do Discurso, matérias que tomam como pontos de reflexão objetos teóricos distintos – como o ser social, o capital e o discurso – e que promovem, nesta crítica e nesta reflexão, propostas para o desenvolvimento humano e a autonomia do sujeito, sejam repudiadas por quem tem como *ethos*²⁰ a destruição do outro, do contrário, da humanidade mesma – o que não deixa de ser, em essência, a força-motriz do movimento do próprio capital e de seu poder destrutivo e desagregador, forjado no lucro a partir da exploração do homem.

É exatamente nesta articulação entre língua e história que buscamos entender a historicidade de nosso objeto – o discurso neofascista brasileiro – e os seus sujeitos enunciatários – representantes da extrema direita brasileira na política, dentre os quais o ex-presidente que supostamente governou a República entre os anos de 2019 e 2022. São

¹⁹ Como apontado pelo analista do discurso Carlos Piovezani (2020), há um inevitável embate entre o fascismo e a ciência, aqui representada pelo materialismo histórico e pela AD, já que “para o fascismo, a complexidade deve ser banida e a réplica crítica e o desacordo são vistos como uma traição. O totalitarismo, assim, é o que move o fascismo na sua expressão política”. Continua o autor: “Não ser contestado para ser mais bem obedecido, eis o ideal regime de escuta dos que falam a linguagem fascista” (PIOVEZANI, 2020, p. 19).

²⁰ Em “Arte Retórica e Arte Poética”, Aristóteles (1964) constrói uma teoria da argumentação na qual se entende que *ethos* se refere ao “caráter do orador”. Maingueneau (2005) reelabora esta categoria como *ethos discursivo*: “A noção de *ethos* discursivo refere ao fato de toda FD ter uma certa corporalidade, um certo tom, que a distingue de outras FDs e que participa na produção de efeitos de sentido e efeitos-sujeito que configuram os enunciados por ela determinados”. Seria o caso, assim, de dizermos que o discurso fascista tem “um certo tom”, pregando pela violência ao empregar palavras que a exprimam, produzindo efeitos de sentido que tornam comum a desumanização e, por consequência, a supervalorização do capital e da objetificação/mercadorização da vida humana.

esses sujeitos que continuam a atualizar o fascismo brasileiro em várias de suas vertentes. Inscritos na *formação ideológica do capital*, por ter práticas que são orientadas à exploração do trabalho, à mais-valia e à obtenção de lucro (mesmo que, para isso, corrompam os valores democráticos do país), o neofascismo que tomamos como referência na pesquisa é aquele cujo funcionamento está intrinsecamente associado ao próprio sistema capitalista.

Preconizando a exploração do homem na persecução de lucros, o estágio em que nos encontramos do capitalismo demanda cada vez mais ações estatais de caráter necropolítico para que, à revelia da vida humana, este sistema econômico seja preservado. É o que fica manifesto, por exemplo, na afirmação do ex-presidente Bolsonaro, produzida num contexto de desconhecimento e alta letalidade da pandemia de COVID-19, ao dizer que “é preciso pensar no vírus e na economia”²¹, como se houvesse possibilidade de pensar em produção econômica sem a vida humana sendo preservada. A esse tipo de exploração do homem, que significa inclusive deixá-lo exposto a risco letal de vida, somente se pode dar o nome de fascismo, já que provinha de um projeto político institucional de um governo cuja essência foi a morte e o desprezo pela vida humana, uma incivilidade patente que se resume em um dizer: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”²².

1.2 A formação discursiva fascista e a formação discursiva bolsonarista

Ao se falar em discurso fascista, é mister considerar o fato de que trabalhamos com o conceito de formação social da sociedade. O fascismo, como já viemos anunciando, origina-se de um sentimento compartilhado socialmente, manifestando-se de acordo com diversos critérios que o caracterizam, ocorridos isolada ou conjuntamente.

²¹ Na saída do Palácio do Alvorada, em 30 de março de 2020, na escalada macabra da primeira onda da COVID-19 no Brasil, o presidente, que comumente parava em frente a um cercado para falar com seus apoiadores e com alguns jornalistas, disse: “Não é apenas questão de vida, mas também de economia”. O uso da conjunção adversativa “mas” coloca em xeque a importância da “questão da vida”, já que o “mas”, como afirma Possenti (2017), é um operador argumentativo cuja finalidade precípua, mais do que contrapor um argumento anteriormente colocado, é a de negá-lo completamente.

²² Em 18 de abril de 2020, quando questionado por jornalistas sobre novo recorde de mortes registradas em 24 horas, com 474 óbitos, ultrapassando a China no número total de óbitos pelo novo coronavírus, Jair, irritado, proferiu este ultraje. Para outras mal articuladas verborragias presidenciais ditas ao longo da pandemia do coronavírus, recomenda-se a leitura do artigo da *Folha de São Paulo*: “Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi”, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>.

Antes de investigá-lo, é preciso avançarmos na análise da sociedade que propicia a emergência do fascismo.

Por formação social, entendemos, conforme Robin (1973), assim como posto por Amaral (2007, p. 24), “um complexo histórico constituído pela imbricação de diversos modos de produção e reestruturadas em função da *dominância* de um dos modos de produção”. Para Marx (2008, p. 47), tem-se, na sociedade capitalista, um modo de produção cuja força econômica está calcada no capital, constituindo a base material desta sociedade, a sua estrutura econômica, “a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. Nas relações de produção da sociedade, portanto, observa-se a dominância do capital – e por *formação social capitalista* entendemos este complexo histórico em que tal dominância opera²³.

Nas relações sociais postas pelas forças produtivas da sociedade que estamos analisando, duas classes fundamentais emergem: “A que detém os meios de produção, inclusive a força de trabalho – os capitalistas – e a que vende a força de trabalho, os trabalhadores” (AMARAL, 2007, p. 24). Dessa forma, é preciso considerar a ideologia e o papel que ela tem em produzir mecanismos de sustentação que conservam as diferenças entre trabalhadoras/es e capitalistas, “necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção na sociedade de classe”, uma vez que “a ideologia tem a função de ‘mostrar’ aos sujeitos da produção seu lugar no interior desta sociedade” (AMARAL, 2007, p. 25).

As extremas direitas mundiais, por exemplo, organizadas e com apelo convincente junto às massas de trabalhadoras/es, não poderiam fazer seus discursos fascistas serem ouvidos se a formação social, ou a conjuntura em que a sociedade se encontra, não a permitisse. Tais discursos, involucrados em *memes*, transmitidos em *lives*²⁴ e “postados”²⁵ nas redes sociais, comumente ganham adesão em momentos de crise do capitalismo, em que o medo e a insegurança dos sujeitos crescem na medida em que empregos são perdidos, a pobreza recrudesce, a criminalidade daí advinda aumenta e fluxos migratórios expõem a crise humanitária que o capital relega ao mundo, especialmente ao mundo subdesenvolvido.

²³ “O capitalismo é a organização da sociedade na qual a terra, as fábricas, os instrumentos de produção etc. pertencem a um pequeno número de proprietários fundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e, por isto, deve vender a sua força de trabalho” (LÊNIN *apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 101).

²⁴ Uma transmissão ao vivo de um conteúdo numa plataforma de rede social.

²⁵ O verbo “postar” é um estrangeirismo advindo de “to post”, já adotado no Brasil com o sentido de “postar”, e que, nas redes sociais, ganhou o sentido de “publicar”, “mostrar ao público”.

Logo, pode-se afirmar que o discurso fascista surge a partir de dadas condições postas por esta formação social que nos organiza. Particularmente, o discurso fascista irrompe como consequência exacerbada dos valores de *uma* das posições de classe possíveis desta sociedade: os valores e as ideias capitalistas, que defendem a propriedade privada e a competição entre os indivíduos, desumanizando, portanto, a vida em sociedade. Uma vez que os capitalistas detêm o controle da política e das mídias, propagando, controlando e financiando a política e os políticos cujos discursos, virulentos ou não, terminem por beneficiar esta classe, presume-se que há prevalência do ideário capitalista, o que o leva a ser não apenas aceito, como comungado socialmente, ainda que à revelia dos interesses de classe dos sujeitos em suas condições materiais de existência.

O capitalismo, portanto, cria ilusões. Uma delas é a de que o indivíduo pode, sozinho, chegar ao patamar de riqueza dos grandes burgueses, o que termina desagregando a consciência coletiva da classe das/os trabalhadoras/es que, juntas/os, poderiam subjugar um sistema que não lhes contempla. Outra ilusão engendrada pelo capital ocorre na esfera política, tomando a forma do despotismo que tem potencial, inclusive, de se inclinar ao fascismo. Sob crise, a sociedade, agitada, pode tomar o caminho da revolta contra o sistema que a organiza; para que isso não ocorra, a burguesia é capaz de entregar o poder a quem se utilize da agitação política e social no intuito de se criar um efêmero senso de ordem, ainda que à base da força, na própria desordem criada pela desigualdade social, para que também se detenha a possibilidade de uma revolução que subjugu o capital. Como descrito por Marx (2011, pp. 81-82) em situação semelhante à aqui analisada, quando da ascensão do tirano Luís Bonaparte na França,

a burguesia confessa que o seu próprio interesse demanda que ela seja afastada do perigo de governar a si própria; que, para estabelecer a tranquilidade no país, sobretudo o seu Parlamento de burgueses devia ser silenciado; que, para preservar o seu poder social intacto, o seu poder político devia ser desmantelado; que os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a propriedade, a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse condenada à mesma nulidade política que todas as demais classes; que, para salvar a sua bolsa, a coroa deveria ser arrancada da sua cabeça e a espada destinada a protegê-la deveria ser pendurada sobre a sua própria cabeça como espada de Dâmocles²⁶.

²⁶ Aqui, Marx faz referência a uma lenda grega: Dâmocles, bajulador do tirano de Siracusa, Dionísio, dizia-lhe que este era um homem afortunado por seu grande poder e autoridade, ao que o tirano propôs-lhe trocar de lugar com ele por um dia. À noite, durante um banquete, Dâmocles olhou para cima e viu uma espada suspensa diretamente sobre sua cabeça, presa por um único fio de rabo de cavalo. Isso o fez renunciar imediatamente a seu posto. A expressão “espada de Dâmocles” se refere, assim, à insegurança que sempre acompanha aqueles que ocupam postos de grande poder.

A análise marxiana já apontava, assim, que, confrontada entre o despotismo ou a anarquia, a burguesia opta pela primeira opção. A tirania já anunciava, na França de 1848 – agonizando de capitalismo e vibrando de agitações políticas à égide de *O Manifesto Comunista* recém-lançado –, o que se consolidaria no século XX: todo tirano se converteria em anticomunista; todo adversário deveria ser eliminado; o apoio da burguesia era crucial, mas descartável uma vez que o poder fosse alcançado pelo déspota. Sobre esse assunto, aponta Marcuse (2011, p. 9):

A análise que Marx faz do processo de evolução da Revolução de 1848 para o domínio autoritário de Luís Bonaparte antecipa a dinâmica da sociedade burguesa tardia: a liquidação do seu período liberal que se consuma em razão da sua própria estrutura. **A república parlamentarista se transforma num aparato político-militar encabeçado por um líder “carismático” que tira das mãos da burguesia as decisões que essa classe não consegue mais tomar e executar por suas próprias forças. [...] Tudo isso já é século XX – mas é século XX na perspectiva do século XIX, que ainda não conhece o horror do período fascista e pós-fascista.** Esse horror exige uma correção das sentenças introdutórias de O 18 de brumário: os “fatos e personagens da história mundial” que ocorrem, “por assim dizer, duas vezes”, na segunda vez, não ocorrem mais como “farsa”. Ou melhor: a farsa é mais terrível do que a tragédia à qual ela segue. *Grifos nossos.*

Dessa maneira, as sistemáticas “farsas” que acontecem por conta do próprio capitalismo terminam por ser traduzidas para a/o cidadã/ão comum como sendo gerados pelo “comunismo”, pelo “esquerdismo”, pelo “globalismo” e coisas que tais, jamais como uma crise gerada pelo funcionamento do capital. A *formação ideológica do capital*, assim, interpela os sujeitos a ponto de a aceitarem, de a assumirem e de rejeitarem sua contraparte – a *formação ideológica do trabalho*, pela qual os sujeitos podem ser elevados à tomada de consciência de classe e, dessa forma, rebelarem-se contra um sistema que continuamente os explora.

No caso do fascismo, percebe-se que esta ideologia em particular deriva da ideologia dominante, isto é, a da classe dominante: a ideologia capitalista. No entanto, o fascismo procura simular evidências de que, por meio da agressividade política e social, opera-se uma *revolução* nas relações sociais que estão assentadas no capital. Em verdade, apesar da virulência com que se apresentam ante “o sistema”, fascistas são usualmente apoiados e financiados por capitalistas.

Paradigmático exemplo disso ocorreu na Itália fascista, conforme observação de Eco (2019, p. 30): “O fascismo italiano convenceu muitos líderes liberais europeus de que o novo regime estava realizando interessantes reformas sociais, capazes de fornecer

uma alternativa moderadamente revolucionária à ameaça comunista”. Mesmo fazendo crer que o fascismo, apesar de seus arroubos totalitários, promovia alguma mudança para a sociedade italiana, uma análise mais apurada nos revela que o uso de “revolução” era vazio de conteúdo, já que “o partido fascista nasceu proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos proprietários rurais mais conservadores, que esperavam uma contrarrevolução” (ECO, 2019, p. 35).

A realidade acima descrita não é totalmente distante do que há pouco aconteceu no Brasil, quando se percebe que o setor agropecuário, detentor do grande capital do país, apoiou maciçamente o ex-presidente Jair Bolsonaro. Vejam-se as figuras 2a e 2b abaixo:

FIGURAS 2a e 2b – *Outdoors* de apoio ao ex-presidente por setores ruralistas. Fontes: *Gazeta do Povo* e *O Documento*.



A estética visual adotada nestes *outdoors*, muito semelhante à dos *memes bolsonaristas* que analisaremos mais à frente (uma imagem do presidente em primeiro plano, com as cores nacionais ao fundo e frases soltas no aporte visual), mostra a foto oficial do ex-presidente entre bovinos e plantações, mesclados às cores e à bandeira nacional, enquanto a modalidade escrita da língua direciona as mensagens de apoio e de identificação com o antigo mandatário na retomada do lema fascista do integralismo, “Deus, pátria, família”²⁷, além de explicitamente identificar as entidades rurais que o apoiavam, em sua forma genérica (“O agro está com você”; “Por quem produz”) ou específica (Sindicato Rural de Campinorte, Alto Horizonte e Nova Iguaçu de Goiás; Sindicato Rural de Sorriso–MT, “capital nacional do agronegócio”).

A burguesia brasileira, aqui representada pelo setor do agronegócio – uma elite agrária que remonta às bases conservadoras de nossa sociedade, assentada no latifúndio e na acumulação de capital daí advindo –, vinha apoiando Bolsonaro desde sua

²⁷ Falar-se-á desta sequência discursiva nos subitens 2.1 e 3.3 deste trabalho, quando se analisará mais pormenorizadamente este que foi o lema do movimento fascista histórico brasileiro, o integralismo.

candidatura em 2018 e ao longo de sua gestão²⁸. Era comum encontrar em rodovias diversos *outdoors* como os acima descritos postos pelo segmento agropecuário em apoio ao ex-presidente. Geralmente, utilizavam a estética que se descreveu e variações de mensagens de respaldo político, cuja tendência era a de reforçar o mote fascista “Deus, pátria, família” (aqui, parafraseadas como “por Deus” e “por nossas famílias”) e o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, ladeados de agradecimentos, mensagens de apoio e da explícita identificação como classe capitalista rural. Ficava clara, assim, o alinhamento ideológico desse grupo ao conservadorismo, com fortes tendências de adesão ao neofascismo cuja epítome se encerra em Jair Bolsonaro.

Quanto à discussão de ser conservador/a ou fascista, tomemos o cuidado, como nos adverte Konder (2009, p. 25), de observar que “nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão [...] exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir [...] aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo”. O fascismo é, conforme o supracitado autor, *uma nova concepção política da direita*, sendo o conceito deste algo mais amplo: “a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie (KONDER, 2009, p. 27).

A direita, ideologia que melhor representa as classes dominantes, como a que acabou de ser brevemente analisada, encerra uma contradição interna: ao apoiar um sistema que gravita em torno da competição obsessiva pelo lucro privado, impede-se que as forças sociais em que consiste a própria direita sejam solidárias entre si; elas só se unem para os objetivos da luta contra o inimigo comum, representado pelo fortalecimento do trabalho e da classe das/os trabalhadoras/es.

Assim, encurralada por sua contradição e diante da causa operária em ascensão, a direita opta pelo pragmatismo, pela demonização radical de tudo que lhe seja ameaça por meio da rotulação de “socialismo” ou “comunismo”, pelo uso de sinais trocados que identificam as/os próprias/os trabalhadoras/es como inimigas/os, se unidas/os na luta a favor da causa trabalhadora; as/os capitalistas, beneficiárias/os do sistema, passam a ser

²⁸ O alinhamento do agronegócio com aquele presidente se deu num momento em que os ruralistas tiveram recorde histórico de produção nos quatro anos de sua gestão, período em que 242,1 milhões de toneladas de grãos produzidos na safra 2018/2019 saltou para 271,3 milhões na safra 2021/2022, segundo dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Contraposta à produção recorde de alimentos, a escassez nutricional aumentou no Brasil: em setembro de 2022, às vésperas das eleições presidenciais, mais de 33 milhões de pessoas tinham fome no país (Brasil sem Fome, 2022), ante 10,3 milhões em 2018. O meio ambiente também se degradava enquanto o país atingia recordes na produção agrícola: o desmatamento aumentou 20% somente nos 3 primeiros anos de gestão Bolsonaro, sendo a agropecuária o principal vetor de pressão, segundo o Mapbiomas. Todos esses dados nos confirmam o poder destrutivo do capital, que se alinha a tipos fascistas, se assim for necessário, para que o lucro seja mantido, à revelia das necessidades humanas e ambientais.

vendidas/os como as verdadeiras vítimas de um “sistema de exploração internacional”, e, portanto, *colegas proletarizados* (KONDER, 2009). A demonização e a necessidade premente de um inimigo são necessárias para o funcionamento dessa nova concepção da direita. Tal radicalização exige um *irracionalismo pragmático* – essa que já pontuamos desde já como uma das características do fascismo. Como colocado por Konder (2009, pp. 29-31):

O fascismo representou, na história contemporânea da direita, uma enérgica tentativa no sentido de superar a situação altamente insatisfatória que [sua] contradição tinha criado para as forças conservadoras mais resolutas. [...] o fascismo adotou a solução do *pragmatismo radical, servindo-se de uma teoria que legitimava a emasculação da teoria em geral*. Para elaborar suas concepções, o fascismo foi – pragmaticamente – buscar ideias no campo do inimigo. Numa direita apavorada com a revolução proletária, era natural o impulso de macaqueá-la, “assimilando-a” desfigurada para tentar neutralizá-la. Os conservadores se puseram, então, a ler Marx, a estudar o socialismo. [...] Coube ao fascismo italiano empreender, pioneiramente, o assalto. Mussolini, o ex-agitador do Partido Socialista, [...] passou-se com armas e bagagens para o lado da burguesia e se incumbiu de vender-lhe a sua interpretação da teoria da luta de classes.

Deduz-se disso que o fascismo opera a partir de sentidos bastante específicos, geralmente corrompidos. Tome-se como exemplo a palavra “revolução”: o sentido produzido a partir de uma posição-sujeito fascista propõe que ela ocorre não a partir de bases progressistas, mas reacionárias, e o de que este é um processo de mudança social que, em vez de eliminar as contradições impostas pelo capitalismo, aprofunda-as, já que é por ele financiado. O fascismo pode ser lido, portanto, como um estágio ainda mais agressivo do capitalismo, que, como sistema econômico, inevitavelmente explora e desumaniza os sujeitos. No fascismo, *a desumanização também acontece na representação política e nas relações sociais* que a sustentam, singularizando, ademais, um grupo como superior aos outros – *como o único aceito*, numa tentativa de se criar uma homogeneidade social, artificialmente imposta. No caso em tela, a partir do analisado pelas figuras 2a e 2b, apenas se enaltece o grupo dos que estão com Deus, dos que produzem e suas famílias; apenas, em suma, louva-se o grupo dos capitalistas, que de tudo isso podem desfrutar.

Este exemplo singular do uso de “revolução” é indicativo do que diz Pêcheux (2014) em sua célebre lição: a de que uma palavra adquire seu sentido pelo sujeito que a enuncia a partir de seu estado na luta de classes, o que significa dizer a partir de uma *formação discursiva* dada orientada por uma *formação ideológica* dada. Ora, a revolução fascista do partido de Mussolini não poderia ser mais distinta da revolução preconizada por Max e Engels em *O Manifesto Comunista*, e obtida com algum grau de sucesso na

Rússia em 1917. O funcionamento da ideologia, assim compreendida não como falsa consciência, mas como uma *função social* específica, que dá sentido ao sujeito inscrito na sociedade capitalista, revela-se, destarte, como instância geradora de sentidos e de posicionamentos perante o mundo.

A ideologia não se apresenta facilmente, não se apreende de maneira transparente. Ela se dá em *formações ideológicas* (FI) específicas. Sobre elas, Pêcheux (2014, p. 32) afirma que: “Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* [...] que [...] comportam posições de classe: [...] as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia”. Conforme o ensinamento pêcheutiano, as *formações ideológicas* são as formas de concretização da ideologia, maneiras de interpretar (e agir) no mundo: “Pretendemos [...] destacar [...] o fato de que as ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas” (*idem*, p. 130).

Se, na sociedade capitalista, encontramos duas classes conflitantes, a ideologia cumpre uma função de simular evidências de consenso, parceria e cooperação entre as classes, como forma de manutenção da ordem vigente, qual seja, a da dominância do capital. Como já anunciado anteriormente, mas agora devidamente explicitado, a *formação ideológica* que difunde os valores capitalistas é chamada de *formação ideológica do capitalismo* ou *formação ideológica do capital* (AMARAL, 2007); a que reivindica valores do trabalho, buscando sua dominância, chamá-la-emos de *formação ideológica do trabalho*. Sendo estas as *formações ideológicas* que, fundamentalmente, orientam a sociedade capitalista, há que se reconhecer a dominância da primeira, já identificada como a ideologia da classe dominante.

Mais até do que uma maneira de interpretar a realidade, a *formação ideológica* é uma forma de se relacionar com ela, um modo de pensar e *agir* sobre a realidade, sob a ótica da luta de classes. Portanto, a *formação ideológica* tem um caráter social, pois representa o modo como um grupo pensa e age sobre o mundo. Ulteriormente, são as *formações ideológicas* que determinarão as *formações discursivas* que, por seu turno, constituirão o universo de sentidos dos “sujeitos-falantes”. Cada *formação ideológica*, pois, é representada por *formações discursivas* (FD).

Pêcheux (2014) entende a *formação discursiva* como intrinsecamente associada à *formação ideológica*, tanto que desenvolve este conceito da seguinte maneira:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser

dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição de um programa etc.). (p. 147). *Grifos nossos*.

Para o filósofo francês, a *formação discursiva* é tida como o lugar da constituição do sentido; a matriz mesma dos sentidos, já que o “recrutamento” ideológico ocorre pela via da FD:

[...] as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: [...] diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Pode-se concluir, logo, que as *formações ideológicas* são compostas por práticas, atitudes e ações que são coerentes com a posição política de determinados grupos na sociedade e, atrelados a estas FI, encontram-se palavras, frases, enunciados e textos que expressam e representam tais práticas *sob forma linguística*. A *formação discursiva* seria, então, o conjunto destes enunciados que representam as ideias, as práticas e as posições políticas de uma dada *formação ideológica*. Pode-se dizer, portanto, que a *formação discursiva* é a parte da *formação ideológica* composta por linguagem (feita de palavras, frases, textos etc.) e demais materialidades significantes que remontem à FI de origem.

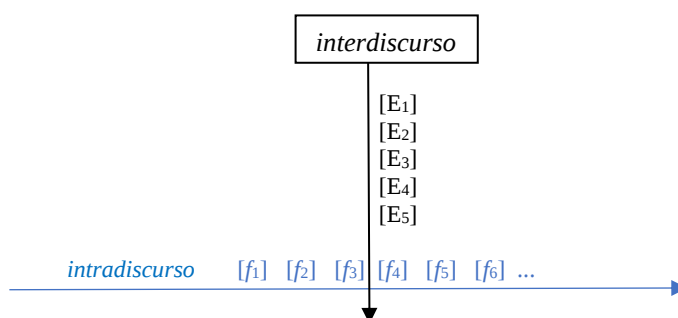
Em seu quadro teórico, Courtine (2016) estabelece que a *formação discursiva* é distinta em dois níveis fundamentais: o do enunciado (que aqui representaremos como [E]) e o da formulação (representado por [*f*]). Aquele, chamamos de interdiscurso; este, de intradiscurso. O autor entende que o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como uma instância de formação/repetição/transformação dos elementos desta FD, governando o dizível, a “repetibilidade” no seio de uma rede de formulações²⁹, entendida como um conjunto de formulações estratificadas, desniveladas, que constituem as reformulações possíveis de um enunciado.

Por ser estratificada, a instância interdiscursiva se estabelece numa dimensão vertical (onde se encontram os já-ditos); já a sua formulação (o que se diz agora) se encontra numa dimensão horizontal. Representado verticalmente, o *interdiscurso* é onde encontramos todos os dizeres já enunciados e esquecidos, representando a possibilidade mesma de dizer, o dizível; e, num eixo horizontal, o *intradiscurso*, como a instância da formulação, aquilo que se diz naquele momento em determinadas condições. Nas palavras de Courtine (2016, p. 24), “o intradiscurso de uma sequência discursiva aparece assim como o lugar [...] onde a

²⁹ Esta é entendida como uma rede de significantes, ou de materialidades discursivas, marcada pela repetição, que necessariamente aponta para a memória discursiva e para o interdiscurso.

desnívelação interdiscursiva é linearizada, provocando um achatamento em uma superfície única [...] articulada”. Essa “horizontalização” da dimensão vertical (ou seja, o efeito do interdiscurso se vertendo no intradiscurso) ocorre quando o sujeito enunciador se apropria de um elemento de saber da FD e a formula no intradiscurso, numa situação dada.

FIGURA 3 – Esquema representativo do atravessamento do interdiscurso sobre o intradiscurso, constituindo-o. Fonte própria.



Representamos, acima, o esquema proposto por Jean-Jacques Courtine, em que [E₁], [E₂] ... [E₅] simbolizam os já-ditos, os enunciados estratificados de uma formação discursiva que possibilitam e sustentam o dizer (o interdiscurso); já [f₁], [f₂] ... [f₆] representam a formulação mesma (o intradiscurso), o texto no qual se percebe a relação de diferentes signos linguísticos (representados pelos algarismos distintos) postos em relação entre si numa horizontalidade sintagmática, sobre os quais incide o interdiscurso, numa relação de encaixe e aporte com o pré-construído, o já-dito e a memória (PÊCHEUX, 2014).

Tomemos o discurso neofascista como exemplo: o enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, *slogan* presidencial vencedor do pleito de 2018, representa o texto horizontalmente colocado (no sentido de que estava sendo formulado *naquele momento*), texto este que é recortado/atravessado/constituído por dizeres outros semelhantes a ele, já falado por outros sujeitos históricos, no Brasil e no exterior³⁰. Esses outros falares se constituem de forma vertical, estratificada: é o próprio interdiscurso que,

³⁰ Além da relação com o lema fascista do integralismo (“Deus, pátria, família”), este *slogan* também remete ao nazifascismo clássico europeu. Conforme Schssoler (2018): “*Deutschland über alles*, ou *Alemanha acima de tudo*, é o primeiro verso da canção nacionalista *Das Lied der Deutschen* (A canção dos alemães), composta em 1841 por August Heinrich Hoffmann. O ‘acima de tudo’ era um chamado à unidade alemã [então dividida]. [...] A reinterpretação da primeira estrofe num sentido imperialista e expansionista começou nos anos 1890, mas ganhou força mesmo com o movimento nazista, nos anos 1930. Os nazistas cantavam apenas a primeira estrofe da canção (justamente a que inclui o trecho ‘Alemanha acima de tudo’ e as reivindicações territoriais) e em seguida emendavam com os versos do hino do partido nazista. Durante a execução, faziam a saudação nazista. Com isso, a associação do verso *Deutschland über alles* e de toda a primeira estrofe com o nazismo passou a ser irreversível”.

acionando a memória, verte-se sobre o dizer atual, atravessando-o e, por isso mesmo, constituindo-o³¹.

Percebemos, dessa maneira, que a formulação (o intradiscurso) está determinada pela relação que estabelece com o enunciado (o interdiscurso), “pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)” (ORLANDI, 2020, p. 31). O interdiscurso, destarte, determina o intradiscurso: o dizer que se sustenta na memória discursiva. E é nesse jogo entre o dito, o já-dito e a possibilidade de dizer, intermediado pela história e pela memória, de onde se extraem os sentidos discursivos.

O discurso, como já o estabelecemos enquanto prática social, é a concretude e a existência material das *formações ideológicas* que, por sua vez, são *linguisticamente* materializadas nas *formações discursivas*. Como procedimento de análise do discurso neofascista, pois, precisamos partir do dito, do material discursivo bruto (o texto, o intradiscurso) para, assim, alcançar o funcionamento do discurso e os sentidos por ele produzidos (AMARAL, 2007). A partir dos *memes* que trazem o *slogan* do presidente eleito em 2018 ou de seus derivados (como os elogios à sua pessoa, sob forma da alcunha de “mito”), ou seja, a partir do *corpus* bruto, do “eixo horizontal” intradiscursivo, intentamos fazer uma análise que remeta à memória desse dizer (o interdiscurso, o “eixo vertical” que constitui os dizeres possíveis sobre este texto), à *formação discursiva* sob seu espectro, à *formação ideológica* que orienta o sujeito e, por fim, entender o papel de constituição desse sujeito uma vez interpelado pela ideologia.

Este movimento, que tem como ponto de partida o dado empírico representado pelo texto para chegar aos discursos e aos sentidos nele engendrados, é assim explicado por Amaral (2007, pp. 26-28):

[...] numa formação social, são constituídas as formações ideológicas que a sustentam e a orientam. As formações ideológicas constituem um complexo conjunto de formações discursivas que, por sua vez, formam um complexo com dominante, o *interdiscurso*, um saber discursivo que constitui a memória do discurso, o determinante da formação discursiva. [...] a base de existência de um discurso é a formação social onde operam as relações sócio-históricas determinadas. Na formação social capitalista (FSC), produzem-se, em permanente luta de forças opostas, duas formações ideológicas fundamentais: a formação ideológica do capitalismo (FIC) e a formação ideológica que aponta para o fortalecimento do trabalho (FIT). Cada formação ideológica

³¹ É de notar que, em 2023, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” já está na memória do dizer, constituindo parte do interdiscurso que sustenta a *formação discursiva* do ex-presidente e de seu séquito, a que chamaremos de *formação discursiva bolsonarista*, analisada mais aprofundadamente no capítulo 5.

encontra nas formações discursivas (FD) o campo fértil para realizar sua função social. [...] o movimento da análise [ocorre em espiral]; da partida, da chegada; da partida, novamente, e da chegada, sucessivamente, como só o pensamento dialético permite operar em relação à realidade investigada.

Assim, ao partir da materialidade discursiva “Deus, pátria, família” (que servirá como *sequência discursiva de referência* – SDr – neste trabalho), precisamos seguir este percurso: remeter esse texto a uma memória que se encontra no interior do interdiscurso, mobilizando os discursos já pronunciados sobre o Brasil, nação, Deus etc., encontrados neste “todo complexo com dominante”. Linguisticamente manifestos na *formação discursiva*, essa memória do dizer pode orientar uma formulação X, alinhando-se à *formação ideológica capitalista* ou, se formulados como Y, aproximados da *formação ideológica do trabalho*.

Como todos estes enunciados são regidos sob a égide do capital, que é a ideologia dominante de nossa sociedade, é preciso analisar os sentidos que dizeres derivados da SDr, como o *slogan* presidencial “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, engendram quando apresentados em um *meme*, observando como esta sequência aciona uma memória não só da Alemanha nazista, mas também do integralismo, o movimento fascista brasileiro que, em manifesto de 1932, usa semelhantes sentidos discursivos, ditos com outras palavras. Por esta razão é que se faz necessário averiguar se esta memória se atualiza por repetição ou reformulação, não apenas de palavras, mas de sentidos. Mais do que isso, é preciso observar *como* os sentidos do discurso neofascista, representado por este *slogan*, repetem-se ou se ressignificam, visto que as condições são distintas nestes dois distintos momentos do confronto político brasileiro.

A *formação discursiva fascista* (FDF) é, dessa maneira, nosso ponto de partida para compreendermos a sociedade brasileira neste quadrante do século XXI. Além das paráfrases com outros discursos fascistas, já apontados acima – como a aproximação do dizer linguístico nazista com o *slogan* presidencial –, também já averiguamos, ainda que brevemente, a similaridade da conjuntura capitalista que elevou Mussolini ao poder na Itália de 1920-1930, algo que ocorre, guardadas suas diferenças, com o Brasil agrário do quadriênio 2018-2022. Interessa-nos, portanto, analisar a *formação discursiva fascista* a partir da conjuntura que a *formação ideológica do capital*, em sua expressão fascista, impõe.

Usando-se de mitos e demagogia, a *formação discursiva fascista* se caracteriza, sobremaneira, pelo uso do *ethos discursivo da agressividade* como instrumento retórico. Esse artifício assume frequentemente formas populistas, lisonjeando o “povo” e a

“nação”, populismo que pressupõe um “povo” tão mítico como a “nação”. A valorização fascista da nação e de seu povo, exatamente porque é retórica e desprovida de projeto concreto para operar mudanças sociais que verdadeiramente revolucionem a sociedade, *precisa ser agressiva*, “precisa recorrer a uma ênfase feroz para disfarçar o seu vazio e tende a menoscar os valores das outras nações e da humanidade em geral”. (KONDER, 2009, p. 41).

Assim como os integralistas de 1930 e os golpistas da ditadura militar de 1964, Bolsonaro (e os que lhes sustentavam) é necessariamente agressivo para esconder o seu vazio, o seu negacionismo e o seu falseamento da realidade. Estas são algumas das características do que chamaremos de *formação discursiva bolsonarista* (FDB). Em linha gerais, a FDB pode ser definida como uma variante específica da FDF, em que *formação discursiva fascista* é hiperônima da *formação discursiva bolsonarista*, sua derivação hiponímica. A FDB se manifesta no Brasil devido à confluência de fatores políticos e econômicos observados desde junho de 2013, aprofundados a partir dos protestos pelo golpe-*impeachment* de 2015-2016 e consolidados nas eleições presidenciais de 2018, cujos sentidos por ela regidos como matriz só começam a encontrar fissuras a partir do acontecimento discursivo da pandemia de COVID-19.

A gramática da FDB prega pelo armamento, pela perseguição aos adversários políticos e pela negação da realidade; opta pela vulgaridade e pelo estilo jocoso e desrespeitoso, assemelhando-se às formas populistas de governo; mancomunada-se fortemente com o militarismo, com o capital financeiro do país e com os conservadores de uma forma geral. Expressa-se, economicamente, com discursos pró-mercado e, politicamente, materializa-se como um governo suscetível para a consecução de “reformas” neoliberais. O linguajar empregado é do tipo simples, direto e marcado por contradições³². Por fim, podemos dizer que a *formação discursiva bolsonarista* é, hoje, a representação da *formação discursiva fascista* no Brasil, tendo se sobressaído às suas formas anteriores, como o discurso dos integralistas, especialmente porque se espalhou rapidamente pelas redes, arregimentou sujeitos interpelados e sagrou-se como altamente

³² No capítulo 5 deste trabalho, chamaremos tais contradições de a “novilíngua” fascista, em referência à criação de George Orwell na obra “1984”, em que um governo que, inscrito na FDF, cerceia o discurso não oficial através da criação de uma nova língua que aceita a contradição grave como algo normal no dizer e utiliza apenas substantivos concretos e verbos operacionais, para que a capacidade de abstração não se realize nos indivíduos. Exemplo disso é o caso da famosa passagem “2+2=5” na obra orwelliana. Em “1984”, esta contradição grave é resolvida pela capacidade de “duplipensar”, expressa pela “novilíngua”, ou seja, a de identificar o equívoco, mas aceitá-lo, porque interessa aos objetivos políticos do Estado totalitário e do seu líder.

debochada e agressiva, destoando das formas-sujeito típicas que representavam a política brasileira na presidência até então. Não se trata, assim, de diferentes posições-sujeito assumidas por diferentes sujeitos num interior de uma mesma formação discursiva, uma vez que a materialidade histórica que produziu o bolsonarismo como via política brasileira também engendrou uma nova formação discursiva, a FDB, que, derivada da FDF, amplia seus elementos de saber, acrescentando novos traços (notadamente, as constantes menções ao neopentecostalismo e a contrariedade constitutiva) a este discurso.

Como se viu, é condição da *formação discursiva fascista*, de que a FDB se desenvolveu, a virulência e a agressividade nas palavras. Essa retórica colérica se retroalimenta de nosso pavor e aturdimento para que, ante a perplexidade e a consequente demora em lhe responder devido à estupefação que nos provoca, interpele outros sujeitos pelo barulho, zombaria, escárnio e agitação que provoca numa sociedade de massas hiperconectadas – numa sociedade altamente *espetacularizada* (DEBORD, 1997).

A rapidez com que se espalha a retórica da *formação discursiva fascista*, portanto, é-lhe fundamental. Que veículo mais eficaz para isso que não o meio digital, a estética e a linguagem do *meme*, que simplifica um mundo complexo num texto exíguo, acompanhado por uma imagem de fácil identificação e decodificação? É o que passaremos a analisar no tópico seguinte.

1.3 O gênero discursivo *meme*

Com o fito de se analisar o *meme* como materialidade discursiva digital que serve ao discurso político atual, algumas características deste gênero discursivo precisam ser elucidadas. Uma delas é a questão de que este é um gênero que traz, como materialidade significativa, a utilização de imagens e textos sobrepostos e/ou entrelaçados no intuito de produzir determinados efeitos. Como observado por Zoppi-Fontana (2018, p. 135), isso ocorre porque a “utilização massiva das redes sociais e dos diversos aplicativos de comunicação afeta constitutivamente as práticas discursivas”, estando os internautas “familiarizados com práticas de textualização que imbricam imagens, som e escrita e que circulam amplamente”. Os *memes* se constituem, assim, como um gênero discursivo próprio do discurso digital³³, conjugando formas originais que combinam o linguístico e

³³ É preciso compreender o gênero discursivo *meme* como parte do discurso digital, cuja noção aqui tomada se baseia em Dias (2018, p. 29), que compreende este discurso relativamente ao momento de sua circulação, uma vez que é “pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes,

o imagético na textualização do político, mormente com o uso da ludicidade, da ironia e do humor para que seu efeito de sentido seja engendrado.

Zoppi-Fontana (2018) perceberá que o *meme* se sustenta em dois efeitos para que seu funcionamento argumentativo seja eficaz: o *efeito ecoico*, que diz respeito à repetição, à “viralização” de determinado discurso, replicado em série, isto é, ao “eco” que um *meme* reverbera ao ser reproduzido inúmeras vezes; e o *efeito de condensação*, um traço da formulação do *meme* que justapõe textos simples geralmente unitários, com enunciados curtos e elementos audiovisuais simples, prevalecendo o imagético sobre o sonoro. Dessa maneira, “o meme associa materialidades significantes diferentes, que se imbricam de diversas maneiras, tendo sempre um elemento que se inscreve como repetição/replicação de um texto anterior” (ZOPPI-FONTANA, 2018, p. 147), o que implica dizer que a argumentação veiculada pelo *meme* é necessariamente uma resposta interdiscursiva e intertextual a um discurso a ele exterior, sendo a “replicação ou repetibilidade [...] um traço definidor de seu funcionamento discursivo e de sua existência histórica na rede” (*idem*, p. 149).

Há de se considerar que os elementos repetidos por um *meme* vão constituir um *efeito de série* que não é mera repetição de elementos formais (ZOPPI-FONTANA, 2018), mas, antes, trata-se de uma regularização que “necessariamente implica um jogo de forças entre o linguístico e o histórico, entre formas significantes e seu modo de existência histórico” (*idem*, p. 149). Assim, o funcionamento discursivo do *meme* se dá “pelo acúmulo e pelo excesso de enunciações, que repetem um elemento formal (imagem, enunciado, som ou uma combinação desses elementos), já tomado e reconhecido em um processo de regularização” (*ibidem*). Destarte, o acúmulo de enunciações, ou sua regularização em *memes*, diz respeito à relação constitutiva entre texto, acontecimento e memória discursiva, sendo o *meme* um vestígio de outras enunciações, retomando-as e/ou ressignificando-as, o que Zoppi-Fontana (2018, p. 150) define como “o funcionamento do meme enquanto um novo modo de argumentar na rede”, por ela chamado de *argumementar*.

Argumementar, portanto, diz respeito ao funcionamento discursivo do *meme* enquanto um gênero que, já constituído pelo interdiscurso e pela memória, retoma enunciações anteriores que ressoarão no texto atual, no nível da formulação intradiscursiva, para que, assim, o *meme* encontre sentido e eficácia argumentativa.

links...) que o discurso digital se formula e se constitui. De outro modo, diríamos que o discurso digital se formula ao circular. E isso faz diferença na produção dos sentidos”.

Repetir, reformular, parafrasear ou abrir o sentido à polissemia são possibilidades linguístico-discursivas propiciadas pelo *meme* enquanto um gênero discursivo que é atravessado pelo histórico, pelo político e pela ideologia, atualizando-se em suas múltiplas repetibilidades e materialidades significantes. É o que ocorre com o processo eleitoral presidencial de 2018, por exemplo, em que o discurso belicoso do então candidato a presidente Bolsonaro se reproduz/transmuta/transforma em *memes*, replicados a ponto de produzirem sentidos cujos efeitos se afastam da violência por ele explicitada, tornando-se instrumento de diversionismo na cena enunciativa que promoveu a adesão de muitas/os eleitoras/es ao seu não projeto de país.

1.4 Interpelação no meio digital

Para compreendermos os sujeitos envolvidos em nossa análise, recorreremos à teoria de Louis Althusser (2007) que, em “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, introduz uma releitura da categoria de ideologia através do fenômeno da interpelação (que constitui indivíduos em sujeitos), ademais de estabelecer a distinção entre dois tipos de aparelhos de Estado, o repressivo e o ideológico. Este debate se mostra essencial para analisarmos as empresas detentoras de redes sociais (aqui entendidas como sujeitos de nossa análise e como aparelhos ideológicos) e como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)³⁴ vêm servindo à proliferação do discurso de ódio na internet, especialmente do discurso neofascista. Examinemos cada um destes pontos.

Althusser (2007, p. 105) aponta que “toda formação social [surge] de um modo de produção dominante” e que “ao mesmo tempo em que produz, e para poder produzir, tem que reproduzir as condições de sua produção”, portanto devendo reproduzir tanto as forças produtivas em jogo quanto as relações de produção existentes. A reprodução da ordem capitalista requer não apenas o investimento nos meios de produção, mas nas forças produtivas – nas relações da força de trabalho, que precisa ser variada e qualificada, pois a divisão técnica e social do trabalho é um pressuposto no regime capitalista.

Como assegurar, então, a reprodução da força de trabalho? Althusser assevera que a tendência é que esta qualificação aconteça cada vez menos *in loco* (“o aprendizado

³⁴ As TICS dizem respeito aos programas e às máquinas que geram acesso ao conhecimento e à comunicação via internet. Consistem no tratamento da informação e articula-se com os processos de transmissão de dados e de comunicação. São exemplos de TICs desde o computador e o aparelho celular até *websites*, redes sociais e aplicativos de telefones e *tablets*.

dentro da produção”) e cada vez mais sendo obtida fora dela, “através do sistema educacional capitalista e de outras instâncias e instituições” (2007, p. 108). Nessa perspectiva, consideramos que as diversas redes sociais representam estas instâncias/instituições “localizadas fora da produção”, tendo como função sujeitar o indivíduo à ordem dominante, dizendo-lhe como compreender este mundo e qual o lugar que nele lhe cabe. A rede social é hoje entretenimento, mas também vitrine do livre mercado e da exposição do trabalho da/o usuária/o, ou mesmo ferramenta para se buscar trabalho, como se propõe a fazer a rede social *LinkedIn*³⁵.

Para Althusser, a reprodução da força de trabalho tem, como condição *sine qua non*, a tendência de reproduzir sua submissão à ideologia dominante (ou da prática dessa ideologia). A sujeição à ideologia dominante é o que garante a própria reprodução da qualificação da força de trabalho. Por isso, Althusser reconhece o papel da ideologia como fulcral para sua teoria.

[...] a reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de sua qualificação, mas também, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e **uma reprodução da capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também eles assegurem “com palavras” a dominação da classe dominante.** [...] a escola (além de outras instituições de Estado, como a Igreja, ou outros aparelhos, como o Exército) ensina a “habilidade”, mas sob formas que assegurem a sujeição à ideologia dominante ou o domínio de sua “prática” (ALTHUSSER, 2007, p. 108). *Grifo nosso.*

Ao introduzir a categoria “ideologia” no seu projeto teórico, o filósofo formulará três teses que visam explicar seu funcionamento. A primeira delas diz que “a ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 2007, p. 126). Althusser acentua o caráter *imaginário* da ideologia, afirmando que “toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária [...], a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas decorrem” (*idem*, p. 128). O imaginário sobre o qual trata Althusser não se confunde com o *irreal*, com o falseamento da realidade, o que poderia levar à concepção de ideologia como “falsa consciência”; antes, diz respeito ao *conjunto de imagens* e formas simbólicas que os homens utilizam para se relacionar com a concretude

³⁵ Literalmente, a rede se chama “Conectada/o a” algo ou alguém, no caso, a um emprego ou um/a empregador/a. No site da rede social, lê-se: “Conheça sua nova comunidade profissional! Encontre o emprego ou o estágio certo para você! Anuncie sua vaga e alcance milhões de pessoas!”.

do real – os modos de construção do imaginário necessário na produção dos sentidos. O real é inatingível em sua essência, apreendido através de uma representação, imperiosamente deformada (pois que não é exata), que perpassa o imaginário.

A natureza desse imaginário é o que pressupõe a segunda tese althusseriana: “a ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 2007, p. 128). Esta existência material da ideologia se concretiza no que Althusser chamará de *Aparelhos Ideológicos de Estado* (AIEs), que tomam a forma social ou institucional representadas por diferentes segmentos da sociedade, tais como a Igreja, a escola, a família, a imprensa, a rede social etc. Ao dissertar sobre aparelhos de Estado, afirmará o autor: “O Aparelho de Estado, que define o Estado como força de execução e intervenção repressoras, ‘a serviço das classes dominantes’, na luta de classes conduzida pela burguesia e seus aliados contra o proletariado, é com certeza o Estado, e isso certamente define sua ‘função’ fundamental” (*idem*, p. 111).

A definição acima descrita se alinha ao entendimento de um Estado repressor, e é preciso estabelecer a diferença entre o aparato estatal que funciona pela repressão e aquele que opera por outro viés: “Os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam maciça e predominantemente *pela ideologia* [...]” (*ibidem*, p. 116). Concretizada materialmente nos AIEs, é através das práticas prescritas por eles que a ideologia ganha seu caráter coercitivo e material, pois regula rituais e atos de um sujeito.

Em nosso exemplo, se um indivíduo consome notícias, falsas ou não, por meio de *memes*, *posts*, *lives* e que tais nas redes sociais como *WhatsApp*, *YouTube*, *TikTok*, *Kwai*, *Twitter*, *Instagram*, *Facebook* etc. (plataformas controladas por empresas que, lembremos, aqui já estão consideradas como AIEs), e este indivíduo acredita que o fechamento de instituições como a Suprema Corte, por exemplo, é o que resolverá os problemas políticos e econômicos do capitalismo periférico brasileiro, ela ou ele acaba submetendo-se, *sujeitando-se* a este chamamento, a esta interpelação, visto que a frequência e a constância com que determinadas mensagens são enviadas nas redes, muitas das quais compartilhadas por amigos e familiares deste indivíduo, acarreta na tendência de ampla penetração de tais discursos no meio social e de sua consequente aceitação.

Este exemplo é ilustrativo da terceira tese de Althusser: “A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (2007, p. 131). O mecanismo da interpelação, portanto, é o que transforma o indivíduo em sujeito, interpelando-o, *recrutando-o*, não apenas para constituí-lo enquanto sujeito, mas também para conduzi-lo à sua própria autossujeição. O

sujeito althusseriano se mostra, assim, *um sujeito assujeitado* – não entendido como submisso e restrito a um único modo de ser, mas “livre” para transitar por entre as diferentes ideologias (e, assim, sujeitar-se a elas), que a todo momento lhe interpelam a ocupar um lugar no mundo. É sob a forma da interpelação do indivíduo em sujeito que a instância ideológica de Althusser contribui para a compreensão das relações sociais.

Destas reflexões, interessa-nos aprofundar o debate sobre os AIEs (aparelhos ideológicos de Estado), uma vez que as redes sociais, quase onipresentes no cotidiano dos homens, apresentam-se como um aparelho ideológico cultural e da informação capaz de recrutar diversos indivíduos – aparelho ideológico capaz de *interpelar indivíduos em sujeitos*. Inicialmente compreendidas como espaços virtuais para relacionamentos e conexões familiares e de amizade³⁶, as redes sociais vêm ganhando novos contornos, sendo a publicidade, a propaganda e a *monetização* muito presentes nessas plataformas. Em verdade, é através das redes sociais que muitas pessoas vêm conseguindo algum sustento em tempos de crise do neoliberalismo brasileiro e derrocada de direitos trabalhistas e oportunidades de trabalho formal³⁷.

Apresentando-se, portanto, como empresas a serem geridas, as redes sociais há muito deixaram de ter um caráter de mera recreação *online* e passaram a atender as demandas dos modelos de negócios do capitalismo atual. Como tal, é possível sustentar que as empresas que administram as redes sociais estão alinhadas à sua classe, que é a classe dominante, buscando o fortalecimento de seu discurso e de seus interesses perante os sujeitos que interpela. Sobre isto, assevera Althusser (2007, p. 117): “[...] nenhuma classe é capaz de deter o poder estatal por um período prolongado sem, ao mesmo tempo, exercer sua hegemonia sobre e dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado. [Eles] podem ser não apenas o *alvo*, mas também o *lugar* da luta de classes”.

³⁶ Cabe à *Six Degrees* o pioneirismo no uso da terminologia *social network* como uma plataforma digital em que redes de sociabilidade se formam numa plataforma digital. No entanto, um ano antes, em 1995, era lançada a primeira rede social de fato, chamada *Classmates*. Ela tinha como propósito conectar estudantes de diversas escolas dos EUA, permitindo à/ao usuária/o o acesso a diversos anuários estudantis. Além disso, a plataforma permitia a seus membros a criação de perfis e de listas de amizade, o que acabou sendo um modelo mais bem desenvolvido pelo *Orkut*, *Fotolog*, *MySpace* e *Facebook* na década de 2000. A partir da década de 2010, redes sociais como *Instagram* passaram a usar esse mesmo modelo, mas com inovações. Hoje, praticamente todas as redes sociais têm em seu espaço virtual o *feed* de notícias e atualizações das conexões sociais da/o usuária/o disputando espaço com a publicidade – quando não muitos de seus contatos na rede não estão, eles mesmos, anunciando seus próprios produtos e serviços como “empreendedores”.

³⁷ Sobre este assunto, recomenda-se a leitura da tese de Danielle Cândido: “Entre servidão e liberdade: o lugar do afeto no discurso sobre empreendedorismo”, produzida pelo PPGL/UFAL.

Veja-se o exemplo desta máxima althusseriana com o emblemático caso da *Cambridge Analytica*³⁸. Esta empresa ficou conhecida por haver coletado dados de milhares de pessoas no ambiente digital, tanto nas interações nas redes sociais quanto em sites que promoviam testes, ou *quizzes*, ou mesmo em buscadores como o oferecido pelo *Google*. Estes dados seriam supostamente coletados para traçar um perfil psicológico com fins acadêmicos. O que não se sabia é que os dados obtidos serviriam para traçar perfis psicológicos no intuito de manipular a opinião pública, o que acabaria por influenciar decisivamente os rumos políticos do Reino Unido em 2016, quando da votação do Brexit³⁹, que marcou a saída daquele país da União Europeia.

Financiado por empresários cujos interesses pela saída do Reino Unido do bloco econômico em muito lhes beneficiavam, a *Cambridge Analytica* passou a manipular as/os usuárias/os das redes sociais através de algoritmos que apenas mostravam mensagens que fossem pró-Brexit, impulsionando mensagens de cunho nacionalista e separatista com base nos perfis e nos padrões de comportamento digital e das preferências das pessoas, informações assim captadas porque, para se registrar a uma dessas redes ou para participar de algum entretenimento *online*, a/o usuária/o precisava dispor de seus dados pessoais.

O caso Brexit⁴⁰ é um paradigma porque, a partir de então, o uso sistemático das redes sociais, mais especificamente, e da semântica digital, de maneira geral, passa a marcar os processos político-partidários no centro geopolítico do capitalismo. Pouco depois da experiência britânica, a mesma artimanha tecnológica seria usada para interpelar sujeitos com bastante eficácia nas eleições norte-americanas daquele mesmo ano de 2016, em que Donald Trump se consagraria presidente do Estados Unidos. Passados dois anos, algo muito semelhante viria a acontecer na periferia do capitalismo, dessa vez no Brasil.

Para além do problema de manipulação de dados e interpelação que o caso *Cambridge Analytica* apresentou, o próprio mecanismo de funcionamento das plataformas digitais dá sinais de que, sem regularização séria a respeito da onipotência de tais plataformas e dos conteúdos nela veiculados, os limites das democracias burguesas começam a ser testados. Canais de *YouTube*, por exemplo, podem ser bastante lucrativos

³⁸ Empresa britânica de consultoria política fundada em 2013 e extinta em 2018. Ficou conhecida por ter se envolvido no escândalo de roubo e manipulação de dados das/os usuárias/os de diversas redes sociais, como *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*, *Twitter* e *Google*.

³⁹ *British Exit*, ou, literalmente “saída do Reino Unido” da União Europeia.

⁴⁰ Recomenda-se o filme “Brexit”, produzido pela BBC Studios, Channel 4 e House Productions, para melhor entender a participação da *Cambridge Analytica* neste processo.

para suas donas e seus donos, que produzem conteúdo para nichos de audiência bastante específicos. Não à toa que ser *YouTuber*, *Booktuber*, *vlogger*, “blogueirinha/o” e afins se mostra muito lucrativo, já que o canal pode interpelar sujeitos no sentido de cativá-los a acompanharem as vidas das pessoas ali expostas, “formadoras de opinião” e “criadoras de conteúdo” que são. Mas que tipo de conteúdo, pergunta-se, faz com que as massas se mantenham “engajadas” e entretidas a todo momento?

É preciso dizer que redes sociais, o *YouTube* sendo um de seus principais símbolos, criaram vínculos entre sujeitos produtores de conteúdo e sujeitos consumidores destes, que refletem as relações sociais *reais*, assentadas na base econômica disposta pelo capitalismo. Para manter as pessoas sempre “engajadas”, muitas/os produtoras/es de conteúdo dessas plataformas digitais se baseiam no sensacionalismo e na virulência das palavras para polemizar e, assim, manter seus vídeos e suas “marcas” virais. Isso resulta numa lógica de que, sendo vistas/os, há retorno financeiro: quanto maior a repercussão, maiores as probabilidades de *monetizar*⁴¹. A *monetização* é benéfica tanto à/ao produtora/or de conteúdo quanto à própria plataforma digital. A quantidade de visualizações corresponde à possibilidade de atrair maior público e, assim, gerar espaço para a publicidade de produtos e serviços diversos.

Por esta razão, as empresas que controlam as redes sociais, como a *Google*, detentora do *YouTube*, e a *Meta Platforms Inc.*, o monopólio de empresas de tecnologia da informação e comunicação de Mark Zuckerberg que englobam o *Facebook*, *WhatsApp* e *Instagram*, além do *Twitter*, desde 2022 sob direção do reacionário Elon Musk, que renomeou a rede social como *X*, não criam regras robustas o suficiente que limitem a proliferação de canais que disseminam *fake news*, teorias da conspiração e discursos de ódio. É justamente nesse ambiente insalubre de ideias em que também se proliferam, tendo como base o sensacionalismo e a violência, discursos neofascistas. Muitos deles reproduzem *memes*; outros, transformam-se eles próprios em *memes*, que circulam por outras redes sociais. Um serve de suporte ao outro, enfim. E o liame entre todos eles parece ser a lógica do capital: enquanto o lucro, agora chamado “monetização”, estiver garantido, não há por que limitar o fluxo de conteúdos impactantes, reacionários ou neofascistas; são “polêmicos” e, na maioria das vezes, apenas sinalizados como possivelmente enganosos, sem ser retirados do ar, sob a proteção do guarda-chuva em que se transformou a máxima da “liberdade de expressão”.

⁴¹ “Monetizar” é estrangeirismo advindo de “monetize”, que significa “fazer dinheiro”.

Ante tudo isso, depreende-se que, hodiernamente, verifica-se uma predominância de grupos conservadores, reacionários e mesmo neofascistas que dominaram a linguagem e a semântica digitais. Através de seus textos e de suas exposições orais em vídeo, ou seja, de suas formações discursivas, há um processo de interpelação, de circulação de sentidos tecidos pelos sujeitos nas redes sociais, que buscam o convencimento dos indivíduos. Na tentativa de buscar a hegemonia e a estabilidade dos sentidos produzidos por sua posição de classe, o fenômeno da interpelação está ali agindo a todo momento, servindo à classe dominante como modo de manter a ordem vigente da sociedade capitalista.

O discurso neofascista, afinal, inscrito no processo do confronto de classes, chega mesmo a ser apropriado por essa nova forma de “pequena burguesia” que se constitui como “produtora de conteúdo” digital. Classicamente, o grande capital monopolista e financeiro foi o responsável pelas condições de surgimento do fascismo, associando-se aos pequeno burgueses; agora, pode-se traçar um paralelo dos grandes capitalistas de outrora com as empresas donas das redes sociais, como as gigantes do Vale do Silício californiano, tal é o caso da *Google*, do *Twitter* e da *Meta*, cujo lucro advém do capital financeiro, do valor de suas ações nas bolsas de valores, mas que depende, para isso, manter um exército de sujeitos interpelados em ação nas redes sociais das quais são donas. À pequeno-burguesia das/os chamadas/os influenciadoras/es e produtoras/es de conteúdo, a partir das TICs que precisam utilizar para seu sustento, resta competir entre si e almejar o lucro da *monetização*; em suma, alinham-se ao pensamento capitalista em sua essência.

Como Konder (2009) observa, somente a existência de uma pequena burguesia consolidada não explica a dimensão do fenômeno fascista em sua expressão e sobrevida, mas a ascensão do nazifascismo clássico, pelo menos, dependeu, em parte, da adesão do “método e fundamento político da pequena burguesia”, visto que “o fascismo inicialmente se apoia [nela] que, como sempre, ambiciona estar acima das classes fundamentais em luta” (*idem*, p. 17). Ao que tudo indica, o grande capital parece fazer movimento similar aos dos anos de 1920 e 1930, já que, frequentemente, “pequenos burgueses digitais” aparecem como ferrenhos defensores dos valores capitalistas e dos agitadores políticos de agora⁴².

⁴² Um caso emblemático é o do *podcaster* Monark, um dos mais famosos do Brasil, antigo apresentador do *Flow Podcast*, que passou a defender Bolsonaro e a acreditar (ou fazer-se acreditar ante o público) que o novo governo Lula seria a “retomada do comunismo no país”.

Diante da natureza essencialmente política de nosso objeto, poder-se-ia perguntar: por que não considerar o sistema político brasileiro – hoje dominado por células neofascistas que desconsideram o caráter democrático do pacto de 1988 – como o aparelho ideológico por excelência? Ora, a política, através de seus representantes, de seus porta-vozes, do ritual das eleições, apenas “ocupa a frente do palco”, como coloca Althusser (2007), uma vez que a burguesia instalou outros aparelhos dominantes nos bastidores. Um destes certamente é o uso das possibilidades tecnológicas para impulsionar a circulação de discursos reacionários nas redes sociais em que todas e todos parecem estar presentes, “empanturrando cada ‘cidadão’ com doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc., através da imprensa, do rádio e da televisão”. (ALTHUSSER, 2007, p. 121) Acrescentaríamos, agora atualizando o pensamento althusseriano: também por meio das redes sociais e de seus *memes*.

Como afiança Althusser (2007, p. 121): “Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam quais forem, contribuem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração”. Neste diapasão, o discurso neofascista que se apresentou (essencialmente no ambiente digital) à população brasileira como a solução para tantos dos nossos problemas sociais, sagrando-se vencedor em 2018, jamais visou à melhora da sociedade; antes, mirou-se sempre o aprofundamento da agenda neoliberal e, portanto, o aperfeiçoamento de um sistema econômico combalido – o aperfeiçoamento mesmo da própria ordem do capitalismo.

1.5 Dispositivos analíticos e o *corpus* de pesquisa

Ante o dispositivo teórico da Análise do Discurso e os primeiros gestos de interpretação tentados a partir dele, cabe começar a discussão sobre o dispositivo analítico, detalhando os procedimentos que utilizaremos para conduzir nossa descrição e posterior interpretação na análise. De acordo com Pêcheux (1980), conforme citado por Orlandi (2020, p. 57), “todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível, oferecendo lugar à interpretação”. Por isso, no trabalho da/o analista, a interpretação se inter-relaciona com a descrição, aparecendo em dois momentos do trabalho analítico, consoante Orlandi (2020): primeiramente, é preciso estabelecer que a interpretação faz parte do objeto da análise, pois o sujeito que fala interpreta, sendo escopo da/o analista descrever esse gesto de interpretação do sujeito que está constituindo os sentidos submetidos à análise; posteriormente, é preciso dizer que,

na descrição, a/o própria/o analista está envolvida/o na interpretação, pois também ela/e é um sujeito ideológico – por isso a necessidade de um dispositivo teórico que possa orientá-la/o em relação ao objeto simbólico que analisa. Não se espera, com isso, que a/o analista esteja numa posição neutra, mas que, de posse desse dispositivo teórico, sua posição seja *relativizada* em face do que se interpreta, buscando a objetividade na explicação de seu objeto.

Em sua pesquisa, a/o analista deve explicitar os processos de identificação dos sujeitos submetidos à investigação, evidenciando, assim, a descrição deste sujeito em relação à sua memória, suas filiações de sentidos e os gestos de interpretação que esses sujeitos realizam. É preciso, portanto, descrever a relação do sujeito com a posição que ocupa no estado de luta de classes, pormenorizando suas respectivas *formações ideológica e discursiva*.

A teoria do discurso intervém como forma de elaborar um caminho para trabalhar a superfície material do discurso e sua essência histórica, com o fito de promover o desvelamento discursivo, que se apresenta como pronto, transparente e acabado, quando, em verdade, nada disso ele é. Cabe à/ao analista, portanto, explicitar estas relações, investindo, assim, no desvelamento da opacidade da linguagem, do descentramento do sujeito e do efeito metafórico (os deslizos de sentido, os equívocos e as falhas); cabe a ela/ele desvelar, destarte, o trabalho da ideologia sobre a materialidade linguística.

A construção de um dispositivo analítico pela/o pesquisadora/pesquisador ocorre quando esta/e coloca uma questão que procura compreender, particularizando-a. Dessa maneira, face aos materiais de análise que serão investigados, a/o analista inicia a constituição de seu *corpus*. De acordo com Orlandi (2020, p. 60), “a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos. [...] Quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise de discurso se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra etc.”. Como todo discurso não se fecha em si mesmo, mas, antes, inscreve-se em um processo discursivo, é daí que podemos promover um recorte e analisá-lo, recortes que representam estados deste processo em curso. A partir do recorte realizado (em nosso caso, discursividades diversas, dentre as quais o *meme* como componente-veículo do discurso neofascista), é preciso analisar, como faremos no próximo capítulo, as *condições de produção* do discurso, a fim de elucidar os processos sócio-históricos mediatos e imediatos que influenciaram a produção daquelas materialidades em análise.

O recorte que delimita o *corpus* com o qual trabalharemos nesta tese é composto por imagens e, também, por suportes linguísticos, os quais chamaremos de *sequências discursivas*, em consonância com a lição de Courtine:

Precisamos primeiro conceber as determinações específicas ao nível da formulação: **escolher uma sequência discursiva – enquanto manifestação da realização de um intradiscurso – como ponto de referência a partir do qual o conjunto de elementos do *corpus* receberá sua organização;** relacionar esta sequência discursiva a um sujeito e a uma situação de enunciação determinada; mostrar como o sujeito da enunciação e circunstâncias enunciativas são atribuíveis (referenciáveis) aos lugares dentro dos aparelhos ideológicos de uma determinada conjuntura histórica. Nós chamamos o conjunto de elementos que foram mencionados como as condições de produção da **sequência discursiva da referência**. (2016, p. 25). *Grifos nossos.*

Seguindo esta exposição, nossa pesquisa constitui como *corpus* sequências discursivas retiradas de *memes* produzidos por páginas de redes sociais, majoritariamente do *Facebook*, que aglutinam discursos quase sempre apócrifos, além de dizeres em circulação em outras mídias digitais e físicas, como o *outdoor*. Tomaremos como *sequência discursiva de referência* o lema do movimento fascista brasileiro, o integralismo: “Deus, pátria, família”. Entendemos que esta é a sequência que organiza outros dizeres a ela pré-existentes, assim como aqueles dela derivados, e que, por sintetizá-los, é tomada como referencial. Além das sequências, também faremos análise das imagens que as acompanham, por entender que elas são elementos essenciais da composição discursiva em exame, constituindo, assim, o nosso próprio objeto de estudo: o discurso (neo)fascista e os efeitos de sentido recuperados/deslizados nos acontecimentos que levaram à eleição de um presidente que originariamente se inscreve na *formação discursiva fascista* e que, ao manifestar dizeres (e silenciamentos), acrescenta novos elementos de saber a essa FD, inaugurando uma nova: a *formação discursiva bolsonarista*.

Por se tratar de um *corpus* plural e disperso, buscamos sistematizá-lo e detalhá-lo conforme a tabela abaixo, apontando os *memes*, as figuras outras que não se classificam neste gênero discursivo e as sequências discursivas analisadas, explicitando a localização de cada elemento no trabalho aqui apresentado. Assim, procuramos tornar o *corpus* mais esquematizado e conferir-lhe maior visibilidade, como que mapeando a “topografia” do percurso de análise.

O *corpus*, como delimitado em tabela descritiva na página à frente, representa a superfície linguística e discursiva, “o material de linguagem bruto coletado, tal como

existe” (ORLANDI, 2020, p. 63). Dessa maneira, o percurso que nos faz ir da superfície textual-imagética ao discurso, através do objeto definido pelo *corpus*, faz-se por etapas: 1) passa-se da superfície linguístico-imagética (sequências discursivas, imagens, textos) para 2) o objeto discursivo (a *formação discursiva*) e, finalmente, em direção ao 3) processo discursivo (momento em que se verifica a *formação ideológica* dos sujeitos).

TABELA 1 – *Corpus*: descrição e localização da SDr, textos, imagens e *memes* analisados

Perfis em análise	Sequência Discursiva de Referência (SDr)	Análises a partir de imagens e textos verbais em mídias tradicionais	Análises a partir de materialidades digitais, como <i>memes</i>
Fascistas e neofascistas 1. Integralistas 2. Jair Bolsonaro.	<i>“Deus, pátria, família”</i>	SDr integralista (fig. 6a, p. 79; fig. 17, p. 126, <i>Integralismo</i>).	Paráfrase da SDr: “Meu partido é o Brasil” (fig. 1e, p. 27, slogan de campanha repostado pela página <i>Bolsonaro Mito</i>).
		Paráfrase da SDr: “Pelo bem do Brasil” (fig. 6b, p. 79, <i>Partido Liberal</i>).	SDr usada em convenção partidária (fig. 6c, p. 79, <i>A Cidade Campinas</i>). Paráfrase de <i>Arbeit macht frei</i> (fig. 16, p. 115, <i>Twitter</i> da Secretaria de Comunicação do antigo Governo Federal).
		Paráfrase da SDr: “Deus, família, Brasil”, escrita na palma da mão do então candidato a presidente em entrevista à <i>Globonews</i> (fig. 18, p. 126).	SDr usada em <i>live</i> presidencial (fig. 19, p. 126, <i>Facebook</i>).
Veículos / Mídias tradicionais / Mídias institucionais / Mídias pessoais / Websites diversos	<i>Figuras que trazem a paráfrase da SDr e/ou estão a elas ligadas, dadas as condições de produção</i>	<i>Outdoors</i> de apoio a Bolsonaro. (figs. 2a e 2b, p. 48, <i>Gazeta do Povo</i> e <i>O Documento</i>).	Postagem da cantora Madonna em apoio ao movimento #EleNão. (fig. 13, p. 108, <i>Instagram</i>).
		Mussolini e Bolsonaro em “motociatas”. (figs. 4a e 4b, p. 75, <i>La Tribuna Ilustrada/Estado de S. Paulo</i>).	<i>Meme Dancing Baby</i> (fig. 33, p. 184, <i>Know your meme</i>).
		“Mussolini diz que só um povo armado é forte e livre” (fig. 5, p. 76, <i>Folha de S. Paulo</i>).	Ilustração da placa Rua Marielle Franco (fig. 42, p. 210, site do <i>Instituto Marielle Franco</i>).
		Gráfico que mostra a ascensão dos evangélicos no país (fig. 8, p. 93, <i>Folha de S. Paulo</i>).	Post-meme Xuxa-Bolsonaro (fig. 36, p. 191, <i>Instagram</i>).
		Campanha “O Brasil que eu quero” (fig. 10a, p. 105, <i>Globo</i>).	<i>Meme-espetáculo</i> “Bolsonaro dançando Ilariê ao contrário” (fig. 37, p. 192, <i>WhatsApp</i>).
		<i>Arbeit macht frei</i> . (fig. 15, p. 112, <i>History Channel</i>).	<i>Meme</i> “2 lados subvertidos” (fig. 39, p. 193, <i>Twitter</i>).
		“Alemanha acima de tudo” (fig. 20, p. 142, periódico acadêmico).	
		Capa de <i>Veja</i> – Capitão Nascimento (fig. 21, p. 151, <i>Veja</i>).	
		Pôster de “Tropa de Elite” (fig. 23a, p. 154, <i>Zanzen Produções</i>).	
		Preso ao poste/“Aplicação do castigo do açoite” (figs. 24a e 24b, p. 155, <i>G1</i> e <i>Museu Castro Maya</i>).	
		Imagem de tanque de guerra em Brasília (fig. 25, p. 160, <i>Folha de S. Paulo</i>).	
		Imagem de tanque de guerra na cor rosa na Gay Pride London (fig. 27, p. 163, <i>Amnesty International/BBC</i>).	
		“A traição das imagens (isto não é um cachimbo)” (fig. 28, p. 171).	
		O espetáculo da prisão de Lula (fig. 30, p. 178, <i>Globonews</i>).	
		Charge “lançamento de livro de História em meio ao protesto” (fig. 44a, p. 213, acervo pessoal de Ivan Duque).	
Perfis em redes sociais: <i>Twitter e YouTube;</i> Páginas do Facebook: <i>Bolsonaro Mito;</i>	<i>Figuras que trazem a paráfrase da SDr e/ou</i>	Destruição da placa em homenagem a Marielle Franco por neofascistas (fig. 43, p. 210, <i>Carta Capital</i>).	<i>Meme</i> “Bolsonaro 2018” (fig. 1a, p. 27, <i>Bolsonaro Opressor Mil Grau</i>).
			<i>Meme</i> “Bolsonaro presidente” (fig. 1b, p. 27, <i>Bolsonaro Opressor Mil Grau</i>).
			<i>Meme</i> “risada opressora” (fig. 1c, p. 27, <i>Risada Opressora</i>).
			<i>Meme/slogan</i> “Brasil acima de tudo” (fig. 1d, p. 27, <i>Bolsonaro Opressor Mil Grau</i>).
			“4ª feira é o dia D da luta contra a corrupção na #LavaJato. [...]” (fig. 7, p. 91, <i>Twitter</i>).
			<i>Meme</i> “Bolsonaro armado” (fig. 9, p. 99, <i>Bolsonaro Mito</i>).
			<i>Meme</i> “O Brasil que eu quero” (fig. 10b, p. 105, <i>Bols. Mito</i>).
			<i>Meme</i> “Bolsonaro ferido” (fig. 11, p. 107, <i>Bolsonaro Mito</i>).
			<i>Meme</i> “Vítima da violência que combate, não a que prega” (fig. 12, p. 107, <i>Bolsonaro Mito</i>).

Bolsonaro Opressor Mil Grau; Bolsonaro Memes Brasil; Corrupção Brasileira Memes; Sou Mulher sou Bolsonaro; USP Livre.	estão a elas ligadas, dadas as condições de produção		Post-meme “Madonna hipócrita” (fig. 14, p. 109, <i>USP Livre</i>).
			Meme “Faca na esquerda” (fig. 23b, p. 154, <i>Bolsonaro Opressor Mil Grau</i>).
			Meme “Ladrão no Brasil e nos Estados Unidos” (fig. 24c, p. 155, <i>Bols. Mito</i>).
			Meme “Militares assumem” (fig. 26, p. 162, <i>WhatsApp</i>).
			Meme “Robôs do Bolsonaro” (figs. 29a e 29b, p. 178, <i>Facebook e Corrupção Brasileira Memes</i>).
			Meme “Guardiões da América” (fig. 31, p. 179, <i>Bols. Mito</i>).
			Meme “1 dia, 1 mês, 1 ano” (fig. 32, p. 180, <i>Bols. Memes</i>).
			Meme-espetáculo anti-Lula. (fig. 34b, p. 188, <i>Facebook</i>).
			Meme-espetáculo “Lula demônio” (fig. 35, p. 190, <i>Kwai</i>).
			Post-meme “2 lados” (fig. 38, p. 193, <i>Twitter de Carla Zambelli</i>).
			Meme-espetáculo “Só existem dois lados” (fig. 40, p. 194, reprodução de <i>Poder 360</i>).
			Meme-espetáculo “um povo armado jamais será escravizado”. (fig. 41, p. 208, <i>YouTube</i>).
			Meme de discussão pública “lançamento de carteira de trabalho em meio a protesto do PT” (fig. 44b, p. 213, <i>Facebook Sou mulher sou Bolsonaro</i>).

Com o *corpus* assim definido, a primeira etapa de procedimento analítico se dá sobre o texto, quando a/o analista busca o dito, isto é, a materialidade discursiva; esta “funciona como a porta de entrada para a elucidação de sentidos do discurso” (FLORÊNCIO *et al*, 2016, p. 87). Nesta fase, dá-se o processo descritivo, quando a/o analista busca nomear os recursos linguísticos empregados e as materialidades discursivas não-verbais, mas que compõem a significação, como as imagens. Uma vez concluída a descrição dos ditos e do suporte visual que os acompanha, passa-se ao objeto discursivo, momento em que a/o analista passará a observar as *formações discursivas* distintas. É nessa ocasião em que se observam os não ditos, apenas apreensíveis a partir dos ditos; nessa fase, as metáforas, as metonímias, os lapsos, as falhas importarão à/o analista, constituindo as chaves das explicações oferecidas.

Finalmente, a partir das FDs, chega-se à etapa em que se analisam as *formações ideológicas* que regem as relações de sentido estabelecidas. Neste estágio, a partir do não dito, pode-se proceder à análise do que foi silenciado. O *interdiscurso*, constituindo/atravessando a materialidade linguístico-discursiva trazida na descrição, precisa ser aqui explicitado, mostrando como ele promove deslizamento de sentidos, deslocamentos e condensações dos sujeitos enunciatários.

O efeito metafórico, que nos importa nessa pesquisa, precisa ser, assim, explicado como “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (PÊCHEUX, 2014, p. 96), entendido não como desvio, mas como transferência, deslize, deriva de sentidos. Por isso, essa explicação deve ser dada como um gesto de interpretação do lugar discursivo ocupado pelo sujeito e de como, a partir dessa posição, ele constrói os efeitos de sentido do discurso, recorrendo à memória, aos dizeres já constituídos e à produção de mesmos ou de novos sentidos.

CAPÍTULO II – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO NEOFASCISTA

Com os conceitos da Análise do Discurso e o *corpus* já definidos, passa-se neste capítulo à investigação das condições de produção do discurso fascista. Por sua complexidade, esta análise é dividida em três pontos: primeiramente, examina-se o conceito de condições de produção à luz da teoria do discurso; logo, o que se denomina por “fascismo histórico” para, então, perceber o que se resgata como paráfrase ou polissemia do discurso fascista clássico na sua atualização neofascista. Tem-se, ademais, o cuidado de analisar o que não se repete linguisticamente, ainda que dito de outra forma, e o que não aparece nessa atualização; o que se silencia porque é preciso (a filiação explícita aos valores do nazifascismo, tida como inaceitável pela sociedade burguesa de hoje) e o que se inaugura como acontecimento discursivo (a irrupção dos *memes* como a forma neofascista discursiva de preferência).

Prosseguindo desta forma, será então possível percorrer o item 2.3 e suas subdivisões na apurada análise que realiza das condições de produção estritas do discurso neofascista, cujos efeitos históricos mais recentes nele atuam. Esta seção apontará, em síntese, um tríptico conjunto: a de neoliberalismo, tecnologia e neopetencostalismo, elementos que se apresentam como uma das principais novidades do “fascismo eterno”, devidamente atualizado para o Brasil do século XXI.

2.1 O conceito de condições de produção em Análise do Discurso

O conceito de *condições de produção* em AD diz respeito ao que já aludimos por meio de Orlandi (2020), ou seja, às “margens do dizer” às quais estão associados os discursos. As *condições de produção* compreendem o sujeito e a situação de enunciação – o *contexto* em que o discurso é enunciado e que o levou a ser assim formulado, dado que a história e a situação em que o sujeito passa a produzir sentidos pelo discurso influenciam a própria produção deste.

Na compreensão de Orlandi (2020), o contexto de formulação do discurso nos leva a pensar em duas perspectivas das *condições de produção*: se tratamos do contexto mais imediato das circunstâncias da enunciação, falamos de condições de produção em sentido estrito; se tratamos de um contexto que abrange as implicações sócio-históricas

que permeiam aquele discurso, falamos, então, das condições de produção em sentido amplo.

Deste modo, podemos dizer que as condições estritas de produção do discurso estão mais visíveis e disponíveis, mais facilmente observáveis na superfície textual e na análise da sucessão dos eventos que levaram àquela formulação. No caso do objeto aqui analisado, por exemplo, um *meme* que enaltece o discurso neofascista e que brinca com a seriedade do significado de “opressão”, como no caso de perfis de rede social que assim se intitulam de forma acintosa (*Bolsonaro Opressor*), é o contexto imediato, a condição de produção estrita do discurso em análise. No entanto, não se pode isolar essa situação e tomá-la de maneira estanque, como que desconectada da história que inevitavelmente a conduziu até este momento enunciativo.

Dessa maneira, é preciso analisar como o trabalho simbólico da ideologia sobre a linguagem foi operado, ao longo da história e das relações sociais que conform(ar)am a sociedade em que aquele discurso foi produzido, para situar, também, as relações de reprodução/transformação sendo ali expressas sob forma linguística. É preciso detalhar, portanto, de que maneira a carga histórico-ideológica incide sobre um discurso, discurso este que, para constituir seus sentidos, recorre à memória da formação de uma sociedade que, como a nossa, recepcionou um presidente que reflete muito de nosso legado de autoritarismo, de nepotismo, de patrimonialismo, de promiscuidade entre a coisa pública e a privada, de exploração no seio social, panegírico, enfim, das muitas rupturas de regimes políticos. Chagas que se apresentam linguisticamente ainda hoje e que demandam explicações histórico-dialéticas para serem compreendidas em sua totalidade.

2.2 Condições de produção amplas do fascismo histórico

Para entendermos os impasses colocados pelas extrema direitas e o neofascismo do presente, precisamos resgatar a história do fascismo clássico, também chamado de fascismo histórico. Este é característico do início do século XX, quando o imperialismo europeu estava em colapso e, exatamente por isso, levou o continente a duas guerras que envolveram todo o mundo. No entanto, somente a partir da grave crise cíclica e inerente do capitalismo, irrompida com a Quebra da Bolsa de Nova York em 1929, é que o fascismo, já firmemente assentado como ideologia na década de 1920, consagra-se como força política e social que levaria horrores à humanidade (HOBBSAWM, 2020), tendo as

figuras de Hitler e Mussolini como as mais representativas deste sombrio período da história humana – o qual parece uma vez mais se repetir ante a uma nova crise do capital.

Diante do que se colocou acima, é possível recorrer à conceituação de Konder (2009) acerca do fascismo, visto que ela é bastante completa para uma perspectiva do materialismo histórico-dialético. O autor dirá que

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionaisistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro. (KONDER, 2009, p. 53).

Vê-se, desse modo, não só o conceito de fascismo, mas quais as condições que precisam ser postas para que ele surja como tendência e se consolide como movimento político, tendo como seu pressuposto o capital, mormente o financeiro. É por esta razão que o fascismo é necessariamente antissocialista e antioperário, mesmo que se utilize das/os trabalhadoras/es, entendidos como meras *massas*, para que os sentidos desse movimento sejam aceitos e compartilhados.

Tais massas, amorfas, também precisam ser levadas à manipulação da realidade, à crença de mitos, especialmente o *mito da nação*⁴³. O irracionalismo e todo o bojo daí oriundo – negacionismo, anticientificismo, conspiracionismo, terraplanismo e que tais – é uma ferramenta essencial para que a/o fascista permaneça no poder, dirigindo a atenção da massa de sujeitos – tornada *plateia* – à outra coisa que não sua vagueza de conteúdo programático de governança ou os horrores que produzem. Assim, para o pleno funcionamento de todo fascismo, assentado no modelo pragmático radical do capital financeiro e operando na irracionalidade socialmente compartilhada, exige-se um inevitável *diversionismo*.

⁴³ Trabalhar-se-á sobre este mito ao longo deste trabalho, em especial nas seções 3.3 e 4.2.

O termo fascismo foi primeiramente lançado por Mussolini e é etimologicamente advindo de *fascio*, que significa *feixe* (KONDER, 2009). No tempo dos césores da Roma Antiga, os magistrados eram precedidos por funcionários chamados *littori* que empunhavam machados cujos compridos cabos eram reforçados por muitas varas fortemente atadas em torno de uma haste central. Esses machados representavam o poder do Estado de decapitar os inimigos da ordem pública; o feixe de varas amarradas, por sua vez, representava a unidade do povo em torno da liderança estatal.

No século XIX, *fascio* foi adotado como termo por organizações populares em defesa dos interesses de certas comunidades. *Fasci* camponeses ficaram famosos na Sicília entre 1891 a 1894, geralmente liderados por socialistas que reivindicavam melhores contratos agrários. No século XX, no entanto, ao início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, formaram-se *fasci* “patrióticos” em várias regiões italianas, preconizando a entrada do país no conflito (KONDER, 2009). Mussolini, então no Partido Socialista, ficou impressionado com o surgimento desses novos *fasci*.

Quando a Itália entrou na guerra, Mussolini se alistou e veio a ser ferido. Recuperado, e já terminado o conflito, ele percebeu o imenso potencial político constituído pela massa de ex-combatentes como ele mesmo o fora: 500 mil regressos de uma guerra na qual a Itália, apesar de aliada das nações vitoriosas, ainda se deparava com diversos problemas internos. A guerra acentuou o processo de concentração na indústria italiana, proporcionando grandes lucros à siderurgia e às indústrias automobilística e química. O setor agrário entrou em crise com o deslocamento massivo de capitais para a indústria. O processo de concentração de capitais liquidava pequenas empresas e ameaçava a pequena burguesia com a proletarização. A inflação pesava sobre a massa trabalhadora e sobre as classes médias urbanas, aumentando o descontentamento e a insegurança. Seguindo o relatado por Konder (2009) e Hobsbawm (2020), já havia na sociedade italiana claros sinais de agitação política, com massas de proletários urbanos e rurais protestando, confusa, mas apaixonadamente, contra a miséria que a todas/os envolvia. Por fim, os combatentes que retornaram ao país não foram unanimemente acolhidos pela população que, irritada, não os via como heróis, mas como parte do problema italiano. Desamparados, logo compreenderam que sua reintegração social seria difícil na vida civil nas condições sociais com que se depararam.

Mussolini decidiu se apoiar na massa de ex-combatentes, travando uma luta contra o que clamava ser os grandes responsáveis pela crise italiana, óbices da vocação da grandeza da Itália: a democracia e o socialismo, que à época se lograva vencedor na

Revolução Russa. Em 23 de março de 1919, em Milão, certificando-se que sua campanha encontrava receptividade, o *duce* funda um *fascio* de nova espécie: o primeiro dos *fasci di combattimento*, que se proliferariam por toda a Itália e originariam a primeira organização caracteristicamente fascista da história humana (KONDER, 2009).

Apesar de alguns pensadores políticos relativizarem a capilaridade do movimento à época, exatamente por enxergarem a rarefação ideológica do fascismo ou por percebê-lo apenas como um fenômeno exclusivamente italiano, outros observadores, como Antonio Gramsci, já haviam enxergado no movimento dimensões mais amplas, com proporções históricas e mundiais. Em 24 de novembro de 1920, ele escrevia que “o fenômeno do ‘fascismo’ não é somente italiano, tal como não é somente italiana a formação do partido comunista” (*apud* KONDER, 2009, p. 71).

O modelo fascista posto por Mussolini, de caráter necessariamente populista, atravessou não só as fronteiras territoriais, conforme apontado por Gramsci, mas também a próprias fronteiras do *tempo*. Note-se que o *duce* sabia se comunicar com as massas, a ponto de comandá-las em grandes demonstrações que alimentavam sua imagem de líder mítico de um povo. Uma das mais impressionantes demonstrações de seu poder hipnótico na manipulação ideológica das massas é atestado com as “motociatas”, reproduzidas ao longo de 2021 e 2022 por Jair Bolsonaro, há quase um século, portanto, do registro original de Mussolini.

FIGURAS 4a e 4b – “Motociatas” em dois séculos. Fontes: *Estado de S. Paulo/La Tribuna Illustrata*/Folha de S. Paulo.



Outro aspecto revelador do caráter de latência atemporal do “fascismo eterno”, como asseverado por Eco (2019), é o movimento discursivo de paráfrase realizado pelo neofascismo ao atualizar os dizeres originalmente enunciados pelo fascismo histórico.

Veja-se o exemplo representado pela figura 5 abaixo, em que se lê a manchete do jornal carioca *Correio da Manhã*, de 12 de agosto de 1937.

FIGURA 5 – Manchete de *Correio da Manhã*, de 1937. Fonte: *Folha de S. Paulo*.



Esse dizer é recuperado pelas muitas falas do então presidente Bolsonaro, especialmente em momentos em que sua verve autoritária contra políticos que o afrontam é manifesta, como na fatídica reunião ministerial de 22 de abril de 2020, auge da pandemia de COVID-19 no país. Bolsonaro desliza o dizer de Mussolini, que vivia um contexto de iminência de guerra, para a situação em que se encontrava, intentando instalar um clima bélico no país, ainda que nossa batalha, naquele momento, precisasse ser realizada contra o coronavírus, e a arma do povo, sem vacinas até então, seria o distanciamento social. O intuito do malfadado presidente na atualização do dizer de 1937, assim, era o de provocar uma “guerra”, armando a população contra seus desafetos políticos que, diferentemente dele, promoviam o necessário isolamento social no período⁴⁴.

Mas voltemos à análise das condições de produção do fascismo histórico, que, como vimos, despontava na Itália no início da década de 1920. O que apenas ali se iniciava viria a se consolidar como um movimento de enormes proporções que não só levaria Mussolini ao poder de todo o aparato estatal, com um amplo apoio da pequena

⁴⁴ O exato dizer de Jair Bolsonaro nesta reunião ministerial é o que segue: “É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! **Que povo armado jamais será escravizado.** Eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme! Que é a garantia que não vai ter um [expressão de baixo calão] aparecer pra [sic] impor uma ditadura aqui! Que é fácil impor uma ditadura! Fácilimo!”. Grifo nosso.

burguesia italiana, mas que também se replicaria em diversas regiões do mundo. A Alemanha e o nazismo igualmente iriam se assentar no caráter pequeno-burguês do fascismo⁴⁵ para que seu “nacional socialismo” lograsse sucesso. Entretanto, a ideologia fascista chegou até mesmo a países distantes do continente europeu, que passavam eles mesmos por revoluções e agitações políticas desencadeadas pelo *crash* de 1929. Uma destas nações foi o Brasil.

Na década de 1930, a Ação Integralista Brasileira (AIB), ou simplesmente integralismo, importa ideias de Mussolini, já na condição de líder máximo da Itália, e tenta sintetizá-las para a realidade brasileira. Após um encontro do expoente do integralismo, Plínio Salgado, com o próprio *duce* (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 13), as concepções teóricas integralistas, inspiradas no fascismo italiano, estavam prontas para serem postas em prática, em meio a um Brasil que se rebelava contra a República Velha e inaugurava um novo momento político, capitaneado por Getúlio Vargas.

Plínio Salgado, conforme nos relatam Gonçalves e Neto (2020, pp. 13-14), logo inicia um projeto intelectual intitulado *A Razão*, que tinha como mecenas o banqueiro Alfredo Egídio de Sousa Aranha. A partir do periódico, passou-se a discutir ideias conservadoras e um primeiro grupo fora formado: a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), o primórdio do integralismo. Seu princípio era um forte nacionalismo conservador e reacionário. Muitos intelectuais passam a compor os quadros da SEP, alguns dos quais oriundos da histórica Faculdade de Direito de São Paulo. Nomes como o do ilustre intelectual e juiz à época, Cândido Mota Filho, fazem com que Plínio Salgado se encoraje, ainda que à revelia de alguns, a formalizar uma entidade política, em 16 de maio de 1932, que viria a ser conhecida como Ação Integralista Brasileira. O lançamento de seu manifesto, apenas ocorrido em outubro de 1932, deu ampla repercussão e receptividade ao integralismo: mais de 20 mil exemplares do manifesto foram impressos e circularam pelo país, e muitos aderiram à AIB. Era um grupo diverso, tanto em relação às suas origens quanto aos seus matizes ideológicos, que incluía desde Miguel Reale, jurista famoso, pai de Miguel Reale Jr. (este, autor de ambos os pedidos de *impeachment* de nossa história recente); Gustavo Barroso, também jurista, ensaísta, contista (FGV, 2020);

⁴⁵ De acordo com Konder (2009), a massa pequeno-burguesa estaria servindo de “suporte popular” a um movimento cujo efetivo conteúdo corresponderia muito mais aos interesses de uma outra classe social – os grandes burgueses – do que as dela. De todo modo, a hegemonia pequeno-burguesa era quem ocupava a “frente de palco” no fascismo italiano, enquanto a verdadeira (e providencialmente escondida) hegemonia se exercia pelos grandes industriais, financiadores e apoiadores do movimento.

ao padre Hélder Câmara, mais tarde atuante defensor dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar.

A AIB se apresentava como algo novo numa sociedade intolerante que vivia com medo, com agitações políticas ainda bastante vivas, mesmo com a queda da oligárquica República Velha. No ritmo dos movimentos fascistas e conservadores europeus, o integralismo assumiu um caráter espiritualista de harmonização social, de negação da luta de classes e da denúncia de que o liberalismo e o comunismo comungavam de um mesmo princípio: o materialismo. O anticomunismo, no entanto, é que foi o principal catalisador de adesão de muitos integrantes da AIB, pois o “perigo vermelho” atormentava a elite e setores da classe média brasileira, que viam uma ameaça real a seus privilégios a partir dos eventos da Intentona Comunista de 1935, tentativa revolucionária levada a cabo pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), de Luís Carlos Prestes e Olga Benário.

Além dos elementos classistas, a AIB se destacava entre a pequena burguesia brasileira pela religião, já que a relação dos integralistas com o catolicismo, embora não oficiosa, era evidente. A ligação religiosa passava a ser um dos principais sustentáculos do movimento integralista. O lema “Deus, pátria, família” se encaixava perfeitamente nos princípios da doutrina, conforme expresso no *Manifesto de 1932*: Deus (que “dirige o destino dos povos”), pátria (“nosso lar”) e família (“início e fim de tudo”). Esses elementos simbólicos deixavam clara a importância da questão religiosa no discurso e no imaginário integralista.

Para além do simbolismo religioso, a AIB adota outros emblemas e rotinas que fazem dela um movimento claramente fascista. Se na Itália o *fascio* representava um símbolo para os adeptos do grupo de Mussolini, na Alemanha havia a suástica nazista e, no Brasil, a letra grega sigma (Σ) passou a simbolizar o projeto de um Estado único e *integral*, significando que a soma dos números infinitamente pequenos – dos homens e das mulheres comuns – faziam a unidade do país. Se o gestual característico do *duce* e do *führer* em suas apresentações públicas eram comuns na Europa, bem como suas saudações com braços estendidos, o *Anauê* era a contraparte brasileira no integralismo, um grito em tupi que significa “você é meu parente” e era realizado com o braço direito erguido bruscamente até a posição vertical (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 17). A semelhança com o nazifascismo não se encerra na similaridade desta palavra de ordem

com o *sieg heil*⁴⁶ alemão. Também no código de vestimenta o integralismo brasileiro adota o modelo nazifascista: assim como os camisas-negras italianos e os camisas-marrons germânicos, os integralistas passaram a ser conhecidos como os *camisas-verdes*.

FIGURAS 6a, 6b e 6c – Da esquerda à direita: imagem que reproduz a logomarca do integralismo, com o sigma, o lema e o “anauê!” do movimento; paráfrases de “pelo bem do Brasil” e “Deus, pátria, família” retomadas pela campanha de Bolsonaro já em 2022, na convenção partidária que o oficializou como candidato à reeleição. Fontes: *Integralismo*; *Partido Liberal*; *A Cidade Campinas*.



Percebe-se, desta forma, que o integralismo brasileiro adotou diversos comportamentos e teorias do fascismo europeu, lançando as bases intelectuais, estéticas e políticas de uma corrente que se firmaria como a primeira verdadeiramente fascista no país. Havia condições, no entanto, muito distintas no Brasil que impediam o integralismo de se desenvolver plenamente. Talvez a mais importante delas tenha sido a enorme desigualdade social de nosso país, que recém começava a se industrializar. A pequena burguesia, sustentáculo, como se viu, do fascismo europeu, era incipiente em terras brasileiras, ainda que tivesse mais participação na vida política que o grande contingente de miseráveis urbanos e rurais do país, herança de um país agrário, pouco desenvolvido no comércio e na indústria e sem educação ou oportunidades de trabalho formal e digno à população que descendia diretamente das/os escravas/os que acabavam de ser libertas/os.

Havia ainda a questão política. Plínio Salgado apoiara Júlio Prestes, o candidato eleito em 1930 pela aliança oligárquica da política do café com leite. Isso já o fazia um natural rival de Vargas, que liderou o movimento contra Prestes. A rivalidade se acirrara ainda mais quando a AIB passa a ter mais adeptos, disputando espaço político com a

⁴⁶ Expressão em alemão que significa “viva a vitória”, ou “salve a vitória”, utilizada em eventos promovidos pelo Partido Nazista alemão.

hegemonia varguista. Em 1937, o “problema integralista” fora resolvido com o golpe do Estado Novo, já que todos os partidos e entidades políticas, a Ação Integralista Brasileira incluída, foram postos na clandestinidade. Era o fim (temporário, diga-se de passagem) do ideário fascista no Brasil.

O período que marca um “fim” oficial, embora não concreto, do fascismo brasileiro é emblemático para o fascismo mundial. Foi no final da década de 1930 que a Segunda Guerra Mundial dava sinais de que inevitavelmente ocorreria, visto que as invasões sistemáticas de Adolf Hitler a países e regiões que clamava pertencer à Alemanha começavam a fazer com que o parco equilíbrio político conquistado após a Primeira Guerra fosse desestabilizado. E é exatamente no ano de 1937 que os primeiros campos de concentração contra grupos sociais que não fossem necessariamente oponentes políticos começavam a ser montados (HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA, 2022), marcando um dos principais aspectos da insígnia nazista.

O Partido Nazista foi fundado em 1919 na Baviera por um ferroviário chamado Anton Drexler (KONDER, 2009). Naquele período, o partido ainda se chamava *Deutsche Arbeiter Partei*, ou Partido Operário Alemão. Adolf Hitler compareceu a uma das primeiras reuniões deste partido na condição de espião militar, mas terminou por a ele aderir, desligando-se das Forças Armadas. Em 1920, Hitler já era o dirigente responsável pela propaganda do partido e mudou-lhe o nome para *National-Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei*, ou Partido Operário Alemão Nacional-Socialista. Porque os *Sozialisten* (socialistas) já eram comumente chamados de *sozi*, os nacional-socialistas passaram a ser designados de *nazi* (daí “nazista”, com o acréscimo do sufixo -ista como forma de demarcar uma identificação ideológico-partidária).

Em julho de 1921, Hitler assume o comando do partido. Sob sua direção, o programa nazista preconizava uma série de demandas e guardava profundas contradições, como a supressão da cidadania alemão aos judeus, a exigência de terras para a expansão da Alemanha, mas também a exigência de que as/os trabalhadoras/es tivessem participação nos lucros das grandes empresas e que se realizasse uma reforma agrária no país. Aos poucos, no entanto, sem apoio de setores importantes da elite que financiasse este projeto, o programa do Partido Operário Alemão Nacional-Socialista foi sendo esvaziado e a ideologia que prevaleceu foi a mais claramente conservadora e persecutória, até que tudo que engendrasses sentido a partir de “operário” fosse suprimido.

Inspirado na Marcha sobre Roma de 1922, evento que marca a tomada de poder dos fascistas na Itália, Hitler trama um golpe de Estado que lhe rende uma amarga derrota:

o *putsch* de Munique. À época, contava apenas com o apoio de generais da ativa, da Confederação Geral da Indústria, da Associação dos Bancos e da Confederação da Agricultura (KONDER, 2009). Hitler compreendera, a partir de então, que não lhe bastava contar com a ajuda de “heróis” de guerra e algumas associações capitalistas; demandava forte apoio popular urbano e grande adesão de setores diversos do capital alemão para levar seu projeto à frente.

O fracasso do *putsch* o fez não só compreender o que era preciso para que o nazismo vigorasse como também marca sua posição de grande líder de uma Alemanha subjugada. Em seu julgamento pela tentativa de golpe em Munique, Hitler declama ao tribunal: “Se estou aqui como revolucionário, é na condição de um revolucionário inimigo da revolução” (KONDER, 2009, p. 83). Aqui, confirma-se, uma vez mais, o caráter polissêmico da palavra “revolução”, cujo sentido é constituído em Hitler como o de uma revolução contra o socialismo que se avizinhava – e a favor de uma nova forma política assentada em perseguição e violência para que se atingisse a “supremacia” alemã.

Seu espírito “revolucionário” é explorado em *Mein Kampf* (“Minha luta”), um infame livro de memórias que se mostrou significativo na promoção de componentes-chave do nazismo e de sua ideologia racial. Tal obra, após o período de ostracismo que viveu o Partido Nazista nos eventos posteriores ao *putsch*, seria tomada como referência intelectual e de obstinação do *führer* alemão. Aos poucos, ao final da década de 1920, os Nacional-Socialistas começam a se reerguer e a ganhar a simpatia e a adesão de muitos segmentos sociais, o que ocorre em paralelo ao fascismo italiano, que estava em seu apogeu.

Com a crise capitalista mundial de 1929, acelerou-se o consagração da viabilidade do programa nazista. Isso se deveu ao fato de que, pelo Tratado de Versalhes, os alemães deveriam pagar os ressarcimentos a que se comprometeram no final da guerra de 1914-1918, o que lhes criava um profundo vínculo entre o capitalismo daquele país e o capitalismo do Ocidente em geral: “O Ocidente financiava os capitalistas alemães, para estes promoverem as operações capazes de permitir o levantamento de dinheiro devido, sem a destruição do sistema, internamente, no país” (KONDER, 2009, p. 85). A Quebra da Bolsa de Nova York atingiu fortemente a economia alemã, catalisando o processo de ascensão do nazismo.

A essa altura, os alemães já estavam ressentidos, financeira e moralmente, devido à Primeira Guerra, da qual saíram humilhados e quebrados. Este novo abalo sísmico no terreno econômico promovia maior inquietação social, o que iniciou um claro

deslocamento político para a direita, numa tentativa de se adotar o já muito mencionado pragmatismo radical proposto pelos fascistas para solucionar os problemas que se avolumavam no país.

Os liberais da República de Weimar alemã se veem, então, obrigados a ceder o poder ao agora muitíssimo popular Partido Nazista. Em 1933, Adolf Hitler assume como chanceler; pouco depois, ocorre o *Reichstag*, o incêndio ao parlamento alemão. Hitler consegue passar uma lei em que o chanceler, diante dessa providencial e nova situação, possa governar sem a necessidade de um parlamento. A ditadura hitlerista apenas se iniciava, desta vez com massivo apoio popular. O fascismo, enfim, chegara ao poder na Alemanha, ali moldado como nazifascismo, o que significava dizer que se inauguravam novos elementos, mais cruéis e eficazes, no modelo proposto por Mussolini.

Um destes elementos diz respeito à adesão popular às políticas persecutórias do Partido Nazista, que se ampliam para além da divisão política estabelecida pelos fascistas italianos e acarretaram uma sistemática perseguição étnica, cultural e sexual. Sabidamente, o regime nazista açodou e assassinou judias/eus, homossexuais e minorias que não se enquadravam no princípio de “pureza” que estabelecia uma “raça ariana” como superior às demais, calcada no modelo de família tradicional heteronormativa patriarcal. Contudo, como foi possível levar uma população inteira a aderir a um programa de perseguição política tão bárbaro e irracional? Muito se explica pela manipulação ideológica das massas (REICH, 2001) que se deu também através do uso da propaganda política a partir das novas tecnologias disponíveis de então para, ao se conectar com o povo, passar-lhe uma mensagem eficaz, trabalhando-o na ignorância dos fatos e deturpando-os a favor do regime hediondo que se impunha sobre a Alemanha.

Dessa maneira, entende-se que a lição que Hitler legou aos neofascistas é a de que, ao deter o controle da tecnologia e da máquina de propaganda política, o que significa dizer ter o controle sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, tem-se, assim, adesão e unidade em torno da ideologia propagada. Por exemplo, Joseph Goebbels, ministro da Propaganda nazista, lançou, em 1933, o *Volksempfänger* (“rádio do povo”, em português), um rádio popular vendido a preços extremamente baixos, equivalente a 20% do preço de um aparelho comum na época (MELLO, 2020). Assim, a população tinha acesso a um mecanismo de propaganda que, apesar de limitado na captação de sinais que não fossem os governamentais, mostrava-se muito útil para a inserção dos sujeitos nas novidades tecnológicas, criando uma ilusão de bem-estar ao povo ao mesmo tempo em que a publicidade nazista era transmitida e reforçada com eficácia.

O preceito estabelecido pelos nazistas, portanto, é o de que o uso da tecnologia pode moldar o comportamento político de uma nação sob um regime fascista, tal como o caso das redes sociais hodiernamente no Brasil. Mensagens nacionalistas, transmitidas no rádio e no cinema (tecnologia ainda em ascensão em 1930), lançavam as bases, dessa forma, do neofascismo: as de dominação ideológica pela “inundação” de propaganda, hoje sob a forma de *posts*, vídeos e *memes* nas redes, detratando o adversário político ou, simplesmente, propagandeando o conteúdo do líder fascista e de seu *mito de nação*.

Ao longo do restante da década de 1930, além do uso das tecnologias como forma de dominação ideológica e de atitudes práticas para corroer a democracia alemã, como a própria supressão do Parlamento, o regime hitlerista fortalece a *Schutzstaffel*⁴⁷, mais conhecida como SS, uma organização paramilitar que serviu de polícia política à ditadura nazista (HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA, 2022). Também ao longo desta década de assombrosa ascensão nazista é que se verificam os primeiros movimentos de perseguição sendo fomentados na sociedade, com o apoio paramilitar da SS, e a estruturação dos primeiros campos de concentração; acontece, ademais, a invasão de países vizinhos, primeiramente a Áustria, posteriormente a Polônia. Todos esses eventos persecutórios, violentos e expansionistas sacramentariam a sucessão de acontecimentos que desencadearam na eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Constata-se, desse modo, que Hitler pôde agir livremente para difundir a ideologia nazifascista. Sobre este assunto, é preciso salientar que o capital estrangeiro não adotou medidas enérgicas ante o ditador e seu aparato repressivo estatal a tempo de evitar o conflito mundial; ao revés, parte do problema nazista foi, como se viu, criado pelo capital, que impunha uma situação vexatória à economia alemã. O Ocidente buscava compreender aquele “problema” assim como já o fazia em relação à Itália: como algo “isolado e particular” da Alemanha. Quando o expansionismo germânico atingiu seu apogeu, ameaçando toda a burguesia mundial (ainda sob forte comando inglês), a guerra, enfim, eclode (HOBSBAWM, 2020).

Outro fato de destaque é que o capitalismo se via às voltas com o “perigo vermelho” do comunismo/socialismo soviético. Foi por conta de e sob o capitalismo europeu que o fascismo se intensificou na Itália e na Alemanha, tendo expressões fascistas ditatoriais espalhando-se pela Europa, como no caso das ditaduras que se instalam na Península Ibérica. Até então, a escalada fascista era tida como um “mal menor” ante o

⁴⁷ De acordo com o dicionário Michaelis, “esquadrão militar que formava a guarda de elite, utilizada como principal meio de defesa, proteção e controle do nazismo”.

leninismo-stalinismo. Mas cabe lembrar que, sem a aliança com o tão execrado socialismo russo, já sob o regime de Stalin, os Aliados muito provavelmente não venceriam o combate contra o Eixo fascista em 1945, derrotando (oficial, mas não concretamente, lembremos) o nazifascismo, uma fase de absoluto horror da história humana.

Nesta longa e necessária exposição sobre o fascismo clássico, cabe-nos destacar o caráter transnacional do fascismo e sua íntima relação com as forças conservadoras da sociedade, o que significa dizer com as forças do capital, que desejavam manter o *status quo*. Neste alinhamento de forças, o militarismo, como se viu, atuou como um necessário sustentáculo do fascismo, uma vez que, convencido de que a nação se achava em um período de crise aguda, este movimento exigia a “*militarização da vida política e a supressão do parlamentarismo*” (KONDER, 2009, p. 135).

O regime fascista depende, pois, de um aparelho ideológico eficaz, mas igualmente de um aparelho repressivo de Estado, tão amplo que pressuponha a militarização da atividade policial e implique uma tendência interna ao policiamento militar de todos os aspectos significativos da vida de um país. Com base nisso, Konder (2009, p. 136) dirá que “não há fascismo sem apoio militar”, ponderando, contudo, que, apesar de imprescindível, seria insensato pretender que as Forças Armadas sejam o suporte social capaz de manter todo um sistema em funcionamento. Há que se considerar a estrutura social, um determinado modo de produzir e consumir; por esta razão, os militares não conseguem substituir as forças produtivas de uma sociedade, tampouco ocupar o lugar de uma classe social nas transformações das relações de produção.

Nesta linha de raciocínio, constata-se, assim, que as *condições de produção* do fascismo histórico nos apontam para problemas do presente. É possível perceber no Brasil traços fascistas permanentes e institucionalizados, como a existência de uma *polícia militar*. Há, além do mais, as condições sociais e materiais de uma sociedade de massas de consumo dirigido. Mais ainda, há a disposição de fazer da agitação e da violência como meio político de fato, não apenas retórico. E houve, ademais, um homem no poder que recebeu a chancela para assim intentá-lo.

Sobre este assunto, Finchelstein (2019, pp. 38-39) assevera que

em todo o mundo, **os fascistas entendiam a violência política como a fonte do poder político**. Contra a ideia liberal e comunista do poder como fruto do monopólio do Estado sobre a violência, os fascistas equiparavam o poder ao exercício da violência política e não à sua supressão. Acreditavam que o desencadeamento da violência criava e aumentava o seu poder. Imaginavam

a violência como a fonte de uma nova sociedade autoritária na qual o nacionalismo, o racismo e o capitalismo (de planejamento central) podiam ser integrados. [...] Os mitos nacionalistas inspiravam e legitimavam a violência como um aspecto fundamental da religião política fascista. [...] Fundamental para essa ideia era o líder messiânico como um guerreiro que conduziria o povo em lutas sagradas contra inimigos internos e externos. [...] **o fascismo propunha a ditadura, uma ideia mítica do líder, uma abordagem nacional-socialista do capitalismo e uma ideia radical do inimigo como a base da política moderna.** *Grifos nossos.*

Essas características históricas do fascismo, portanto, são essenciais para que se compreenda como chegamos até aqui, num momento político em que se resgata parte do estatuto fascista como projeto político. Como alegou o integralista brasileiro Miguel Reale (1983, p. 223-33), “o fascismo é a doutrina universal do século XX”, ao que conclui que “a criatura era maior do que o seu criador”. Ampliemos, contudo, esta observação: o fascismo, sob as vestes do neofascismo e na síntese das contradições velhas-novas engendradas pelo capitalismo, é tão maior que seus criadores que, mesmo aparentemente derrotado, no Brasil varguista ou na vitória aliada de 1945, uma vez mais irrompe como uma doutrina universal, desta vez no século XXI.

2.3 Condições de produção estritas do neofascismo

Para que se compreenda a ascensão do neofascismo na contemporaneidade, é preciso que se revisitem fatos que remontam à grave crise do capitalismo, ocorrida em 2008, e talvez a mais séria delas desde o *crash* de 1929. Como se viu, a quebra da bolsa no final da década de 1920 catalisou processos de fascistização da sociedade europeia no passado. Agora, vivendo a experiência da globalização e da mais profunda financeirização do desenvolvimento capitalista, (re)surgiram vários partidos de extrema direita pelo mundo, cujos discursos remontam aos fascistas de outrora.

Esse processo de fascistização é vivenciado no Brasil a partir dos efeitos dessa nova crise do capital, que seria sentido de forma mais aguda a partir do golpe desferido em Dilma Rousseff em 2016. Assim, o subitem 2.3.1 trata dos acontecimentos e da construção de sentidos que levam ao golpe-impeachment de 2016; já o subitem que o segue, 2.3.2, reflete sobre a dominância dos sentidos neoliberais impostos pelo golpe-impeachment e seu recrudescimento, com a eleição de um fascista a presidente do Brasil.

2.3.1 O neofascismo latente até o golpe-*impeachment* de 2016

A crise econômica de 2008, desencadeada nos EUA, foi resultado do “estouro da bolha imobiliária” do sistema de financeirização do capital que sustentava o mercado norte-americano. O capital financeiro⁴⁸ construiu um sistema que basicamente permitia aos bancos conceder irrestritamente linhas de crédito do tipo *subprime* (de segunda linha) sem maiores garantias: ao tomador de empréstimo, era possível financiar um imóvel, mesmo sem ter os meios (renda, salário, patrimônio) de quitá-lo. Com mais gente procurando imóveis, os preços destes começaram a subir e os bancos passaram a taxar mais os juros sobre os empréstimos – mas, como não havia renda de fato, o calote era inevitável.

Avolumando-se, assim, o endividamento das pessoas em financiamentos, logo veio a quebra dos bancos credores, prontamente socorridos pelos governos dos EUA e da Europa. A crise atingiu de imediato, e em cheio, o centro do capitalismo. Com a quebra dos bancos e a falta de crédito, veio a recessão, o número de desempregados cresceu em todo o mundo, catalisando, também, o processo de recrudescimento da agenda dos direitos sociais em países como Grécia e Portugal.

Apesar da crise no ambiente externo, o PIB brasileiro se recuperou de uma recessão técnica de -0,1% registrada em 2009 para impressionantes 7,5% já em 2010 (IBGE, 2020). Além dos números macroeconômicos positivos, o país assistia à construção de grandes obras para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Esse era, literalmente, o palco armado na periferia para a crise político-social desencadeada em 2013, à soleira da chegada dos efeitos deletérios da crise do capitalismo de centro.

Paradoxalmente, as benesses acima listadas propiciadas pelos governos Lula/Dilma, que marcam o que Konder (2009) identifica como uma das condições para a emergência do fascismo – a existência de uma sociedade de consumo –, permaneciam acompanhadas de problemas seculares do Brasil: a desigualdade social, embora apaziguada pela política dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), não era

⁴⁸ Netto e Braz (2012, p. 242) apontam que a financeirização do capital, calcado em operações de crédito e de ações, de caráter eminentemente especulativo, é a face contemporânea do capitalismo, resultante da superacumulação e da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registradas entre os anos 70 e 80: “Propiciado pelos recursos informacionais, que garantem comunicações instantâneas entre agentes econômicos situados nos mais distantes rincões do planeta, esse processo tem suporte na gigantesca concentração do sistema bancário e financeiro”.

profundamente atacada e reformada, tendo-se apenas o horizonte do consumo como maneira de se integrar à sociedade, sem, de fato, haver uma transformação substancial dela. A vida urbana, que se tornou predominante na demografia brasileira⁴⁹, apresentava-se com carestias muito profundas, tirando da invisibilidade os sertões do Brasil nos quais sempre persistiu o gigantesco fosso entre incluídos e excluídos socialmente, colocando nossa principal mazela, agora, na praça pública da urbe.

Nas cidades, a/o trabalhador/a encontra um custo de vida alto, com precários serviços públicos de saúde, educação, transporte e segurança. Aliás, a exponencial explosão da violência e da criminalidade durante estes governos, mesmo com o progresso material que ajudaram a implementar, em parte elucida o descontentamento social que surge em 2013, que demandava, inicialmente, maior presença estatal em serviços públicos e maior leque de direitos para a população.

Não será objeto de profunda análise, neste trabalho, o acontecimento de junho de 2013. Este fenômeno ainda recente, afinal, é matéria mais que suficiente para trabalhos inteiros dedicados a ele, e não nos esqueçamos que estamos, aqui, colocando as condições de produção estritas que mobilizariam os sentidos que sustentam o discurso neofascista no Brasil. No entanto, é tarefa difícil, mesmo impossível, não fazer um nexo de causalidade entre a permanente militância golpista e revanchista do neofascismo brasileiro, sua gramática de raiva exposta nas ruas para a mobilização constante e os eventos que ocorreram em junho de 2013.

Partimos do pressuposto, como entendido pela antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2019), de que o movimento de 2013 teve como causa um Brasil que, em um momento de maturidade democrática, acostumado à liberdade e a reclamar por seus direitos desde 1988, demandava maior aprofundamento da democracia. Essa tese se centra na ideia de que, quanto mais acesso à democracia e/ou participação popular no consumo e no protagonismo representativo, maiores as chances de as pessoas terem a liberdade de se manifestar e pedir pela ampliação de benesses, uma vez que têm as condições de, em se percebendo como desiguais, manifestarem-se sem a repressão ostensiva do Estado.

O catalisador de 2013 foi um movimento chamado Passe Livre (MPL) que protestava pela melhoria dos serviços públicos de transporte na cidade de São Paulo. A faísca se espalhou por todas as grandes cidades do país. Logo, demandava-se por

⁴⁹ O último censo demográfico realizado pelo IBGE no Brasil, datado de 2010, indicava que mais de 160 milhões de pessoas (84% da população) moravam na área urbana, contra os quase 30 milhões de habitantes da zona rural.

melhores hospitais e escolas “padrão FIFA” (em contraposição à Copa do Mundo que aqui se realizaria) e por mais segurança pública num país fundado na e devastado pela violência, herança direta de nosso passado colonial que sistematicamente marginalizou grande contingente de sua população ao longo de nossa história escravocrata. Somente entre 2005 e 2015, período do apogeu e do declínio petista, o número de homicídios no Brasil havia crescido em 11% – a despeito do reformismo fraco na redistribuição de renda que o PT implementava (SINGER, 2018).

À pauta da segurança pública, junta-se uma profunda crise de representatividade política, que foi materializada em atos que buscavam impedir a presença de partidos que historicamente marchavam nas ruas, mormente os de esquerda. Propiciado pelas emergentes redes sociais de então, que ainda não dispunham dos sofisticados algoritmos que formam as “bolhas” opinativas de agora, misturavam-se vários segmentos distintos que se comunicavam no ambiente virtual e iam às ruas. O movimento de 2013 começava aí a ganhar contornos tão heterogêneos que beiravam à amorfia, sem uma pauta bem definida, sem líderes, tendo como liame o profundo descontentamento das distintas classes que compunham a receita conciliatória do lulismo abrigadas sob um só símbolo: a bandeira do Brasil.

Junho de 2013, entretanto, começou com uma pauta bem definida: a diminuição do preço dos transportes na cidade de São Paulo. Muito provavelmente por isso, houve violentos confrontos entre os protestantes e a repressão desmedida da Polícia Militar paulista, à época sob a guarda de Geraldo Alckmin⁵⁰. Até então, o movimento era visto como oriundo de uma “esquerda radical”, pois o grupo que pedia por mais transporte público acessível era visto, também, como aquele que “depredava o patrimônio público e privado”⁵¹. Com o surgimento das pautas múltiplas e antipolíticas (ou melhor, antipartidárias) em meio aos protestos, atrelando a imagem do sistema político a casos de corrupção e, logo, às mazelas do país, há uma inflexão na cobertura midiática do evento e na recepção que os partidos de centro-direita e de extrema direita têm do evento, passando a tratá-lo de forma elogiosa e positiva.

⁵⁰ Hoje vice-presidente do terceiro governo Lula, Alckmin foi um dos principais fomentadores da repressão de 2013 e, posteriormente, dos protestos pró-golpe-*impeachment* de 2015-2016.

⁵¹ Exemplo disso é o famoso episódio em que José Luiz Datena, apresentador de um programa na TV Bandeirantes, famoso por explorar os fatos e a violência de forma sensacionalista, faz um longo discurso contra os protestos em 13 de junho de 2013 e pede que a audiência participe de uma enquête em que se pergunta: “Você é a favor de protesto com baderna?”. Apenas 915 pessoas telefonaram votando “não”, enquanto 2.179 pessoas votaram “sim”, o que mostra o descontentamento da população com o estado geral de coisas e, principalmente, com o enviesamento da mídia ao ler um protesto aparentemente necessário como “baderna”. O famigerado incidente virou, ele mesmo, um *meme* de internet.

Sem promover a mobilização das bases sociais que constituíam o lulismo, nem entender as demandas que vinham das ruas, as esquerdas vão sendo eclipsadas por uma direita enfurecida que, através da imprensa e de líderes políticos nas incipientes redes sociais de então⁵², começava a mobilizar as massas contra o governo Dilma, mobilizando, dessa forma, sentidos de que a corrupção, em particular “a corrupção do PT”, era o grande, e talvez o único, mal do país. Basta lembrar que 2013 começou com uma demanda específica, contra os vinte centavos de aumento nas passagens do transporte público de São Paulo. Em seu ápice, entretanto, no dia 20 de junho de 2013, uma pesquisa do Ibope apontava que “quando levadas em consideração as opiniões dos manifestantes [...], o desejo de mudança do ambiente político ficou em primeiro lugar, tendo sido mencionado por 65% dos presentes, com 50% fazendo referência especificamente à corrupção. [O] transporte apareceu em segundo, com 54% das respostas” (SINGER, 2018, p. 125). Sem haver lhe dado o golpe final, o gigante do conservadorismo nacional, contudo, havia acordado: Dilma vê sua aprovação pessoal cair de 79% em março de 2013 para 45% em julho do mesmo ano (CNI/Ibope, 2013).

Junho antecipava o debate da eleição presidencial de 2014 e seria, assim, o prólogo da crise do golpe-*impeachment* de 2016. O centro, representado então pelo PSDB, saía fortalecido; o petismo, acuado. Percebia-se um setor da sociedade cuja ascensão a tornava disponível para a interpelação, para a interiorização dos sentidos das mensagens de menos Estado e mais mercado, que identificavam o Estado como o governo e, logo, como corrupto e inepto. Grupos liberais e conservadores se aproveitariam da insatisfação popular para moldá-la e explorá-la politicamente. Tal ocorreu nas manifestações pró-golpe-*impeachment* de Dilma que se desenrolam a partir de 2015, tão logo ela é reeleita.

A eleição de 2014 foi ganha pela quarta vez pelo PT por uma vitória muito apertada: Dilma saía vitoriosa com 51,64% dos votos válidos ante os 48,36% do candidato derrotado, Aécio Neves (TSE, 2014), que contestou o resultado das eleições

⁵² Quando os protestos são reorientados para se voltarem contra o PT e perdem a pauta proposta pelo Movimento Passe Livre, políticos como Bolsonaro se entusiasmam com as manifestações, passando a elogiá-las “em nome do povo”. Em 21 de junho de 2013, no ápice das manifestações que já carregavam nas tintas “apartidárias”, seu desafeto político, Jean Wyllys, escreveu na rede social *Twitter*: “Se você acha que, numa manifestação política, partidos não podem se expressar, você não é apartidário: é analfabeto político!”. Bolsonaro lhe responde da seguinte maneira, deturpando suas palavras: “Após manifestações populares, deputado do PSOL chama povo [sic] de ignorante e estimula o vandalismo”. A postagem usa uma imagem com a linguagem do *meme*, em que mostra a mensagem postada por Wyllys com um texto superposto com as cores vermelha nas letras “e” em maiúscula em um fundo amarelo, em que se lê: “Esse é o PSOL: chama o povo de analfabeto e estimula o vandalismo”. Os sentidos de demonização da esquerda do discurso neofascista já eram engendrados desde essa data.

tão logo as perdeu, criando um clima de instabilidade política desde o fim do pleito. Lembra-nos Grigoletto e Sobrinho (2018, pp. 38-39) que, “imediatamente após a eleição, o candidato derrotado e o seu partido solicitam ao TSE ‘auditoria para verificar ‘lisura’ da eleição’”⁵³. Como nos afirma Indursky (2016, pp. 77-78):

O candidato derrotado, tomado de ressentimento por não ter sido eleito, passou a conchamar os eleitores descontentes com os resultados das urnas a se manifestarem. E seu objetivo era o de fomentar a revolta junto aos eleitores descontentes, de modo a fazer prosperar a tese do *impeachment*, lançada logo após a divulgação oficial dos resultados da eleição presidencial.

Aécio e o PSDB passam a circular discursos de ódio contra o PT, seus eleitores e o Nordeste, região em que o partido detém altos índices de aprovação eleitoral. Ainda em 2014, adentrando 2015 e tendo o ápice em março de 2016, os pleiteantes derrotados à presidência fomentaram, nas redes e nas ruas, discursos golpistas, misturados a um nacionalismo exacerbado, com extensa cobertura midiática.

À desestabilização política promovida pela direita brasileira, somou-se o fato de que, em 2014, o Congresso havia sido renovado como o mais conservador de então. As condições de governabilidade eram muito diferentes daquelas da era Lula e das quais a própria presidenta teve de lidar no primeiro mandato. A crise do capital iniciada em 2008, que começava a atingir o Brasil devido ao arrefecimento do ciclo das *commodities*, começa a ser sentida nos resultados cada vez mais tímidos do crescimento do PIB – de 3,0% em 2013 para 0,5% em 2014. Com os previsíveis efeitos da recessão econômica que se instalava, o frágil consenso construído entre uma agenda social e a agenda do capital financeiro começava a se desfazer, visto que o momento econômico impedia a plena continuidade dos programas sociais e da lucratividade das grandes empresas: algum dos lados sofreria baixas. E, como dito pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), talvez a agremiação que melhor represente as elites industriais do país, não seriam eles a “pagar o pato”⁵⁴.

Concomitantemente ao efêmero governo de segundo mandato da presidenta Dilma, pesavam contra várias lideranças petistas ou alinhadas ao petismo acusações e

⁵³ Estes dizeres parecem constituir, interdiscursivamente, a peleja do perdedor Bolsonaro desde o ano de 2021, quando as primeiras pesquisas eleitorais para a eleição de 2022 já indicariam sua derrota para Luiz Inácio Lula da Silva. Uma de suas estratégias foi a de pronunciar que desejava “voto impresso e auditável”, colocando em xeque a lisura do sistema eleitoral do país, tal qual Aécio Neves o fez em 2014.

⁵⁴ Liderada pelo empresário Paulo Skaf, a FIESP lançou, em 3 de setembro de 2015, a campanha “Não Vou Pagar o Pato”, que, em tese, “defendia” os brasileiros contra a alta carga tributária. O pato amarelo inflável, colocado em frente à sede da FIESP na Avenida Paulista, iria se tornar um dos símbolos das manifestações pró-golpe-*impeachment*.

prisões, ostensiva e espetacularmente noticiadas na mídia, desencadeadas pela Operação Lava Jato, uma força-tarefa de combate à corrupção composta por vários segmentos do Judiciário, capitaneada pelo ex-juiz Sérgio Moro e pelo ex-procurador Deltan Dallagnol (hoje, políticos eleitos da extrema direita brasileira, este último já cassado pela Lei da Ficha Limpa), entre outros personagens do Direito brasileiro que permearam a década de 2010. Alinhada à mídia, com exposições diuturnas em veículos televisivos e impressos, a Lava Jato passa, nestes anos que compreendem o prólogo do golpe-*impeachment* de 2016, a ser o ator fundamental da política brasileira.

Os integrantes da força-tarefa iniciada em Curitiba, na vara de juízo penal de Sérgio Moro, tinham como dever missionário transformar o aparato jurídico brasileiro em uma cruzada “anticorrupção”. “Missionário” e “cruzada”, aqui, não são termos usados por acidente: estes expoentes do Judiciário nacional, que começam a se imiscuir com os fazeres políticos, guiam-se por uma agenda moral que extrapolavam suas funções republicanas. Agindo sem provas, mas com convicções, trazem para a discussão da *res publica*⁵⁵ elementos do discurso religioso, utilizando réguas próprias de retidão moral, que escapam à Constituição, para justificar o combate à corrupção. Dallagnol, devoto da Igreja Batista, por exemplo, chegou a afirmar em uma rede social, quando do julgamento que levaria à ilegal prisão do presidente Lula em 2018, que estaria “em jejum, oração e torcendo pelo país”, ao que seu colega de Lava Jato no Rio de Janeiro, o juiz Marcelo Bretas, também ele evangélico, endossa-lhe: “Caro irmão em Cristo, como cidadão brasileiro e temente a Deus, acompanhá-lo-ei em oração, em favor do nosso País e do nosso Povo [sic]”.

FIGURA 7 – Tweet de Deltan Dallagnol, em que religião e justiça se cruzam. Reprodução do Twitter.



⁵⁵ Expressão latina que significa “coisa pública”, “coisa do povo”, aqui referido aos patrimônios e aos direitos do povo brasileiro que foram deteriorados, de forma célere, entre 2016 e 2022.

A confusão entre o espaço público e o privado, definida em seu conceito de cordialidade por Sérgio Buarque de Holanda (2014), é uma das características que marcam a história do Brasil. Também o é o fato de a ideologia cristã sempre ter nos orientado, desde a Colônia, através da Igreja Católica e das missões jesuíticas, até os dias de hoje, quando ainda se observa, por exemplo, o crucifixo colocado acima dos ministros no plenário do Supremo Tribunal Federal. O cristianismo está indelevelmente incrustado em nosso DNA histórico, em nossos discursos e em nossas práticas sociais. E começava a tomar a frente do palco político da República instituída em 1988.

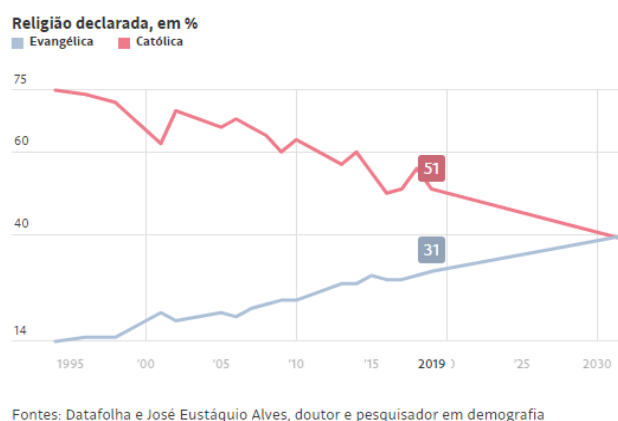
Apesar do desvio ético de suas funções num Estado laico, os dizeres dos personagens “lavajatistas” acima representam uma transformação pela qual vem passando o país e que atuou como um dos balizadores ideológico-morais da sociedade brasileira para o entendimento da esfera pública. A Lava Jato parece ser um ponto de convergência não só entre Direito e política, mas também de outro pilar do discurso capitalista: o da moral religiosa. Isso não ocorre por acaso. No Brasil, vale destacar, o que se observa é a ascensão da religião evangélica e de seu discurso mais radicalizado em relação aos costumes, sentidos que começam a ser transferidos ao trato da coisa pública.

A partir das eleições de 2014, os evangélicos se constituíram como um dos mais ferrenhos opositores dos ligeiramente progressistas governos do PT. Este núcleo de apoio ao golpe-*impeachment* da presidenta Dilma enxergava a longevidade petista no poder com ressentimento. Nascido na periferia do poder político, o Partido dos Trabalhadores⁵⁶ forjou seu caminho até a chegada ao Planalto com forte base popular. Contudo, uma vez encastelado no ambiente palaciano de Brasília, enredado nas práticas sistêmicas duvidosas que são próprias de nossa política, procurou manter-se no poder para, assim, continuar seu projeto civilizatório. O custo foi alto: enquanto operava a máquina pública, o partido perdeu o lastro com o real das periferias brasileiras que lhe servia de substrato, deixando de perceber fenômenos sociais importantes, como a excessiva violência causada pela hiperurbanização e o espraçamento das igrejas evangélicas neopentecostais na periferia urbana, muitas das quais demonizavam o PT e os poucos avanços sociais, mormente os identitários, conquistados durante o período em que esteve no poder.

⁵⁶ O Partido dos Trabalhadores foi oficializado como partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Participou das *Diretas Já*, movimento de 1984 que reivindicava o voto direto para as eleições presidenciais ocorrido ao fim do governo do ditador João Batista Figueiredo. A história do partido pode ser vista em seu *site* oficial: <https://pt.org.br/nossa-historia/>.

Como já referimos, a vida da/o trabalhador/a nas cidades brasileiras vem se tornando muito custosa e árdua, o que propicia, por isso mesmo, a expansão de igrejas em bairros carentes que recebam e acolham as pessoas com seus problemas – alcoolismo, violência doméstica, desestruturação familiar, dívidas, depressão (SPYER, 2020). A igreja evangélica, que chega nos rincões dos subúrbios brasileiros, age na micropolítica, onde o Estado não os alcança, a não ser em operações policiais que matam e oprimem o morador de comunidade. Hoje presentes não só nas periferias, os evangélicos são 31% da população brasileira, só perdendo para os católicos (51%) na composição dos que professam algum tipo de fé no país. Segundo as projeções do pesquisador demográfico José Eustáquio Alves (2019), em 2032 este grupo deve ultrapassar os seguidores da Santa Sé como maioria consolidada da sociedade brasileira.

FIGURA 8 – Gráfico da composição demográfica religiosa do Brasil em 2019.



Como observado por Nobre (2020, p. 37), “o eleitorado evangélico é, de um lado, forjado na experiência de discriminação da maioria católica e, de outro lado, tem enorme peso demográfico, graças a um crescimento vertiginoso nas últimas três décadas”. Percebe-se, assim, que essa parcela evangélica foi se avolumando no país concomitantemente ao longo da trajetória política do PT no cenário nacional, desde as eleições em que participaram pela primeira vez, em 1989. Não é de se surpreender que os evangélicos não se sentissem devidamente representados na vida social, de maneira ampla, e, de modo mais estrito, nem na política, que então assumia as formas do petismo. As candidaturas de Anthony Garotinho, em 2002, e de Marina Silva, em 2010 e em 2014, quando a candidata chegou a pontuar à frente de Dilma durante o primeiro turno, deixaram clara a viabilidade eleitoral do voto e dos anseios evangélicos.

Têm-se, assim, as bases sociais dos que viam a necessidade de “responder ao sistema”, que os oprimiu durante anos, para se sentirem “no poder” novamente: a burguesia nacional, marcadamente seu braço jurídico, órfãs do poder político desde 2002, e os evangélicos, que desde sempre estiveram à margem. Identificados em seu projeto comum de derrubada do petismo por meio da Operação Lava Jato como método de fazer política, esses grupos eram, conforme posto por Nobre (2020, p. 39),

[...] parcelas do eleitorado que passaram a se sentir alijadas de qualquer arena de decisão relevante. Grupos que, durante anos, sentiram-se subjugados pela sensação de que “todo mundo” era corrupto. E que “todo mundo” estava ganhando, menos eles. Que “todo mundo” participava de alguma maneira das decisões, menos eles. Subitamente, essa sensação que parecia solitária encontrou milhares de outras solidões. Nas redes e nas ruas.

A expansão acelerada da internet permitiu a criação de polos aglutinadores anti-institucionais. A selvageria com que esses grupos disputavam o espaço democrático tem muito a ver com sua inexperiência de organização política, que só tinham 2013 como modelo em que se espelhar. Sem formatação partidária, sem obedecer a regras ou hierarquias das organizações clássicas, os grupos que se consolidam nas ruas pelo golpe-*impeachment* de Dilma em 2015 – MBL (Movimento Brasil Livre), Vem Pra Rua e congêneres – “elegem como modelo negativo a lógica partidária [...] e como modelo positivo a lógica do chefe, do líder que carrega todas as aspirações de quem nunca teve organização ou influência em qualquer esfera de decisão política” (NOBRE, 2020, p. 40). O messianismo cristão, nesse sentido, que se alicerça em um indivíduo a guiar seu rebanho, é também elemento do tipo de discurso político que se engendrava no Brasil.

2015, como apontamos, começava com a vitória eleitoral de Dilma e do Partido dos Trabalhadores, mas também encerrava a sua própria derrota. O ano foi marcado pelos protestos massivos na Avenida Paulista e nas principais capitais do país contra o PT, contra a presidenta, contra o que representava o lulismo – contra todas as parcas conquistas sociais que ele representou, enfim, ante uma sociedade abissalmente desigual como a brasileira. Singer (2018, p. 21) chama a atenção para o sistema capitalista periférico “incompleto” do Brasil, que “funciona bem do ponto de vista da acumulação”. O autor entende que aqui “nunca existiram resquícios feudais, mas [...] as fundações de uma sociedade mercantil-escravagista ligada ao capitalismo central que dominou os trezentos anos de colonização” (*idem*). Por isso, continua, “no Brasil, posições reformistas fracas como o lulismo têm conteúdo perigoso [...]. Embora não ameacem o

sistema capitalista, afetam o modo de reprodução” (*ibidem*). E, exatamente por afetá-lo, tais posições reformistas precisam ser apeadas do poder.

A vitória de Dilma em 2014 fez com que o ressentimento pela quarta derrota eleitoral consecutiva abrisse uma avenida para o antipetismo. Ademais, as engrenagens neoliberais, existentes, mas menos ferozes desde 2003 sob os governos do PT, puseram-se a funcionar com força. Michel Temer, o vice-presidente da chapa presidencial vitoriosa, do então PMDB, partido fisiológico de centro que se serviu do petismo, costurou com José Serra, do PSDB, a formulação jurídica e o programa econômico que serviriam de ponte para a classe média e para o empresariado aceitar a forçosa transição do poder chamada de *impeachment* – a “Ponte para o Futuro”⁵⁷, que fundamentalmente buscava aprofundar (como assim o fez) o projeto neoliberal no país, congelando investimentos públicos na saúde e na educação e retirando direitos trabalhistas⁵⁸ –, tudo isso envolvido no efeito de transparência da linguagem do discurso que promovia “flexibilização e modernização” do país e da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Para que isso acontecesse, entretanto, era essencial que a derrubada da presidenta estivesse recoberta de apoio social, e, nesse sentido, a mobilização da Lava Jato e a distração de seu *espetáculo* na cruzada anticorrupção nos meios de comunicação e nas redes sociais foi parte fundamental no processo.

Em 17 de abril de 2016, estas condições, somadas, propiciariam o golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Como analisamos no mestrado, este *acontecimento discursivo* foi tornado *espetáculo*: a mídia brasileira, corresponsável pela erosão democrática que levou a este evento, tomou posição a favor do golpe de Estado parlamentar⁵⁹ de 2016 e o traduziu como um *impeachment* ao público,

⁵⁷ Sobre o assunto, recomenda-se a leitura do artigo “‘Uma ponte para o futuro’: efeitos de sentido do discurso neoliberal no Brasil”, de João Francisco Tenório Neto e Sóstenes Éricson, disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1739>.

⁵⁸ Em 2023, o terceiro governo Lula ajustou essa distorção neoliberal com uma solução menos drástica que o famigerado “teto”, mas que ainda agradasse ao “mercado” (leia-se o capital financeiro). Conhecido como “novo arcabouço fiscal”, o projeto ainda impõe limite para gastos públicos, sem, no entanto, impedi-los, atrelando-os ao nível de crescimento do PIB do país.

⁵⁹ Santos (2017, p. 117) compreende que “[...] golpes parlamentares só ocorrem em sistemas de democracia representativa. Nestes, a ruptura tenta preservar o efeito-legalidade das instituições, a normalidade rotineira das operações, enquanto altera a hierarquia das preferências governamentais”. Adiante, o autor (2017, p. 159) distingue ainda mais o golpe militar desta nova modalidade de golpe: “[...] a novidade dos golpes parlamentares consiste em que as condições necessárias ao sucesso da nova empreitada se dissolvem em sua execução. Essa particularidade é crucial e desconhecida da bibliografia interessada na explicação idiossincrática do **golpe parlamentar no Brasil em 2016**. [...] Ao contrário de golpes militares [...], os golpes parlamentares em democracias representativas dispensam a liderança e a violência institucional escandalosa, armada ou jurídica. A cerimônia do golpismo parlamentar contemporâneo mantém quase intocados os ritos costumeiros, mas obedece a roteiro especial na proposição de leis e na utilização de rotinas conhecidas para extensa subversão política, econômica e social da ordem instituída” (grifo nosso).

sem alertar-lhes das consequências desta sedição – dentre as quais o recrudescimento da política conservadora e radicalizada de direita, que não só apoiou o golpe em curso, assim como nele viu a possibilidade de se alçar ao poder, ali chegando pouco depois. É o que se examinará a seguir.

2.3.2 O neofascismo manifesto e a fascistização do Brasil

Além dos grupos capitalistas de mídias, outros sujeitos, interesses e segmentos sociais estavam interessados no apeamento de Dilma Rousseff e do PT do poder. Um deles, certamente que comungando dos valores do neoliberalismo, era os dos grupamentos evangélicos sobre o qual se dissertou acima. E um dos que se colocava como seu representante era um ex-capitão do Exército, afastado da corporação por terrorismo⁶⁰ (e, desde então, há quase trinta anos na vida pública brasileira, sempre ocupando a política por meio de polêmicas na mídia); uma subcelebridade de programas de auditório que amalgamava, nas redes e nas ruas, uma legião de admiradores. Seu nome: Jair Messias Bolsonaro.

A sequência de votos no plenário da Câmara para afastar Dilma da presidência foi “ao mesmo tempo tediosa, repugnante e concomitantemente trágica e compreendeu votos em nome de Deus e da família, em nome dos eleitores do Estado do parlamentar e do futuro dos filhos” (PIOVEZANI, 2020, p. 174). Continua o autor:

Havia certa expectativa de que Bolsonaro suspendesse o tédio com seu voto. Infelizmente, ele não a decepcionou. Conjuntamente com o que havia de anedótico e detestável naquela sequência de votos, a abjeta intervenção de Bolsonaro tornou-se uma espécie de emblema do golpe jurídico e parlamentar sofrido por Dilma. Mais do que quebrar aquele encadeamento modorrento, ele iria provocar choque e indignação entre os democratas e identificação e entusiasmo entre os partidários da extrema-direita violenta. (PIOVEZANI, 2020, pp. 174-175).

Ao golpe-*impeachment* de Dilma, cujos ritos jurídicos foram formalmente cumpridos, seguiu-se drástica mudança na condução da política socioeconômica do novo governo, o que parece preencher os requisitos postos por Santos para que possamos afirmar que o acontecimento de 2016 tratou-se de um golpe parlamentar.

⁶⁰ O Exército considerou Jair culpado, em janeiro de 1988, por ter tido “conduta irregular e praticado atos que afetam a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe”. O julgamento era sobre o plano, revelado meses antes pela revista *Veja*, de explodir bombas em quartéis e em sistema de abastecimento de água em protesto por melhores salários no Exército. A absolvição pelo Superior Tribunal Militar (STM), que também o afastou da corporação e o bonificou com a aposentadoria como capitão aos 33 anos de idade, aconteceu seis meses antes do ex-presidente sair do Exército e entrar para a política. A projeção midiática que ganhou com este episódio foi decisiva para catapultá-lo como figura pública.

O discurso neofascista de Bolsonaro nesta fatídica sessão de 17 de abril de 2016 será analisado discursivamente na seção 3.3 desta tese; aqui, no entanto, precisamos trazê-lo por primeira vez para, a partir dele, compreendermos as *condições de produção* do discurso que viemos anunciando como sendo de natureza neofascista. Por meio da leitura deste repugnante voto, elencar-se-ão os fundamentos do que se consideram caracterizadores de atitudes e discursos fascistas, como preconizados por estudiosos como Jason Stanley (2020), filósofo da Universidade Yale, e o já mencionado Umberto Eco (2019). Vejamos:

Neste dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história desta data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa Casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve [sic]. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim! (BOLSONARO *apud* PIOVEZANI, 2020, p. 175).

As características deste voto-discurso podem ser assim segmentadas:

- 1) *a representação de um patriotismo nostálgico*, apologético da ditadura e da tortura;
- 2) *uma ansiedade sexual de natureza repressiva e repressora*, que se mistura ao *messianismo* de uma fé cristã imiscuída ao Estado brasileiro, acionando a *memória discursiva* da polarização política e do discurso militar do período pré-golpe de 1964, que colocava o governo popular e trabalhista de João Goulart como um “comunismo” contra o qual a elite brasileira, apoiada pelo Exército, “lutou” na infame Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Percebe-se que o voto de Bolsonaro revela algumas das condições identificadas por Stanley (2020) como sendo parte de um grupo de dez características, ou mandamentos, para que se verifique a manifestação do fascismo. Quatro delas são explicitadas no segmento 1 supracitado: *o passado mítico*, o senso de *hierarquia*, a política da *lei e ordem* e a *propaganda*, que claramente se manifesta no que se tornaria seu *slogan* de campanha presidencial “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

O discurso do então deputado no voto pelo golpe-*impeachment* enaltece um Brasil que vive “um dia glorioso”, resgatando um *passado mítico* “vitorioso” que remonta a 1964. Nesse suposto passado, a rígida *hierarquia* militar fora responsável por “livrar” o

país do “comunismo”, por isso o sujeito analisado (sujeito esse que não é dono de seu dizer e que se inscreve numa *formação discursiva fascista*, anteriormente enunciada/representada pelos militares) afirma que “perderam em 1964”, assim como se “perdia” em 2016. A hierarquia militar enaltecida silencia o golpe político desferido e todas as suas táticas de conquista e permanência no poder, sendo a tortura a mais evidente delas na materialidade discursiva explicitada. A apologia à tortura, assim, revela um senso muito estrito de *lei e ordem*, que funciona apenas para quem é *considerado* criminoso, à revelia da fatualidade e do crime como sendo legalmente tipificado. Há uma clara divisão entre a política do “nós” contra “eles”, o argumento fascista por excelência.

Stanley (2020, p. 112) afirma que “a retórica fascista de lei e ordem é explicitamente destinada a dividir os cidadãos em duas classes: aqueles que fazem parte da nação escolhida, que são seguidores da lei por natureza, e aqueles não fazem parte da nação, que são inerentemente sem lei”. Por esta lógica, a política fascista justifica que mulheres que não se encaixam em papéis de gênero tradicionais, imigrantes, homossexuais, indivíduos não brancos e os que não defendem a religião dominante são, “pelo simples fato de existirem, violações da lei e da ordem” (STANLEY, 2020, p. 112). Esse sofisma justifica o elogio à memória de Ustra⁶¹, “o pavor de Dilma Rousseff”, uma vez que segue os critérios de *lei e ordem* que o fascismo prescreve.

Tais preceitos podem ser observados na construção da imagem do neofascista como líder de um grupo ansioso por ordem contra outro que supostamente propaga caos e desordem, como se observa na figura abaixo. Perceba-se que o papel feminino é cuidadosamente construído como sendo o oposto de Dilma, uma mulher que em nada se assemelha ao ideal virginal, esguio e submisso do representado no *meme*.

FIGURA 9 – Meme em que se caracteriza Bolsonaro como um “herói” socorrendo uma moça jovem e frágil a seus pés, acionando a memória de modelos pré-construídos de gênero. A *lei e ordem* é representada pela arma empunhada contra o caos da imagem; no canto oposto do *meme*, tremula a bandeira do PT em chamas, demarcando o “nós” e o “eles”. Fonte: *Bolsonaro Opressor Mil Grau*.



⁶¹ Torturador do regime militar, havendo conduzido uma sessão de sua perversidade com a própria Dilma Rousseff quando lutou contra a ditadura. Ficou conhecido pelo seu comportamento sádico de introduzir ratos em vaginas de presas políticas. Foi condenado, mas viveu uma vida confortável numa casa de alto padrão em Brasília até sua morte, em 2015.

Outro fundamento preconizado por Stanley na categorização de uma política fascista é o da *ansiedade sexual*. A partir do segmento 2 acima mencionado, o atual presidente já manifestava uma de suas plataformas políticas mais eficazes: o conservadorismo pela ótica do dogmatismo cristão em relação à sexualidade. Em seu discurso, há lacunas linguísticas que somente são possíveis de serem organizadas pela análise: a formulação “Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve” gera um truncamento lógico-sintático que demanda da/o interlocutor/a (ou, em nosso caso, da/o analista), um preenchimento desses hiatos mal articulados pelo então deputado. Na ordem sintática direta deste intradiscurso, teríamos a seguinte construção:

“O PT nunca teve [*lacuna*] pela família e pela inocência das crianças em sala de aula”

Mas o que preenche a lacuna deixada em sua fala? A que exatamente se referia o então deputado? À “consideração” pela família cristã de modelo mononuclear e heteronormativo – ou seja, a família tradicional patriarcal? E o que exatamente seria a “inocência das crianças em sala de aula”?

Talvez ele estivesse se referindo ao que se tornou sua propaganda nas redes sociais logo após a verborragia desse profano voto: em 2018, Bolsonaro ficou famoso por apresentar, em pleno horário nobre da televisão brasileira, no *Jornal Nacional*, sua cruzada contra o “kit gay”, uma deturpação de uma política pública importante que o então ministro da Educação, Fernando Haddad, havia *sinalizado* como possível de ser adotada como parte de um extenso material didático sobre educação sexual. A mentira ganhou impulsionamento ainda maior nas redes sociais, especialmente no *WhatsApp*, gerando notícias falsas de que haveria uma espécie de “doutrinação” para que as crianças fossem estimuladas a adotarem comportamentos sexualizados e orientados (como se isso fosse possível) a condutas homossexuais. Muito provavelmente, ainda em 2016, o então deputado Jair já estava com esse sintoma de inquietação sexual em suas preocupações mentais, a ponto de mencionar o que viria a ser conhecido como “kit gay” no voto contra Dilma, ainda que pela formulação dessa ideia com outras palavras.

Esse ato falho psicológico-linguístico nos revela a já citada *ansiedade sexual* em Bolsonaro. Sobre o assunto, dirá Stanley (2020, p. 127):

Se o demagogo é o pai da nação, então qualquer ameaça à masculinidade patriarcal e à família tradicional enfraquece a visão fascista de força. [...] A política da ansiedade sexual é particularmente eficaz quando os papéis masculinos tradicionais, como o de provedor familiar, já estão sob a ameaça das forças econômicas. [...] A propaganda fascista amplia esse medo ao sexualizar a ameaça do outro. Como a política fascista tem, na sua base, a tradicional família patriarcal, ela é naturalmente acompanhada de pânico sobre os desvios dessa família patriarcal. Transgêneros e homossexuais são usados para aumentar a ansiedade e o pânico sobre a ameaça aos papéis masculinos tradicionais.

É preciso lembrar, uma vez mais, que nosso interesse nesta tese é o de, sobretudo, analisar a política fascista, não apenas seu porta-voz, embora seja impossível dissociar um de outro no caso em tela. A análise das táticas fascistas, que hoje acontecem pelos *memes* e pela linguagem digital, são o objeto de interesse para entender o mecanismo de como os neofascistas alcançam o poder. Mas é preciso lembrar que, quando aquelas/es que empregam essas táticas chegam ao governo, os regimes que praticam são, em grande parte, determinados por condições sócio-históricas específicas. Nossa análise nesta seção debruça-se exatamente sobre essas condições, com o fito de apontar que as estratégias diversas da política fascista não necessariamente conduzem a um Estado explicitamente fascista, o que não significa dizer que o discurso neofascista não seja um perigo, pois corrói o sistema democrático e desumaniza segmentos da população.

Dito isto, precisamos avançar na análise das condições desse discurso, tendo Bolsonaro como expoente de um movimento mais abrangente que vem ocorrendo no Brasil e no mundo. Pelo que se analisou a partir do voto proferido em 2016, ficam patentes, assim, ao menos cinco dos dez fundamentos colocados por Jason Stanley (2020) na sua análise de conjunturas e políticas fascistas, o que nos permite concluir que, enquanto deputado, a representação e a atuação política de Bolsonaro já o marcavam por sua prática discursiva neofascista. Examinemos, pois, o quadro completo estabelecido pelo professor de Yale para uma análise mais apurada da política fascista como um todo.

Stanley (2020, p. 13) observa que, “nos últimos anos, diversos países de todos os cantos do mundo foram acometidos por uma espécie de nacionalismo de extrema direita”. A lista inclui países como Rússia, Polônia, Hungria, Turquia, Índia, EUA e Brasil. O autor concorda que trazer uma proposta de generalização definidora do que é fascismo pode ser problemática, uma vez que cada país tem seu contexto específico; no entanto, ele reconhece, ao mesmo tempo, que “essa generalização é necessária no momento atual”, havendo escolhido “o rótulo ‘fascismo’ para qualquer forma de ultranacionalismo (étnico,

religioso, cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome” (STANLEY, 2020, p. 14).

A sistematização proposta pelo autor consiste num rol de dez mandamentos que, ocorrendo conjuntamente ou não, sinalizam para a expressão do fascismo em uma nação. É notável que tenhamos escolhido o termo “mandamentos” para designar as estratégias, ou táticas, elencadas por Stanley (2020) ao tratar da política fascista. Nosso intuito, assim, é o de deixar mais evidente a relação intrínseca entre religião e fascismo, especialmente no caso brasileiro, em que elementos do discurso religioso cristão de natureza neopentecostal⁶² se imbricam nos sentidos do discurso político inscrito na *formação discursiva bolsonarista*. Os mandamentos citados podem ser observados conforme a tabela abaixo:

TABELA 2 – Dez mandamentos do fascismo de acordo com Stanley (2020).

1 – O passado mítico
2 – Propaganda
3 – Anti-intelectualismo
4 – Irrealidade
5 – Hierarquia
6 – Vitimização
7 – Lei e ordem
8 – Ansiedade sexual
9 – Sodoma e Gomorra
10 – <i>Arbeit macht frei</i> (“O trabalho vos libertará”)

O primeiro desses mandamentos, como já se observou, é explícito em Bolsonaro desde 2016. No entanto, numa escala global, esse tipo de nacionalismo manifestamente neofacista se aprofundou com a vitória de Donald Trump nas eleições americanas em novembro daquele ano. Foi ele quem serviu de modelo para muitos expoentes neofascistas mundiais, Bolsonaro sendo um dos pupilos que mais lhe copiaram em discursos, o que significa dizer em suas falas, comportamentos e práticas.

O mote de campanha de Trump enaltecia certo “passado glorioso” dos EUA, “roubado” pelo Partido Democrata, então na presidência. “Make America Great Again (MAGA)”, ou “faça a América grande novamente”, era seu lema. Os democratas, um dos

⁶² É válido ressaltar que o neopentecostalismo segue mais o Velho Testamento bíblico que outras correntes religiosas pentecostais. É nesta parte da Bíblia cristã que se encontram os Dez Mandamentos, no Livro do Êxodo, 20, aqui retornados como memória para explicitar os mandamentos fascistas.

pilares de funcionamento do capitalismo mundial, eram então reconhecidos como liberais, “comunistas”, “esquerdistas”, “socialistas”; estavam mancomunados com a China, segundo essa leitura, e, por isso, os empregos migravam para lá enquanto os americanos passavam por dificuldades econômicas. Note-se que, aqui, o *slogan* MAGA já acionava outras táticas fascistas elencadas por Stanley, como a *propaganda*, o *anti-intelectualismo* e a *irrealidade*: a constante difusão da mensagem da campanha de Trump precisava do irracionalismo para que as pessoas não compreendessem que o processo de empregos perdidos nos EUA se devia à financeirização do capital, que ia buscar na China e em demais países da Ásia mão de obra barata para trabalhar na indústria lá instalada. Esse universo irreal, porém, era lido como parte de uma conspiração contra os EUA, liderada pela China em comunhão com os “esquerdistas” infiltrados em solo americano.

O lema “Brasil acima de tudo”, de modo análogo, recupera o efeito de sentido de MAGA. Assim como seu par americano, este dizer aponta para um Brasil “destruído pelos vermelhos do PT”, alinhados a Cuba, a China e a demais países “comunistas”. O líder, Bolsonaro aqui, Trump lá, é assim entendido como a “voz do povo” a liderar uma “revolução” contra o “comunismo” que se pretende instalar no país. Diz-nos Stanley:

A política fascista invoca um passado mítico puro que foi tragicamente destruído. [...] Recuando mais no tempo, o passado mítico era um tempo de glória da nação, com guerras de conquista lideradas por generais patriotas, com exércitos repletos de guerreiros leais, seus compatriotas, fisicamente aptos e cujas esposas ficavam em casa cuidando da próxima geração. No presente, esses mitos se tornam a base da identidade da nação submetida à política fascista, geralmente baseados em fantasias de uma uniformidade pregressa inexistente. Na retórica de nacionalistas extremos, esse passado glorioso foi perdido pela humilhação provocada pelo globalismo, pelo cosmopolitismo liberal e pelo respeito por “valores universais”, como a igualdade. Esses valores, supostamente, enfraqueceram a nação diante de desafios reais e ameaçadores para a sua existência. (2020, pp. 19-20).

Nota-se, desse modo, que a articulação entre os mandamentos 1 (*passado mítico*) e 4 (*irrealidade*) é imprescindível, um sendo a condição necessária para o outro ter seu efeito de sentido engendrado. É por esta razão que o trabalho científico, mormente o do materialismo histórico-dialético, é rechaçado, pois aponta para as condições reais e concretas que explicam o funcionamento da sociedade, o que antagoniza diretamente com o pressuposto fascista do *anti-intelectualismo*, isto é, com a demanda de se trabalhar em bases ilusórias, instrumentalizando e manipulando a ideologia a favor do regime, à revelia da realidade e do trabalho que intelectuais fazem para compreendê-la.

Como se depreende a partir de Trump e Bolsonaro e à luz da teoria sobre o fascismo, o *passado mítico* recupera o papel da família mononuclear heteronormativa como modelo, sendo “a família patriarcal um ideal que os políticos fascistas pretendem criar na sociedade – ou recuperar, como afirmam” (STANLEY, 2020, p. 21). O líder da nação, assim, é análogo ao pai da família patriarcal tradicional; o líder é o “pai da nação”, e sua força e poder são a fonte de autoridade legal, assim como a força e o poder do pai da família no patriarcado são supostamente a fonte de sua superioridade moral sobre filhos e esposa. Assim como o pai é o provedor da família tradicional, em um regime fascista, o líder provê a nação. Portanto, ao apresentar um *passado mítico* que espelha a estrutura da família patriarcal, a política fascista realiza uma conexão nostálgica desta com uma estrutura estatal autoritária e hierárquica, o que corresponde ao quinto fundamento do fascismo conforme o quadro analisado.

Em dissonância com o pensamento do final do século XX e início do XXI, em que se reconhece o *status* da dignidade humana universal, a ideologia fascista entende que “a natureza impõe hierarquias de poder e dominância que contrariam categoricamente a igualdade de respeito pressuposta pela teoria democrática liberal” (STANLEY, 2020, p. 85). Essa *hierarquia* aventada pelo contexto neofascista atual é propiciada porque se observa a predominância de um sistema político e econômico que enaltece as diferenças sociais: o neoliberalismo. Assim, neoliberalismo e neofascismo convergem no sentido de acentuar as diferenças sociais existentes. No entanto, enquanto um o faz pelo prisma econômico, o outro alarga esse entendimento, estendendo as diferenças em campos étnicos, morais, sexuais, religiosos e culturais.

Uma das hierarquias mais “naturais” para a/o fascista é, como vimos, o do papel do “pai” na família tradicional. Ora, como aceitar, então, que uma mulher ocupe a Presidência da República, que é a estrutura de poder que supostamente espelha a família patriarcal? No Brasil, apearam-na do poder, muito pela misoginia de ver uma mulher “subvertendo” seu papel de gênero; nos EUA, o discurso pró-Trump utilizou semelhantes mecanismos, taxando a oponente democrata Hillary Clinton como “descontrolada”, “não confiável” e “despreparada” para liderar a nação expoente do capitalismo hodierno.

A *hierarquia* beneficia a política fascista também de outra forma: os que estão acostumados com seus benefícios são levados a crer que a igualdade (de condições, de gênero etc.) é uma fonte de *vitimização*, sexto dos mandamentos elaborados por Stanley. Fascistas se creem vitimizados por um sistema “corrupto”, como se fossem subtraídos de seus privilégios enquanto se estendem direitos a outros grupos sociais, como mulheres,

homossexuais, imigrantes e negros. Sem enxergar a realidade social que as/os circunda, as/os fascistas se alimentam da sensação de *vitimização* e ressentimento causada pela perda de seu *status* hierárquico. Este foi o caso de grande parcela da elite e da classe média brasileira, por exemplo, quando se viu dividindo a universidade e o aeroporto com a “ralé” (SOUZA, 2018), ou quando se viu obrigada a dar os direitos trabalhistas a empregadas domésticas, muitas das quais, até hoje, vivem uma espécie de escravidão moderna.

É forçoso que, neste momento, voltemos um pouco à categoria da *propaganda* para que esta seja articulada com a da *vitimização*, visto que uma foi retroalimentada pela outra no processo eleitoral brasileiro de 2018, o qual sagrou Bolsonaro como vencedor das eleições. Pontuou-se anteriormente que o ex-deputado federal já apresentava vários elementos que o colocavam sob a *formação discursiva fascista*, mas não se poderia falar de um Brasil fascista, de um Estado brasileiro fascista. O que se poderia observar era o prenúncio de um *processo de fascistização da sociedade brasileira*, em que alguns eventos-chave, dentre eles o golpe-*impeachment*, foram fulcrais para que a nebulosa fascista se tornasse mais visível.

Stanley (2020, p. 37) afirma que “o papel da propaganda política é ocultar os objetivos claramente problemáticos de políticos ou de movimentos políticos, mascarando-os com ideais amplamente aceitos”. O filósofo nota que uma das constantes da política fascista é o de divulgar falsas acusações de corrupção enquanto ela mesma se envolve em práticas corruptas; geralmente, políticas/os fascistas condenam a corrupção do Estado para, ao assumi-lo, serem “invariavelmente mais corruptos do que aqueles que procuraram suplantar ou derrotar” (*idem*, p. 38). Afinal, para a ótica fascista, a corrupção não consiste nas práticas ilegais que envolvem a subtração do erário público; antes, calcando-se na lógica da *lei e ordem*, do “nós” contra “eles”, a/o política/o fascista entende a corrupção como a que “consiste na corrupção da pureza, e não da lei” (*ibidem*, p. 39).

Uma das estratégias mais impactantes contra o governo do PT foi o uso da mídia tradicional para “inundar” a população com mensagens e imagens que associavam o partido como “corrupto”. Paralelo e associado a isto, as redes sociais faziam um papel secundário de reprodução da mídia tradicional hegemônica: os *memes* faziam uso de figuras que mostravam Lula e Dilma como ladrões, enquanto figuras como Bolsonaro eram enaltecidas com a alcunha de “mito” nesse tipo de *memes*.

Já em 2018, a mídia tradicional, aqui representada pela *Rede Globo*, contribui decisivamente com o *zeitgeist* político. O lançamento, em janeiro daquele ano, da campanha intitulada “O Brasil que eu quero” (G1, 2018), incentivava as pessoas a gravarem vídeos amadores (reproduzindo, dessa forma, o uso das redes sociais). O intuito era o de que as/os telespectadoras/es dissessem o que esperavam do país num ano de eleições em que, poucos meses antes, em 7 de abril de 2018, o presidente Lula havia sido preso sob acusações de corrupção e lavagem de dinheiro, após passar anos sob julgamento jurídico e midiático.

A campanha da *Globo*, que foi ao ar de 14 de janeiro até 30 de setembro de 2018 (às vésperas, logo, do primeiro turno das eleições gerais), funcionou de forma polissêmica: formalmente, na televisão, as pessoas colocavam-se de maneira ordeira, pedindo por melhorias genéricas; nas redes sociais, entretanto, *memes* eram gerados, seja em imagens estáticas ou em vídeos, geralmente reproduzindo parafrasticamente o mote da *Globo*, mas lhe preenchendo de polissemia a favor do candidato Bolsonaro e contra o PT, permeados por discursos preconceituosos, como é o caso da fig. 10b, em que um *meme* é produzido a partir da campanha televisiva, dando-lhe novos contornos políticos e, aparentemente, um tom mais debochado, comprovado pela fisionomia da pessoa que segura o cartaz e a mensagem xenofóbica que se veicula.

FIGURA 10a – Logo da campanha televisiva. Reprodução: G1/Globo.



FIGURA 10b – Meme reproduzindo a campanha da *Globo*. Fonte: Página Bolsonaro Mito.



Não se pode esquecer, logo, que toda a propaganda neofascista tinha encontrado suas bases em modelos colocados ao longo dos anos pelos grupos capitalistas que detêm o monopólio das informações na mídia. Entretanto, disputando nessa arena com as novas e cada vez mais popularizadas redes sociais e a comunicação memética, a mídia tradicional perde espaço em sua hegemonia da informação, não controlando de todo o discurso neofascista que irrompia digitalmente.

Em concomitância à *propaganda* contra Lula/PT, enaltecia-se a ideia de um nacionalismo forte, do *passado mítico*, que resgatasse o Brasil de um “caos” deixado pelos governos petistas e que se refletia na crise econômica pela qual o país já atravessava e na violência que aumentava na vida nacional. Os sentidos de *lei e ordem*, copiados de Donald Trump, adaptavam-se à realidade do Brasil e se cristalizavam na figura do candidato Jair Bolsonaro, sempre pró-armamentista e deliberadamente autoritário, cuja projeção discursiva, como vimos, projetava um forte sentido de *hierarquia*.

Todavia, Lula, mesmo preso, ainda figurava à frente de Bolsonaro nas pesquisas eleitorais de 2018. Com a inelegibilidade da candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, Jair Bolsonaro passa a ocupar a primeira posição na disputa, mas o jogo ainda não poderia ser dado como ganho. Começa-se a operar, assim, a “máquina do ódio” (MELLO, 2020), um termo cunhado para explicar o disparo de mensagens em massa nas redes sociais, especialmente na rede de comunicação instantânea *WhatsApp*, operada pela *Meta*, de Marck Zuckerberg. É por isso que Mello (2020, p. 21) dirá que esta foi a “eleição do *WhatsApp* no Brasil”, já que, segundo estimativas oficiais, havia 136 milhões de usuários nesta rede social, ou aproximadamente 60% das/os brasileiras/os que se servem do aplicativo de troca de mensagens. O *WhatsApp* representava, assim, a nova arena da batalha comunicativa eleitoral. Tendo o controle do fluxo de informação, a extrema direita brasileira passou a enviar mensagens neste *app*, como propagandas eleitorais, *memes* e *fake news* (notícias falsas) em relação a seus adversários nas eleições, mormente contra o PT, que figurava em segundo lugar nas pesquisas, tendo Fernando Haddad assumido o lugar de Lula na disputa eleitoral.

O uso das redes foi amplificado ainda mais com o espetáculo grotesco que se daria em 6 de setembro de 2018, um dia antes do feriado de 7 de setembro, dia da Independência do Brasil. É nesta data que o candidato Jair Bolsonaro se envolve num atentado com faca em meio a uma multidão em Juiz de Fora, Minas Gerais. Todas as atenções se voltam a este fato. À propaganda já intensa nas mídias digitais, soma-se a cobertura midiática tradicional televisiva, que acompanhava Bolsonaro em sua recuperação. Essa

superexposição da imagem do candidato neofascista acontecia a exato um mês para o primeiro turno da eleição.

FIGURA 11 – *Meme* de apoio a Bolsonaro após o atentado. Note-se o uso da terminologia militar e da categoria “hierarquia” no engendramento de sentido. Fonte: *Bolsonaro Mito*, 7 de setembro de 2018.



O uso ostensivo das redes provou-se imbatível naquele momento. Na disputa que ocorria à sombra do enfermo, páginas de *Facebook* reproduziam *memes* que exaltavam o candidato, louvando-o em oração e compadecendo-se de sua situação de saúde. Confrontar Bolsonaro tornava-se um nó que os demais candidatos não conseguiam desatar, dada sua vulnerabilidade momentânea.

É sintomático que a projeção de Bolsonaro necessariamente se dava pelo símbolo da violência que ele sempre pregara. No entanto, sua campanha subverte seu discurso pró-violência, justificando-o: o sentido que se extrai do acontecimento é o do mandamento da *lei e ordem*, inexistentes no Brasil, segundo essa leitura, e do qual Bolsonaro era não incitador, mas mártir. Daí que a *vitimização* cresceu em torno de sua imagem, sendo seus discursos notoriamente violentos compreendidos como “necessários” por se posicionarem contra o atentado que ele mesmo sofrera, e não como violência que fomentava.

FIGURA 12 – *Meme* de apoio a Bolsonaro após a “facada”. Note-se o uso de uma imagem que sugere serenidade do candidato em possível oração. Fonte: Página *Bolsonaro Mito*, 7 de setembro de 2018.



Outro episódio emblemático de distorção discursiva que beneficiou o candidato Bolsonaro foi com o movimento “#EleNão”, em que mais de cem mil pessoas por todo o Brasil foram às ruas protestar contra sua candidatura⁶³, algo inédito no país redemocratizado em 1988. Os protestantes alertavam sobre os riscos de ter-se um presidente cujos arroubos autoritários eram conhecidos. Muitas personalidades midiáticas nacionais e mesmo internacionais, como a cantora norte-americana Madonna, posicionaram-se a favor do “#EleNão”, predominantemente por meio do uso de linguagem memética.

FIGURA 13 – Postagem no *Instagram* pessoal da cantora Madonna em que ela alerta sobre os perigos da candidatura Bolsonaro. Lê-se: “#EleNão vai nos desvalorizar”, “#EleNão vai nos oprimir”, “#EleNão vai nos calar”, além de “#endfacism” [sic] (“acabem com o fascismo”). Sobre sua boca, uma fita adesiva em que se lê a palavra “freedom” (“liberdade”), sugerindo censura. Fonte: *Instagram*.



⁶³ Segundo a BBC Brasil, o número exato de manifestantes é incerto, já que “a Polícia Militar não divulgou estimativas de público nas principais cidades, como costumava fazer durante as manifestações pró e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff”. Observou-se que 114 cidades tiveram manifestações contrárias a Bolsonaro, havendo atos em diferentes cidades do mundo, como Nova York, Lisboa, Paris e Londres. A reportagem continua: “As maiores manifestações aconteceram em São Paulo e no Rio de Janeiro. Por imagens aéreas dos atos, cálculos que consideram a área ocupada pelos manifestantes produzem estimativas do número de presentes em uma análise conservadora e não científica: chega-se a cerca de 100 mil pessoas no Largo da Batata, em São Paulo, e 25 mil na Cinelândia, no Rio, no momento de pico”.

Entretanto, a máquina de propaganda bolsonarista conseguiu reverter o que poderia ser uma imagem negativa para a campanha do presidente; nas redes sociais, especialmente pelo *WhatsApp*, imagens de conteúdo sexual explícito e de protestos feministas acontecidos internacionalmente foram disseminadas como se ocorridas durante o “#EleNão”, o que chocou parte do eleitorado brasileiro ante a pornografia disponibilizada à palma das mãos.

Essa reação conservadora garantiu enorme projeção para o discurso pró-Bolsonaro, já que as cem mil pessoas protestantes do “#EleNão” eram vistas como corrompidas e hipócritas, vivendo confortos e prazeres mundanos, “reclamando de barriga cheia”, enquanto as/os cidadãs/ãos comuns seguiam uma retidão moral e ética e só desejavam o bem para o país. Ao se apontar para o que não poderia ocupar a cadeira da Presidência, sedimentou-se um forte sentido de retaliação de que ele, sim, poderia ocupá-la, visto que, diferente das/os “baderneiras/os e pevertidas/os” que estiveram no “#EleNão”, o candidato, que compadecia do ferimento à faca, somente desejava o bem do país cristão: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, lembremos de seu mote.

FIGURA 14 – Postagem em que se critica a postura da cantora Madonna ao apoiar o “#EleNão”. Note-se que o efeito de sentido é o de apontar o que preenche o vácuo de “não”: o sentido de “sim” se dá ao se mostrar uma foto da *pop star* de forma descontextualizada, junto a Dilma e outros políticos (e a montagem de um “pixuleco” de Lula) no carnaval carioca, em visita ao Brasil uma década antes do “#EleNão”. Fonte: *USP Livre*.



O que se evidencia deste episódio é, além do eficaz uso da *propaganda*, o nono mandamento de Stanley (2020) acerca do fascismo: *Sodoma e Gomorra*. Perceba-se que o “#EleNão” teve maior repercussão nos grandes centros urbanos do Brasil, além de ter atraído ícones da cultura popular internacional. Stanley alega que “enquanto as cidades, para o imaginário fascista, são a fonte da cultura corrompida, [...] o campo é puro” (2020, pp. 141-142). Esse conceito tem como fundamento a vivência de Hitler em Viena no ano de 1920, por ele entendida como uma cidade corrompida e depravada, dominada por judeus e imigrantes, portanto muito diferente de sua cidade natal, Branaun am Inn, na fronteira da Áustria com a Alemanha.

No nosso paralelo brasileiro, basta dizer que, apesar de ter feito carreira militar e política no Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro nasceu numa cidade que tem, hoje, pouco mais de quatro mil habitantes: Glicério, no interior paulista. Após o nascimento, Jair teve sua naturalidade lavrada em Campinas, mas passou sua infância e parte da adolescência em várias cidades do interior de São Paulo, passando seus anos de formação em Eldorado Paulista, local onde viu o regime militar ditatorial capturar e matar dissidentes da Guerrilha do Araguaia (RETRATO NARRADO, 2020).

Essa divisão entre a urbe e a bucólica ruralidade é importante para a tendência fascista na política. O fascismo tipicamente se assenta sobre a divisão entre a cidade e o campo. O mandamento fascista de *Sodoma e Gomorra* (STANLEY, 2020) faz referência às cidades bíblicas, aplicando-se o entendimento de que as cidades são os locais onde há decadência, corrupção, imigrantes, criminalidade e onde, paradoxalmente, a elite congrega. A diversidade cosmopolita é atacada por conta disso. Ademais, entende-se que não há trabalho real na cidade, apenas no campo, onde o “trabalho duro” acontece, em contato com a natureza de fato – sem, portanto, a racionalidade dos meios de produção, a divisão social do trabalho, a alienação resultante do processo.

Os “reais membros da nação”, assim, vivem em áreas rurais, onde trabalham arduamente, com as próprias mãos. A leitura que se tem é pseudo-marxista, visto que seu foco não é no trabalho em si, mas na decadência e na degeneração que o cosmopolitismo supostamente oferece como ameaça à nação. Por este motivo é que a política fascista “dirige sua mensagem à população fora das grandes cidades, para quem é mais lisonjeira, ressoando melhor em tempos de globalização, quando o poder econômico passa para as grandes áreas urbanas enquanto centros de uma economia global emergente” (STANLEY, 2020, p. 144).

Veja-se o caso do Brasil agropecuário, que, como se viu, apoiou a candidatura de Bolsonaro à presidência. A fortuna do agronegócio se origina dos grandes latifúndios brasileiros, no interior de estados do Centro-Oeste e Sudeste do país. Isso, por si só, não explica o sucesso de Bolsonaro, mas nos auxilia a compreender os valores ideológicos que fundamentam o discurso neofascista como oposto ao cosmopolitismo expresso no “#EleNão”, por exemplo.

O discurso neofascista se sagrou vencedor em 2018. Provou-se muito eficiente no uso da *propaganda*, unidos à *irrealidade* de um *passado mítico*, que, por sua vez, prescindia de um *anti-intelectualismo* que não lhe contestasse na difusão de sua mensagem. Esta consistia no ideal de uma nação nostálgica, que somente existia, de acordo com essa mitologia, devido a um estrito sentido de *hierarquia*, que precisava ser recuperada pela *lei e ordem* para que a nação não fosse corrompida e se transformasse numa grande *Sodoma e Gomorra*. Para isto, a política da *ansiedade sexual* foi muito necessária para despertar nas eleitoras e nos eleitores sentimentos de angústia perante o diverso. E, como amálgama de tudo isso, a *vitimização* do candidato ferido, que não permitia espaço para outra atitude que não a piedade.

Tudo isso, somado, fez com que Bolsonaro saltasse de 28% de intenções de voto em meados de setembro de 2018 para quase liquidar a eleição (somente ganha na segunda rodada) ainda em primeiro turno em outubro daquele ano. Ausente de debates presidenciais e sem projetos concretos para o país, senão um projeto autoritário de governo, o Brasil elegia um fascista como presidente, como se comprova com os nove mandamentos acima elencados e por ele seguidos na sua campanha presidencial.

Para concluirmos, contudo, e delimitarmos em definitivo as *condições de produção* do discurso neofascista que ele promov(e)ia, é mister que se analise o último dos fundamentos do fascismo elencados por Stanley (2020). Veja-se a figura abaixo, cujo dizer em alemão é tornado mandamento para a manifestação do fascismo, e significa, em português, “o trabalho vos libertará”:

FIGURA 15 – *Arbeit macht frei*, placa colocada sobre os portões do campo de extermínio nazista de Auschwitz. Fonte: *History Channel*.



Originalmente, a frase era o título de um romance do pastor e escritor Lorenz Diefenbach (1806-1883), associado ao movimento nacionalista alemão do século XIX. A expressão foi adotada em 1928 pelo governo da República de Weimar como um *slogan* que exaltava um programa de grandes obras públicas que tinha como objetivo acabar com o desemprego (HISTORY CHANNEL, 2020). O uso da frase continuou depois que as/os nazistas tomaram o poder na Alemanha, em 1933, sendo colocada nos campos de extermínio para ludibriar as/os presas/os pelo nazismo de que iriam “apenas” realizar trabalhos forçados, e não de que seriam executadas/os.

A ideia que funcionamento no mandamento do *Arbeit macht frei* é a de que grupos sociais minoritários, tais como as/os judias/judeus eram consideradas/os no nazismo, são naturalmente preguiçosas/os e que, por isso, precisam ser direcionadas/os ao trabalho – trabalho livre, sem salário, *escravo*. O trabalho árduo seria uma imposição que, na verdade, para as/os fascistas, transformar-se-ia em uma virtude, visto que “melhoraria a natureza corrupta e preguiçosa” dos grupos divergentes. Os sindicatos trabalhistas, nesta ótica, são liderados por comunistas que tentam conseguir as coisas da maneira mais fácil e menos penosa – e, exatamente por isso, devem ser abolidos.

Em tempos de crise e necessidade, destarte, a ideologia fascista compreende que o Estado deve reservar apoio para os membros escolhidos da nação, para “nós” e não para “eles” (STANLEY, 2020). Se “eles” são invariavelmente preguiçosos e carecem de uma ética de trabalho, os fundos estatais não lhes podem ser confiados; ademais, “eles” são criminosos e querem viver da generosidade do Estado. A “cura” desta inerente preguiça e do roubo somente se daria com o trabalho duro. É por isso que os portões de Auschwitz e de outros campos de execução nazistas tinham *Arbeit macht frei* neles inscritos.

Ora, o que dizer de Bolsonaro neste aspecto? Ainda deputado, chamou o programa social mais bem-sucedido do país, o Bolsa Família, criado por Lula em 2003, de “Bolsa-

Farelo”, para, em 2011, afirmar o seguinte: **“O Bolsa Família nada mais é do que um projeto para tirar dinheiro de quem produz e dá-lo a quem se acomoda**, para que use seu título de eleitor e mantenha quem está no poder” (CONGRESSO EM FOCO, 2021. *Grifo nosso*). Já presidente, em 27 de outubro de 2021, precisando de um programa social para manter o que lhe restava de popularidade, Bolsonaro afirmou: **“Não tem como tirar o Bolsa Família do pessoal, como alguns querem. São 17 milhões de pessoas que não têm como ir mais para o mercado de trabalho. Com todo o respeito, não sabem fazer quase nada”** (UOL, 2021. *Grifos nossos*). Sem nenhum respeito pelos mais pobres, como pretendeu demonstrar ter, mas acuado pela realidade de grave desigualdade no Brasil, vendo-se obrigado, portanto, a responder a uma demanda social que poderia lhe custar (e lhe custou) o poder, Jair apenas mudou o nome do programa social, extinguindo a marca que seu adversário havia criado, nomeando-a, então, como “Auxílio Brasil”.

As paráfrases de *Arbeit macht frei* por si só já poderiam posicionar o sujeito que as enuncia como inscrito na *formação discursiva fascista*, mas observemos seu comportamento na prática, o que significa reforçar que seu discurso é, de fato, neofascista. Enquanto candidato presidencial, pois, Jair defendia como plataforma a criação da “carteira de trabalho verde-amarela” como contraponto à tonalidade azul da carteira de trabalho tradicional. Não apenas a paleta de cores mudaria: os direitos trabalhistas também seriam suprimidos, já que seria preciso escolher entre “menos direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego” para que as/os capitalistas pudessem se desonerar das obrigações financeiras com suas/seus assalariadas/os e pudessem, assim, contratá-las/os, “gerando empregos” (ALMEIDA, 2020).

Ao enunciar a falácia de que as/os trabalhadoras/es precisam escolher entre ter “menos direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego”, percebe-se um alinhamento do discurso neofascista com a ideologia dominante, isto é, com a *formação ideológica do capital*, hodiernamente expressa pela formação discursiva neoliberal, que busca simular evidências de opacidade da linguagem, mostrando, pelo dito, uma “verdade inquestionável”, um consenso “lógico” das relações sociais que são fundadas, na verdade, no conflito de classes, apagando-se o fato de que a escolha que sobra à/ao trabalhador/a não é algo dado como natural, mas, antes, uma imposição do próprio neoliberalismo⁶⁴.

⁶⁴ O “neoliberalismo de plataformas” é notório em excluir a categoria trabalho e transformar as/os trabalhadoras/es em “empreendedoras/es”. A característica mais forte e palpável do discurso neoliberal é, atualmente, a de reforçar a tese de que todas e todos são “livres” para serem patroas e patrões de si mesmas/os, apagando, desta forma, as relações laborais em que os direitos trabalhistas são subtraídos enquanto se configura um regime de trabalho sem empregadoras/es bem definidos, como no caso das

Assim, este discurso, ao interpelar os indivíduos em sujeitos, gera efeitos de sentido que ressoam o dizer presidencial: com “menos direitos” – aqui entendido como a burocracia necessária para se firmar um contrato de trabalho entre empregador/a e empregada/o –, tem-se o emprego; ao revés, dispondo de “todos os direitos”, perde-se a possibilidade de trabalhar, logo, tem-se desemprego.

O binarismo desse raciocínio, que sustenta o princípio do *Arbeit macht frei*, cujos malefícios sempre recaem para o campo do trabalho, também é revelador na forma como o desditoso governo Bolsonaro se estruturou. Uma de suas mais comemoradas “reformas” foi a da Previdência, realizada em 2019 e que, grosso modo, ampliou o tempo de contribuição da/o trabalhador/a para se aposentar. Mais trabalho, mais exploração, mais *Arbeit macht frei* sendo-nos imposto pelo discurso neoliberal e neofascista vigente.

Há, ainda, a questão da pandemia do coronavírus. O governo de Jair Bolsonaro foi declaradamente contrário às recomendações das autoridades sanitárias que pregavam o distanciamento social necessário à não proliferação da COVID-19 naquele momento inicial de pandemia. O ex-presidente promoveu aglomerações, foi contra as medidas sanitárias e a vacinação, zombou de mortos e enfermos, terceirizou a responsabilidade da administração de saúde a governadora/es e prefeitas/os e se disse vítima de uma conspiração, supostamente liderada pela “China comunista”, para dificultar o crescimento econômico do Brasil. Tudo isso já seria bastante revelador de sua ideologia fascista, visto que o *anti-intelectualismo*, a *vitimização* e a *irrealidade* novamente se manifestavam.

No entanto, ao não se importar com as vidas humanas e exigir, pela *hierarquia* que supostamente emana para comandar a *nação mítica*, que as pessoas voltassem a seus postos de trabalho, o governo Bolsonaro assinalou-se uma vez mais como de natureza neofascista, seguindo o critério que nos interessa na Análise do Discurso pêcheutiana: o seguimento do princípio do *Arbeit macht frei*, que remonta à base econômica e à teoria do discurso que necessariamente leva em conta a luta de classes em nossas análises. Luta que, com um governo capturado por fascistas, necessariamente precisa ser a favor do capital. Por isto que, em sua campanha pró-morte, a Secretaria de Comunicação daquele governo divulgava nas redes sociais:

empresas que se dizem “tecnológicas” (iFood, Uber, 99, Airbnb etc.), mas impõem, na verdade, regras e jornadas de trabalho a quem elas se liga “voluntariamente”.

FIGURA 16 – Paráfrase de *Arbeit macht frei* pelo governo de Jair Bolsonaro. Fonte: Twitter.



Vistas todas essas questões nesta já longuíssima exposição, reforça-se o caráter fascista do discurso governamental que vigorou até 2022. Se arrefecia e parecia ter alguma solidez democrática, o governo e a pessoa de Bolsonaro não o fizeram senão por recuo estratégico, como no 7 de setembro de 2021, quando o golpe de Estado que pretendia assemelhava-se mais ao *putsch* de Munique hitlerista que o 1964 brasileiro. Sua natureza e sua essência não são meramente conservadoras, como a de muitas brasileiras e muitos brasileiros, alinhados ideológica, mas ainda não permanentemente, ao fascismo que nos governava. E por que, pois, não percebemos este sujeito de análise, Jair Bolsonaro, como tão-somente conservador ou populista?

Ora, o populismo, como entendido por Finchelstein (2019, p. 42), é

um pêndulo ideológico, transitando da direita para a esquerda e vice-versa, mas algumas características fundamentais permanecem constantes apesar disso: uma visão extremamente sacralizadora da política; uma teologia política que aceita apenas os que seguem uma liderança esclarecida como verdadeiros membros do povo; um percepção do líder como essencialmente contrário às elites dominantes; uma ideia dos antagonistas políticos como inimigos do povo, potencialmente (ou já) traidores da nação, mas que, apesar disso, não são reprimidos com violência; uma visão carismática do líder como uma personificação da voz e desejos do povo e da nação como um todo; um forte poder executivo juntamente com a desvalorização discursiva e, muitas vezes, prática, dos poderes legislativo e judiciário; tentativas contínuas de intimidar o jornalismo independente; um nacionalismo extremista e a valorização da cultura popular, ou mesmo da cultura da celebridade, por oposição a outras formas de expressão que não representam o “pensamento nacional”; e por fim, a promoção de uma forma autoritária de democracia eleitoral antiliberal que, apesar disso, rejeita, pelo menos na prática, governos ditatoriais.

Percebe-se que a linha entre populismo e fascismo, assim, é bastante tênue. Algumas questões fundamentais, porém, demarcam a diferença entre um e outro. As principais delas apontam para o fato de que, no fascismo, o uso da *propaganda* política massiva, assentada na *vitimização* e na *ansiedade sexual*, levam à *perseguição violenta* para além da esfera política-nacionalista dos regimes populistas – o que nos levar a sustentar, destarte, que *todo fascismo é populista, mas nem todo populismo é fascista*.

Ainda sobre o debate acerca do populismo e do fascismo, tem-se a definição específica do que ocorre no Brasil pela visão do historiador Christian Lynch (2021). Para ele, o bolsonarismo é uma expressão de um neofascismo que pode ser classificado como

um sistema político populista ideologicamente reacionário que, a partir de plataformas digitais, dissemina seu negacionismo estrutural e incentiva sem trégua comportamentos antissociais baseados na confrontação violenta dos críticos e adversários, com ramificações no aparato repressivo da sociedade, seja ele oficial ou clandestino.

Consideradas as contribuições teóricas destes historiadores, contudo, neste momento abrimos divergência com eles. Não enxergamos que o que se estabelece a partir de Jair Bolsonaro seja tão somente populismo, embora as condições históricas indiquem que não há um Estado fascista plenamente estabelecido. Mas insistimos na defesa de nossa tese de que o que se pretendeu implantar no Brasil foi um tipo de Estado fascista, e por isso reconhecemos que, a partir do uso de táticas populistas de direita, surge isso que chamamos de neofascismo. Ele é visível muito menos como prática e muito mais como intenção, irrompendo na linguagem; é na sistemática repetição parafrástica de dizeres nazifascistas que o verdadeiro projeto de Bolsonaro se desvelava, ainda que circunstancialmente preso às amarras da burguesia neoliberal que lhe impunha determinados limites de atuação.

Não se trata de banalizar a palavra “fascismo”; não se pretende fazer isso ao se afirmar que Jair Bolsonaro é fascista. O erro que conduz à banalização ocorre quando se acredita que o fascismo foi uma experiência histórica localizada. No entanto, a partir da análise das *condições de produção* do discurso fascista – ou *neofascista*, precisamente porque emerge de um *novo* contexto histórico –, prova-se que o fascismo está inscrito na racionalidade política pós-moderna. Não é preciso olhar para os campos de concentração de outrora para observarmos esta realidade social; basta olharmos ao nosso redor agora.

Bolsonaro é fascista porque assim se comporta e assim se enuncia ao mundo, em seus discursos, o que significa dizer em suas práticas. Na vida pública, esta figura, como

se viu ao longo da demonstração que agora se conclui, preenche todos os requisitos postos por Stanley (2020) para caracterizar a política fascista. Não só: se levarmos em conta os pressupostos elencados por Umberto Eco (2019), apresentados logo na abertura deste trabalho, também lá diríamos: sim, Jair Bolsonaro é fascista. Seu governo tinha caracteres fascistas, pois satisfaz as condições para um fascismo que se instalava no meio de nós.

Mas o Brasil não é fascista; como dissemos anteriormente, observa-se um gradual *processo de fascistização da sociedade brasileira*, que despontou em Bolsonaro, mas que aviva uma *memória discursiva* do fascismo já inscrita em nossa história. Se a Ação Integralista Brasileira foi um movimento fascista que não chegou ao poder, o que dizer da ditadura militar, cuja forma política de governo, ainda que não fascista em si, assentava-se na *formação ideológica do capital* e certamente comungava de elementos de saber da *formação discursiva fascista*, inclusive buscando uma moralidade cristã para lhe servir de sustentáculo ideológico?

Apesar do terrorismo de Estado imposto pelo regime militar, as condições históricas nas quais se desenrolou a ditadura brasileira não permitiram um processo de fascistização mais completo. Apesar da violência ditatorial, havia uma resistência popular e política pujantes, inclusive advinda da Igreja Católica, inicialmente apoiadora do golpe de 1964. Entretanto, muitos de seus membros – a exemplo de Frei Betto, o maior expoente da *teologia da libertação*⁶⁵ no Brasil, e Dom Hélder Câmara, grande defensor dos direitos humanos durante o regime – logo se opuseram à brutalidade militar. Ademais, o arrefecimento da Guerra Fria e as crises estruturais do capital, especialmente na crise do petróleo da década de 1970, levaram ao esgotamento do modelo econômico da ditadura, deixando como herança a hiperinflação. Assim, a base material, econômica e política começava a ruir o regime, forçando-a à abertura democrática, não completando, logo, seu “ciclo de fascistização policialesca”.

Assim, é possível dizer que a fascistização que ora se observa foi primeiramente intentada pelos integralistas, interrompida-continuada por Vargas, sucedida pelos ditadores militares, novamente pausada com a redemocratização e, no contexto imediato em que estas linhas são escritas, volta como reação exatamente trinta anos após uma fase de maior experiência democrática, atrelando-se à figura do presidente eleito em 2018. Isso é tanto verdade que se observa com nitidez como Jair precisa(va) sustentar-se discursivamente e constituir seus sentidos também pela memória (e pela exaltação dessa

⁶⁵ A ser explanada no capítulo seguinte.

memória) da ditadura infame que nos desgovernou por vinte e um anos, além de ir resgatar lemas de outrora, como “Deus, pátria, família”, em suas próprias enunciações.

Se Bolsonaro simboliza um movimento reacionário de idas e vindas, que lhe é maior e externo, sendo dele seu mero representante, pergunta-se: quais fatores e sujeitos, para além do sintoma representado por Bolsonaro, sustentam esse mal social, esse complexo de propaganda e interpelação massiva que banaliza e naturaliza a desumanização enquanto o capital resta incólume, mesmo em tempos de carestia? Uma das possíveis respostas para esta indagação, a ser trabalhada no próximo capítulo, é a de que, para além dos “engenheiros do caos” (EMPOLI, 2020) que manipulam as massas digitalmente pelos algoritmos e pela distribuição de *fake news* e *memes* nas redes sociais, o capitalismo hodierno, especialmente no Brasil, encontrou outro elemento em que se apoiar: o segmento conservador cristão no país, mormente os neopentecostais.

Valendo-se dos dogmas que marcam o discurso religioso, percebe-se que a religiosidade está em processo de simbiose com o mundo político no Brasil, fazendo com que fiéis sejam enganadas/os na compreensão dos fenômenos político-econômicos que têm impacto em suas vidas, apontando-se o céu e a/o líder religiosa/o e política/o como detentora/es da verdade; religiões e suas/seus líderes e seguidoras/es que cada vez mais seguem um senso de *hierarquia* muito similar ao preconizado para a manifestação do fascismo. Tais credos, ao impedirem que fiéis considerem sequer a existência de ideias distintas da doutrina seguida, ou seja, ao censurar a diversidade, alinham-se com a ideologia fascista, tendo como base a *ignorância* – que aqui, inspirados em Victor Hugo (2020), tomamos como mais um mandamento a ser acrescido ao panteão de Stanley (2020) – como a substância sobre a qual se trabalha mais eficazmente para que o discurso neofascista se sobressaia e seja naturalizado na contemporaneidade.

Entendemos, como Aristóteles (1998, pp. 425-427) já nos dizia em sua análise política, que um tirano “precisa fingir a aparência de devoção excepcional à religião. Os cidadãos receiam menos serem vítimas de qualquer acção ilegal por parte de um homem desta índole se julgarem que quem os governa é respeitoso e temente dos deuses”. Desta maneira, fica-nos patente a lição da filosofia grega, dramaticamente atual, de que a tirania faz uso da religião como meio para assegurar o seu próprio poder. Usa-se da religião para que se cometam atrocidades em nome dela; faz-se do credo, destarte, um meio de manipulação ideológica das massas dominadas para que se assegure o lugar de privilégio da camada dominante no processo de luta de classes.

Este falseamento da verdade, somado à brutalidade com a qual convivemos no Brasil e à exposição massiva à propaganda, que agora também se dá, como vimos ao longo da exposição, nos *memes* e nas montagens dos discursos digitais, criam as condições perfeitas para que se possa afirmar que o discurso neofascista de verve tirânica veio se estabelecendo no Estado brasileiro, sob a égide do neoliberalismo. E é exatamente por conta do programa neoliberal, assim compreendemos, que o discurso neofascista vigorou, já que é condição para que o capitalismo se desenvolva, como se constata pelas formulações parafrásticas de *Arbeit macht frei*.

A mentira e a infâmia deste dizer, agora, parafraseia-se também por intermédio da religião. Não à toa, repetia-se a litania bíblica: “A verdade vos libertará”. Diante disso, indaga-se: o que é a verdade para o fascismo, senão um simulacro da verdade, a própria mentira que necessariamente o forja, o falseamento da realidade de um *passado mítico* da nação *irrealmente* ameaçada pelo pluralismo humano?

Dada a sua natureza, que o obriga a sistemática e conscientemente distorcer a verdade empírica para se manter no poder, o fascismo delineia efeitos de sentido que manipulam as mentiras que produz de forma tal que se coopte as massas – seja no meio digital, pela propaganda; seja no mundo físico real, pela religião –, para que, então, ao interpelá-las e arregimentá-las, intente-se reescrever a história, que não é outra coisa senão “a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2019, p. 25).

CAPÍTULO III – O ESPÍRITO DO CAPITALISMO E A ÉTICA PROTESTANTE

Uma vez que se colocou a teoria que abrange a Análise do Discurso e a investigação das *condições de produção* do discurso neofascista nos capítulos anteriores, articulando a discussão a construtos teóricos próprios da História, da Filosofia e da Comunicação (mormente em seu ramo político), este capítulo se debruçará sobre as relações entre religião e capitalismo. O foco, assim, será o da análise da religião protestante como o marco do incipiente capitalismo que se erguia na Europa, estabelecendo-se um nexos causal entre ambos: com o declínio do modo de produção feudal, movimentos reformistas surgem no interior da própria Igreja Católica para questioná-la como centro de poder que organizava o mundo medieval. Assim, percebe-se que a ascensão do protestantismo ocorre paralelamente ao do capitalismo, sendo um o pilar do outro, como asseverará Max Weber (2013).

Por envolver o sistema capitalista, que, por seu turno, propicia – como já o demonstramos anteriormente – a emergência do fascismo, a discussão weberiana se faz necessária para que se compreendam as raízes do capitalismo moderno. Demonstra-se, assim, que a ética protestante à qual Weber se referia é transmutada nas fases atuais do capitalismo. Por isso que é preciso falar de neopentecostalismo, ou seja, um ramo do protestantismo histórico que emerge nos Estados Unidos ao longo do século XX e que vem modificando a demografia religiosa não apenas daquele país, mas também a da realidade brasileira.

Uma vez compreendida a discussão em torno do (neo)pentecostalismo, nosso gesto de análise discursiva se inicia, não a partir de um *meme*, mas, antes, de um *slogan*: “Deus, pátria, família”. Este lema foi utilizado pelo movimento fascista histórico brasileiro, o integralismo, e é resgatado na contemporaneidade por um ex-presidente da República e por setores sociais que encontram espaço na vida institucional e popular brasileira. O *slogan* vai adquirindo características, também, de *meme*, uma vez que seu compartilhamento em massa nas redes sociais é demonstração de identificação com o político. Analisamos, pois, as relações entre religião, fascismo e capitalismo que se resumem num *slogan/meme* desse tipo.

A discussão passa, finalmente, à análise deste slogan, que é a *sequência discursiva de referência* (SDr) adotada para esta tese, sustentando-se ademais que o dizer “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” é uma apropriação do discurso religioso pelo

discurso neofascista. Nas análises empreendidas no item 3.3 deste capítulo, recorreremos a Indursky (2019) para demonstrar como, mesmo de forma inconsciente, o sujeito em análise recupera uma memória do dizer que remete à Alemanha nazista, como já havíamos apontado anteriormente na introdução deste trabalho. Contudo, há elementos de um neofascismo bastante brasileiro, os quais buscaremos expor com mais detalhes para o leitor no nosso fazer analítico.

3.1 Pentecostalismo e neopentecostalismo

Como nesta parte de nossa exposição tem-se por objetivo refletir sobre a religião e seu entrelaçamento com o capitalismo (e, deste, com o fascismo), é condição *sine qua non* trazer as reflexões de Max Weber sobre as origens do sistema capitalista. Para Weber (2013), foi a chamada “ética protestante” que impôs uma nova maneira de se relacionar com o trabalho e com a acumulação de riquezas. O lucro, desde que para glorificar Deus, era não só permitido como estimulado. Isso só é possível com o advento da Reforma Protestante de 1517, época em que as bases do capitalismo mercantil são colocadas.

Neste período, muito do que era considerado como pecado pela doutrina católica perde seu sentido: a poupança, por exemplo, não mais era vista como algo negativo, mas um objetivo a ser perseguido pelo ascético, um sinal de disciplina. Há, portanto, a partir do protestantismo histórico, uma ruptura com a ética católica de então, que acreditava que boas ações deveriam ser promovidas apenas de maneira dispersa e que os indivíduos deveriam se afastar dos bens materiais, ideias amplamente promovidas ao longo da Idade Média.

Por considerar estas transformações, Weber (2013) dirá que o “espírito do capitalismo” advém, assim, do protestantismo, especialmente porque, na ruptura com a ordem social vigente de então, o trabalho e o lucro passam a ser observados não de um ponto de vista disperso do cristianismo católico, mas sob a ótica da *racionalidade* e da *organização sistemática*. Estas são características absolutamente imprescindíveis para o desenvolvimento do capitalismo e que, como já apontava o autor no início do século XX, foram mantidas no processo econômico – ainda que destituídas do seu caráter estritamente religioso.

A tese weberiana é a de que os protestantes históricos, mormente os calvinistas, com sua disciplina para o trabalho, sua perseguição ao lucro e sua objetividade e

racionalidade na produção assentaram as bases do capitalismo contemporâneo. Como se atesta na passagem a seguir, em que Weber (2013, p. 255) observa que:

Uma ética econômica especificamente burguesa se havia edificado. Com a consciência de permanecer na plenitude da graça de Deus e sendo visivelmente abençoado por Ele, o homem de negócios burguês [...] poderia seguir seus interesses de lucro, conforme sentisse estar cumprindo um dever ao fazê-lo. O poder do ascetismo religioso o provia, adicionalmente, com trabalhadores sóbrios, conscientes e industriais de forma incomum, que se agarram ao seu trabalho enquanto um propósito de vida desejado por Deus.

Esses caracteres sobre os quais Weber fala, ainda que orientados por uma ética religiosa, acabaram por ultrapassar as fronteiras da religião e se fixaram na própria organização econômica. “Deus” e a disciplina que Ele espera, assim, transfiguram-se no “deus mercado” e na racionalidade requerida por esta nova entidade para a produção de bens e para a própria organização dos trabalhadores.

Destarte, pode-se dizer que a religião cumpre um papel dentro do capitalismo: o que antes era o *meio* de se chegar a Deus (a disciplina, a racionalização e a objetividade, uma vida regrada e entregue ao trabalho e à persecução do lucro), torna-se seu próprio *fim*. A esse respeito, diz-nos Weber (2013, pp. 72-73) que “o sistema capitalista precisa dessa devoção à vocação para fazer dinheiro [...]. De fato, [essa visão de mundo] não precisa mais do apoio de nenhuma força religiosa [...]”.

O espírito do capitalismo incipiente fica ainda mais manifesto a partir das ponderações weberianas sobre a teoria calvinista. Weber (2013) nos lembra de que esta teoria trabalhava com a ideia de *predestinação*, qual seja, a de que os sujeitos eram predestinados a uma vida eterna no paraíso, junto a Deus. No entanto, essa não era uma certeza dada, sendo preciso que os homens seguissem regras éticas para o trabalho, para a convivência, para a organização familiar e social. Trabalhando em Terra, garantiriam o espaço no Céu, que já lhe era predestinado, mas apenas garantido se o merecesse e se por ele trabalhasse.

Neste diapasão, é preciso que se comente que, no sistema capitalista, nem todos são “predestinados”, ficando às margens da lógica de produção e de distribuição de riquezas. Por isso, levantamos a hipótese de que é preciso que o discurso religioso seja resgatado e reinterpretado como amparo ao sujeito marginalizado, para que lhe dê a esperança de que ele, também, seja um predestinado. Os sujeitos, na *ilusão da prosperidade e da predestinação*, serão, enfim, “escolhidos”. Este é um simulacro de amparo, assentado no modo de produção contraditório desta sociedade que necessita

expropriar o sujeito de seus direitos, dando-lhe em retorno uma ilusão de melhora de suas condições reais de existência. O funcionamento desta ilusão é o de aceitar o sentido autoritário e monossêmico do discurso religioso: *as coisas são assim porque Deus quer*. É uma forma, então, de manter as/os trabalhadoras/es sob o controle do discurso dominante da burguesia; de lhes dizer para manter a fé e a paciência, já que “sua hora finalmente chegará”; de cultivar a esperança de um eterno melhor porvir; de, enfim, por meio deste discurso, naturalizar a desigualdade social que resulta da ordem burguesa.

Tudo isso remonta ao próprio discurso do protestantismo histórico que Weber tratou de analisar:

[...] o poder do ascetismo religioso deu ao homem a confortante segurança de que a distribuição desigual dos bens deste mundo era uma especial distribuição da Divina Providência que, nessas diferenças, perseguia fins secretos, não conhecidos pelos homens. O próprio Calvino havia feito o muito citado pronunciamento de que as pessoas, ou seja, a massa de trabalhadores e artesãos, só se mantinham obedientes a Deus quando eram pobres. (WEBER, 2013, p. 255). *Grifo nosso*.

A palavras de Weber, escritas há mais de um século em seu ensaio sobre as raízes do capitalismo, atualizam-se com assombrosa precisão no Brasil hodierno, cuja massa de trabalhadoras/es empobrecidas/os ainda é uma nefasta realidade – contingente que, quanto mais pobre, mais é adepto do protestantismo moderno, ou neopentecostalismo⁶⁶. É nas periferias das cidades brasileiras que essa população habita. Fruto dos conflitos de classe da sociedade burguesa, são nelas onde mais frequentemente se revelam as contradições do capitalismo; e é ali que se espriam, ocupando a ausência do Estado, as igrejas neopentecostais, como centros de acolhimento de *sujeitos objetificados* e expropriados de seus direitos pelo capital (AMARAL, 2021), que orienta a própria ação estatal no neoliberalismo vigente.

É neste sentido que Spyer (2020, p. 37) observa que “a igreja evangélica leva para os moradores das periferias aquilo que não chega pelos serviços do Estado”, o que explicaria “em grande parte o motivo do crescimento acelerado das organizações evangélicas” que, por meio de suas igrejas, promovem redes de ajuda mútua e convívio entre sujeitos. Afetados pelo movimento destrutivo do capital que (des)organiza a vida

⁶⁶ Dados cruzados, oriundos do último censo do IBGE, realizado em 2010, e da pesquisa Datafolha sobre a religiosidade dos brasileiros, de 2020, revelam o seguinte panorama: de acordo com o IBGE, dentre os grupos que professavam um credo, o que mais concentrava pessoas com faixa de renda de até dois salários mínimos era o dos evangélicos (69,18%); já segundo o Datafolha, o cenário se mostrava mais equilibrado entre evangélicos e católicos, apresentando pouca diferença na faixa de até dois salários. Ainda assim, o segmento evangélico representava 48% da população nessa faixa, enquanto os católicos, 46%. Os dados estão disponíveis no site “Religião e Poder”, plataforma que oferece uma interface da religião no Brasil com as políticas institucionais.

na urbe, tais sujeitos, em seu desamparo e desalento, são eficazmente interpelados pelo discurso do capital, involucrado, contudo, no discurso religioso.

Por isso, pergunta-se: por que o discurso religioso, refletindo o discurso deletério do capital, *refrata-se* e chega de forma oblíqua, mas eficaz, aos sujeitos? Uma resposta possível é a de que a sua própria pretensão de transparência da linguagem não revele sua verdadeira natureza aos sujeitos, que, impedidos de percebê-la, aceitam-na. No entanto, aventamos a possibilidade de que este discurso é opaco e que os sujeitos, imersos nas regras impostas pelo capitalismo, veem no próprio discurso religioso a possibilidade de obter amparo emocional e espiritual para se tornarem bem-sucedidos numa sociedade que continuamente os explora.

Como atesta Spyer (2020), tal interpelação-sujeição se deve à promessa de inclusão promovida pela *teologia da prosperidade*, produzindo efeitos de pertencimento e de ascensão social via educação e consumo, o que cria um simulacro de liberdade e “salvação” para os sujeitos desamparados. Ora, dirá o autor, é incontestado que entrar para a igreja evangélica, no contexto da periferia urbana, melhora as condições de vida das/os brasileiras/os pobres:

As causas materiais que transformam a vida dos fiéis são simples. Elas incluem, entre outras: fim do alcoolismo e consequentemente da violência doméstica, **fortalecimento** da autoestima, **da disciplina para o trabalho** e aumento do investimento familiar em educação e nos cuidados com a saúde. **Esse conjunto de mudanças geralmente conduz à ascensão socioeconômica.** Esse fenômeno é importante, considerando o problema representado pela desigualdade no Brasil [...]. (SPYER, 2020, p. 23). *Grifos nossos.*

O neopentecostalismo que aqui se analisa aparece, inicialmente, nos Estados Unidos, em meados do século XX, chegando ao Brasil pouco depois (SPYER, 2020). Tendo se desenvolvido a partir dos caminhos abertos pela referência moral e pelas práticas do pentecostalismo (ou da “ética protestante” da qual falava Weber), esse movimento funde a ideia do culto exuberante, emocional, dinâmico e interativo com uma lógica meritocrática explícita que se baseia na busca pelo sucesso material. Suas/seus adeptas/os professam, assim, a chamada *teologia da prosperidade*. Diferente da ética protestante clássica, na qual a/o fiel melhora de vida, do ponto de vista econômico, por uma conduta metódica no trabalho, para a/o neopentecostal a própria conversão e a adoção da prática religiosa já são motivos para que a/o fiel seja recompensada/o por Deus pela via da ascensão financeira.

As/os fiéis são, assim, estimuladas/os a atuar de maneira empreendedora para enfrentar as adversidades, a serem “patroas/patrões”. Nessa lógica, o discurso religioso assentado na *teologia da prosperidade* tende a ver as dificuldades como ocasionadas não pela estrutura que organiza coletivamente a sociedade, mas como advindas da falta de esforço *individual*. Tal visão aparece no discurso que promete a melhora de vida das/os convertidas/os, aparecendo, também, na prática de gerir a igreja como se uma empresa fosse. O discurso da positividade, motivacional, serve tanto às/aos fiéis quanto àquelas/àqueles que trabalham na igreja-empresa. Serve de motivação necessária a sujeitos que estão desamparados em suas condições concretas de existência. Assim, é possível dizer que o aparelho religioso do neoliberalismo, ou seja, a *teologia da prosperidade*, encontra seu discurso transversal (de sustentação) no discurso neoliberal.

A práxis capitalista deste discurso continua não apenas na (auto)gestão de si mesma/o ou da igreja. Funcionando segundo a ótica da acumulação de riqueza, estando, assim, circunscrita à *formação ideológica do capital* (AMARAL, 2007), o discurso religioso, sobretudo o neopentecostal, concebe que a acumulação de bens materiais é uma bênção, é o desejo de Deus; a fé, aguçada pelo discurso da positividade religiosa, estimula as doações dos sujeitos para os ministérios cristãos, crédulos de também serem beneficiados, ainda que posteriormente, com o aumento da riqueza material da própria igreja.

A *teologia da prosperidade* é compreendida, assim, como um sustentáculo ideológico poderoso na interpelação de sujeitos tornados fiéis. As massas de trabalhadoras/es despossuídas, muito numerosas e interpeladas pela onipresença da igreja neopentecostal na periferia, representam, dessa forma, uma importante demografia a ser considerada. Do ponto de vista eleitoral, a interpelação junto a essas massas é muito interessante para a conquista de poder no seio do Estado, ainda que representantes religiosos e/ou políticos se valham apenas do discurso em sua superfície da linguagem, e não da práxis que o próprio discurso engendra, para representar as necessidades materiais e reais destas multidões empobrecidas.

Abandonadas pelo Estado neoliberal, tais massas, porque são fomentadas a serem fervorosamente crédulas, tendencialmente hão de seguir quem lhes confere algum sentido de conforto material e/ou espiritual. Não é à toa que a eleição geral de 2018, no Brasil, deu-se em bases muito fortemente assentadas por valores neopentecostais, catapultando ao poder um candidato que se utilizava de discursos religiosos assentado no viés autoritário-fascista que viemos analisando até então.

3.2 “Deus, pátria, família”: relações entre fascismo e manutenção do capitalismo

Deus dirige os destinos dos povos. [...] O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade. [...] toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e sobrenatural finalidade. Esse é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes cristãs da nossa História e está no íntimo de todos os corações.
Manifesto de 7 de outubro de 1932, Ação Integralista Brasileira

Em sete de outubro de 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB) lançava um manifesto em que pregava o caráter cristão da sociedade brasileira como a orientação política da nação. O manifesto se inicia com o que se grifou acima: “Deus dirige os destinos dos povos”. Ao longo do texto, a força sobrenatural cristã será enaltecida repetidas vezes como o dogma a ser seguido para se alcançar um modelo ideal de família, de sociedade, de uma pretensa indivisibilidade de classes e, logo, do próprio funcionamento econômico e social.

Como colocado pela AIB, este “pensamento profundamente brasileiro” seria advindo “das raízes cristãs da nossa História”: eis o sentido do programa integralista para um modelo unívoco de pátria, que passou a ser sintetizado no *slogan*⁶⁷ “Deus, pátria e família”, o qual se toma como a *sequência discursiva de referência* (SDr) no gesto de análise que aqui se faz. Ao analisar este dizer, relacionamo-lo às *condições de produção* da década de 1930 para, assim, perceber como esta SDr se comunica com as condições postas pela contemporaneidade, quando tal lema é reapropriado pela extrema direita brasileira que deteve o poder político da nação, como explicitado nas figuras abaixo.

FIGURA 17 – *Slogan* integralista.
Fonte: *Integralismo.org.br*, 2022.



FIGURA 18 – O então candidato a presidente em entrevista, com o lema integralista parafraseado escrito na palma da mão (“Deus, família, Brasil”).
Fonte: *GloboNews*, 2018.



FIGURA 19 – Ex-presidente em *live*, com o lema integralista adesivado em seu computador portátil. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 2022.



⁶⁷ Em suas obras, Paulo Freire (2020a; 2020b; 2020c) traz reflexões sobre o *slogan* como uma máxima que cria símbolos simplistas de uma realidade complexa e que, exatamente por isso, possuem grande poder persuasivo e de engajamento das massas. Não à toa, os fascistas aqui analisados valem-se de *slogans* para interpelar os indivíduos.

De início, é preciso dizer que a materialidade discursiva “Deus, pátria, família” está no nível da formulação, ou seja, da enunciação ou do *intradiscurso*. Este ponto de referência, isto é, esta *sequência discursiva de referência*, passa a relacionar demais sequências que a ela se ligam (COURTINE, 2016, p. 25). Ademais, a SDr precisa ser correlacionada a um sujeito da enunciação/formulação e a uma situação determinada. Isto ocorre para que seja possível à/ao analista tentar demonstrar como o sujeito da enunciação e as circunstâncias enunciativas são referenciáveis dentro dos aparelhos ideológicos numa dada conjuntura histórica. Assim, neste primeiro procedimento já se analisa, pelo *intradiscurso*, o sujeito enunciador, a circunstância de enunciação e as referências imediatas que relacionam tal sujeito à posição ideológica que ele ocupa no estado de luta de classes.

Na SDr tomada para análise, percebe-se um sujeito enunciador determinado – a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fascista inspirado no nazifascismo europeu –, que se opunha à ordem política vigente e às “ameaças comunistas”⁶⁸ – ou melhor, aos diversos partidos políticos que, a partir dos preceitos de Marx, organizavam-se contra a dominância burguesa do início do século XX. A circunstância de enunciação se refere à década de 1930, mais precisamente no ano de 1932, quando a AIB lança seu manifesto como movimento político com intenções eleitorais (GONÇALVES; NETO, 2020).

Neste documento, conhecido como o *Manifesto de 7 de outubro de 1932*, o integralismo defende a liberdade de empreender, a valorização do modelo mononuclear de família e o catolicismo cristão como bases da sociedade brasileira. Excluem-se, logo, a possibilidade de uma economia não baseada no capital, a formação de diferentes arranjos familiares e o pluralismo religioso. Tudo que foge ao estritamente estipulado pela AIB em seu manifesto é visto como inimigo a ser combatido – a ser *eliminado*.

A *sequência discursiva de referência* é ela mesma uma paráfrase de um lema analisado por Marx em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. Nesta obra, o filósofo evidencia que, contra a Revolução de 1848, em Paris, o então *Partido da Ordem* amalgamou diversos partidos contra a classe operária, “considerada o *partido da*

⁶⁸ “[...] o comunismo trama contra todos. [Ele] destrói a família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana para melhor escravizar o homem à coletividade; destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica uma humanidade inteira, por um sonho, falsamente científico, que promete realizar o mais breve possível, isto é, daqui a 200 anos, no mínimo”. Manifesto de 7 de outubro de 1932 da AIB. Disponível em: <https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>.

anarquia, do socialismo, do comunismo” (MARX, 2011, p. 36). O lema repassado às tropas controladas pela *Ordem* “consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: ‘Propriedade, família, religião, ordem’” (*idem*, p. 36), o que evidencia a paráfrase de “Deus” (religião) e “Pátria” (propriedade/ordem), sendo “família” retomada de forma literal pelo integralismo. Assevera-se, desse modo, que o discurso fascista dos integralistas, agora recuperado pelos neofascistas, remonta às bases da consolidação burguesa que Marx investigara: um discurso que pregava pela dominação do operariado em confronto com as forças sociais capitalistas e, por isso mesmo, um discurso autoritário, pré-existente mesmo à nossa SDr, a qual, por sua vez, reformula as palavras de ordem da burguesia francesa na síntese de um fascismo incipiente no Brasil.

Um discurso cujo mote é a não aceitação e mesmo a eliminação do outro, inscreve-se, portanto, no que descrevemos como *formação discursiva fascista*, cujo sentido engendrado é o de que prevê sua supremacia perante outrem. O discurso fascista que aqui se analisa, representado linguístico-discursivamente pela FDF, tem como origem o *discurso autoritário*. Como dito por Orlandi (1984, p. 20), este é um discurso que “procura absolutizar um sentido só de tal maneira que aquele não se torne o dominante, mas o único. Portanto, no discurso autoritário a polissemia é contida [...]”, o que significa dizer que o discurso fascista brasileiro não admite a produção de sentidos outros – outros sentidos de Deus, de pátria e de família, distintos daqueles preconizados pelo manifesto integralista.

Dessa maneira, pode-se apreender que um dos elementos do discurso fascista apresentado pelo integralismo é marca do autoritarismo, já que o *Manifesto de 7 de outubro de 1932* e o slogan “Deus, pátria, família” desaprovam a liberdade semântica, intentando controlar o sentido desses dizeres discursivos pela lente do cristianismo mais ortodoxo. É neste ponto nodal que o autoritarismo comunga da dogmática religiosa para engendrar sentidos e intentar o controle de seus efeitos de sentido, apontando para uma única interpretação possível. Ou melhor: a aspiração autoritária da Ação Integralista Brasileira, abertamente motivada pelas movimentações fascistas de Mussolini e Hitler na Europa⁶⁹, valeu-se da religião para produzir sentidos, tentando-se ordenar a sociedade

⁶⁹ Na obra “O Fascismo em camisas verdes”, os historiadores Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto tecem observações sobre a aproximação ideológica do líder dos fascistas brasileiros, Plínio Salgado, com Mussolini, e relatam, inclusive, o encontro ocorrido entre ambos: “1930. Palácio Venezia, Roma. Numa tarde de verão, às 18h do dia 14 de junho, após passar o dia conhecendo a capital italiana, Plínio Salgado, futuro líder do camisas-verdes, se viu diante de Benito Mussolini, o grande chefe dos fascistas italianos. Com muita empolgação, dizia estar frente a frente com o gênio criador da política do futuro, o profeta do mundo contemporâneo. [...] Durante os 15 minutos de euforia da comitiva formada por outros intelectuais brasileiros, [...] Plínio Salgado consolidou sua idealização para a formação do integralismo, o maior movimento de extrema direita da história do Brasil”. (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 9).

politicamente por uma interpretação muito restrita (e, por isso, autoritária) da religiosidade.

Uma vez classificado o *discurso autoritário*, que essencialmente marca a AIB e seu lema, passa-se, então, à análise do *discurso religioso*. Segundo Orlandi (1996), a principal característica deste discurso é a de que ele faz ouvir a voz de Deus ou de seus enviados: a mãe/o pai de santo, a/o profeta, a/o pastor/a, a/o freira/padre. A autora elenca algumas características gerais que definem o *discurso religioso*, afirmando que este discurso é “aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado”, o que lhe confere um *status* de maior informalidade (logo, naturalidade) se contraposto ao *discurso teológico*, “em que a mediação entre a alma religiosa e o sagrado se faz por uma sistematização dogmática das verdades religiosas, e onde o teólogo [...] aparece como aquele que faz a relação entre os dois mundos: o mundo hebraico e o mundo cristão”, sendo, por este motivo, o *discurso teológico* considerado “mais formal” que o *religioso* (ORLANDI, 1996, pp. 246-247).

Destarte, observa-se que o *discurso religioso* opera por meio de um desnivelamento, de uma assimetria na relação entre o locutor e o ouvinte: o locutor está no plano espiritual (Deus), e o ouvinte está no plano temporal (a/os adoradoras/es). As duas ordens de mundo são totalmente diferentes para os sujeitos, e essa ordem é afetada por um valor hierárquico, por uma desigualdade – um desnivelamento. Deus, o locutor, é imortal, eterno, onipotente, onipresente, onisciente (e deveras masculino, como a própria norma gramatical nos aponta); em resumo, é ele o todo-poderoso. Os seres humanos, as/os ouvintes, são mortais, efêmeras/os e finitas/os. Aquela ou aquele que “se apropria do discurso de Deus”, ou seja, Seu “representante”, tem como ideal não modificar o Seu discurso, que é, em essência, o *discurso religioso*. A/o representante deve seguir regras restritas reguladas pelo texto sagrado, pela Igreja, pelas liturgias. Deve manter distância entre “o dito de Deus” e “o dizer do homem”.

É esperado, logo, que a interpretação da palavra de Deus seja regulada por quem a detém, por quem se apresenta como representante de Sua palavra. E, em possuindo a representatividade da palavra Dele, não questiona sua legitimidade, tampouco os sentidos que o *discurso religioso*, proferido por um padre, uma madre superiora, um pastor, um rabino etc., engendra. Assim, percebe-se que há uma convergência entre o *discurso autoritário* e o *discurso religioso*, já que “os sentidos não podem ser quaisquer sentidos: o discurso religioso tende fortemente para a monossemia” (ORLANDI, 1996, p. 246), monossemia esta que, por sua vez, é a base da verticalidade imposta pelo *discurso*

autoritário. Nestes termos, em que a polissemia é contida e um sentido único é intentado ser dominante em dada formação discursiva, é que se percebe que o *discurso religioso cristão* no Brasil apresenta forte tendência discursiva autoritária, não aberta a outras interpretações que englobem as contradições e a própria pluralidade de uma país de dimensões continentais e de história e cultura multiétnicas.

É por tal motivo que entendemos que, numa nação como a nossa, os sentidos para “Deus”, para “pátria” e para “família” são muitos distintos do estritamente cristão católico, sentido herdado e imposto pelos valores europeus dos colonizadores originais desta terra. E, por haver o entendimento de que o que se impõe de maneira autoritária necessariamente desautoriza outros dizeres, conclui-se que o *discurso religioso cristão* no Brasil, em sua monossemia, renega a própria matriz de formação dessa sociedade tão diversa, no intento de uniformizar o que não é de essência uniforme, calar o que se rebela, marginalizar e criminalizar aquilo com que não se compactua.

Por esta razão, é um perigo sempre premente para a democracia moderna⁷⁰ o fato de normalizar movimentos políticos evidentemente autoritários somente porque eles representam parcelas majoritárias do credo religioso compartilhado socialmente. Assim, pode-se dizer que tais políticos e movimentos se apropriam da religião, sustentando-se nela como se fossem seus representantes. Por se entenderem maioria, tais figuras políticas e/ou religiosas intentam homogeneizar discursos, o que significa dizer que, em suas práticas, são capazes de promover um ciclo de marginalização daquelas/es que não são seguidoras/es de uma determinada doutrina. Isso pode se manifestar como crimes de ódio e intolerância, como nos diversos casos de perseguição às religiões de matriz africana no Brasil, atitudes que são potencialmente puníveis pelo Estado. Reitera-se, entretanto, que o perigo é mais latente quando tais representações religiosas assumem, elas mesmas, o poder do Estado, promovendo, pelo próprio aparelho estatal, o ódio, o preconceito e a morte, justificando-os pela leitura conservadora da religião.

Confundida com a própria representação política, a representação religiosa passa a deter, deste modo, um poder de fato e de direito: o poder de interpelação ideológica dos sujeitos, de quem se espera acreditar fiel e cegamente na fé da igreja, do partido, da/o representante político etc.; e o poder jurídico de julgar, de encarcerar e até mesmo o de

⁷⁰ É mister lembrar de que estamos tratando de uma democracia moderna em seu caráter burguês. O perigo de que tratamos não o é para uma democracia numa sociedade socialista ou comunista; porque destrutivo, o fascismo é um perigo até mesmo para o que lhe origina, o capitalismo, sistema que sustenta o que se entende por democracia em suas bases modernas.

matar. Um Estado assim, que se expressa pela necropolítica (MBEMBE, 2018) e pelo autoritarismo, ainda que fenomênica e sintomaticamente religioso na superfície, decerto não carrega as marcas do Cristo fraterno, solidário e crucificado⁷¹; antes, tem em si marcado o estigma do ódio, da segregação, da perseguição e da agitação fascista de outrora, obscurecido pela sombra de uma outra cruz: a suástica. Em outros termos, tal Estado é um de raízes fascistas.

Na esfera política, uma leitura conservadora da religião, autoritária dos dizeres e dos sentidos por eles engendrados, ganha representação em discursos igualmente autoritários e/ou fascistas. É preciso considerar, ademais, que autoritarismos geralmente são expressões do próprio sistema econômico que nos organiza socialmente – o autoritarismo é a maneira pela qual se expressam vontades, desejos e ambições no sentido de se obter mais poder, e este poder não se dá senão na materialidade de base econômica, que comporta a superestrutura marxiana do poder jurídico que se lhe acopla e a retroalimenta. Não à toa que, nos estágios de desenvolvimento do capitalismo que aqui se observam (1932 e 2018), os sentidos de “Deus” são mobilizados em defesa do próprio sistema econômico, tendo seu rival, “o Diabo”, representado pelo “comunismo”, pela agenda social ou pela própria existência da democracia.

É de notar que o conservadorismo religioso cristão passa por um processo de transformação no Brasil. À época dos integralistas, em 1932, o catolicismo era a vertente cristã absoluta no país; quase um século depois, no entanto, o cristianismo possui outras representações e, mesmo a fé católica ainda sendo a mais professada no país, projeta-se, como já mencionado neste trabalho, que a população brasileira seja predominantemente evangélica a partir da década de 2030. Assim, embora o discurso religioso prevalente seja o cristão, não há como homogeneizá-lo, visto que distintas correntes formam os sentidos do cristianismo no país, entre católicos, pentecostais e neopentecostais. Isso também afeta o discurso político, que se apropria de elementos do discurso religioso para se sustentar. Senão, vejamos.

Se em 1932 os integralistas espelhavam o discurso religioso do catolicismo cristão para engendrar sentidos, estes não são exatamente os mesmos do século XXI, visto que a

⁷¹ Percebe-se, aqui, o próprio funcionamento do discurso religioso (DR), que constrói essa imagem de Cristo como “fraterno”, “solidário” e “mártir”. Seu funcionamento aponta, assim, para efeitos de sentido que promovem a piedade, a compaixão e a comunhão entre as pessoas, na vertente oposta aos efeitos engendrados que focalizam a prática dogmática autoritária. Como preconizado por Orlandi (1996, p. 260), alguns dos traços marcantes do DR é a utilização de determinadas formas simbólicas, como metáforas, aqui empregada na reconstituição da figura do Cristo crucificado, redimindo a humanidade de seus erros.

conjuntura social brasileira foi se modificando no campo religioso ao longo dos anos. Exemplo disto é o caso da *teologia da libertação*, um vasto movimento social, forma de pensamento e doutrina que surge na década de 1960 na América Latina, no âmbito da Igreja Católica, abordando questões sócio-político-econômicas vividas pelas/os cristãs/os a partir do prisma dos pobres e de sua condição de opressão, à semelhança de Cristo.

Como nos aponta Orlandi (1996, p. 112), “a hermenêutica proposta pela TL [teologia da libertação] situa a dêixis bíblica em relação ao universo cotidiano dos pobres do Terceiro Mundo”. A *teologia da libertação* (doravante, TL) é um discurso em que se verifica fortemente uma conjunção entre a memória e o novo, entre continuidade e reconfiguração (HANAUER, 2006), o que faz da TL um acontecimento discursivo. A dimensão da memória/continuidade está na ancoragem no discurso fundador (o de Cristo) e na retomada do já-dito, no exercício de repetição, de paráfrase de discursos fundantes na história da Igreja Católica. A dimensão do novo está na instauração de novos sentidos para a palavra divina, na ruptura com uma tradição de leitura, com a hermenêutica tradicional da Igreja.

É exatamente nessa atualização que a TL se constitui como um gesto de leitura da bíblia que procura compatibilidade – e não o conflito – com os princípios marxistas. Como mostra Orlandi (1996, p. 113), “a TL é um lugar de fala no qual o político resiste como tal”. O discurso da TL incorpora, no domínio do discurso teológico, o elemento político, instituindo a relação fé e política como necessária para que o texto bíblico seja pertinente, para que tenha algo a dizer nos dias atuais.

Desta maneira, a TL instaura, na FD Católica, uma nova posição-sujeito, aproximando dois domínios de saber nunca antes aproximados: o marxismo e o cristianismo. E é por este motivo que o discurso da *teologia da libertação* afrontou o discurso religioso católico dominante, o mesmo que fornecia os elementos de saber dos integralistas de 1930. O surgimento da TL constituiu, portanto, uma ameaça à hegemonia discursiva da teologia tradicional, representando, para a hierarquia católica, uma tentativa de desestabilização de seu discurso. Por esse motivo, a *teologia da libertação* sofreu represálias, sendo vítima de perseguições, do “silêncio obsequioso” do Vaticano e da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício, cuja figura do cardeal Ratzinger, que se tornou o papa Bento XVI, é de destaque), levando mesmo à morte de representantes desta doutrina.

Percebe-se, com esta exposição sobre a TL, que houve uma ruptura da doutrina dominante no seio das formulações discursivas do cristianismo católico brasileiro.

Entretanto, é preciso considerar que a população vem se convertendo, cada vez mais, a outra proposta teológica, vinculada às religiões neopentecostais: a *teologia da prosperidade*. Espécie de contraponto à TL, a *teologia da prosperidade* (doravante, TP) se alicerça não nos pobres, mas na riqueza e nas formas de adquiri-la pelo esforço individual e pela fé. Prosperar não é tomado no sentido coletivo e social, como a TL propunha. Alinhada, assim, a preceitos do neoliberalismo, que vigorou (vigora?) ao longo de décadas no país, não nos parece coincidência que a TP tenha *prosperado* e goze de enorme força social exatamente nos anos da experiência neoliberal no Brasil.

Se, como aventamos, o discurso religioso cristão é apropriado pela *formação discursiva fascista*, tal apropriação não se dá de forma homogênea, visto que muitas são as formas das discursividades religiosas cristãs. A TP, ao se alinhar ideologicamente com fundamentos do mercado e do capital – que, conforme apontamos anteriormente, alinha-se às discursividades fascistas quando necessário –, é assim absorvida e aparece como elemento religioso da *formação discursiva fascista* hodierna.

Observa-se, assim, um movimento dos sentidos do discurso religioso no seio da *formação discursiva fascista*: inicialmente, de origem judaico-cristã, de apresentação católica conservadora, passando à religião evangélica e à *teologia da prosperidade*. Há, portanto, uma mudança do componente religioso e da forma de sua apresentação no interior da FD fascista no Brasil, que, tendo como um de seus alicerces o conservadorismo religioso da tradição judaico-cristã, transita do catolicismo ao neopentecostalismo.

Ambas as perspectivas, cabe salientar, orientam sentidos de hierarquia e de manutenção da ordem capitalista: a hierarquia mantém o *status quo*, que, por sua vez, é reforçado pela ascensão da/o fiel convertida/o e, agora, próspera/o. Silencia-se, assim, que a prosperidade nunca chegará, nessas bases, a todas e todos, visto que a sistemática é a do lucro de poucos em detrimento da exploração de muitos. Não é à toa que o grande silenciado tenha sido a *teologia da libertação*, que sofreu censura, perseguições e repressões: é o que sofre aquele sujeito que “ousar pensar e ousar se revoltar”⁷² dentro do aparelho ideológico de Estado da religião (e em qualquer outro aparelho em que o capitalismo vigore e tenha dominância).

Por tudo que se elencou, afirmamos que o *discurso religioso* é assim *apropriado* pelo *discurso autoritário* para a defesa do capitalismo, interpelando indivíduos em

⁷² Referência a Michel Pêcheux (2014): “Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo e luta de classes”. **Décalages**: Vol. 1: n. 4. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>.

sujeitos que, desamparados no mundo burguês, procuram atribuir-lhe um sentido para nele navegar, buscam uma ética de comportamento e de sobrevivência neste mundo hostil. Esse sujeito irá encontrar uma pretensa segurança no simulacro de amparo promovido pelo *discurso religioso*, interpretando o mundo sob a ótica do discurso dominante, que coloca o capitalismo como seu “Deus” e as formas de combate a esse sistema como o próprio “Diabo” – como o mal a ser evitado.

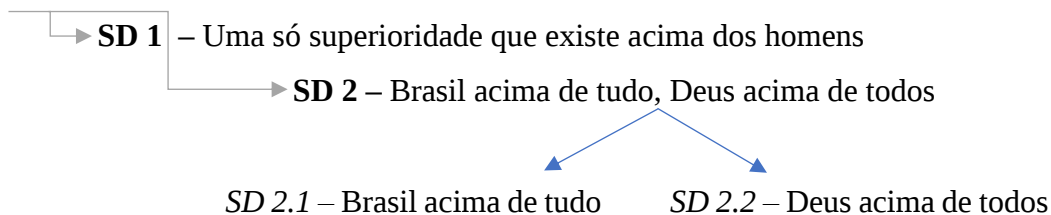
Mobilizado por um *discurso religioso* desta natureza, o sujeito é “interpelado pela ideologia que predomina nesse projeto civilizatório de sociedade, a *formação ideológica do capital*” (AMARAL, 2021, p. 2), uma vez que esta formação ideológica impregna, também, o *discurso religioso*, mormente com o advento da *teologia da prosperidade*. Crendo-se beneficiado pelo projeto capitalista em sua ascensão profissional e acesso a bens materiais, o sujeito na sociedade capitalista “também se desola quando se vê abandonado pelo mesmo projeto ao qual foi submetido, imposto por interesses que lhes são alheios” (*idem*). Há um batimento, destarte, entre esperança e desesperança, amparo e desamparo. Desamparados, pois, os sujeitos precisam de novo ânimo para não se sentirem à deriva no mundo. É neste intervalo que o *discurso religioso* surge como anteparo para a alma, para a subjetividade – e, conseqüentemente, para a manutenção do modo de produção capitalista tal qual o conhecemos.

3.3 A apropriação do discurso neopentecostal pelo discurso neofascista

Neste momento da análise, em que se discorrerá sobre como o *discurso religioso* de cunho neopentecostal constitui a base do *discurso fascista brasileiro*, faz-se mister que voltemos aos elementos linguísticos da *sequência discursiva de referência* adotada neste trabalho: “Deus”, “pátria” e “família”. Outros dizeres associados são de relevo para a análise aqui empreendida, tal é o caso de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, *slogan* presidencial da campanha de 2018, que será uma sequência discursiva a ser apreciada, classificada como SD 2.

Para fins de análise, dividamo-la como duas sequências discursivas distintas que não só orbitam a SDr, mas que se mostram derivadas de uma sequência retirada do *Manifesto de 7 outubro de 1932*, como apresentada na abertura da seção 3.2 desta tese, e que, aqui, será tomada como a SD 1.

SDr – Deus, pátria, família



Do ponto de vista estrutural, o advérbio “acima” é utilizado em ambas as sequências discursivas; “uma só superioridade” é perífrase para o elemento “Deus” da SD 2.2, assim como “todos” sintetiza a locução prepositiva “dos homens” da primeira sequência discursiva. De resto, o advérbio “só” ainda cria um nexos entre o Deus cristão que tanto o discurso integralista e o ex-presidente de extrema direita compartilham como único, excluindo, assim, as/os demais deusas e deuses de religiões não cristãs.

O paralelismo linguístico é praticamente mantido em ambos os enunciados, com pequenas alterações sintáticas que não mudam substancialmente a semântica: há a presença de sujeito (“uma só superioridade”/“Deus”); de oração subordinada adjetiva⁷³ (“que existe acima dos homens”, no caso da SD 1), indicando a ideia de *uma só superioridade existente*; e de verbo elíptico (“Deus” *está*, ou, alternativamente, *existe*), no caso da SD 2.2 – recuperando, por seu turno, a própria ideia de existência. Por fim, tem-se a paráfrase dos adjuntos adverbiais de lugar “acima dos homens” (SD 1)/“acima de todos” (SD 2.2).

Não é apenas a similaridade estrutural que nos interessa na análise das sequências parafraseadas. Também, e primordialmente, os sentidos engendrados e seus efeitos são de maior interesse. Analise-se, por exemplo, a SD 2.2, “Deus acima de todos”: esta sequência produz um sentido muito próximo daquele engendrado pela SD 1, a saber, a da existência de uma entidade sobrenatural e superpoderosa que, exatamente por ser *super*, está localizada numa *posição superior* a nós, mortais. O advérbio de lugar “acima” é a garantia linguística do engendramento discursivo deste sentido. Há, portanto, uma relação vertical de A para B⁷⁴, o que revela a existência de uma prática antidialógica na relação entre ambos, em que A manda e B acata e obedece ao que se lhe impõe: “uma só

⁷³ Interessante observar que há, além de uma relação de subordinação na estrutura sintática analisada, uma outra concernente à natureza do sentido produzido: a do homem *subordinado* a Deus.

⁷⁴ Conforme Freire (2020a), uma relação vertical de A sobre B, em que A não comunica, mas, sim, *faz comunicados* a B, representa o antidialógico. Difere, assim, do diálogo, em que uma relação entre A e B se dá de forma horizontal, permitindo que uma comunicação amorosa e crítica, como entendida pelo patrono da educação brasileira, de fato aconteça.

superioridade” ou “Deus” estaria em posição de A nesta aludida relação, enquanto os homens/todos ocupam a posição mais abaixo desta verticalidade, qual seja, a que aqui se representa como B.

Conforme o raciocínio de Orlandi (2006), analise-se, ademais, um dos elementos discursivos oriundos da SDr: “família”. Quando se enuncia tal palavra, ela significa “também pela memória de que ela está impregnada que, muitas vezes, desconhecemos”. Destarte, “família” integralista, a de sentido mononuclear, comunica-se de alguma forma com a família que então se retomava como modelo no governo Bolsonaro. O apego a este sentido de “família” também se funde ao neopentecostalismo crescente no Brasil, que geralmente exclui possibilidades familiares diversas. Assim, vemos que “família” se parafraseia significando o mesmo, já-carregada de sentidos que atravessaram as décadas.

No entanto, há a possibilidade de ruptura deste discurso dominante: os sentidos e seus efeitos são negociados, partilhados, e se atrelam, também, às *condições de produção* do discurso. É por este motivo que sustentamos que, no *discurso neofascista brasileiro*, há pontos de resistência à memória integralista trazida interdiscursivamente e intentada ser imposta como se nos anos 1930 estivéssemos. Exemplo desta resistência é a própria configuração da família brasileira hodierna, multifacetada e compreendida, inclusive juridicamente, como assentada no afeto, e não meramente definida pela biologia ou pelo casamento heterossexual. Assim, o Direito, como instituição que é, sedimenta e institucionaliza certos sentidos de “família” (ORLANDI, 2006) que, hoje, abarcam mais do que o conceito monossêmico da religião cristã mais ortodoxa. Disputar, pois, um determinado sentido de “família”, que por sua vez está circunscrito a um sentido muito restritivo de “Deus”, é tarefa discursiva que se dá com percalços e conflitos.

A análise até aqui empreendida se voltou aos sentidos de “Deus” e “família” construídos pela extrema direita brasileira, circulantes tanto à época do integralismo quanto na contemporaneidade. E é nela que se percebe que a dominância destes sentidos é devida, principalmente, à expansão do neopentecostalismo no Brasil, que, por sua vez, acompanha a consolidação e a amplificação do discurso dominante do mercado. É interessante observar que o segmento social evangélico passa a ser mais bem representado, em termos político-institucionais, a partir do aprofundamento dos discursos da racionalidade mercadológica que se expandiu no contexto brasileiro, especialmente a partir do golpe de 2016⁷⁵.

⁷⁵ Löwy (2016, p. 64) assim entende o golpe (e não *impeachment*) na presidenta Dilma: “O que aconteceu com o Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de

Um dos que apoiaram com veemência o golpe foi o então deputado federal Jair Bolsonaro, cuja “plataforma eleitoral” de exposição polêmica e permanente na mídia se tornou um projeto político em contínua construção, o que culminaria em sua vitória no pleito para presidente. Como aponta Piovezani (2020, p. 158), “a polêmica, a agressividade e a grosseria tornaram-se cálculo eleitoral e *marketing* político”. Bons frutos dessa estratégia adviriam de certo tipo de *discurso religioso*, atravessado por preconceitos e notícias mentirosas, como a de que haveria, por parte de grupos políticos de esquerda, a distribuição de supostos “kit gays” que “ensinariam crianças a serem homossexuais”. Utilizar-se do *discurso religioso*⁷⁶ para validar preconceitos e, ao mesmo tempo, afastar-se dos reais problemas da sociedade: eis um estratagema perverso, mas muito eficaz, para chancelar a culpa das dificuldades dos homens na moralidade de cunho religioso, nunca no capitalismo que produz tais adversidades.

O autoritarismo e a monossêmia, compartilhados pelos que confessam um credo cristão, pode se refletir *no* e *como* um discurso político. A política institucional e o Estado, que supostamente deveriam dar guarida a todas e a todos sem distinção de credo, raça, sexo etc., como preconiza o famoso artigo 5º da Constituição Federal⁷⁷, são capturados pelos que transitam no poder porque temporariamente detêm o poderio da comunicação com o povo. Isto significa dizer que, no caso de nossa contemporaneidade, chegou-se ao povo justamente porque, apesar de serem porta-vozes do discurso hegemônico do capital, já que foram por ele chancelados e financiados, os grupos de extrema direita se fazem passar como porta-vozes não do mercado, mas do povo mesmo, espoliados em sua miséria. Para isso, valem-se de um languageiro dito popular, que aproxima o líder carismático da população, por ser autêntico, por “falar errado”, por ser truculento, mas falar por “Deus”, pela “pátria” e pela “família”. Um discurso pouco democrático, de veia autoritária e fascista, emergido do “baixo clero”⁷⁸ político nacional e elevado à esfera de

Estado pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado”.

⁷⁶ Salientamos, como intentamos na seção anterior, que não se trata do DR como um bloco homogêneo, mas um tipo de discurso religioso de vertente conservadora, que mantém traços da origem judaico-cristão de religiosidade, enaltecendor do punitivismo, do patriarcalismo e da conseguinte heteronormatividade que sustenta essa tradição. Outros sentidos, de outros discursos religiosos, como aqueles da *teologia da libertação*, por exemplo, são deslocados e/ou silenciados.

⁷⁷ “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

⁷⁸ Jair Bolsonaro sempre pertenceu ao que se chamava, ironicamente, de “baixo clero” do Congresso Nacional, formado por políticos sem expressão, projetos ou ideias e que atuavam tal qual os religiosos sem notoriedade durante a Idade Média e parte da Era Moderna, vivendo às margens da Igreja de Roma e de

poder do Estado. Um *discurso fascista de traços religiosos*, que assim aparece numa tentativa de homogeneizar sentidos e sujeitos (ORLANDI, 1996), e, uma vez capturado pelo discurso político de fato, entra em conflito com a própria noção de democracia e seu pluralismo de vozes e sentidos.

Sustentou-se, ao longo deste capítulo, que o *discurso religioso* serve de base e/ou é capturado pelo *discurso neofascista*. Mas por que assim o categorizamos? Há um conjunto de elementos que classificam tal discurso como produtor de sentidos fascistas, que procuram homogeneizar a sociedade, como se viu com os sentidos de “Deus” e “família”, ou que pretendem eliminar os adversários, criminalizar a própria política, marginalizar o diferente – produzir sentidos únicos, em suma. Há uma contradição inerente deste discurso com o preconizado, novamente, pelo artigo 5º da CF/88, principalmente no que se lê nos seguintes incisos:

III - **ninguém será submetido a tortura** nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - **é livre a manifestação do pensamento**, sendo vedado o anonimato;

[...]

VI - **é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos** e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII - **ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política**, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - **é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação**, independentemente de censura ou licença;

[...]

XVI - **todos podem reunir-se pacificamente, sem armas [...]**. *Grifos nossos.*

Ora, todas essas prerrogativas pareciam estar sendo sistematicamente desrespeitadas em nosso tempo histórico. Com um ex-presidente e seu séquito que se afirma(va)m armamentistas para “garantir a liberdade do Brasil”, pois “só um povo armado é um povo livre”⁷⁹; que preconizam e normalizam “fuzilar” o adversário político⁸⁰; que atacam as instituições estabelecidas em nome de um vago patriotismo, um

seus altos cargos. É curioso observar que até esta denominação, muito circulante na mídia política nas eras dos governos democráticos pós-ditadura, revela-se permeada por uma influência eminentemente religiosa.

⁷⁹ Na infame reunião ministerial de abril de 2020, o presidente fez a seguinte afirmação: “Olha como é fácil impor uma ditadura no Brasil. Por isso eu quero que o povo se arme, a garantia de que não vai aparecer um filho da [palavrão de baixo calão] e impor uma ditadura aqui”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/em-trecho-de-video-de-reuniao-bolsonaro-diz-que-quer-que-o-povo-se-arme.htm?cmpid=copiaecola>.

⁸⁰ “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>.

sentido de “pátria” que só funciona para as/os seguidoras/es do ex-presidente⁸¹; dos preconceitos impetrados contra minorias; são todos, em suma, motivos suficientes para classificarmos o conjunto desses enunciados como sendo partes constituintes de um mesmo discurso autoritário e, mais ainda, fascista, pois que funciona à lógica da “linguagem fascista”, como posta por Piovezani (2020)⁸².

Qual é esta lógica? O autor dirá que é a de reduzir tudo que chega aos ouvidos de forma simplista, não permitindo a formulação de qualquer pensamento crítico. A lógica desta linguagem é a de promover usos linguísticos que operem com expressões de escárnio e desprezo, mas também de horror e medo angustiado ante a diferença, que precisa ser repudiada com repulsa e chacota, com ódio, violência e extermínio. É destituir o poder da linguagem de comunicar para redirecioná-la no sentido de despertar um sentimento instintivo de antagonismo permanente e de animosidade tribal. E é dizer todo esse conteúdo como forma de enaltecer, portanto, sua tribo, sua “pátria”; é reafirmar um nacionalismo exacerbado, monolítico e nostálgico, logo ilusório, porque pátria é construção realizada a diário e coletivamente.

Reforçando esta linguagem, os fascistas de hoje espelham-se nos de outrora. Piovezani e Gentile (2020) analisam que Hitler, em seus discursos às massas alemãs, estabelecia e reforçava o que seria sua estreita relação com Deus, como num pronunciamento feito em junho de 1937, no qual afirmou: “A Providência nos conduz, agimos conforme a vontade do Onipotente. Ninguém pode fazer a história dos povos do mundo se não contar com a benção da Providência Divina” (PIOVEZANI, GENTILE, 2020, p. 17). Como se vê, o que para Hitler era a “Providência Divina” abençoando e conduzindo a Alemanha nazista na “história dos povos do mundo”, para os integralistas brasileiros “Deus dirigia o destino dos povos”, o que logo retornaria, para a atualidade em que estamos, como o mote “Deus acima de tudo”. A produção de certo efeito de sentido religioso é, pois, muito caro ao discurso (neo)fascista.

⁸¹ Desde que assumiu a presidência, Jair travava uma guerra explícita com instituições diversas, mas principalmente contra o STF. Nos atos golpistas de 7 de setembro de 2021, era comum ver cartazes padronizados em que se liam: “FORA STF COM BOLSONARO NO PODER”, um claro apelo autoritário. Para ver mais a respeito, sugere-se a leitura da reportagem da *Folha de São Paulo* sobre as consequências do golpismo bolsonarista pós-7 de setembro: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/o-que-foi-o-7-de-setembro-bolsonarista-cientistas-politicos-apontam-intencoes-do-ato-e-suas-consequencias.shtml>.

⁸² Falar-se-á com mais detalhes desta linguagem e de sua semântica e seu funcionamento na seção 5.2 da tese, em que se articulará as contribuições de Piovezani sobre a linguagem fascista à *novilíngua* criada por Orwell, um tipo particular de língua em que contradições lógicas se harmonizam no sentido de sustentar o discurso de um governo totalitário. Tudo isso, claro, para sustentar mitos carregados pela linguagem do *meme*.

O mesmo pode ser dito na análise de Mussolini. Klemperer (2009) faz um relato de quando acompanhou a promoção de um filme pelo Partido Fascista italiano em que se mostrava o pronunciamento do *duce* italiano, com quem Plínio Salgado se encontrara, no aniversário de dez anos do partido no comando da Itália. As impressões do desempenho do orador e da oratória empregada para se endereçar às massas, entende Klemperer (2009), aproximam-no da ritualística religiosa católica, especialmente na forma, ou *espetáculo*, com a tradição simbólica e imagética do Vaticano em que o Papa, em sua varanda acima da Praça de São Pedro, fala às/aos fiéis. Assim é descrita essa cena fílmica cujas “estrelas” são o povo e o líder do fascismo italiano:

Mussolini discursa do alto do balcão do palácio de Nápoles para a multidão espalhada no chão; imagens do povo e grandes imagens do orador se alternam, apresentando as palavras de Mussolini e a aclamação da multidão à qual se dirige. [...] A exaltação do pregador aparece no tom de voz ritual eclesiástico, lançando frases curtas, como fragmentos litúrgicos, diante das quais obtém reações emocionadas de todos, sem qualquer esforço mental, **mesmo que não captem o sentido das palavras, ou justamente por não terem capacidade para captá-lo.** (KLEMPERER, 2009, pp. 384-385). *Grifo nosso.*

Nota-se, assim, que o fascismo se aproxima em conteúdo, mas, principalmente, em forma, de uma *mimesis* da religião, não toda ela, mas aquela mais conservadora e fincada em uma tradição judaico-cristã. Captura-a em seus rituais e reproduz palavras eivadas de sentido para arregimentar multidões. Interpela indivíduos e torna-os sujeitos, dando-lhes sentidos de pertencimento, alimentando-os constantemente na voracidade dos afetos animosos – mas, incapacitado de devolver algo de valor real aos homens, porque destrói até mesmo as bases do capitalismo (as instituições jurídicas, bancárias, industriais etc.) que permitiram seu surgimento, é preciso alimentá-los com e somente de ilusões – de *mitos*.

Um deles, que une tanto à necessidade de pertença dos homens como à utilidade de massas manipuladas por um regime desta natureza, é o mito da nação. O da Alemanha como grande nação que fundava o Terceiro *Reich*; o da Itália como herdeira da glória da Roma Antiga; o da “pátria”, ou o do “Brasil acima de tudo”, como representado pela SD 2.1. Uma vez mais recorrendo a Piovezani (2020, p. 144), percebe-se que esta formulação “constrói o efeito de um grito patriótico que arremata todo o nacionalismo” em um discurso, uma “declaração de amor e o grito de guerra [que dispensam] de concluir seu texto com um argumento. Em seu lugar, vêm vagueza semântica, emoções e frases lapidares, que substituem a elaboração de raciocínios”. Um “grito patriótico”, enfim, que

encarna um ato prototípico da linguagem fascista, construindo uma identidade imaginária junto aos sujeitos interpelados, identidade tão fanática quanto autoritária e antidialógica e, por isso, fechada à pluralidade democrática.

À guisa de conclusão, é de destaque a reflexão feita por Indursky (2019) no que concerne ao discurso fascista do ex-presidente Bolsonaro. É possível observar nele um processo de identificação com uma posição-sujeito fascista, a qual se torna mais evidente, para além dos impropérios anteriormente levantados, na explícita homenagem à ditadura militar e ao torturador Ustra no voto que deu a favor do golpe em Dilma Rousseff, como se explicita na sequência discursiva abaixo:

SD 3 – Pela **família**, pela inocência das crianças na sala de aula, que o PT nunca teve [sic], **contra o comunismo**, pela nossa **liberdade**, **pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra**, o pavor de Dilma Rousseff, pelo **exército** de Caxias, pelas nossas **Forças Armadas**, por um **Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos**, eu voto sim!

Perceba-se, uma vez mais analisando este infame voto, que a memória resgata o lema integralista, exalta o exército e sua ditadura, em seu simulacro de “marcha pela liberdade com Deus pela família”⁸³, e culmina, por fim, no totalitarismo da SD 2 anteriormente explicitada: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Um mito divino, um mito patriótico, mitos proferidos pela boca do próprio “mito”, como os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro o chamam. Mitos que, Freda Indursky (2019) nos relembra, estão na *memória discursiva*: de forma consciente ou não, o *slogan* representado pela SD 2 resgata, pelo interdiscurso, a divisa da Alemanha nazista *Deutschland über alles*, que já vimos que se traduz como “Alemanha acima de tudo”.

⁸³ Pouco antes do Golpe Militar que destituiria o governo de João Goulart, as forças conservadoras nacionais, mais uma vez recorrendo aos sentidos de “Deus” e de “família”, atrelados ao sentido de “liberdade” (para se verem “livres” de um governo dito “comunista”), promoveram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que representou o ato final do governo Jango. Em seu voto, o então deputado Bolsonaro aciona a memória deste dizer para engendrar sentidos contrários a um governo que, de alguma forma, assemelhava-se ao de Dilma Rousseff.

FIGURA 20 – “Alemanha acima de tudo” em propaganda nazista. Fonte: Cavalcanti e Azevedo (2022).



A filiação ao fascismo se verifica, portanto, pela investigação histórica, pela análise discursiva, pela observância dos efeitos de sentidos que são construídos a partir da posição de quem enuncia e das circunstâncias da sua enunciação. É fruto, assim, da análise dos sentidos, muito dos quais são aparentemente oriundos do discurso religioso que engendra sentidos de amparo, quando, em verdade, geram desamparo, visto que se assentam em teologias e leituras estritas da bíblia cristã, por exemplo, que pregam a individualidade e a ideia de um Deus punitivista e desagregador, e que orientam como único amparo possível o fortalecimento do sujeito pela via do capital, e não do desenvolvimento social. Sentidos que se disputam, que se consolidam como hegemônicos, e que são combatidos por quem deles discordam – por quem trata de fazer da paráfrase dominante exercício polissêmico, que neste caso significa mesmo dizer exercício de resistência.

CAPÍTULO IV – NEOFASCISMO E ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Até agora, apontou-se que capitalismo e fascismo ocupam uma relação de proximidade muito imbricada, sendo o sistema social que organiza a humanidade em sua base material a condição para que o fascismo tenha irrompido no início do século XX. Também já se apontou que o fascismo precisa de certas condições para sua emergência, que certamente perpassam a infraestrutura econômica posta pelo capitalismo, mas que, sem a manipulação psicológica e ideológica das massas (REICH, 2001), hodiernamente ocorrida por meio dos discursos digitais e pela religião, o fascismo encontra dificuldades para se manter no poder, visto que, além da propagação de mentiras e mitos, é vazio de conteúdo ideológico.

É por isso que o controle dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) é tão importante para que a *propaganda* fascista tenha penetração nas massas na sociedade de consumo, especialmente no contexto de um mundo em que a comunidade global interligada de quase oito bilhões de habitantes *consome* informação e entretenimento. Assim, neste capítulo se reconhece como a *indústria cultural*⁸⁴ (ADORNO, 2020), compreendida como um AIE, tem papel fundamental na sustentação e circulação de discursos que promovem o neofascismo, ou, ainda, que lhe servem de substrato. É o que se analisará a partir da linguagem de “Tropa de Elite”, um filme brasileiro de muito sucesso de público e crítica que coloca certas expressões e estéticas fascistas que se tornaram populares. Observar-se-á que a violência retratada na obra foi aplaudida e reproduzida antes mesmo de que se houvesse tempo para digerir qualquer crítica que o filme pretendia promover.

Tal discussão tem a ver com o fato de que vivemos, como afiança Debord (1997), em uma *sociedade do espetáculo*, que reproduz *imagens* e as torna *espetáculos*, sem que consigamos compreender o que essas *imagens* representam, de onde surgem e para o que apontam. As *imagens* debordianas serão analisadas à luz da profusão de *memes* nas redes sociais, os quais geralmente provocam riso e diversão, calcando-se em puro hedonismo, entorpecendo as massas de trabalhadoras/es, “entupindo-as/os” com *imagens* e conteúdos a servirem de entretenimento enquanto o mundo capitalista segue seu destino de exploração e desumanização.

⁸⁴ Conforme Adorno (2020), a indústria cultural possui padrões que se repetem com a intenção de formar uma estética ou percepção comum voltada ao consumismo.

Como já apontando nas análises anteriores, muitos *memes* que compõem o discurso neofascista digital carregam no deboche e no conteúdo misógino ou xenófobo para fazer valer seu caráter de ironia e diversionismo. Como é próprio do *meme*, apontaremos, ademais, que esta linguagem debochada e reativa passa, inclusive, a interpenetrar *formações discursivas* outras que não a fascista, até mesmo as de sujeitos que se identificam com posições liberais e progressistas no espectro político, mas que, ao utilizar o *meme* como argumento – cuja natureza disruptiva não raro se inclina ao deboche violento e/ou preconceituoso –, desliza sentidos aparentemente encontrados na *formação discursiva fascista* para a “*formação discursiva antifascista*”, por assim dizer.

Comprovar-se-á que isso é devido ao fato de que as *formações discursivas* são heterogêneas e que suas fronteiras são instáveis, porosas (COURTINE, 2016), deslocando-se e trocando elementos de saber com FDs que lhes são alheias, reproduzindo um elemento ou um segmento de uma formação na outra que lhe é aparentemente oposta. Demonstraremos, enfim, um exemplo dessa reconfiguração de *formações discursivas* no subitem 4.1.1 em que se mostram alguns caminhos argumentativos para a exaltação do masculino em *memes*, tomando-se como objeto de análise um *meme* supostamente antifascista que termina, ele mesmo, provando-se de certo modo em comunhão com o ideário fascista de exaltação do masculino, um papel de gênero fundamental para fincar o modelo societário patriarcal, base do fascismo.

4.1 A linguagem de “Tropa de Elite”: substrato do neofascismo brasileiro pré-digital

Em 2007, o Brasil vivia a era Lula que, como vimos, ao mesmo tempo em que assentava a existência de uma sociedade de massas dirigida de consumo – uma das bases para a emergência histórica do fascismo (KONDER, 2009) –, via crescer a violência⁸⁵, que sempre nos marcou enquanto sociedade. O paradoxo não fora criado por aquele governo, mas pela própria história: apesar do avanço material representado pelo lulismo, o Brasil não havia se desvencilhado do fosso social que separava as classes, raiz de muitas

⁸⁵ De acordo com o IBGE, o PIB registrado em 2007 foi de 6,1% de crescimento econômico, o que representava mais de R\$ 2,7 trilhões. Houve um crescimento de 8,4% no setor de comércio, impulsionado pelo consumo das famílias, que havia tido acréscimo de 5,4% da massa salarial real. No mesmo período, o Atlas da Violência do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) registrou uma taxa de 26,2 homicídios a cada 100 mil habitantes, um número que se mantinha estável desde o início da Era Lula (em 2003, a taxa era de 29,14 homicídios, caindo para as casas decimais de 26 nos anos subsequentes). A partir de 2007, o Ipea registra um aumento vertiginoso dos homicídios no país, inicialmente saltando para 27,80 no início da década de 2010 e concluindo o ciclo, até a eleição de Bolsonaro, a uma taxa de 31,59 homicídios a cada 100 mil habitantes no Brasil – um aumento, na década de 2007-2017, de 5,39 mortes neste indicador.

mazelas, dentre elas a violência e a criminalidade. Tal desigualdade social estratificou a sociedade de forma que, apinhados em senzalas, em cortiços e, agora, em favelas, naturalizou-se a desumanização de muitas/os brasileiras/os, especialmente as/os negra/os, que, sempre marginalizadas/os, sofriam as consequências de um passado não muito longínquo de humilhações, tortura e morte. Fala-se, claro, da herança escravocrata brasileira, que se continua na contemporaneidade, ainda que sob novas formas.

Em outubro daquele ano, “Tropa de Elite”, filme dirigido por José Padilha, era lançado nos cinemas do país, obtendo enorme sucesso, com mais de 2,5 milhões de telespectadoras/es nos cinemas e uma grande “pré-estreia” sido realizada nas TVs de todo o país, com a disseminação de DVDs “piratas”⁸⁶ do filme. “Tropa” já era, assim, um fenômeno de entretenimento muito antes de seu lançamento oficial. Na obra, retratam-se as incursões de um grupamento especial da Polícia Militar em favelas do Rio de Janeiro, o BOPE (Batalhão de Operações Especiais), um braço repressivo do Estado, mais bem treinado e armado, designado para lidar com a guerra urbana que se trava nas vielas cariocas, em que cidadãs/ãos comuns se veem envolvidas/os no impasse em que, de um lado, está a barbárie policial e, de outro, a retaliação de traficantes de drogas nas comunidades.

Anteriormente a “Tropa”, Padilha havia feito um interessante trabalho com o documentário “Ônibus 174”, que também analisa a violência brasileira sintetizada no Rio. O documentário acompanha a vida de Sandro do Nascimento, um homem negro que se tornou sequestrador do famigerado ônibus, mantendo os passageiros como reféns sob a mira de uma arma por longas horas. Na sequência de fatos narrados da vida de Sandro, conta-se como sua mãe foi decapitada na sua frente ainda criança e como, a partir daí, sem família, o garoto passa a viver nas ruas, sendo um dos sobreviventes da Chacina da Candelária em 1993, um massacre realizado por ex-soldados e policiais da ativa que assassinou covardemente oito meninos e adolescentes que dormiam em frente à igreja de mesmo nome, no centro do Rio (MEMÓRIA GLOBO, 2022). A partir disso, Sandro passa a ter uma vida ainda mais conturbada, vivendo de pequenos furtos e roubos, passando por casas de detenção para jovens, como a antiga FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), até que, uma vez solto e já praticando novos pequenos delitos, realiza o

⁸⁶ Estima-se que, antes mesmo da estreia oficial, em 12 de outubro de 2007, mais de 11 milhões de pessoas haviam assistido à obra de Padilha em mídias piratas de DVD (MEDIUM/IBOPE, 2018). O impacto e a popularidade do filme se confirmaram três anos depois, quando “Tropa de Elite 2” atingiu o recorde histórico de bilheteria para um filme no país, havendo arrecadado R\$ 102,6 milhões, somente batido pela comédia do falecido Paulo Gustavo, “Minha Mãe é uma Peça 3”, que arrecadou R\$ 143,8 milhões em 2019.

sequestro do ônibus de forma intempestiva. O desfecho do documentário se dá com o tiro de um policial no sequestrador, que, imobilizado e alvejado, mas ainda vivo, é estrangulado no carro da Polícia Militar⁸⁷, o que leva à sua morte.

A reflexão das causas e consequências da violência brasileira feita no documentário “Ônibus 174”, de 2002, é em grande parte desconsiderada em “Tropa de Elite”, lançado cinco anos depois. Há estágios de reflexão superficial sobre a violência policial e uma aparente crítica a ela; no entanto, os recortes de classe apresentados pela obra cinematográfica não permitem uma leitura mais ampla e adequada da problemática, assim como a obra anterior de Padilha logrou fazer.

Este problema narrativo se dá pela escolha do sujeito retratado, que faz o relato dos fatos do filme de maneira onisciente e onipresente: o Capitão Nascimento (que comunga do mesmo sobrenome de Sandro do Nascimento, o sujeito analisado em “Ônibus 174”), interpretado por Wagner Moura. Ele é um homem heterossexual, branco e de classe média, cuja ética é mostrada como “incorrutível” num sistema em que a corporação policial por inteira está, como a política, carcomida pela corrupção. Ele também se distingue dos demais policiais porque, por fazer parte do BOPE, tem em si um *ethos* de “justiçamento” e inabalável compromisso que já o mostra incapaz de se degenerar com o dinheiro fácil e sujo oriundo do crime organizado.

A imagem construída do Capitão Nascimento e a projeção de sua posição social na sociedade de classes brasileira irá normalizar muitos de seus brutais atos de violência no filme. Concomitantemente à sua truculência, há a tentativa de humanizar a figura do Capitão, que sofre de problemas conjugais exatamente porque não se corrompe. Essa escolha moral o faz ter uma vida profissional muito difícil de ser conciliada com a vida pessoal, o que caracteriza a personagem como heroica e de certa forma “ética”, já que a “missão” dada a Nascimento – desmantelar a ação de traficantes – se sobressai à sua própria vida familiar.

Muito da estética, das cenas e das falas de “Tropa de Elite” passam a formar parte do imaginário e do vernáculo brasileiro a partir de então. O sucesso do filme foi tanto que sua música-tema, interpretada pela banda de *rock* Tihuana, até hoje é utilizada como

⁸⁷ Vê-se que essa prática de estrangulamento e/ou sufocamento no “camburão” ainda se verifica no Brasil, como no infame episódio de 26 de maio de 2022, em que o sergipano Genivaldo Santos foi morto por sufocamento na traseira de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal, fumigada com gás lacrimogênio e *spray* de pimenta.

referência na televisão, nas mídias digitais e mesmo em eventos sociais distintos⁸⁸. Nela, entoam-se os seguintes versos: “Tropa de Elite/ Osso duro de roer/ Pega um, pega geral/ Também vai pegar você!”. A mensagem é a de que os “homens de preto”, de boina e de símbolo de caveira (compondo, assim, a vestimenta dos policiais do BOPE), são temidos quando chegam a algum lugar, porque “pegar”, aqui, é sinônimo de morte.

Essa estética, que se comunica com a observada na memética bolsonarista de 2018 em diante, já guarda resquícios de um lugar extralegal da polícia brasileira. É interessante observar o desliz de sentidos que constituem a “tropa de elite” retratada no filme: com traços de inspiração que remontam aos Esquadrões da Morte⁸⁹, a distinção dada à tropa de policiais de um grupo pequeno, alcunhando-lhes como “elite”, dá-lhes chancela para atuar com liberdade nas favelas sob a insígnia da caveira⁹⁰. Seu nome oficial, “BOPE”, diferentemente de “Esquadrão da Morte”, pode desfrutar da condição de legalidade e, assim, receber verbas oficiais para o treinamento de seu time de policiais, muitos dos quais executam cidadãos/cidadãos na mesma proporção⁹¹ em que atraem atenção pela espetacularização de suas operações de invasão das favelas do Rio de Janeiro.

Retornemos, contudo, ao filme, observando quão raso é o discurso do Capitão Nascimento em suas pretensas observações sociais. Vivendo sob grande estresse e ocupando o papel de justiceiro, Nascimento fala ao longo de sua narrativa levandades como “quando eu vejo passeata contra violência, parceiro, eu tenho vontade de sair metendo porrada [sic]” ou “Se o BOPE tratasse político corrupto como trata traficante, o Brasil seria um país melhor” (TROPA DE ELITE, 2007). Vê-se, assim, que o protagonista de “Tropa de Elite” deu vocabulário e forma a um sentimento crescente na sociedade brasileira, que via a violência ser aumentada a níveis alarmantes com o

⁸⁸ O ex-capitão do BOPE Rodrigo Pimentel, inspiração para o Capitão Nascimento e autor do livro em que se baseou o filme, “Elite da tropa”, utiliza a música em palestras motivacionais, como propaganda em seu *website*: <https://www.palestraspimentel.com/palestra-motivacional-para-empresas/>.

⁸⁹ Organizações paramilitares surgidas no Rio no final da década de 1950 que executava pessoas consideradas bandidas com métodos cruéis. Também eram aliados ao jogo do bicho, à prostituição e a outras formas de obtenção de lucro por via ilegal. Seu símbolo era uma caveira com olhos vermelhos e fêmures cruzados. Espalharam-se por todo o Brasil em 1960, por vezes com a anuência da ditadura militar.

⁹⁰ Também aqui tem-se uma proximidade com o fascismo, dessa vez o clássico: o grupamento subordinado à SS nazista, o esquadrão da morte *Einstazgruppen*, igualmente utilizava uma caveira como símbolo.

⁹¹ De acordo com a *Folha de S. Paulo*, em 10 de novembro de 2007, época de lançamento do filme aqui analisado, o BOPE do Rio havia assassinado 38 pessoas contra 45 que havia prendido, o que gera a medida de 5 assassinatos a cada 6 prisões. Somente 10% de policiais haviam sido punidos por desvio de conduta até então. No Brasil de 2022, o BOPE atuou em uma operação que resultou na maior chacina policial já registrada no país: 28 pessoas foram assassinadas e 6 ficaram feridas. A população fez um memorial em homenagem às vítimas que, posteriormente, foi destruído pela PM, que alegou que o monumento era “ilegal” e “fazia apologia ao tráfico de drogas”. Perguntado sobre esta operação, o ex-presidente Bolsonaro replicou ao jornalista: “Você que se solidarize com essas pessoas, tá ok?”. A única morte por ele lamentada foi a do cabo da PM Bruno de Paula Costa.

crescimento demográfico e o adensamento urbano e, em concomitância, era exposta à campanha midiática “contra a corrupção”, simbolizada pelo “mensalão”⁹².

Além de Nascimento, o filme também retrata um recém-chegado à polícia, o estudante de Direito André Mathias, um homem negro que, nas palavras do Capitão, vai se tornando um “verdadeiro policial” quando passa a se desumanizar. Apenas quando ele perde um amigo para “burgueses safados” e “maconheiros filhos da [*palavra de baixo calão*]” é que Nascimento o considera preparado para virar um policial do BOPE: “O Mathias não estava só vingando a morte de um amigo; ele tava [sic] se transformando num policial de verdade” (TROPA DE ELITE, 2007).

Mathias é retratado como um homem cujos conflitos internos o leva a ser um policial torturador. Isso termina sendo enaltecido pelo público, que se identifica com a figura do homem comum que, inicialmente com o ideal de transformar a sociedade para melhor, vê-se esmagado ante os estereótipos de burgueses nas universidades e criminosos nas favelas, e, exatamente por isso, constrói seu *ethos* à maneira de seu mentor, o Capitão Nascimento, uma figura paternal que o acolhe em meio a tanta corrupção moral.

Todo o fascismo emanado por “Tropa de Elite” era desconsiderado como tal porque o filme estava ambigualmente enaltecendo e criticando a postura desses policiais. Liderando uma fictícia tropa de policiais honestos, Nascimento entende que sua retidão em não se deixar corromper é o aval que precisa para justificar qualquer barbaridade que venha a cometer, já que ele está empenhado em acabar com o tráfico. Não há na trama qualquer sinal de respeito à democracia, ao Estado de Direito, ao ônus da prova. O “pessoal dos direitos humanos” vira piada retratada por uma ONG promíscua; o único debate representado no filme se assenta no estereótipo dos “bem-nascidos emacanhados”, nos ricos “com consciência social”. Se a intenção do filme era mostrar a visão distorcida dos policiais e como ela os guiava à brutalidade fascista com a qual agiam, “Tropa” foi socialmente lido, no entanto, como um filme de ação cujos sentidos diziam que a universidade era lugar de baderna, que a política era toda ela corrupta e que “direitos humanos” só serviam para atrapalhar os “humanos direitos” no Brasil.

Talvez um dos pontos mais importantes de um fascismo que se manifestava em “Tropa” já era o enquadramento desta “classe média com consciência social” como

⁹² Nome dado pela mídia tradicional (principalmente a *Globo*, cujo braço cinematográfico, *Globo Filmes*, está envolvido na produção de “Tropa de Elite”) ao envolvimento de congressistas com o recebimento de propina mensal para votar a favor dos projetos do governo Lula na Câmara dos Deputados. Em 2022, escândalo de maior dimensão passou a ser nomeado de “orçamento secreto” ou “paralelo” e, aparentemente, deixou de ser propina por fazer parte do regimento da Câmara, no que se chamou de “Emendas do Relator”.

hipócrita. Como vimos na subseção 2.3.2, esta crítica foi feita à Madonna e a seu potencial público, a classe média brasileira que participou do “#EleNão”. O filme pretende ser um espelho de cidadãos/ãos reais, mas termina por ser raso nessa representação; assim, a “classe média com consciência social” é apresentada como uma das vilãs da obra. Os jovens desse estrato social, que são uma espécie de elite cultural do país, participam de ONGs e eventualmente usam drogas, como a maconha, para se divertir. No filme, a polícia só serve para atrapalhar a diversão deles. Não há a discussão, por exemplo, de que um grupo muito mais amplo é quem, de fato, alimenta o tráfico de drogas.

Porque o filme representa estes jovens “maconheiros” e “ongueiros” como “defensores de bandidos”, acionam-se ao menos dois dos sentidos fascistas por nós já elencados: o do *anti-intelectualismo*, que recusa entender, pela via intelectual e científica, o problema da violência no Brasil, dentre os quais o tráfico fazendo parte de sua órbita, e o da *irrealidade*, justamente porque há uma distorção da realidade mostrada. Por esta razão, afiançamos como perigosa a precipitação de concluir que aqueles que têm consciência social e participam de ONGs são os grandes culpados de problemas complexos. Mais grave é mostrar, como no filme, que existe uma relação harmoniosa entre o tráfico e as ONGs. Parece-nos razoável (e muito pesaroso) o argumento apresentado pelo filme de que fazer algo em favelas ocupadas por traficantes sem a sua autorização é algo muito difícil. Mas isso está longe de ser uma amizade profunda entre esses segmentos, como quis crer a obra.

A contribuição de uma obra audiovisual num processo de tendência de fascistização da sociedade, processo esse que se reflete em sua própria produção cultural, foi tema de controvérsia entre a crítica do período. Enquanto a revista *Veja*, com seu escancarado viés conservador, celebrava o que entendia como o fim da “bandidagem mitificada”⁹³ no cinema nacional, outros veículos e sujeitos já captavam a essência fascista de “Tropa”. Por exemplo, o renomado crítico cinematográfico Jay Weissberg (2008) escreveu o seguinte na *Variety* (considerada a “bíblia do cinema internacional”):

A força policial brasileira é elevada a um patamar de heróis ao estilo Rambo em uma monótona celebração da violência, num filme de recrutamento para fascistas brutamontes. [...] o narrador onipresente, em vez de aumentar a

⁹³ O neofascismo de *Veja* se dá nesses termos: “[...] o cinema brasileiro ‘fechou’ com os bandidos. Ele os prefere por razões que vão de hábitos criativos à ideologia e às circunstâncias históricas do Brasil – remotas e presentes. [...] a maioria dos cineastas brasileiros [...] mitiga sempre a opção pelo crime em face da pobreza e ‘alivia’ o bandido mesmo quando não haveria o que ‘aliviar’. O impacto de *Tropa de Elite* mostra com clareza que o cinema nacional precisa de uma nova sociologia. [...] A plateia sabe que escolher entre uma polícia corrupta e uma polícia violenta não é escolha. Mas dá sinais de que não quer mais ver a bandidagem mitificada”.

identificação do público com o personagem, aliena o espectador inteligente [...]. Por um lado, “Tropa de Elite” é um retrato honesto da violência nas favelas do Rio de Janeiro e a desenfreada corrupção oficial que a sustenta. Mas a obra apresenta sua tese celebrando policiais psicopatas e ridicularizando qualquer tentativa de ativismo social, ou mesmo de demonstração de emoções. As acusações de fascismo por críticos de cinema não são meramente reações de liberais, mas uma declaração incontestável da verdade. (*Tradução nossa*).

Também o cineasta Kleber Mendonça Filho, à época atuando como crítico de cinema, analisava, atônito, a captura fílmica da fascistização brasileira:

Tropa de Elite (Brasil, 2007), de José Padilha, **não é mais um filme, mas um indício, uma acusação, um fenômeno social e cultural inédito. Esta locomotiva atropelou o país a 200 por hora com seu vigor incontrolável, espalhando-se como um vírus desejado por todas as classes sociais antes mesmo de chegar aos cinemas. [...] em Tropa de Elite, nosso guia (Capitão Nascimento) anda armado, abomina prostitutas, clínicas de aborto e maconheiros. Ele é também o instrumento de tortura e morte, um pai de família que o filme tenta ao máximo transforma em figura 3D, e herói pós-moderno perfeito para uma realidade que estampa vítima brancas da insegurança no Brasil nas primeiras páginas dos jornais e as sete ou oito vítimas pretas de quaisquer cidades nas partes inferiores das páginas internas dos mesmos jornais.** Difícil não enxergar Nascimento como um representante do acado do país (também conhecida genericamente como “classe média”, nós) que, antes de pensar em educação e saúde como planos sociais a longo prazo, desejam o extermínio com espingarda 12 a curto prazo. (JORNAL DO COMMERIO, 2007). *Grifos nossos*.

Parece cômico que o retrato da classe média assustada e apologética da tortura, tão bem descrito por Kleber Mendonça Filho acima, ganhe materialidade significativa na capa de *Veja* três anos mais tarde, quando do lançamento da sequência do filme. O Capitão Nascimento é, inclusive, nomeado como “super-herói” brasileiro. Essas nomeações pueris e desejosas de salvadores da pátria vão, ao fim e ao cabo, como já demonstramos no mestrado, engendrar a sustentação ideológica do discurso neofascista, cristalizando o sentido de “mito” de Bolsonaro. Um sentido, saliente-se, irracional e descolado da realidade, mas que exatamente por isso funciona, calcando-se em um fanatismo fervoroso para resolver problemas complexos, ainda que apenas solucionados imaginariamente.



FIGURA 21 – Capa de *Veja* em 2010, edição 3.190. Lê-se: “Ele é incorruptível, implacável com bandidos e espanca políticos degenerados. O PRIMEIRO SUPER-HERÓI BRASILEIRO. Que recado estão mandando os milhões de brasileiros que viram e aplaudiram o filme?” Fonte: *Veja*.

O conservadorismo, a psicopatia e o fascismo aos quais aludem os críticos são mais perceptíveis nos bordões do filme, que fizeram com que as ruas do Rio de Janeiro se transformassem no tambor e na vitrine nacionais da violência urbana glamourizada. Cânticos de treinamento do BOPE, como no caso de “Homem de preto, qual é sua missão? Entrar pela favela e deixar corpo no chão!”, eram entoados; métodos de tortura eram aplaudidos nas salas de cinema, como na sequência em que um empalamento se segue de tapas e da ordem de “botar ele [sic] no saco”, uma referência à prática do Capitão Nascimento de introduzir objetos por via anal e de sufocar suas vítimas para que, assim, elas lhe dessem informações a serem usadas nas operações policiais que liderava.

Não se deixariam de mencionar as famigeradas frases “bota na conta do Papa”, usada para se referir a uma execução sumária de um bandido, e o bordão “Pede pra [sic] sair!”, falados a candidatos do BOPE (todos do gênero masculino, diga-se de passagem) que não obtinham sucesso durante o treinamento cruel e desumano pelo qual passavam. A já famosa fórmula linguística do “pede pra sair”, até hoje muito viva no imaginário popular, diz respeito à seguinte cena, aqui transcrita:

QUADRO 1 – Transcrição de cena de “Tropa de Elite”. Treinamento-tortura no BOPE.

CAPITÃO NASCIMENTO: Você acha que aqui ninguém sabe que você recebe dinheiro do tráfico? Você acha que aqui ninguém sabe que você recebe dinheiro do jogo do bicho? O senhor sabe por que o número do senhor é zero-um? É porque o senhor vai ser o primeiro a desistir. E eu [cuspe no rosto] vou fazer o senhor desistir. *Pede pra sair!* [tapa no rosto].

ALUNO ZERO-UM: Não, senhor!

CAPITÃO NASCIMENTO: *Pede pra sair!* [tapa no rosto].

ALUNO ZERO-UM: Não, senhor!

CAPITÃO NASCIMENTO: *Pede pra sair!* [tapa no rosto].

ALUNO ZERO-UM: Não, senhor!

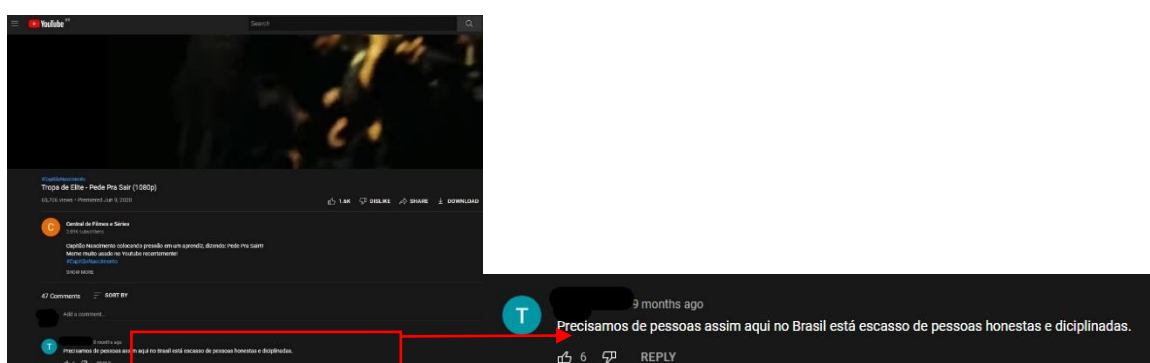
CAPITÃO NASCIMENTO: Senão, você vai sair debaixo de porrada! [tapa no rosto].

ALUNO ZERO-UM: Eu desisto! Eu desisto!

CAPITÃO NASCIMENTO: Zero-um desistiu. [urros de alegria da turma e dos instrutores].

Essa formulação linguística engendra sentidos alinhados ao conservadorismo que ignoram a selvageria do treinamento humilhante que o BOPE submete a seus aspirantes, como retratado no filme. Esse sentido passa a ser compartilhado socialmente como solução de problemas do Brasil; é o que nos diz, por exemplo, este comentário retirado do *YouTube* num canal que mostra a cena acima transcrita já em seu formato de *meme*, uma vez que é replicada como um pequeno trecho para a diversão das/os internautas. No comentário, lê-se: “Precisamos de pessoas assim [sic] aqui no Brasil está escasso de pessoas honestas e disciplinadas”.

FIGURA 22 – Comentário na plataforma de vídeos *YouTube* elogiosa ao bordão “pede pra sair”.



Perceba-se como não somente a fórmula “pede pra sair” vai adentrando o vocabulário fascista, mas a própria nomeação de pessoas por meio de *números* também segue este caminho: “Zero-Um” é o nome dado ao aluno que “vai ser o primeiro a desistir”, “apagando-se” seu nome oficial. As pessoas são, portanto, desumanizadas a ponto de se transformarem em números. E aqui também se estabelece um claro paralelo entre o que a produção cinematográfica colocou como espetáculo perante o público, uma sessão de sofrimento causado por tortura física e psicológica, e o fato de o eleitorado brasileiro ter admitido com naturalidade o modo de Jair Bolsonaro de se referir aos seus filhos como “Zero-Um”, “Zero-Dois”, “Zero-Três”, “Zero-Quatro” e “fraquejada”, como denominou o que aconteceu ao ter uma filha mulher⁹⁴.

O machismo patente, tanto em Bolsonaro quanto em quaisquer fascismos, não somente se expressa pela violência de gênero. Porque o fascismo é misógino, ele também o é necessariamente homofóbico. Vejamos outro exemplo da influência da linguagem

⁹⁴ “Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”, disse o então deputado em 2017, na Hebraica, no Rio de Janeiro.

pernóstica de “Tropa de Elite”, que circula entre os brasileiros e que se epitomiza, também, no ex-presidente:

QUADRO 2 – Transcrição de cena de “Tropa de Elite”. Interrogatório.

CAPITÃO NASCIMENTO: Bota a cara aí. Tá vendo isso aqui? Tá vendo esse buraco aqui? Quem matou esse cara aqui? Quem matou esse cara? NÃO IDENTIFICADO: Sei não senhor. Eu não vi. CAPITÃO NASCIMENTO: Você não viu?! Você viu. Quem matou? Pode falar! Fala! Fala! [tapas no rosto] NÃO IDENTIFICADO: Foi um de vocês! CAPITÃO NASCIMENTO: Um de vocês um caralho! Quem matou esse cara aqui foi você. <i>Seu viado</i>. É você que financia essa merda aqui. Seu maconheiro. Seu merda. A gente vem aqui pra desfazer a merda que você faz. É você que financia essa merda. <i>Seu viado</i>.
--

O uso da agressividade física e verbal como maneira de se obter informações vem acompanhado de julgamentos de valores morais: o “merecedor” de tapas no rosto tem desvios indeléveis, como ser “maconheiro” e, não obstante, ser “viado”. O *ethos* da masculinidade branca é a fedentina que caracteriza um dos muitos caracteres fascistas de “Tropa de Elite”.

Olhando em retrospecto, à época, viu-se um Brasil em êxtase com um filme tecnicamente bem executado. Contudo, tendo em vista, sobretudo, o contexto político brasileiro atual, vê-se que o que se aplaudia em 2007, cristalizando-se na imagem quase santificada do Capitão Nascimento, descontrói-se numa análise mais apurada da personagem: um “salvador da pátria” com ações moralmente questionáveis, cujos valores sobre a vida humana são completamente abjetos e distorcidos. É preciso observar, no entanto, o que o próprio Capitão enuncia: “Para a sociedade, o policial que mata ladrão é herói” (TROPA DE ELITE 2, 2010), o que demonstra uma receptividade social desses valores e o que já sinalizava para a emergência de um neofascismo brasileiro.

De fato, a fragilidade com que se trata a vida humana parece ser uma de nossas constantes no Brasil, sempre à procura de um líder autoritário que nos salvará da barbárie que ele mesmo engendra ou da qual participa. E, novamente, há um acionamento do sentido do discurso neofascista de *lei e ordem* enunciado por Jason Stanley (2020): “eles”, os bandidos, os criminosos, os “comunistas”, os “maconheiros” e os “viados”, são merecedores da tortura e da morte; “nós”, não. Por isso que o discurso de “Tropa de Elite”, espetacularizado como um filme de ação com pouco espaço para a reflexão social, funcionou tão bem na disseminação neofascista de violência radical pragmática.

Constata-se, dessa maneira, que muitos dos sentidos veiculados – e socialmente aclamados – por “Tropa de Elite” já iriam fornecer o substrato da eleição de 2018. O

extermínio cinematográfico representa uma narrativa vitoriosa, a do vale-tudo contra o crime nos guetos e periferias, e a de que a violência precisa ser tratada com mais violência, como ansiava o candidato tornado presidente. A truculência deste senhor, disfarçada em discurso de *lei e ordem*, não se inaugura com ele, portanto; é por meio da análise da sociedade, de seus discursos e de seus produtos culturais (ADORNO, 2020), como a que aqui fazemos com “Tropa de Elite”, que se percebe a relação social sendo tecida e os sentidos que constituem as teias dessas relações. Como aponta o jornalista Aydano Motta (2018),

Desde sua formação, a sociedade brasileira carrega a violência no DNA. Terreno fértil, daqueles em que se plantando tudo dá, para pavimentar aventuras autoritárias, camufladas sob discurso do combate aos criminosos – bandidos, no dialeto dos estetas da ideologia –, o Brasil estava madurinho para se jogar num projeto político com a intolerância como alicerce. Já que missão dada é missão cumprida, está aí o resultado.

É interessante observar que muitos símbolos de um fascismo manifesto em “Tropa” passaram a se amalgamar nos *memes* pró-Bolsonaro. Por exemplo, durante a campanha de 2018, e já posteriormente ao evento da do atentando à faca que providencialmente impediu o candidato Bolsonaro de comparecer a todos os debates presidenciais na televisão, circulava a seguinte montagem com sua figura mesclada ao pôster da sequência de “Tropa de Elite”. É notória, também, a escolha vocabular, que substitui parafrasticamente “faca na caveira”, um mote do BOPE, por “faca na esquerda”, desejando a morte (simbólica? concreta?) da esquerda brasileira, mormente o PT.

FIGURAS 23a e 23b – Pôster de “Tropa de Elite 2” e *meme* em que se mostra uma montagem com a imagem de Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018. Fontes: Zazen Produções e *Bolsonaro Mito*.



Os sentidos de “justiçamento” de “Tropa” começam a se replicar com efeitos pernósticos no Brasil, tornados mais evidentes com o uso das redes sociais. Tome-se

como exemplo os emblemáticos casos ocorridos no país em 2014 e em 2017, abaixo representados nas figuras 24a, 24b e 24c.

FIGURA 24a – Menor preso a poste.
Fonte: *G1*.



FIGURA 24b – “Aplicação do castigo do açoite”, obra de Jean-Baptiste Debret que retrata um escravo preso a um tronco, nu e flagelado.
Fonte: *Acervo do Museu Castro Maya*.

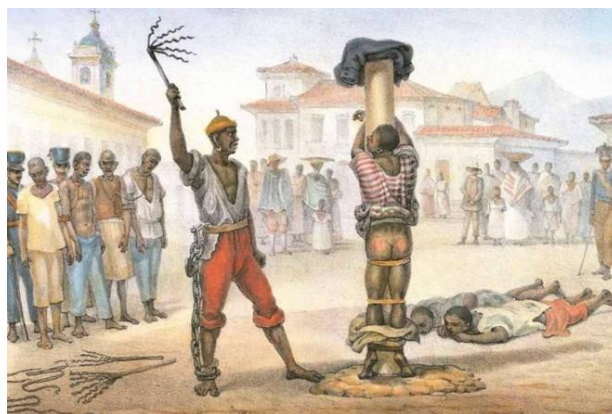
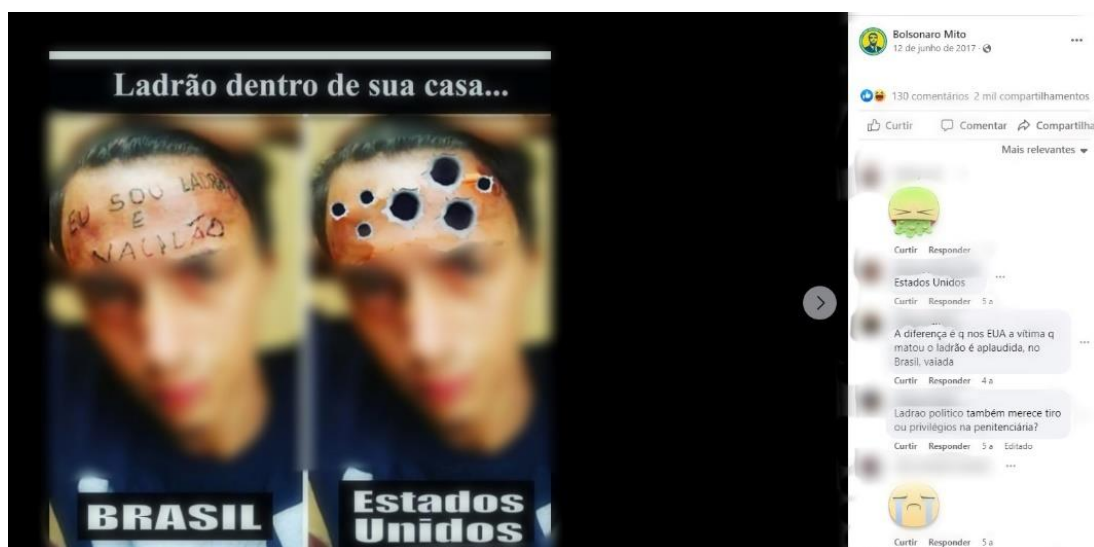


FIGURA 24c – Post no Facebook que discute o caso de rapaz tatuado à força. Fonte: *Bolsonaro Mito*.



O primeiro caso ocorreu no Rio de Janeiro e diz respeito a um menor de idade, usuário de drogas, que praticou um furto no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro, e foi espancado e detido por três homens mascarados em uma moto, uma ação que simula as táticas dos Esquadrões da Morte da década de 1960. Despido de suas roupas e preso a um poste com uma tranca de bicicleta, este episódio também remonta às práticas coloniais em que escravos/os eram torturados/os e humilhados/os em praças e logradouros públicos, amarrados/os a estruturas similares aos postes de iluminação modernos.

O segundo caso diz respeito a outro jovem, também usuário de drogas, que supostamente tentou furtar uma bicicleta de seus vizinhos em 2017, na cidade de São Bernardo do Campo, apenas para ser pego e ter sua testa tatuada à força com os dizeres “eu sou ladrão e vacilão”. Um vídeo que mostrava a pele ainda com sinais de sangramento da sessão de tortura-tatuagem foi exibido pelos seus algozes nas redes sociais, causando um debate sobre os limites de ação de “justiçamento” pelos que sofrem algum tipo de violência, mas também levando à adesão do sentido de fazer justiça com as próprias mãos, o que justificaria, assim, a barbárie impetrada. É o que se constata pela postagem da página *Bolsonaro Mito*, em que se incita não apenas a violência cometida, mas a ampla, levando a entender que o ladrão foi pouco castigado, merecedor de ser alvejado com tiros, como nos Estados Unidos. Muitos usuários reforçam esse sentido, afirmando que “a diferença é q nos EUA a vítima q matou o ladrão é aplaudida, no Brasil, vaiada [sic]” e “Ladrao politico também merece tiro ou privilégios na penitenciária? [sic]”.

Essas demonstrações de apreço à violência via “justiçamento” parecem comungar do que “Tropa de Elite” havia nos apresentado anos antes. A ótica do jovem infrator, como a do Sandro do Nascimento retratado em “Ônibus 174”, é superposta pela do policial militar torturador, e as pessoas passam a se identificar com esta figura, especialmente num contexto de violência que, como se viu, só havia aumentado no Brasil.

O espetáculo representado por “Tropa de Elite” repercutiu particularmente entre os jovens dos subúrbios brasileiros, mas de maneira peculiar. Dentro das periferias que consumiram o DVD “pirata” do filme, a história pôde ser lida sob esta ótica de julgamentos ilegais como totem de poder. Se o protagonista do filme ordena execuções de moradores da favela porque acha que estão envolvidos no tráfico e organiza sessões de tortura em busca de informações sobre traficantes, muitos dos consumidores do filme se identificaram não com as vítimas, mas com o algoz: o Capitão Nascimento vira, assim, um ícone, uma espécie de personificação de poder pessoal e liberdade. Seus valores e sua ética própria, fascistas em essência, serão compartilhados por jovens periféricos, muitos dos quais sofrem carências e violências cotidianas, como nos apontam os estudos conduzidos por Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco (2017).

As autoras realizaram pesquisas de cunho antropológico na periferia de Porto Alegre, mais especificamente no Morro da Cruz, uma das maiores comunidades carentes da cidade. As pesquisas se iniciaram em 2009 com o intuito de entender as temáticas de consumo e política entre as/os jovens. Pinheiro-Machado e Scalco inicialmente se debruçam sobre a relação destes adolescentes com símbolos de consumo, momento que

atinge seu ápice com os movimentos conhecidos como “rolêzinhos”, nos quais jovens periféricas/os usavam roupas e acessórios de marca para passear em *shopping centers* de classe média alta com grupos de amigas e amigos. Muitas vezes, elas/es eram barradas/os na porta de entrada desses estabelecimentos, que as/os enxergavam como pobres e, portanto, perigosas/os.

Com os eventos pós-junho de 2013, as pesquisadoras começam a identificar um forte indício de politização de jovens engajadas/os em movimentos negros, coletivos LGBTQIAP+ e de protagonismo feminino, principalmente após as ocupações nas escolas públicas por movimentos estudantis, que demandavam melhores condições para a educação em 2016. Esse movimento foi majoritariamente coordenado e liderado por garotas. Scalco e Pinheiro-Machado (2018) observavam que elas eram mais articuladas e manifestamente contrárias ao possível candidato Jair Bolsonaro, criticando suas atitudes e discursos machistas. “Porém”, notam as autoras ao tratarem de entrevistas *in loco* realizadas em 2017, “quando realizamos grupo-focal só com meninos simpatizantes do candidato, eles se sentem à vontade para falar sobre suas razões de adesão ao ‘mito’” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018, p. 57).

Um dos fatores que parece decisivo para a formação de uma juventude bolsonarista é a perda de protagonismo social e a sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica, exatamente símbolos que tanto o Capitão Nascimento quanto Jair Bolsonaro representam tão bem. As líderes das ocupações estudantis, por exemplo, passam a ser chamadas de “vagabundas” e “maconheiras” por estes garotos. Além disso, as masculinidades desses jovens também eram (são) desafiadas no dia a dia da crise de violência urbana de Porto Alegre, aqui tomada como epítome do Brasil: “Todos os nossos interlocutores homens, adolescentes ou jovens adultos, ou sofreram tentativas ou já foram de fato assaltados no transporte público, ou no percurso da escola ou trabalho” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018, p. 58).

Eis que entra o sentido de que o “justiçamento” se fazia necessário, já que estes jovens percebiam o sistema punitivo brasileiro como fraco, dando a sensação de impunidade a criminosas/os. Nessa linha de raciocínio, a projeção militar de Bolsonaro e o tema do armamento da população eram os temas mais fortes entre os simpatizantes do então deputado federal, conforme se atesta nesta passagem:

A figura militar de Bolsonaro também despertava profunda admiração. Nenhum adolescente entrevistado defendeu a volta da ditadura, mas achavam importantes os valores de “pulso”, “ordem”, “disciplina”, “mão forte” e

“autoridade” neste momento de crise nacional. Enquanto todos os meninos se colocaram contra a tortura e a censura, sendo inclusive críticos da ação policial nas comunidades, eles viam na imagem do militar uma forma de “último recurso”, isto é, figurativamente, um pedido de socorro de jovens que já foram tomados pelo desalento. Este é o caso de Rique (21 anos), integrante da chamada geração *nem-nem*: nem estuda nem trabalha. Ele passa o dia entre a casa e a Igreja Universal que frequenta. Deus e Bolsonaro, para ele, são duas formas de salvação de uma vida indigna. (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018, p. 58).

Constata-se, desse modo, o que viemos aventando desde o início de nossa exposição: há uma convergência de sentidos fascistas que se amalgamam em Bolsonaro, mas que têm como suporte ideológico um caldeirão diverso de referências, como no caso emblemático de Rique, acima descrito. A religião é um fator de adesão ao bolsonarismo, como vimos no capítulo anterior; assim também o é a figura militar do Capitão Nascimento em “Tropa de Elite” que, sabendo-se ficcional, vai se apegar ao contorno mais próximo disso no mundo concreto. Não seria o ex-capitão Jair Bolsonaro, assim, uma versão menos articulada, menos curada, menos esteticamente tratada – e, portanto, “mais real” – do Capitão Nascimento?

Enquanto aplaudia Nascimento em 2007, o Brasil já prenunciava a ascensão do neofascismo bolsonarista. É o que se pode concluir também a partir do artigo de opinião do já falecido jornalista e crítico Artur Xexéo, que, estarecido com a plateia durante a sessão de estreia de “Tropa de Elite”, escreveu:

O que vem realmente chocando nas primeiras exibições públicas de “Tropa de elite” é o comportamento da plateia. Independentemente das intenções de José Padilha, **o Capitão Nascimento realmente virou um herói. Já foi indicado para presidente da República por um espectador entrevistado aqui no Segundo Caderno.** [...] O público é que aplaude cada tortura em traficante, cada morte de bandido em “Tropa de elite”. É mais ou menos o que a gente lê todos os dias nas seções de cartas de leitores dos grandes jornais. Só que, agora, quem aplaude não está distante como o remetente de uma carta, mas na poltrona ao lado na sala de cinema. É difícil de aceitar. Mas “Tropa de elite” está fazendo vir à tona um comportamento até agora silencioso. Não é o filme que faz a classe média apoiar métodos radicais para combater a bandidagem. Talvez o filme ajude a catarse. Melhor do que criticá-lo é refletir sobre o que nos transformou em gente assim. (O GLOBO, 2007). *Grifo nosso.*

No mesmo jornal, o ator Wagner Moura, que deu vida ao Capitão Nascimento, também escreveu sobre a celeuma que o filme engendrava, declarando-se contrário ao ponto de vista de que o filme era uma obra fascista. Moura escreveu:

Não, “Tropa de elite” não é fascista. Não é possível que alguém que tenha visto “Ônibus 174”, um dos filmes mais humanistas dos últimos tempos, possa achar que o Zé Padilha (o diretor) tenha feito um filme fascista. Mas também fico

preocupado quando vejo o capitão Nascimento ser tratado como herói. [...] **Talvez, aí sim uma tragédia, fascistas estejamos nos tornando nós**, brasileiros, cidadãos carentes de uma política de segurança pública qualquer, que vemos naqueles policiais honestos, bem treinados, mas desrespeitadores dos direitos humanos mais elementares, a solução para o caos em que estamos metidos. (O GLOBO, 2007). *Grifo nosso*.

É preciso discordar desse posicionamento adotado por Moura em 2007, usando, inclusive, uma observação que ele mesmo pontuara, acima destacada. “Tropa de Elite” é, sim, fascista, não pela qualidade do filme ou pela intencionalidade dos autores e atores envolvidos na produção, mas por representar um marco cultural que iria desaguar no neofascismo, cujos sentidos também foram advindos dessa obra fílmica, que lhe deu forma, conteúdo e vocabulário. Não podemos nos furtar de fazer a observação de que a inspiração para o fascismo político que nos governou até 2022 não foi melhor representada senão pela linguagem posta em circulação por “Tropa de Elite”. E assim o afirmamos com a distância histórica que agora temos da época de lançamento da obra cinematográfica e das transformações sociais pelas quais passou o Brasil, que enxergou como solução de seus problemas a deformação da imagem espetacularizada do Capitão Nascimento a ocupar a cadeira máxima do Palácio do Planalto. Uma imagem que nada mais é do que o reforço do estereótipo do homem branco heterossexual na sociedade patriarcal, cuja centralidade e protagonismo é essencial para o próprio funcionamento do fascismo.

4.1.1 *Espetáculo* bolsonarista: argumentação de reforço machista em *memes*

Brasília, 10 de agosto de 2021. O então Presidente da República, com a anuência de seus chefes militares, põe tanques de guerra nas ruas da capital federal, numa encenação de golpe de Estado e numa tentativa de demonstração de força. Um “recado” ao Congresso Nacional que, na mesma data, votaria matéria que contrariava o interesse do mandatário. Neste ato performático, observava-se a hipérbole do papel masculino numa sociedade machista como a brasileira: a *performance*⁹⁵ mambembe do maquinário de guerra defasado é, ela mesma, a metáfora para se reassumir uma (pretensa) superioridade masculina, ainda que obsoleta.

⁹⁵ Bucholtz e Hall (2004, pp. 380-381) entendem “a performance como uma exibição social altamente deliberada e autoconsciente”, frequentemente envolvendo “a estilização, o destaque e o exagero de associações ideológicas”. É nesse sentido que entendemos que o ato presidencial foi uma *performance*.

Figura 25. Acontecimento de 10 de agosto de 2021. Fonte: *Folha de S. Paulo*.



Assim como o velho tanque a soltar fumaça, o homem que o controla tenta reafirmar o seu papel social: um é índice da beligerância e da força; o outro, o de que detém o poder de mando, cabendo-lhe decidir, ainda que de forma peremptória e intempestiva, os ditames de tudo e de todos. Pouco importam seus atributos para a tomada de decisões: seja ele ignorante, despreparado, abjeto ou violento, é, ainda assim, homem. Ao assumir-se pública e orgulhosamente como tal, com todos os seus adjetivos apensos, e ao desfilar seus brinquedos de guerra, associados à identidade masculina e naturalizados como sendo “de menino”, é como se reiterasse que, nas relações de poder desta sociedade, detém-no aquele que é identificado como *homem*, ou, mais especificamente, como *este tipo de homem*.

Apesar dos caracteres acima elencados, o fato de que o homem que se acaba de descrever ser socialmente aceito, naturalizado e compreendido como “autêntico”, cujo poder de fato lhe foi conferido não por ato de guerra, mas pelo voto popular, diz-nos mais sobre o funcionamento dos papéis de gênero na sociedade brasileira do que necessariamente sobre a figura que ocupou o Planalto. E, se falamos de identidade neste trabalho (focalizando, em especial, a identidade masculina e seu *status* hegemônico na sociedade), também o fazemos por observarmos que questões de representação identitária vêm pautando a discussão na representação política, talvez mais do que a estrutura de poder econômico e de gestão burocrática que usualmente constituíam os discursos a respeito do Estado.

Em vez de termos tratado de saúde e educação públicas, por exemplo, o debate enveredou para o papel das feministas em “defeminilizar” a mulher, ou dos homossexuais em “desvirtuarem” crianças nas escolas, “corrompendo-as”, por meio de falsos “kits

gays” que “doutrinariam” as alunas e os alunos. Os papéis identitários tradicionais – meninos que vestem azul e meninas que vestem rosa⁹⁶, como dito por ministra de Estado⁹⁷ – foram mobilizados para reforçar preconceitos e estereótipos de gênero e de identidade, inclusive para assegurar o poder político máximo da nação.

A partir do ritual performático acima descrito, as/os usuárias/os da internet não deixaram de recorrer ao humor para registrar o fato. Observa-se uma proliferação de *memes* que ridicularizam o acontecimento de 10 de agosto de 2021, mobilizando a ironia para satirizar o ex-presidente, seu governo e o *espetáculo*⁹⁸ que se viu em frente ao Palácio do Planalto. Assim, esta subseção se volta à análise de um dos *memes* que buscou ressignificar este evento, observando-o em seu funcionamento satírico e no acionamento dos já-ditos, localizados na memória do dizer, que ratificam o papel do masculino numa sociedade profundamente patriarcal como a brasileira, algo já anunciado na análise anterior do Capitão Nascimento.

Na tentativa de compreender os efeitos de sentidos que se estabelecem numa suposta contraidentificação com o episódio político relatado da encenação de golpe de Estado por via militar, observa-se uma crítica aos acontecimentos do 10 de agosto de 2021 que assim surge em um grupo de *WhatsApp*, publicada por L.F., a partir de um *meme* em que o imagético-discursivo ocupa a centralidade da imagem, em que um tanque de guerra de cor rosa aparece, seguido de uma sequência discursiva em que se lê “Militares assumem, em Brasília”:

⁹⁶ Esta formulação linguística sobre cores e gênero reflete uma visão de mundo em que os papéis de homens e mulheres são dados *a priori* e de maneira dicotômica, como dizem Eckert e McConnell-Ginet (2003, p. 16): “A dicotomia entre homem e mulher é a base na qual construímos indivíduos desde o nascimento. Estes atos linguísticos [como nomear uma bebê como “Mary”] definem a vida de um bebê, lançando-o a um gradual processo em que se aprende a ser um menino ou uma menina, um homem ou uma mulher, além de ver todos os outros como meninos ou meninas, homens ou mulheres. [...] As cores são tão integrais na nossa maneira de pensarmos gênero que as atribuições de gênero têm se difundido na nossa percepção das cores, de forma que as pessoas tendem a acreditar que rosa é uma cor mais ‘delicada’ que azul. Este é um excelente exemplo da naturalização do que de fato é um signo arbitrário”.

⁹⁷ O dizer da ex-ministra Damares Alves, da antiga pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, foi registrado quando da posse do novo grupo político no Planalto, em 2 de janeiro de 2019. A fala da ex-ministra em sua integralidade é a que segue: “Atenção, atenção. É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa!”. O vídeo que mostra esse momento está disponível na matéria da *Folha*: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damare-s.html>.

⁹⁸ Como compreendido por Debord (1997, p. 13), a *sociedade do espetáculo* é aquela que corresponde à visão de que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos”. O *espetáculo* pode ser compreendido, pois, como a utilização dos recursos audiovisuais numa sociedade como a capitalista em que se tem uma falsa representação da realidade; seria ele a “inversão concreta da vida” (*idem*), com o objetivo de controle ideológico dos indivíduos, “presos” às imagens que se lhes apresentam como deformação do real. O *espetáculo* é definido, desta forma, “não como um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14). Voltaremos a essa discussão na seção seguinte.

Figura 26. Meme satírico ao desfile de tanques de guerra em Brasília. Fonte: *WhatsApp*.



L.F.⁹⁹ (43 anos) se apresentava como opositor do antigo governo Jair Bolsonaro. Historicamente eleitor do PT, foi criado por mãe solteira e tem irmãos gay e lésbica. Heterossexual, pai de três filhas, opunha-se frontalmente, nas redes sociais e na vida cotidiana, ao discurso político homofóbico, machista e belicista do presidente e de sua militância. No fatídico 10 de agosto de 2021, enquanto o presidente e seus convidados homens assistiam à solenidade militar com os veículos bélicos, L.F. publica a imagem acima em grupos de *WhatsApp* como forma de ironizar os acontecimentos da capital federal.

Zoppi-Fontana (2018, p. 150) observará que uma das características do *meme* é justamente a que L.F. põe em circulação: “A marca mais contundente que identifica os memes como uma modalidade específica de argumentação na rede é seu funcionamento lúdico e o efeito de humor que eles produzem”. Ao desdobrar o acontecimento de 10 de agosto de 2021 de uma maneira satírica, lúdica, o *efeito ecoico* do *meme* ressignifica o próprio desfile de tanques de guerra que o governo Bolsonaro estava empenhado em demonstrar, produzindo uma incongruência entre o acontecimento oficial e o satirizado, obrigando o interlocutor a fazer uma releitura e uma reinterpretação do evento pela via do humor.

Entende-se, assim, que o *meme* trabalha com as características do discurso lúdico, entendido por Orlandi (1996, p. 154) como o que “vaza” em nossa formação social, produzindo uma ruptura da ordem de discurso que estrangula os espaços possíveis para

⁹⁹ Manteremos a identidade da pessoa que se tomou como evidência empírica de reflexão neste trabalho em anonimato, como um preceito ético. Resta saber que é pessoa próxima e querida deste autor, aguerrida contra fascismos, mas que também está sujeita a falhas do inconsciente e do que não se controla no discurso.

um uso da linguagem não eficiente, não utilitário, orientado só pelo prazer de enunciar. É um tipo discursivo cujos sentidos se abrem à polissemia. Os *memes*, ao imbricarem imagens e textos verbais, promovem essa abertura de sentidos, como no caso do acima trazido por L.F., que intenta reinterpretar o evento militar em Brasília, ressignificando o papel de gênero masculino tradicional do Exército brasileiro com pessoas que não necessariamente são homens e/ou heteronormativas.

Há o uso, ademais, de elementos outros que escapam à forma e ao conteúdo usualmente utilizados para representar os militares em seu universo predominantemente masculino, como o emprego da paleta de cores de tom rosa e de traços do feminino e do universo *queer* na cena principal. A incongruência do imagético imbricado à sequência discursiva “Militares assumem, em Brasília” produz, assim, a ironia que sustenta o funcionamento do *meme* em sua ludicidade, ao estabelecer a relação com o discurso bélico-militar, porém o dispersando, desestabilizando-o do senso comum, que o entende como verde-oliva e masculino, como exposto na figura 25.

Até a realização desta tese, a fotografia que compõe o *meme* acima reproduzido pela figura 26 não pôde ser definida a contento, com a data e o local de seu registro. No entanto, os dizeres em inglês afixados ao veículo (“TV Repartee” e algo pouco legível, mas que se acredita ser “WWW.TGIRLohmyhormones.com”) sinalizam que o tanque circulou no Reino Unido. Há também o fato de que a BBC de Londres publicou o mesmo tanque rosa, de mesma placa (P1500), em matéria sobre a Parada do Orgulho da cidade realizada em 2005. O blindado foi ali utilizado pela Anistia Internacional de uma maneira também satírica, com o fito de pedir o “alistamento” das pessoas na organização.

Figura 27. Gay Pride Parade London, 2005. Fonte: *BBC London*.



A “TV Repartee” foi uma revista voltada ao público transgênero no Reino Unido, de circulação impressa até 2016, quando teve breve vida digital. Agora, é um *site* pessoal administrado pela fundadora da revista, uma mulher transgênero chamada Rose. O *website* que tentamos, sem sucesso, reproduzir acima pode se tratar de um que agora se chama “you and your hormones” (“você e seus hormônios”), voltado a estudos clínicos endocrinológicos. Há uma aba sobre “desordens de identidade de gênero” que apresenta aos leitores, didaticamente, o que são estas desordens. Mais importante índice dessa investigação: este *site* pertence à Sociedade de Endocrinologia do Reino Unido, o que parece confirmar a procedência da imagem da figura 26.

Voltemos a ela, portanto: há elementos que a identificam como sido registrada na Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de Londres, como nos aponta a figura 27; e de que, além do fato de que visualmente se identificam pessoas assemelhadas a mulheres trans, a partir do dizer “TV Repartee”, o veículo representado no *meme* da figura 26 traz pessoas que compõem a letra “t” da sigla LGBTQIA+. Um fato importante para uma primeira análise visual é que o *meme* em questão apresenta símbolos de não conformidade à ideia dominante de militarismo masculino. Ademais do tanque rosa, veem-se três ursos de pelúcia nele pendurados e cinco pessoas na parte superior do tanque. Todas vestem camisetas ou vestidos rosa; uma delas se assemelha a uma *drag queen*; e as demais pessoas ou se assemelham a homens gays efeminados ou a mulheres trans ou em transição de gênero. Três delas possuem longos cabelos ou longas perucas. Tudo nessa *performance* parece subverter o papel tradicionalmente atribuído aos militares: as cores, o brinquedo “de menina” (os “ursinhos”), as próprias “meninas” ocupando uma posição superior e ativa. Sentidos em fuga, ou melhor, em movimento: pessoas transexuais estão a ocupar o poder, o papel da força e o da instituição militar.

O que ocorre a partir da transformação dessa imagem em *meme* para atacar o ex-presidente? E por que não usar a imagem da figura 27, por exemplo, para o mesmo fim? Qual a importância da sequência discursiva “Militares assumem, em Brasília” na consolidação do sentido intentado? Por que pessoas como L.F., que se identificam como progressistas e se posicionam contrariamente ao ato presidencial e militar, não percebem que, ainda que inconscientemente, deboçam de pessoas transexuais e gays efeminados (logo, de mulheres, já que as identidades desses grupos se identificam com o papel de gênero feminino) para atacar a virilidade, a masculinidade e, portanto, o poder do ex-presidente?

É preciso lembrar, primeiramente, que, como já trazido por meio de Pêcheux (2014, p. 149), “‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”, ou seja, é “próprio de toda formação discursiva dissimular, pela ilusão da transparência de sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso”. A argumentação posta em circulação pelo *meme* para criticar o presidente, seu arroubo militar e sua hipérbole do masculino não escapa à contradição que sustenta e constitui a *formação discursiva*, já constituída pelos enunciados anteriormente ditos que reforçam o poder do homem numa sociedade ainda patriarcal como a brasileira. A crítica e a ironia do *meme* já surgem, portanto, constituídas por discursos que sustentam o patriarcado; concomitantemente, a ironia é uma tentativa de ruptura com este discurso dominante.

Em segundo plano, também recorremos a Pêcheux (2014) ao analisar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “sujeito do discurso”, sujeito que necessariamente esquece que não é a fonte original do sentido e acredita ser “dono” de seu discurso, quando em verdade ele já é tocado pela ideologia e, portanto, pelo interdiscurso que o constitui, logo, determinando-o. A esse respeito, o autor dirá:

Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que **a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina** (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 2014, p. 150). *Grifo nosso.*

Desta forma, é possível perceber que, ainda que o uso da ironia no *meme* se dê para combater o excesso de masculinidade do discurso bélico presidencial, há ainda a dominância da *formação discursiva* que sustenta o discurso patriarcal no Brasil e que opera a identificação de L.F. com o universo masculino. Isso se dá pela observação de que a ludicidade engendrada pelo *meme* ocorre pela troça que se faz com a subversão dos militares a papéis inusitados de gênero. O *meme* parece produzir uma ridicularização tanto dos militares ditos golpistas, que “assumem, em Brasília”, quanto das pessoas que são consideradas “inadequadas” para assumir as posições de oficiais do Exército, já que são pertencentes a um universo diferente do masculino heterossexual, e que por isso “assumem” sua orientação sexual divergente. O humor que surge como efeito de sentido está circunscrito, pois, ao universo do masculino, da dominância da *formação discursiva*

do patriarcado, que entende o gênero de forma binária e cumpridor de papéis sociais específicos.

Em contraposição à figura 27, o uso da figura 26 como *meme* funciona mais no ambiente de virulência virtual (GALLEGO *et al*, 2018), já que este, também, é um espaço de sexismo profundo, que permite que apenas determinados dizeres sejam produzidos, conforme à *formação discursiva* machista predominante. É preciso apontar que, nas redes, mulheres têm seus corpos ali escrutinados e que fóruns virtuais conhecidos como “chans” propagam ideologias da extrema direita, mormente contra movimentos feministas, LGBTQIAP+ e de direitos humanos. Assim, a extensão do machismo das ruas às redes parece tomar um caminho “natural”.

Também é digno de nota que esta linguagem do discurso digital, particularmente dos *memes*, foi apropriada como prática corriqueira do ex-presidente Bolsonaro, tornando-se uma de suas plataformas de comunicação com o público – o que já representa, contemporaneamente, uma aproximação desta prática linguístico-discursiva associada à masculinidade. Este machismo também se reflete no que se considera engraçado: a partir do estranhamento com o que lhe é diferente, é mais “fácil” rir de pessoas socialmente marginalizadas, como ainda o são os indivíduos transexuais, do que de pessoas com características cisgênero, como as que estão presentes na figura 27. Nesta imagem, há ainda que se considerar a presença da bandeira LGBTQIAP+, hoje tornada “mainstream” em peças publicitárias, em produtos culturais diversos, nos programas jornalísticos e mesmo no âmbito jurídico. Pessoas que se identificam como progressistas, inscrevendo-se em posições discursivas que veem o preconceito como algo a ser combatido, como é o caso de nossa personagem L.F., provavelmente teriam dúvida sobre a suposta graça de um *meme* com a flâmula do arco-íris a estampar a imagem, visto que já há um processo de reflexão social mais avançado de que este não é um símbolo que convida ao desrespeito, mas um de resistência e de orgulho das pessoas homossexuais.

Esse entendimento, todavia, não parece ter chegado às mulheres trans¹⁰⁰, como as que se vê na figura 26. E isso nos leva a conceber a hipótese de que a identidade de gênero

¹⁰⁰ É o que se depreende, por exemplo, do depoimento de Flor Furacão, mulher trans e produtora visual do Distrito Federal: “As pessoas estão desacostumadas a ver um corpo trans, a ver uma travesti de dia, na rua, vestida como quem tá indo pro serviço, pro emprego formal... Pra muita gente, é só acordar, ir pro trabalho, chegar, trabalhar e ir pra casa. Pra gente já começa o desgaste naquelas olhadas que a gente tem que ficar recebendo... às vezes comentários que, geralmente, digo que ou é assédio ou é agressão, não fica muito longe disso não [sic]”. Este depoimento pode ser visto a partir de 1 hora e 23 minutos da edição de 7 de setembro de 2022 do “Bom Dia, DF”, da Rede Globo, disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10916382/?s=0s>.

pelas características biológicas exerce muita influência na maneira como os sujeitos se identificam e se relacionam com sentidos cristalizados do que se compreende como homem e como mulher. Fora desta norma, emerge a diferença – ou seja, emergem sentidos socialmente compartilhados sobre o que se deve respeitar e o que potencialmente pode ser alvo do riso e da galhofa. Isto se relaciona com a afirmação de Bucholtz e Hall (2004, p. 372) de que

Na maioria dos casos, **a diferença implica hierarquia**, e o grupo com maior poder estabelece uma relação vertical em termos que lhes sejam benéficos. Tal “ranking” ideológico permite que **identidades do grupo mais poderoso sejam menos reconhecidas como identidades**; ao revés, **este grupo constitui-se como a norma** a partir da qual todas as demais divergem. *Grifos nossos.*

Quanto mais as identidades divergem do modelo tido como padrão, maior a possibilidade de marcar o diferente e invisibilizá-lo. As identidades marcadas também se associam à língua(gem) marcada, ou seja, às estruturas ou práticas linguísticas diversas daquela estabelecida como a norma. Falar sibilado, usar outras palavras, gírias e expressões, falar “fino” etc. são vistos como marcas de homens gays não conformes à norma da virilidade, por exemplo. Como Bucholtz e Hall (2004, p. 373) elaboram, “aqueles que transgridem a norma em suas práticas sociais e linguísticas geralmente são, por isso mesmo, alvo de ataques, [...] suscetíveis a acusações de inadequação ou inautenticidade”.

Pode-se interpretar a sátira trazida por L.F. pelo fato de que o ex-presidente e os militares são identificados no *meme* com aquilo que desprezam. Assim, o riso estaria não nas pessoas transgênero em si, mas no fato de que este grupo político, abertamente homofóbico e transfóbico, esteja identificado por aquilo que rejeita. No entanto, ao se olhar a sequência discursiva “Militares assumem, em Brasília”, que apresenta o dado concreto a ser satirizado (militares que tomariam o Poder Executivo brasileiro) e a imagem que lhe serve de suporte argumentativo (a figura do tanque rosa com pessoas trans), chega-se à conclusão de que a sátira ocorre pela ideia de que os militares no poder são algo a ser rechaçado, por isso alvo de escárnio, mas uma sátira assentada em uma interpretação que também se abre à possibilidade da leitura de transfobia, visto que a própria existência das pessoas trans subvertendo os militares no tanque de guerra promove a ideia de que aquela cena é passível de ser ridicularizada.

São duas leituras, em suma, que refletem a própria natureza contraditória do *meme*: é ele “um objeto paradoxal por excelência, um texto dividido pela incongruência material de sua forma, pela polifonia dos enunciamentos enunciativos e pela contradição das filiações ideológicas que o atravessam” (ZOPPI-FONTANA, 2018, p. 154). Contradição que se revela em romper com o discurso dominante do militarismo/machismo, deslocando formas cristalizadas de identidade visual e de gênero (o soldado substituído pelas *drag queens* e pessoas trans; o tanque verde-oliva substituído pelo rosa etc.), e, ao mesmo tempo, trazer elementos desse discurso, que toma como estranha a posição de pessoas *queer* em instituições como o Exército – e que, por isso mesmo, funciona como humor para o padrão heteronormativo, “diminuindo” a figura tradicional do militar à condição de militante LGBTQIAP+.

Ainda a respeito da figura 26, observa-se o intradiscurso, o estrato linguístico sintagmaticamente linearizado que encaixa-aporta elementos da memória discursiva, desnivelado a partir do interdiscurso, onde os já-ditos foram pronunciados. Em “Militares assumem, em Brasília”, há uma memória do dizer que aí se atualiza: fala-se dos militares da ditadura, que assumiram Brasília e o Brasil em 1964, e que em 2021 ensaiavam um retorno. Mas há também a memória do dizer de “assumir” como no sentido de “assumir-se gay”, de “sair do armário”, de dizer publicamente sua orientação sexual numa sociedade que a rejeita. Além da chacota com as características normalmente associadas ao universo feminino – a cor rosa, os longos cabelos, os brincquedos –, tem-se ainda a zombaria com as pessoas trans que se apropriam dessas características para formar suas identidades e o apagamento das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais, *queer* e assexuais, que normalmente precisam ter a coragem de assumir sua identidade ante uma sociedade que põe como norma apenas a heterossexualidade. “Assumir”, desta forma, traça um paralelo entre militares e estas pessoas, minimizando e apagando o processo de conquista de suas identidades; trata “assumir-se [gay]” e “assumir [Brasília/o poder]” como equivalentes, como se assumir o país por meio de um golpe militar fosse tão inadequado e ilegítimo como assumir-se fora da norma sexual.

Courtine (2016) entende que as *formações discursivas* possuem fronteiras instáveis e, pelo fenômeno da interpelação ideológica e, conseqüentemente, na tomada de posições, tais margens tornam-se porosas, colidem, seus conteúdos se deslocam, interpenetram-se. Uma mesma palavra, como “assumir”, materializada a partir de uma *formação discursiva* classificada como “progressista”, elabora sentidos muito distintos daqueles oriundos de uma FD “machista”: numa, é ato de resistência; noutra, de sentido

jocosos. Destarte, parece-nos possível dizer que algo escapa da FD dominante em L.F. – a “progressista” –, e elementos de saber da FD “machista”, que é a dominante nos discursos socialmente compartilhados e, principalmente, no discurso político atual, lhe interpela. Isso deve acontecer porque sua identificação de gênero inscreve-se, também, na mesma do presidente que atacava. Sua prática, ainda que inconsciente, assemelha-se de alguma forma à do criticado.

O sujeito da materialidade discursiva analisada expressa o paradoxo que o domina no lugar em que foi colocado e no qual se *contraidentifica*: é progressista, mas pontualmente deixa de sê-lo, ainda que inconscientemente, porque também se identifica com um elemento de saber da *formação discursiva* dominante da sociedade patriarcal. Já que a *formação discursiva* se comunica com outras e permite, destarte, que um sujeito se inscreva em diferentes posições, L.F. parece se deslocar da posição de *homem progressista* para a de *este tipo de homem*, aquele descrito no início desta exposição: um indivíduo rude, à moda do Capitão Nascimento ou do ex-capitão Bolsonaro, que, bastando-lhes serem *homens*, podem promover o humor pela ridicularização de gênero/orientação sexual. Devemos considerar, pois, que há no enunciado uma *discrepância*, no sentido concebido por Pêcheux (2014)¹⁰¹, entre o que é dito antes e o que se reproduz discursivamente pelo *mime*. Tal discrepância remete ao *pré-construído*, conforme descreve Pêcheux (2014, p. 171), “‘aquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’”.

Percebe-se, assim, que L.F. é interpelado por diferentes ideologias, materializadas por diferentes FDs: uma *formação discursiva* que contém diversas materialidades linguístico-discursivas e elementos de saber próprios (“ele não”, “machista”, “fascista”, “genocida” etc.) a lhe interpelar para assumir uma posição contrária ao discurso político presidencial que vigorava em 2021; e outra, a lhe interpelar a manter os sentidos de “homem” intactos (“militares assumem, em Brasília”). Ainda que não aparente ser uma *formação discursiva* em que se L.F. se inscreve, a FD “machista” parece ser a dominante no complexo de formações ideológicas que lhe interpela e demonstra reger o efeito de sentido que associa o militarismo à virilidade e à heteronormatividade, resgatando, portanto, o estatuto do acontecimento de 10 de agosto de 2021; outra FD, a ela antagônica,

¹⁰¹ “Separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase [...]”. (PECHEUX, 2014, p. 99).

rompe com o senso comum que normalmente vincula os militares à masculinidade, relacionando-os ao universo LGBTQIAP+ e ao papel de gênero sendo subvertido.

O discurso, em sua contradição constitutiva, reflete o caráter paradoxal de uma sociedade assentada em conflitos, em binarismos, em dualidades que sustentam, em última instância, uma permanente luta de classes, que também se reproduzem nas relações de poder que se engendram nos sentidos disputados para o entendimento de gênero na sociedade. O *meme* analisado aparece, assim, como contraditório, repelindo o discurso machista, mas surgido a partir de um machismo que o estrutura interdiscursivamente, e que permite uma leitura transfóbica, visto que se abre à polissemia de que militares (o alvo inicial da crítica) devem ser ridicularizados tanto quanto pessoas *queer* em posições de poder militar (um possível objeto de escárnio secundário).

Vê-se que é próprio do *meme* essa característica dual de abranger diferentes discursos. Como nos diz Zoppi-Fontana (2018, p. 154), “não há substituição de um discurso pelo outro, mas sobreposição, releitura e reinterpretação no imbricamento de materialidades significantes e na contradição de posições-sujeitos no interdiscurso”. É na identificação e na contraidentificação com o discurso político dominante, pois, que se percebe a ironia e o paradoxal como traços definidores do funcionamento do *meme*.

Assim, percebe-se um entrelaçamento entre o uso linguístico para argumentar e contra-argumentar e os sentidos que, para além do aspecto textual, vão engendrando novos dizeres, produzindo efeitos, alguns dos quais inconscientes, que estão na memória do dizer; outros, apesar de aparentemente refratar um dizer dominante, parece o refletir, se analisado mais minuciosamente. Desta forma, percebe-se que argumentar contra um discurso dominante, especialmente na linguagem imediata proporcionada pela internet, pode ser o fruto da própria dominação daquilo que se pretende refutar.

4.2 O espetáculo debordiano à palma da mão: imagens e redes sociais

Na seção e subseção anteriores, falou-se, a partir do produto cultural “Tropa de Elite”, a respeito dos sentidos engendrados por tal obra, compreendidos como pilares culturais da matriz discursiva do que nomeamos de neofascismo brasileiro. Também se dissertou a respeito de como o machismo que sustenta os sentidos da personagem principal daquele filme são o sustentáculo dos processos de identificação (e mesmo de contraidentificação) com *formações discursivas* cujos pressupostos se assentam em uma

sociedade ainda marcadamente sexista. Como base comum de todos esses pontos, tem-se a mediação da realidade por meio de imagens – capturadas em vídeo ou circuladas sob a forma de *memes* nas redes sociais –, o que toca a concepção da *sociedade do espetáculo* como colocada por Guy Debord, conceito que aqui passaremos a analisar no intuito de compreender a realidade hodierna, em que as redes sociais e as imagens que nelas circulam são a fonte do *espetáculo*.

Debord (1997) desenvolve sua teoria para explicar a sociedade pós-Revolução Industrial¹⁰² e à margem do Maio de 1968¹⁰³, adotando um ponto de vista, portanto, que já se apresentava como pós-moderno: segundo o autor, a *sociedade do espetáculo* diria respeito a um mundo que estaria extremamente ligado à *imagem*. Isto significa dizer que, pela teoria debordiana, “tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”, passando a realidade a ser considerada apenas parcialmente e se apresentando como um “pseudomundo à parte, objeto de mera contemplação” (DEBORD, 1997, p. 13). Este objeto contemplativo nada mais é do que a *imagem*, ou a *representação da realidade humana*, sem necessariamente sê-la.

Para melhor compreendermos a relação entre *imagem* como forma, e não como conteúdo do real, façamos uma aproximação do pressuposto debordiano com uma obra ícone da arte moderna, do surrealista belga René Magritte (1929), intitulada “A traição das imagens (Isto não é um cachimbo)”:

FIGURA 28 – *La trahison des images (Ceci n'est pas une pipe)*, ou *A traição das imagens (Isto não é um cachimbo)*. Fonte: René Magritte (1929), acervo do Los Angeles County Museum of Art.



¹⁰² Continuação do processo de revolução na indústria, por meio da melhoria de técnicas, da criação de máquinas e de novos meios de produção. Foi acentuada no período Entre-Guerras, com a expansão do uso da energia elétrica, da indústria química e do aço como matéria-prima substituta ao ferro. Debord escreve num período que se convencionou chamar de Terceira Revolução Industrial, marcadamente técnico-científica, com destaque da robótica, da genética e das telecomunicações, o que em parte explica sua teoria em relação às imagens, mais facilmente difundidas nesse contexto.

¹⁰³ Os protestos de maio de 1968, na França, foram iniciados por movimentos estudantis insatisfeitos com o sistema educacional francês. Espalharam-se pelo país e mobilizaram milhões de pessoas. Foi, em verdade, o prenúncio de uma nova era intelectual, política e social, não apenas para a França, mas para todo o Ocidente.

A obra de Magritte é um tratado acerca da impossibilidade de reconciliar a palavra, a imagem e o objeto, desafiando a convenção que identifica a imagem ou a palavra verbalizada como o próprio objeto representado. Em estilo que segue a estética da propaganda comercial, com uma legenda em nítida letra cursiva imediatamente abaixo da imagem do cachimbo (assemelhando-se, assim, aos *slogans* publicitários da época), a pintura incita a/o espectador/a a ponderar a respeito de sua mensagem conflitante: o uso enigmático do texto aponta para o que aquilo *não é*, quando a imagem, que usualmente tomamos como o real, contraditoriamente nos aponta que, sim, trata-se de um cachimbo.

A obra de Magritte sinaliza para o conceito de resignificação: apesar de ter uma figura de cachimbo, a obra não trata, de fato, deste objeto, *mas apenas da pintura dele*. Ou seja, o objeto tem uma aparência enganosa, já que a obra em questão não contém a materialidade do cachimbo em si, *mas somente sua representação pictórica*. É um quadro, portanto, que não precisa apenas ser visto, mas sobretudo, pensado e raciocinado. É possível compreender o gesto de René Magritte como aquele posto pela poética aristotélica, em que a arte é oriunda de um processo mimético, capaz de representar a realidade, mas nunca sê-la de fato. A imitação do real pela arte é dada por um viés poético, imagético, sem a pretensão de objetivamente ser a realidade.

Tudo isso importará para a teoria de Debord, que ulteriormente enxergará *as imagens como representações do real*, sem, no entanto, sê-lo, assim como o cachimbo pictórico não é o próprio cachimbo, o objeto que serve para o fumo. Ao tecer seus comentários a respeito da *sociedade do espetáculo*, a crítica debordiana recairá justamente sobre a sociedade capitalista que promoverá uma grande profusão de imagens, tomadas em conjunto como *espetáculo*. Imagens que não só imitam a realidade, mas que *alienam* as pessoas de tal modo a fazerem com que interpretem que aquelas representações visuais sejam, de fato, a realidade, e não sua mera *mimesis*.

A máxima debordiana compreende que a *sociedade do espetáculo* é aquela que corresponde à visão de que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos” (DEBORD, 1997, p. 13). O *espetáculo* pode ser compreendido, pois, como a utilização dos recursos audiovisuais numa sociedade como a capitalista em que se tem uma falsa representação da realidade; seria ele a “inversão concreta da vida” (*idem*), com o objetivo de controle ideológico dos indivíduos, “presos” às imagens que se lhes apresentam como deformação do real. O *espetáculo* é definido, desta forma, “não como um conjunto de

imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14).

Sob esse ponto de vista, as imagens que circulam na internet, por exemplo, em formas de *memes*, não podem ser vistas como meros suplementos do mundo real, como se fossem decorativas; antes, este conjunto de imagens que formam o *espetáculo* é “o âmago do irrealismo da sociedade real [...], a afirmação da aparência e a afirmação de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência” (DEBORD, 1997, pp. 14-16). Em outras palavras, a questão que se coloca é que as imagens são representações do que se tomam, muito frequentemente, como interpretações literais do mundo: *as aparências tomando o lugar, portanto, da realidade*.

A análise de Debord acerca da *sociedade do espetáculo* deve-se, em grande parte, às contribuições feitas por Adorno (2020) acerca da *indústria cultural*. Este autor compreende que a produção artística e cultural se transforma em um produto no capitalismo tardio, produção que passa a ser feita em escala industrial através de técnicas de reprodutibilidade e segue, dessa forma, a lógica racional capitalista de ser distribuída e vendida como se produto fosse. Assim, as obras de arte e a cultura são pensadas como despossuídas de suas características e valores peculiares e, alienadas desses caracteres, podem ser vendidas ao mercado. Com o exemplo de “Tropa de Elite”, viu-se como uma linguagem artística – o cinema – foi utilizada para se vender um produto cultural, que inclusive teve sua reprodutibilidade técnica aplicada a uma sequência do filme feita para promover mais lucro na venda desta “obra de arte cinematográfica”. Arte ou produto, resta a reflexão de que a *indústria cultural* e as imagens que produz têm impacto na sociedade que as consome.

Para Debord, após o advento da *indústria cultural* no século XX, há uma ofensiva alienante que ocorre pelo uso da cultura e da produção imagética no intuito de se promover uma dominação ideológica das pessoas pelo controle das imagens (ou do *espetáculo*). A partir desse ponto, é preciso que se entenda *espetáculo* como hiperônimo de *imagem*, ambos parte de uma unicidade que compreendem as técnicas e os recursos audiovisuais empregados para que se obtenha o controle ideológico almejado. E qual seria este controle senão o da *formação ideológica do capital* numa sociedade burguesa? É por este motivo que Debord (1997, p. 25) afirmará que “o espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem”.

Portanto, o que se apresenta na mídia pode ser compreendido como instrumento de controle das pessoas, controle que se dá pela instância ideológica, tanto pelos

Aparelhos Ideológicos de Estado althusserianos quanto nas imagens que, em Debord, ganham configurações mais difusas de representação alienante do mundo. Para este último filósofo, a alienação da/o espectador/a em favor do objeto contemplado (a imagem) é central, resultando numa atividade que assim se expressa: quanto mais contempla a imagem, menos vive a/o espectador/a; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes, menos compreende sua própria existência. Por isso que Debord (1997, p. 24) afirmará que “o espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação”.

Desta forma, ao se falar em discurso digital, especialmente aquele que ocorre sob a forma do *meme*, amplia-se a visão de mídia como centro de controle de imagens (logo, de pessoas), justamente porque não apenas se trata da chamada mídia tradicional, mas principalmente das novas mídias sociais. Estas formas de comunicação são mais difusas e espraiam imagens de modo menos centrado, tendo cada indivíduo o potencial de “controlar”, criar e difundir tanto as imagens com as quais se identificam quanto as suas próprias, que o marcam no mundo enquanto sujeito.

É preciso que se pense, entretanto, que esse suposto controle individual na criação e distribuição de imagens é mediado pelas empresas e/ou plataformas que propiciam e permitem sua circulação; assim, a ideia de que o indivíduo é “livre” para produzir e/ou consumir apenas as imagens, *posts*, vídeos e *memes* que deseja logo se mostra falsa, já que a demanda do capital é soberana: as imagens circulam como produtos num grande mercado aberto digitalmente, seguindo os ditames e as regras mercadológicas, inclusive a de racionalidade de lucro que sustenta as gigantes de comunicação virtual.

Debord escreveu sua teoria num contexto de alto grau de desenvolvimento do capitalismo, no final da década de 1960, quando o capital financeiro já era uma realidade, assim como a dominação midiática. Esta dominação já havia assentado suas bases com a experiência nazifascista, que utilizou como pressuposto a dominação ideológica das massas a partir de suportes midiáticos para se manter no poder. Vimos anteriormente, neste trabalho, que tal pressuposto referia-se à categoria da *propaganda* que caracteriza regimes totalitários, em especial os de veia fascista.

Numa era em que se vive a dominação das imagens, que é uma nova forma de dominação midiática, é possível dizer que a imagem é, hoje, uma determinação da realidade. Uma sociedade “magnetizada” pelos recursos audiovisuais dos quais dispõe termina por ser uma que é facilmente controlável – portanto, manipulável. No entanto, até mesmo a manipulação e o controle tornam-se menos visíveis aos indivíduos

mediados-controlados pelas imagens; hoje, a imagem não é consumida meramente de forma passiva, como na época em que o ensaio de Debord foi lançado. Ela não é tão somente apresentada à/ao espectador/a; a imagem, agora, demanda-lhe uma resposta instantânea, possibilitada pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) contemporâneas, o que o/a leva a pensar que, ao relacionar-se com a imagem, não é por ela controlada/o. Com as redes sociais, a possibilidade de *interagir com o espetáculo* reforça o caráter da sociedade debordiana, capturada na virtualidade que a aprisiona, afastando-a do mundo concreto e das condições reais de existência das mulheres e dos homens, enquanto um mundo imagético se lhes apresenta como se mundo real fosse, nas telas das TVs, dos celulares, dos computadores e de todos os demais aparelhos que ligam o indivíduo contemporâneo à *imagem*.

Ao se consumir um *meme*, por exemplo, é possível que se faça uma leitura simplista do mundo a partir de uma imagem com suporte linguístico exíguo. Essa leitura superficial¹⁰⁴, que já identificamos como o décimo primeiro mandamento a ser agregado à compilação de Stanley (2020) na identificação do fascismo, não é outra coisa senão a *ignorância*. Tendo como base de funcionamento a compreensão superficial de temas complexos, as *imagens* fazem com que mulheres e homens sejam convidadas/os não a pensar, mas apenas a sentir, numa espécie de involução ao estágio primal e instintivo de nossa espécie, que é uma volta ao *irracionalismo*, também este um pressuposto para a manifestação fascista.

As *imagens* têm o potencial de nos apassivar de tal forma que nos afastam da condição de seres racionais, ou, tornando-nos *consumidoras/es* em busca do hedonismo puro e simples, voltadas/os à satisfação de necessidades e prazeres. As imagens, assim, distanciam-nos do método do concreto pensado¹⁰⁵, alienando-nos na representação mimética da realidade. Mediando nossas relações sociais, o *espetáculo* se evade do real e acolhe o pausterizado, o representativo, o resumo, a simplificação imagética do tangível. É esta a tônica que hoje se observa nas redes sociais, que, repletas de *imagens*, funcionam

¹⁰⁴ Por leitura, não estamos identificando os processos de letramento linguístico relacionados à apreensão e domínio da escrita, mas, antes, a capacidade de *refletir* sobre o mundo.

¹⁰⁵ O “concreto pensando” consiste na apropriação de um objeto concreto que, ao ser abstraído, faz a “viagem de volta” ao objeto, agora apreendido como produto do pensamento. Sobre esse tema na AD, explica-nos Amaral (2013, p. 119): “A língua e a história formam a ordem do discurso. Logo, o discurso é o ponto de partida e o ponto de chegada. Ponto de partida por ser uma complexidade saturada de determinações, de onde são abstraídas as determinações mais concretas pelo processo de análise e abstração, chegando-se às determinações mais simples, para daí elevar-se ao concreto pensado – ponto de chegada. Nesse processo, toma-se o objeto discursivo e chega-se ao complexo discurso/objeto/discurso, visto que a interpretação do analista, alcançando a totalidade do concreto – ‘a síntese de múltiplas determinações’ –, resulta em um novo concreto pensado”.

por meio delas: as pessoas estão ali se expondo em suas *representações* de emoções e de vivências, consumindo, ao mesmo tempo, outras *imagens*-representações de seus contatos no meio digital. O real passa a ser, como dito por Debord, um “pseumundo à parte” deste mundo imagético construído coletivamente.

Escrito pouco antes da obra debordiana, o clássico distópico “Fahrenheit 451” já apresentava em seu enredo uma sociedade muito similar à que se pode descrever hodiernamente, o que reforça o argumento de que, seja na literatura ou na filosofia teórica, a dominância do *espetáculo* já se fazia evidente a partir da segunda metade do século XX. Na obra, livros são queimados por bombeiros por representarem um “perigo” ao estado de espírito dos sujeitos, já que potencialmente podem fazê-los *pensar*. Nessa distopia, a centralidade das *imagens* e de uma vida frenética nos proporcionariam um permanente ânimo voltado à produção e ao consumo. Uma famosa passagem do livro coloca as seguintes questões:

As pessoas querem ser felizes, não é verdade? [...] Não cuidamos para que sempre estejam em movimento, sempre se divertindo? É para isso que vivemos, não acha? Para o prazer, a animação? E você tem de admitir que nossa cultura fornece as duas coisas em profusão.

[...]

Se não quiser um homem politicamente infeliz, não lhe dê os dois lados de uma questão para resolver; dê-lhe apenas um. Melhor ainda, não lhe dê nenhum. Deixe que ele se esqueça de que há uma coisa como a guerra. Se o governo é ineficiente, despótico e ávido por impostos, melhor que ele seja tudo isso do que as pessoas se preocuparem com isso. [...] Encha as pessoas com dados incombustíveis, entupa-as tanto com “fatos” que elas se sintam empanzinadas, mas absolutamente “brilhantes” quanto a informações. Assim, elas imaginarão que estão pensando, terão uma sensação de movimento sem sair do lugar. E ficarão felizes, porque fatos dessa ordem não mudam. Não as coloque em terreno movediço, como filosofia ou sociologia, com que comparar suas experiências. Aí reside a melancolia. (BRADBURY, 2021, pp. 71-73).

Ao pensar nas redes sociais hoje, indaga-se: como as concebemos, senão como o que se acima descreveu – como infinitas possibilidades de circulação de discursos que procuram (re)afirmar sujeitos em suas experiências hedonistas e/ou no reforço de seus credos, enclausurados em suas “bolhas”? Quanto de felicidade não se “vende” através de fotos, sorrisos, viagens, produtos recebidos, jantares, encontros, *postagens* pró-político A ou B ou “pró-nação”? Quanto disso não é distração da realidade que nos esmaga e, por isso mesmo, *fetichização do real*?

A *imagem* manipulada e curada de nós mesmos e que apresentamos ao mundo na rede social projeta um fetiche sobre a nossa própria essência – e quanto disso não é a famosa forma fantasmagórica marxiana acerca do *fetiche de mercadoria* sobre nós

projetada, sendo nós mesmos, as/os criadoras/es-mulheres/homens, regulados e mediados pelas nossas criaturas-*imagens*, que aqui se assemelham às mercadorias? A esse respeito, Debord (1997, p. 28) já diria: “O princípio do fetichismo da mercadoria [...] se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como o sensível por excelência”.

Guy Debord (1997) afirmou que a humanidade imergir-se-ia a tal ponto no próprio *espetáculo* que haveria uma confusão entre ficção e realidade. É como se as narrativas ficcionais culturalmente consumidas no cinema (como no caso de “Tropa de Elite”), na TV, no rádio ou na internet (como no caso dos *memes*) acabassem por substituir, ainda que ilusoriamente, a vida real. A/o espectador/a acabaria se colocando nesse mundo fantasioso, passando a nele viver e deixando o mundo real à sua margem.

Ora, a/o espectador/a torna-se, deste modo, ainda mais vulnerável ao controle ideológico do capital, justamente porque se julga participante da realidade virtual com a qual interage e supõe ter algum controle. É o que se verificou, por exemplo, no processo eleitoral de 2018, quando a campanha presidencial vencedora pôs em circulação, durante o programa eleitoral e as inserções de propaganda na TV, uma paráfrase do *meme* “eu sou robô do Bolsonaro”, vídeo, tornado *meme* pouco depois, realizado antes do período eleitoral no qual pessoas se filmavam em apoio ao candidato a presidente e, utilizando-se de sarcasmo, diziam ser seus “robôs” nas redes sociais. Tudo isso acontecia em meio ao escândalo dos disparos de mensagens massivos da campanha de Bolsonaro em redes sociais como o *WhatsApp* e na criação de perfis-robôs de supostos apoiadores do candidato no *Twitter*, que inflavam seus números na rede social, garantindo-lhe repercussão. Isso foi eficaz para mostrar algum grau de adesão de realidade, de “pessoas reais” participando dos eventos políticos, na imensidão de *imagens* que compunham aquela candidatura presidencial de um *meme* humano. O sarcasmo, a *gag*¹⁰⁶, o *meme*: todos, formas de *espetáculo* montados na comunicação eleitoral do candidato vencedor de 2018, que usou de muitas imagens amadoras para simular a realidade e, portanto, representá-la, ainda que por inversão.

¹⁰⁶ Efeito cômico que, numa dada representação, resulta do que a atriz ou o ator faz ou diz, jogando com o elemento surpresa.

FIGURAS 29a e 29b – Meme “Robôs do Bolsonaro”, reproduzido pelo próprio candidato em sua página no Facebook. Fonte: *Facebook de Jair Bolsonaro e Corrupção Brasileira Memes*.



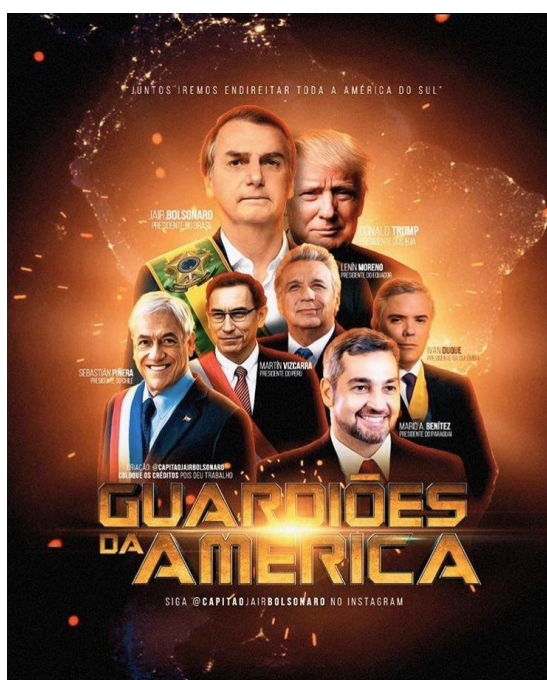
Além da adesão dos próprios simpatizantes do então candidato a presidente, que se tornavam *imagens* a sustentar sua candidatura, a campanha também se voltou ao simbólico já construído pela própria mídia tradicional, utilizando-se de *imagens* que espetacularizaram eventos políticos importantes despidos de reflexão, mas necessárias para o sensacionalismo e o imediatismo de levar a notícia a uma audiência ávida por mais *imagens*, por mais *espetáculo*. É o que se observa, por exemplo, com a prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2018: helicópteros acompanharam a trajetória do carro que o levaria ao aeroporto de onde ele partiria para sua cela em Curitiba; imagens de sua chegada à Polícia Federal foram captadas; tudo isso garantia o entretenimento oferecido à *sociedade do espetáculo*, que não refletia sobre a gravidade de um acontecimento como este para a ordem político-jurídica do país.

FIGURA 30 – O *espetáculo* da prisão do presidente Lula em 2018. Fonte: *GloboNews*.



O nível de alienação do real sobre o qual estamos tratando é tamanho que *memes* chegam a colocar representantes políticos como super-heróis dos quadrinhos e do cinema, como os do universo criado pela Marvel. O efeito de sentido construído é o de vitória sobre a vilania, como usualmente histórias que envolvem super-heróis (eles mesmos imagens ficcionais e superlativas de pessoas comuns) o fazem ao recorrer à dicotomia bem *versus* mal. É o que se vê a partir da reprodução do *meme* abaixo:

FIGURA 31 – Meme “Guardiões da América”, em que políticos de direita e extrema direita são representados como alegorias dos super-heróis. Fonte: *Capitão Jair Bolsonaro Instagram*.



O *meme* acima, publicado em 1º de novembro de 2018, retrata o já presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro; o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump; Lenín Moreno, do Equador; Iván Duque, da Colômbia; Mario Benítez, do Paraguai; Martín Vizcarra, do Peru; e Sebastián Piñera, ex-presidente do Chile. Uma clara releitura do pôster do filme “Guardiões da Galáxia” (MARVEL, 2014), apresenta-se, nesta imagem, os presidentes que, “juntos”, iriam “endireitar toda a América do Sul”.

Curioso observar como escapa da cena imagética que Trump *não faz parte* dessa porção do continente, ainda que lhe servisse de modelo político de extrema direita à sua contraparte brasileira. E é exatamente aí onde se verifica o argumento que aventamos: a *imagem falseia a realidade* a tal ponto de sua representação deformá-la, colocando Trump como parte “guardiã” da América do Sul. O *espetáculo*, além de criar uma ilusão de que

há uma relação harmoniosa e em condições de igualdade entre países da América do Sul com os Estados Unidos, também apaga o fato de que a política norte-americana, especialmente sob a Era Trump, apenas recrudescer as relações já tensas entre o Sul espoliado e o Norte explorador¹⁰⁷.

A verdade, aqui, é compreendida não como a verdade objetiva, mas a verdade criada, almejada. Sua representação também opera no nível da expectativa. Já que Bolsonaro foi visto como um “super-herói” que “endireitou” o Brasil, derrotando o “mal” que se personificava na figura de Lula e da esquerda brasileira, o efeito de sentido lógico que disso surge é perfeitamente compreensível na *irrealidade* (preceito, não esqueçamos, para o funcionamento do fascismo) irônica que o *meme* abaixo constrói:

FIGURA 32 – Meme “1 dia, 1 mês, 1 ano de Bolsonaro”. Fonte: *Bolsonaro Memes Brasil*.



Perceba-se que o *meme* se inicia com a prisão de Lula, já espetacularizada anteriormente e associada à ascensão de Bolsonaro como presidente, e avança no tempo

¹⁰⁷ Em quatro anos de mandato, Trump esteve apenas uma vez na América Latina, em reunião do G-20 em Buenos Aires, em 2018. A ideia de construir um muro que separaria os latinos da fronteira americana fora fortemente aventada por seu governo. Separou pais e filhos em centros de detenção de imigrantes nos EUA e aumentou o número de deportações sumárias, inclusive a de brasileiros. Na política econômica, o protecionismo voltou ao patamar do governo Reagan e, em tentativa de proteger a siderurgia americana, o Brasil foi sobretaxado nas exportações de aço e alumínio. Os dados são da BBC.

em um mês, mostrando que, sob seu governo, o Brasil tornar-se-ia um centro capitalista tal qual Nova York e, em um ano, escalaria de tal forma que, bastante avançado, sequer seria possível reconhecer esta sociedade em moldes reais de comparação, tendo-se de recorrer às *imagens* produzidas pelas ficções científicas para poder explicá-la.

Aqui, voltamos a nos deparar com o *espetáculo* em sua leitura policial, assim como fizemos numa primeira aproximação com “Tropa de Elite”. Veja-se que os membros da Polícia Militar, ao sorrirem e humilharem o preso (que, agora, identifica-se na montagem como o presidente Lula), assemelham-se em suas práticas ao Capitão Nascimento, personagem central de “Tropa”. A cena sugere desprezo pelo detido, desrespeito à sua dignidade e “justiçamento”. O preso é exibido como um troféu. É por este motivo, o de fazer da violência um *espetáculo*, o de gerar uma *imagem* que sustenta sentidos de vingança e castigo que estão fora do âmbito legal punitivo, que sustentamos que *o germe do neofascismo nasce dessa espetacularização da violência*, espetacularização que vem tomando espaço de vários âmbitos sociais além da questão da criminalidade e da segurança pública. Espetacularização que vem ganhando, sobretudo, a forma do discurso digital: a forma do *meme*.

O Brasil parece ter atravessado, assim, um efêmero período em que as *imagens* do presidente Lula preso e de um ex-militar a ele antagônico eram suficientes para dizer: “Sim, com a derrota de um, teremos paz e harmonia para todos!”. Esqueceu-se o país, porém, de que a realidade tem mais nuances do que a *imagem* transparece. À palma da mão, os indivíduos, sendo interpelados para tomadas de posições-sujeito, são recrutados pelos seus próprios aparelhos celulares a viver uma *imagem* distorcida do real, eficazmente tragados pela máquina de propaganda neofascista.

Por estamos imersos numa cultura visual, é por este motivo que o *meme* goza de privilégio como gênero discursivo, aqui entendido como uma das *imagens* que compõem seu conjunto, o *espetáculo*, quem, conforme o entendimento de Debord (1997), dirige a sociedade capitalista, que se realiza no consumo. Pelo fato de o Brasil já ser uma sociedade de consumo de massas, que utiliza o fetichismo da mercadoria e a publicidade como forma espetacular de criar um mundo irreal de possibilidades de compra e acesso a bens materiais, o contexto do país em 2018 seguiu a lógica do espetáculo, *consumindo políticos* que melhor utilizavam *as formas publicitárias do espetáculo* para se eleger.

CAPÍTULO V – A NOVILÍNGUA NEOFACISTA EM ANÁLISE

No capítulo que encerra esta tese, passa-se a analisar o *meme* como um gênero discursivo específico, reconhecendo suas características e particularidades. Para isso, ampliando o que já foi exposto a partir de Zoppi-Fontana (2018) no item 1.3 desta pesquisa, recorre-se ao trabalho de Chagas *et al* (2020) no intuito de conhecer as origens da memética e de compreender a regularidade deste gênero no discurso digital. Para elucidar o que o *meme* representa enquanto gênero discursivo que toca o político, recorreu-se à teoria dos autores supracitados para classificar o *meme* em quatro tipos principais: os *memes persuasivos*, os *de ação popular*, os *de discussão pública* e o *meme-espetáculo*, que intentaremos acrescentar ao inventário já investigado e teorizado por Chagas e suas/seus colaboradoras/es.

Compreende-se que o *meme* pode servir de instrumento para a diversão, inclusive para a do tipo sádico, que minimiza o sofrimento dos outros indivíduos, e pode tornar superficial o debate de questões complexas da sociedade. No entanto, também se aventa que o *meme* pode ser um marcador da inclusão ao debate político, como posto pela taxonomia memética estruturada por Chagas (2020). O *meme* pode ser compreendido, dessa maneira, como uma ferramenta discursiva eficaz possível de ser capturado por movimentos à esquerda ou à direita do espectro político, conferindo-lhe penetração social e adesão ao discurso que faz circular, almejando-se que os efeitos de sentido que a partir dele se engendram, assim, sejam compartilhados socialmente – o pode garantir a hegemonia política de quem o instrumentaliza na comunicação digital da contemporaneidade.

Se os efeitos de sentido engendrados são carreadores de narrativas mitificadas, mormente as que têm o intuito explícito de falsear a realidade utilizando elementos que simulam a verdade jornalística com o fito de manter um controle ideológico das massas com as quais se comunicam, passamos a identificar o *meme* como um veículo de mitos, nomeando-o, assim, como *meme-espetáculo*. Dessa maneira, contribuímos com o debate teórico já estabelecido por Chagas *et al* (2020) de que, além das categorizações por elas e eles realizadas para compreender o universo memético, há uma outra espécie de *meme*, por meio da qual a verdade é distorcida a favor de um posicionamento político e que necessariamente precisa espetacularizar o fato mitificante que carrega para conseguir, pelo sensacionalismo com que se constrói imagética e linguisticamente, tentar interpelar um indivíduo em sujeito e fazê-lo inscrever-se em dada *formação discursiva*. Como este

tipo de *meme* de natureza sensacionalista se utiliza com frequência da *irrealidade*, do *irracionalismo*, da *ignorância* e do método da *propaganda* para que funcione com eficácia, classificamo-lo, portanto, como o *meme* de sustentação por excelência do discurso neofascista.

Por fim, a tese avançará na análise da semântica da *formação discursiva bolsonarista*. Ela constrói um discurso carregado de contradições que aparentemente se apaziguam e chegam a um consenso, procurando estabelecer um sentido hegemônico, mediado pelo autoritarismo do líder. A partir da alegoria feita por George Orwell em sua obra-prima “1984”, adotamos a “novilíngua” bolsonarista como objeto de análise final de nosso projeto, realizando uma aproximação dos dizeres neofascistas hodiernos com os do regime de traços fascistas da obra orwelliana, que previa as antinomias “guerra é paz”, “liberdade é escravidão” e “ignorância é força” como os centros gravitacionais de um discurso totalitário, sustentando essencialmente em mentiras – em mitos –, discurso esse que vem se mostrando cada vez menos ficcional.

5.1 Características e taxonomia do gênero discursivo *meme*

Anteriormente neste trabalho, viu-se que é próprio do *meme* a característica dual de abranger diferentes discursos, que nele incidem pela justaposição de diferentes materialidades, sendo a imagem e o texto verbal escrito a forma mais comum de sua manifestação. No funcionamento de um discurso sob a forma de *meme*, o que está em jogo, como nos diz Zoppi-Fontana (2018, p. 154), não é a “substituição de um discurso pelo outro, mas sobreposição, releitura e reinterpretação no imbricamento de materialidades significantes e na contradição de posições-sujeitos no interdiscurso”. A contradição, que é constitutiva de quaisquer discursos, visto que se fundam na contradição fundamental *capital x trabalho*, é percebida no *meme* sob a forma da ironia e do paradoxal, traços definidores do funcionamento desse gênero discursivo.

Diante do que se explanou sobre o *meme* como um gênero discursivo já estabelecido na contemporaneidade, voltemo-nos à sua constituição enquanto tal. O termo *meme*, originário do grego *mimeme* (μιμῆμαι), foi cunhado no livro “O gene egoísta”, escrito pelo biólogo Richard Dawkins em 1976. A compreensão deste autor sobre os *memes* parte de chaves analíticas que fazem analogias aos genes. Os *memes* seriam, na visão de Dawkins, os “genes da cultura” (CHAGAS, 2020a, p. 25): as ideias,

os bordões, os *slogans*, os modos de vestir, de cozinhar, de construir, de compartilhar, de rejeitar ou negociar posicionamentos políticos.

É notável que a raiz grega da palavra é a mesma de *mimesis*, que significa imitação; o neologismo lançado por Dawkins é, de fato, uma composição por aglutinação de “mimesis” e “gene”, formando a nova palavra: *meme*. A partir daí, a memética é estabelecida como “a disciplina que estuda os *memes* e as suas conexões com os humanos e seus outros potenciais hospedeiros” (HOFSTADTER, 1985, p. 65), ou simplesmente como “a ciência que estuda como os *memes* se propagam” (LEAL-TOLEDO, 2017, p. 13). Assim, o *meme*, como o gene, é percebido como um replicador, uma unidade de transmissão que carrega informações (biológicas, no caso dos genes, e culturais, no caso do *memes*) e se espalha entre as pessoas, como se as “contaminasse”.

Shifman (2014) é quem irá observar que a memética se desenvolveu a partir de três correntes distintas: uma orientada por um viés mentalista ou idealista, que diferencia os *memes* de seus veículos, entendendo-os como Dawkins (*memes* seriam, assim, ideias, textos, práticas, independentes de seus veículos de transporte); uma segunda orientada por um viés comportamentalista ou behaviorista, que percebe os *memes* como ações e comportamentos (nesse caso, importa a maneira como se difundem, já que tanto *memes* como seus veículos são indistinguíveis entre si, aqueles dependendo dos meios em que se propagam para existir); e, finalmente, uma memética inclusiva, que alterna as posições entre a abordagem idealista inaugurada por Dawkins e a comportamentalista, admitindo os *memes* como “qualquer peça informacional copiada por processos imitativos” (CHAGAS, 2020a, p. 28).

Desde antes do advento da internet, portanto, os *memes* já eram realidade na ciência, compreendidos como ferramentas conceituais. Mas somente a partir de sua consolidação como meio de comunicação de massa é que se pode compreender os *memes* como os interpretamos hoje. Isso ocorre em meados dos anos 1990, inicialmente de forma isolada, como com a animação tridimensionalizada de um bebê dançarino (*Dancing Baby*) feito por uma empresa de *software*, a 3D Studio: esse *sample*, ou amostra visual, ganha ampla circulação e se torna um dos primeiros vídeos virais da internet.



FIGURA 33 – O *meme Dancing Baby*. Fonte: *Know your meme*.

A adoção em larga escala da *web* e, posteriormente, das redes sociais, é que iriam consolidar o *meme* como um gênero discursivo específico, ou como uma “nova forma de letramento social” (CHAGAS, 2020a, p. 34), uma vez que os *memes* de internet formulam discursos e constituem espaços de afinidade a partir de experiências compartilhadas virtualmente. Uma boa definição para o *meme* de internet é a fornecida por Shifman (2014, p. 41), qual seja, a de que ele é

(a) um grupo de itens digitais que compartilha características comuns de conteúdo, forma e/ou postura comunicativa, os quais (b) foram criados com ciência uns dos outros [ciência de um usuário em relação a outro] e (c) postos em circulação, imitados e/ou transformados por meio da internet por muitos usuários.

Ao longo desta tese, propôs-se analisar o *meme* como uma dimensão teórica que serve de chave para a compreensão do processo político contemporâneo, pelo qual discursos neofascistas são carreados e chegam aos indivíduos, interpelando-os em sujeitos. Seu potencial como artefato retórico e persuasivo é “epifenômeno da comunicação política, produto da popularização do debate público e da subsequente superficialização desse mesmo debate” (CHAGAS, 2020b, p. 254).

Podemos, assim, definir o *meme* a partir dessas contribuições teóricas, articulando-o como conceito ao nosso trabalho e ao que já trouxemos como análise até então: em outras palavras, o *meme* é um gênero discursivo que utiliza a comunicação na internet, típico de uma sociedade de massas do século XXI com algum grau de acesso às telecomunicações e à tecnologia. Este gênero incorpora elementos imagéticos e linguísticos aparentemente descontínuos e caóticos para produzir discursos que se repliquem e se espalhem de modo viral nas redes, sem que a autoria seja necessariamente um marco delimitador deste gênero discursivo. Sua característica dual deve-se às muitas determinações que o sintetizam, o que mostra a contradição de uma sociedade fundada em contradição fundamental a partir do capital. Além de sua capacidade de ser viral, o funcionamento do *meme* depende do humor, da ironia e do deboche, características do discurso lúdico (ORLANDI, 1996), o que o faz tender para a total polissemia.

Intertextual por natureza, o gênero discursivo *meme* guarda semelhanças com outros gêneros, como piada, charge, comentário, postagem de rede social etc. No entanto, o que o marca como um gênero distinto é exatamente a sua capacidade de se replicar. O sentido científico biológico que originou o conceito de *meme*, assim, é conservado apenas em parte, já que se compreende o *meme* como uma gama de textos e práticas culturais

que se propagam, replicam-se e se modificam no universo online, de forma coletiva ou distribuída (LUNARDI, BURGESS, 2020).

Se falamos em *meme* como gênero discursivo, seguimos, grosso modo, o entendimento de que os gêneros são formas relativamente estáveis de enunciados, compostos por conteúdo temático, estilo e construção composicional (BAKHTIN, 1992), podendo existir de diversas maneiras, abrangendo espécies tão distintas quanto as próprias práticas sociais linguístico-discursivas: a redação, a matéria de jornal, o roteiro de cinema, a *live*, o recado de voz, a mensagem de *WhatsApp*, o bilhete, a carta, a tese, a dissertação, a *postagem* no *Instagram*, o vídeo no *TikTok*, o artigo científico, o pôster, a charge, o *meme* etc. Os gêneros diferem, assim, dos tipos textuais, que designam uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (referentes aos aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas etc.) e são geralmente classificados em cinco categorias: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção (MARCUSCHI, 2002). O que se observa nesta tese é o gênero *meme* em seu caráter eminentemente político, que vai recorrer a diversos tipos textuais, normalmente a narração e a descrição, para ir tecendo seus sentidos.

No entanto, na medida em que “o marketing político vem incorporando gradativamente a linguagem dos *memes* de internet na criação de peças publicitárias para divulgação de propostas dos candidatos ou difamação dos adversários, em sentido oposto” (CHAGAS, 2020b, p. 255), percebe-se que também o tipo textual injuntivo e/ou argumentativo se fazem presentes no *meme*, que se caracteriza, por fim, por sua fluidez e adaptabilidade na utilização que dele fazem, visto que uma de suas características é exatamente a de ser replicado e manipulado por muitas mãos; logo, espera-se que muitos tipos de textos sejam nele impressos.

Esse gênero discursivo oportuniza, como posto por Chagas (2020b, p. 260), “uma experiência completamente nova de letramento político”, uma vez que faz uso de elementos verbais e não verbais, além de elementos próprios do letramento digital, como uso de *hashtags* (#), para formar imperativos, palavras de ordem, sintetizar e personificar o debate público, reduzi-lo e/ou ampliá-lo, enfim. O autor dirá que tais discussões levantadas pelos *memes* “contribuem para, de um lado, simplificar e tornar rasas as percepções sobre a realidade, e, de outro, ampliar o debate a camadas que habitualmente se mantinham apartadas da política” (CHAGAS, 2020b, p. 260). Dessa forma, o *meme* pode radicalizar o debate político, mas também pode favorecer a familiarização do indivíduo com a política, tornando-a mais próxima de sua vivência cotidiana. O que se

observa ainda no tempo de escrita dessa tese é que, pouco familiarizado com o *meme*, tomado apenas como *espetáculo* (que, como vimos anteriormente, é deformação-falseamento da realidade), o pêndulo verteu muito fortemente para a radicalização política, que por sua vez é resultado da emergência de extremas direitas de traços fascistas na esfera política oriunda de um contexto de grave crise do capital.

Mas o que seria, afinal, o gênero discursivo *meme* em seu âmbito político?

De modo abrangente, ele pode ser compreendido como uma fórmula discursiva que, a partir de sua interação e através de um processo de circulação nas redes sociais, é capaz de despertar o engajamento político dos sujeitos, socializando o debate público pelo uso de linguagem metafórica e orientada à construção de um enredo (ou narrativa) que se utiliza, muitas vezes, de referências da cultura popular.

Chagas (2020b, p. 263) procura definir o *meme* político como conteúdos que se dividem numa taxonomia de três espécies:

(a) *memes persuasivos*, peças estrategicamente construídas para serem disseminadas de modo a angariar apoio para uma determinada proposta ou candidatura; (b) *memes de ação popular*, aqueles que se caracterizam como um conjunto de imagens que expressam um determinado comportamento ou temperamento coletivo; e (c) *memes de discussão pública*, os que se ancoram no humor e em situações de evidente incongruência na expectativa do internauta, geralmente identificados como piadas políticas e traduzidos como uma nova roupagem da charge política e do comentário social.

Os *memes* políticos, como conteúdos midiáticos que são, têm a capacidade de difundir mensagens persuasivas na tentativa de convencer as massas e incitá-las à ação política. Se orientados institucionalmente como propaganda, seriam os que se chamam de *persuasivos* na taxonomia acima exposta; se vindos do público, classificar-se-iam tais *memes* como ou *de ação popular* ou *de discussão pública*. Chagas (2020b) nos alerta que, como toda taxonomia, estes são apenas tipos ideais que podem comportar sobreposições e aglutinações, podendo um *meme persuasivo* se comportar como uma charge ou uma peça de humor, por exemplo, levando a crer que seria um *meme de discussão pública*. Isso seria notável num tipo de *meme* em que a oposição faria circular para criticar a situação, por exemplo, dando-lhe um contorno “popular” e não institucional.

Observando a forma como os primeiros *memes* políticos a nós chegaram na pesquisa e a virulência com que se deram no contexto político de 2014 a 2018, propomos mais uma categoria à taxonomia erigida por Chagas. Este outro tipo de *meme* político

deve ser classificado, portanto, como *meme-espetáculo*, trazendo a ideia do *espetáculo* debordiano, discutida no capítulo anterior, e a atrelando ao gênero discursivo *meme*.

Ora, o que viria a ser essa nova categoria? Poderíamos dizer que o *meme-espetáculo* é o tipo de *meme* político que carrega traços dos *memes de ação popular* ou *de discussão pública* e que necessariamente trazem o *espetáculo*, ou o falseamento da realidade, como uma de suas características centrais. São *memes* que operam pela *ignorância* dos fatos e/ou pelo sensacionalismo, geralmente carregando distorções do real ou simplesmente veiculando *fake news*. Foram mais bem instrumentalizados pela campanha bolsonarista de 2018, mas não surgiram necessariamente com ela. Porque operam com a *irrealidade*, o *irracionalismo* e a *ignorância*, mandamentos do funcionamento fascista (STANLEY, 2020), são usualmente instrumentos de *propaganda* do discurso neofascista.

Vejam-se as figuras abaixo, extraídas de dois polos antagônicos do espectro político brasileiro atual, que bem ilustram as características e o funcionamento do *meme-espetáculo*.

FIGURA 34a – Meme-espetáculo anti-Bolsonaro. Fonte: Facebook de Paulo Pimenta.



FIGURA 34b – Meme-espetáculo anti-Lula. Fonte: Facebook de Filipe Barros.



A figura 34a diz respeito a um *meme* anti-Bolsonaro veiculado pelo então deputado federal Paulo Pimenta, filiado ao PT, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom) do terceiro governo Lula. Na imagem, espetaculariza-se a notícia de que o programa “Minha Casa, Minha Vida” seria acabado, o que significa que “chega ao fim o sonho da casa própria para o povo”. De fato, o programa sofreu graves alterações durante o desgoverno Bolsonaro, sendo renomeado como “Casa Verde e Amarela” e tendo as faixas de renda contempladas modificadas, mas não houve um fim

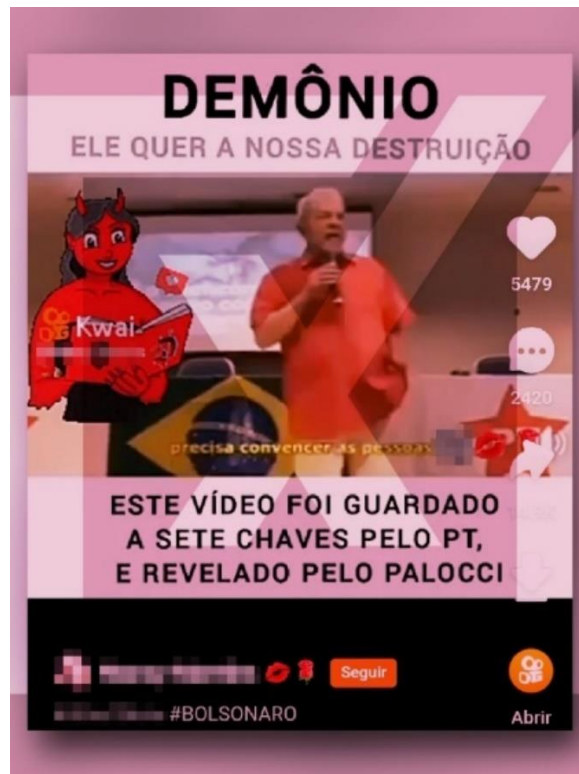
de um programa de financiamento com participação do Executivo. O *meme* se mostra como uma propaganda política que distorce a realidade, ainda que usando parte dela para construir seu efeito de sentido. Perceba-se que, similarmente, a figura 34b também utiliza o *espetáculo* como suporte para falar de Lula e seu suposto ataque a cristãos/ãos, como veiculado pelo deputado federal Filipe Barros, que estava na base do governo Bolsonaro. As afirmações do *meme* não apenas distorcem a realidade, no caso, pois são completamente falsas.

Note-se que ambos os *memes-espetáculos* (aqui, não apócrifos, já que são vindos de um lugar institucional e tendem a mostrar a figura política que combatem para fins de autopromoção junto à sua base eleitoral) se utilizam de distorções da realidade assentadas num suporte que simula o real. Paulo Pimenta utiliza o sensacionalismo do portal *Brasil 247*, que se coloca como um jornal *online* de esquerda e que, não raro, produz manchetes chamativas; já Filipe Barros utiliza, além do sensacionalismo do portal *Terra Brasil Notícias*, uma espécie à direita e mais fanática do *Brasil 247*, colagens de comentários que deliberadamente deturpam as palavras do adversário político, quando não as inventa totalmente.

Analisando-se estes exemplos, poderia ser levantada a questão sobre o que diferencia o *meme persuasivo* do *meme-espetáculo*. Certamente que os *memes* de ambos os deputados têm como finalidade a interpelação ideológica da/o eleitor/a, a sua persuasão. No entanto, a centralidade do *espetáculo* perturba o conceito de *meme persuasivo*, pois, no *meme-espetáculo*, a persuasão se mostra como um fim secundário, enquanto a deformação da realidade se impõe como a matriz de sentido, logo, como a finalidade primária para a rede de filiação de sentidos com as quais se pretende trabalhar. O *meme-espetáculo* projeta a *imagem* debordiana em primeiro plano, que é reflexo imperfeito do real, e reforça-a com meias verdades ou mentiras plenas. Seria ele, portanto, uma espécie de *fake news* que, apesar de mostrar alguma verdade, assim o faz de maneira espetacularizada, adulterada, assentando-se em elementos do real, simulando o fazer jornalístico ao trazer pequenos fragmentos da verdade para compor sua paleta discursiva.

Assim, percebe-se que o *meme-espetáculo* usualmente opera em ambientes de polarização política, recorrendo a dicotomias, mentiras e/ou hipérboles que se utilizam de elementos da realidade para bem simulá-la, como uma *imagem* debordiana. Ele perturba, ademais, uma das próprias características do *meme*: o de servir ao lúdico, tornando-se marcadamente pesado, sensacionalista, urgente. Caminha, assim, a tênue linha do *meme* e das *fake news*. Veja-se o exemplo abaixo:

FIGURA 35 – Meme-espetáculo “Lula demônio”. Fonte: Kwai de Nancy Martins.



O conteúdo deste *meme-espetáculo* usa como base de realidade um evento em que Lula participou em 2017. Suas falas, entretanto, são editadas no vídeo, que é o suporte deste *meme*. No vídeo de um minuto e 44 segundos publicado na plataforma de vídeos *Kwai*, Lula supostamente diz ser preciso negar a política; o petista é associado à defesa do fascismo, nazismo e qualquer outro regime autoritário adverso à democracia. Acima das imagens do petista, foram inseridas a palavra “demônio” e a frase “ele quer a nossa destruição”. Abaixo, a seguinte legenda: “Este vídeo foi guardado a sete chaves pelo PT, e revelado pelo Palocci”. Note-se que há uma figura de demônio acoplado ao *meme*, o único elemento de humor da cena eminentemente grave anunciada pelo *meme-espetáculo* carregado de *fake news*.

A questão da simbiose entre política e religião, como já analisamos no capítulo terceiro, foi um dos principais temas dos *memes* políticos das eleições de 2022. Além daqueles *memes* que interpelavam sujeitos na tentativa de lhes convencer de que Lula fecharia igrejas e se opunha à religião, outros surgiram como contraponto em relação ao seu adversário político. Um deles chegou a ser compartilhado pela apresentadora Xuxa:

FIGURA 36 – Post em que Xuxa compartilha *meme* anti-Bolsonaro. Fonte: *Instagram* da apresentadora.



Uma lenda urbana comum no Brasil dos anos 1990 era a de que a ex-apresentadora de programas infantis Maria das Graças Meneghel, conhecida como Xuxa, havia obtido sucesso por haver realizado um suposto “pacto com o demônio”. Isso seria “provado” ao se ouvir quaisquer um de seus LPs (os discos de vinil que, na época, eram o suporte para as vendas da indústria fonográfica) de trás para frente, visto que o som produzido seria o do “diabo” falando. Ora, qualquer som que fosse produzido num disco que rodasse em sentido oposto soaria distorcido, mas a lenda urbana ganhou lastro, virou piada e foi aceita pela própria Xuxa, como se vê pela publicação em sua rede social.

O *meme* que ela reproduz, em seu caráter humorístico, põe uma montagem do ex-presidente Bolsonaro como se Xuxa fosse. O efeito de sentido que se produz é o da *inadequação* desta nova figura surgida: meiga, infantil, feminina, ainda que com a rigidez característica da sempre-tensa fisionomia de Jair. Alguns elementos imagéticos do quadro fazem a conexão da figura de Xuxa com a do presidente não reeleito: as estampas, os adereços e as “xuxinhas” de cabelo que a apresentadora comumente usava, geralmente multicoloridos, são tornados verdes, azuis e amarelos, para que lembremos de que esta nova imagem é a de Bolsonaro, ainda que à Xuxa. O efeito de humor do *meme* é arrematado pelo seu suporte linguístico, acoplado à imagem: “Quando vc toca o LP da Xuxa de trás pra frente [sic]”, o que significa dizer que, ao assim fazê-lo, conforme a

lenda urbana indicava, o “diabo” apareceria – e, agora, o diabo toma a forma do próprio Jair Bolsonaro.

Este *meme*, que poderíamos classificar como sendo de *ação popular*, assemelha-se a outro que novamente recorre às figuras de Jair e de Xuxa para capturar a atenção dos sujeitos. Subvertendo *memes-espetáculo* que anunciavam a “gravidade” de um “Lula fechador de templos”, o *meme-espetáculo* analisado abaixo traz um sócio de Bolsonaro que viralizou na rede social *TikTok* dançando “Ilariê”, um dos maiores hits da ex-apresentadora infantil. O dizer “MUITO GRAVE”, posto acima e em vermelho, assemelha-se ao tipo de *meme-espetáculo* neofascista, que usualmente conta com o sensacionalismo como mote e com o falseamento da realidade; abaixo, explica-se que um suposto Bolsonaro estaria ouvindo a música “ao contrário”, o que confirmaria, uma vez mais, sua filiação com o demônio – e o efeito de sentido construído, num debate político poluído de ruídos binários do campo moral e religioso, apontava que quem pertencia “ao demônio” não era Lula, mas, antes, o próprio Bolsonaro.

FIGURA 37 – *Meme-espetáculo* “Bolsonaro dançando Ilariê ao contrário”. Fonte: *WhatsApp* (apócrifa).



Nesta temática de envolvimento de religião, política e *memes*, a deputada Carla Zambelli, da base bolsonarista, publica o seguinte em outubro de 2021:

FIGURA 38 – Post-meme “2 lados”. Fonte: Twitter de Carla Zambelli.



A *postagem*, que se utilizava do tipo taxonômico *meme persuasivo*, trazia uma espécie de resumo da disputa presidencial que aconteceria em 2022 como uma “luta do bem contra o mal”. Viralizou nas redes sociais, mas no sentido inverso do que se esperava transmitir. Isso porque o *post* convidava o público a escolher, em uma imagem de gosto duvidoso, entre um Jair Bolsonaro acompanhado de Jesus e da bandeira do Brasil, e um Lula de mão dada com o diabo e com um selo da foice e do martelo. O humor, talvez não pretendido pela deputada, foi acionado em demais *memes* em resposta à sua *postagem*, como no caso em que se respondeu, a partir da mesma base posta pelo *meme* original, montagens que mostravam as figuras trocadas:

FIGURA 39 – Meme de ação popular “2 lados subvertidos”. Fonte: Twitter (apócrifo).



Seguindo essa mesma linha binária, mas desta vez em um suporte não restrito à internet, observa-se o tema da pretensa dualidade entre comunismo e religião que sustenta a lógica interna da *formação discursiva bolsonarista*. Desta feita, analisa-se um *outdoor* cuja temática e tônica se replicavam, à moda de *memes*, país afora ao longo do governo Bolsonaro, especialmente nas entradas e vias de entrada e saídas das cidades:

FIGURA 40 – Outdoor em que se nota o reducionismo político veiculado pela dicotomia e os sentidos que filia a cada um dos “lados”. Ademais, percebe-se a presença do lema integralista ladeando a imagem do ex-presidente. Fonte: *Poder360*.



Considerando estes exemplos, indaga-se: qual a importância de falarmos de *memes* na seara política, especialmente deste que nomeamos de *meme-espetáculo*? Ora, a propaganda política pode ser interpretada como um *meme* se e quando produzida com finalidade específica de gerar ampla repercussão junto ao público através de uma mensagem e/ou um formato que facilite a sua reprodução, como nos casos dos *memes* trazidos acima postados por deputados federais. A forma deste *meme*, assim, pode ser replicada, ganhar contornos populares e viralizar, fazendo com que um *meme-espetáculo* institucionalmente criado seja, após a intervenção de várias/os usuárias/os distintas/os, confundido como um *meme de ação popular*, por exemplo, levando as pessoas a crer que aquilo parte de um sentimento socialmente compartilhado e representa uma ânsia coletiva. O *meme-espetáculo* tem o potencial de apagar as fronteiras entre o que é verdade e mentira, entre o que foi produzido e ditado institucionalmente e o que tem um “rastros popular”, nascido “espontaneamente” na sociedade, como parece ser a intenção do *outdoor* de estética memética acima representado, cuja autoria se dilui, como se aquela mensagem pertencesse e representasse a todas e todos as moradoras/es do município de Chapecó.

O debate que se coloca sobre os *memes*, especialmente estes que categorizamos como *meme-espetáculo*, que simula, distorce e manipula a realidade, é premente: o discurso neofascista avança na seara digital. Prova maior disso é que, às vésperas do pleito

de 2022, Bolsonaro seguia com quase 30 milhões de seguidoras/es a mais do que Lula nas redes sociais¹⁰⁸ (NADIR, 2022). Quantas delas e deles não podem ter sido potenciais caixas de ressonância de sua mensagem fraticida através de *memes-espetáculo*, suporte que pode ter lhe garantido, ainda que não eleito, metade do eleitorado brasileiro?

5.2 Mitos, porta-vozes, *línguas de madeira e de vento* e *novilíngua* neofascista

Iniciamos esta última etapa de nossa tese recorrendo às palavras do patrono da educação brasileira, que se mostram impressionantemente atuais no contexto hodierno, mesmo tendo sido escritas há mais de meio século:

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando, cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. [...] Excluído da órbita das decisões, [...] é comandado pelos meios de publicidade, a tal ponto que em nada confia ou acredita se não ouviu no rádio, na televisão, ou se não leu nos jornais. Daí sua identificação com formas míticas de explicação do mundo. [...] **o que se sente, dia a dia, é o homem simples esmagado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele.** Mitos que, voltando-se contra ele, o destroem e o aniquilam. (FREIRE, 2020a, pp. 60-62). *Grifos nossos.*

O homem e a mulher aos quais Paulo Freire se referia ao redigir estas linhas em 1967 segue sendo os mesmos homens e mulheres emaranhadas/os na teia do capitalismo; o mito muda de forma, havendo-a assumido Jair Bolsonaro em 2018; o mito se transfigura politicamente, recentemente manifesto como um neofascismo que desponta na democracia neoliberal brasileira; entretanto, a aparência, o roteiro e a direção deste *espetáculo* segue sendo ditado pelas “forças sociais poderosas” criadoras dos mitos, suas fiadoras: as/os capitalistas que só enxergam o horizonte do lucro e, para obtê-lo, necessariamente, exploram as/os trabalhadoras/es.

É preciso, sem desconsiderar a genialidade freiriana, atualizar seus dizeres. Como intentamos salientar ao longo de nossa exposição, a mulher e o homem modernos ao qual alude Freire não estão sendo comandadas/os tão somente pela publicidade, pelo rádio, pela televisão e pelos jornais; hoje, como expusemos, tem elas/eles a ilusão de participar

¹⁰⁸ De acordo com matéria realizada pelo *Poder 360* às vésperas do pleito de 2022, “o presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) tem 43,5 milhões de seguidores na internet, considerando Twitter, Instagram e Facebook. O número é 28,9 milhões a mais que o número de usuários que seguem seu principal rival, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que soma 14,5 milhões”.

e de interagir com o *espetáculo* que todos esses meios de comunicação expõem, porque uma nova forma de se comunicar também emergiu em nosso momento histórico: a comunicação instantânea de massas pela internet, que fez com que novos gêneros discursivos, como o *meme*, surgissem. No que o discurso digital (DIAS, 2018) emerge como objeto, o discurso neofascista, calcado em *espetáculo* e mitificação, conquista um lugar de destaque, cooptando as massas – pelos mitos que constroem – para logo as dominar.

A respeito do processo de construção e aceitação de mitos no seio social, filiamos-nos à observação de Schwarcz (2019, p. 18) de que

os mitos não se comportam necessariamente como ‘mentiras’. Como mostra o etnólogo Claude Lévi-Strauss, por tratarem de contradições profundas das sociedades a que dizem respeito, eles permanecem vigentes para além dos argumentos racionais ou dos dados e documentos que buscam negá-lo. Afinal, muitas vezes é mais cômodo conviver com uma falsa verdade do que modificar a realidade.

E, finalmente complementando esta questão, não poderíamos nos furtar de, uma vez mais, recorrer a Paulo Freire (2020b, pp. 187-189):

Todos estes mitos e mais outros que o leitor poderá acrescentar, cuja introjeção pelas massas populares oprimidas é básica para sua conquista, são levados a elas pela propaganda bem-organizada, pelos *slogans*, cujos veículos são sempre os chamados “meios de comunicação com as massas”. Massas conquistadas, massas espectadoras, passivas, gregarizadas. Por tudo isto, massas alienadas. É preciso chegar até elas para, pela conquista, mantê-las alienadas. Este chegar até elas [...] não pode transformar-se *num ficar com elas*. Esta ‘aproximação’ se faz [...] pelos ‘comunicados’, pelos ‘depósitos’ dos mitos indispensáveis à manutenção do *status quo*.

Observe-se que Freire já contemplava em seus próprios termos o que a teoria debordiana se debruçaria em detalhe: a criação de mitos é uma maneira de criar *imagens* e alienar as massas, tornadas meras espectadoras sobre as quais os “comunicados” nelas se depositariam, tolhendo-as de pensar e de agir sobre o mundo. Freire, sem os nomear, já lançava luzes para os conceitos de *sociedade do espetáculo* e para o *meme* que, como vimos especialmente a partir do *meme-espetáculo*, pode servir como um veículo de mitos, mitos que aqui se compreendem como mentiras, como visões míticas e alienantes do mundo, de deturpação do real.

Ora, ainda nos capítulos iniciais deste trabalho já falávamos, sustentados em Eco (2019) e em Stanley (2020), que o fascismo precisa de um mito essencial para seu

funcionamento: o mito da nação gloriosa, ou o *passado mítico*. Para que esse mito se sustente, ele precisa operar sobre certo grau de *irrealidade*, um pressuposto fascista que apaga a memória do passado factual e real para recriá-lo ao sabor da circunstância da política fascista, entregando como resultado uma mentira que recupera uma história de passado heroico e harmonioso de uma nação, que necessariamente precisa ser percebida como “destruída” e corrompida pelo grupo político imediatamente anterior que a governava.

Uma atividade como essa precisa ser realizada com um viés firmemente *anticientífico*, visto que o trabalho intelectual logo desmontaria tal farsa; é por este motivo, assim, que a *ignorância* surge como bojo dessa política, além de presumir alto grau de *irracionalismo* em consequência. Este serve a duas frentes: combater a ciência que se utiliza da racionalidade para explicar o mundo e os fenômenos naturais e sociais, mas que é uma afronta à própria existência do fascismo, que demanda irrealidade, ignorância e anticientificismo; e gregarizar uma massa de pessoas que, ignorantes, passem a aceitar a força dos mitos que se lhes impõem, defendendo-os mesmo que eles não as representem. Neste viés, o *irracionalismo* demanda um sentido de fanatismo.

No prefácio a “Estudos sobre a personalidade autoritária” de Adorno (2020), Horkheimer já sinalizava este fato acerca do funcionamento da personalidade fascista. Diz o filósofo da Escola de Frankfurt:

O tema central do trabalho é um conceito relativamente novo – o surgimento de uma espécie “antropológica” que chamamos de tipo autoritário de homem. Em contraste com o fanático [*bigot*] do estilo antigo, **ele parece combinar as ideias e habilidades típicas de uma sociedade altamente industrializada com crenças irracionais ou antirracionais**. Ele é **ao mesmo tempo** esclarecido e supersticioso, orgulhoso de ser um individualista e com medo constante de não ser como todos os outros, zeloso de sua independência e inclinado a se submeter cegamente ao poder e à autoridade. (HORKHEIMER *apud* ADORNO, 2019, p. 29). *Grifos nossos*.

Esse tipo conflitante de personalidade, que abriga paradoxos aparentemente imiscíveis e inconciliáveis, tem a ver não só com o tipo de sujeito de personalidade autoritária contraditória que se manifestou no Brasil nos anos bolsonaristas, mas com o gênio de George Orwell na criação das categorias de *duplipensamento* e de *novilíngua* (ou “novafala”) em sua clássica distopia “1984”. Nesta obra seminal, Orwell (2009) descreve uma sociedade totalitária que guarda características com o nazifascismo de Hitler e Mussolini e com a URSS de Stalin; a figura do Grande Irmão sintetiza todos eles, uma personagem etérea que funciona como ponto focal de uma sociedade opressora que

está permanentemente em guerra com outras superpotências mundiais. O desenrolar dos acontecimentos da trama acontecem em Londres, capital da Faixa Aérea Um, ou o Reino Unido em “velhafala” (como a língua inglesa é referida no livro), agora parte de uma superpotência que se chama Oceânia.

O debate colocado por Orwell é o de que aquele tipo de fascismo (e não temos dúvidas de que a sociedade oceânica preencheria todos os requisitos já anteriormente listados para a verificação de uma política fascista a lhe governar) se dá principalmente por uma perspectiva muito corrente na linguística: a de que a linguagem estrutura o pensamento e vice-versa. Na obra orwelliana, a *novilíngua* “era o idioma oficial da Oceânia e fora concebido para atender as necessidades ideológicas do Socing, ou Socialismo Inglês” (ORWELL, 2009, p. 347), que é o equivalente ao Partido Comunista da União Soviética à época de Stalin, ou ao Nazista à época de Hitler. O objetivo da *novilíngua*, continua Orwell (2009, p. 348), “não era somente fornecer um meio de expressão compatível com a visão de mundo e os hábitos mentais dos adeptos do Socing, mas também inviabilizar todas as outras formas de pensamento, na medida em que eles dependem de palavras para serem formulados”.

Um exemplo dado pelo próprio George Orwell na sua explicação sobre a *novilíngua* é o da palavra “livre”, que continuava a existir naquela sociedade fictícia, mas apenas para ser empregadas em frases como “o caminho está livre” ou “o toalete está livre”; não se utilizava esta palavra no “velho sentido” de “politicamente livre” ou “intelectualmente livre”, “pois as liberdades políticas e intelectuais já não existiam nem como conceitos, não sendo, portanto, passíveis de ser nomeadas” (ORWELL, 2009, p. 348). A *novilíngua*, assim, havia sido concebida não para ampliar um léxico e as possibilidades linguístico-discursivas de um idioma, mas para restringir os limites do pensamento, fazendo com que a redução sintático-lexical implicasse o controle ideológico da/o usuária/o da língua.

Diante dessa introdução sobre a *novilíngua* orwelliana, sustentaremos que o inelegível¹⁰⁹ Bolsonaro foi o porta-voz de uma nova semântica política nacional – uma “novilíngua”, portanto – no ano de 2018, cujo discurso foi se tecendo ao longo dos anos

¹⁰⁹ “Por maioria de votos (5 a 2), o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou a inelegibilidade do ex-presidente da República Jair Bolsonaro por oito anos, contados a partir das Eleições de 2022. Ficou reconhecida a prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião realizada no Palácio da Alvorada com embaixadores estrangeiros no dia 18 de julho de 2022”. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

em que construiu sua carreira política (agora, sustada). Esta “nova” forma de fazer política e falar de política no Brasil republicano pós-1988 se coaduna com o fato de que Bolsonaro foi o representante de uma mudança em curso na política brasileira, que, esgotada pelo modelo neoliberal tradicional, inclinou-se à extrema-direita fascista, até então minoritária na representação política nacional. A falência neoliberal, que impetrou um golpe em 2016, discursivamente intentado de se nomear de “impeachment”, agonizou durante os anos de Michel Temer na presidência usurpada, contribuindo para o processo que levou à alçada de um deputado politicamente inexpressivo ao Palácio do Planalto.

Entendemos que Jair Bolsonaro representou um perverso acontecimento histórico-discursivo para o Estado brasileiro, acontecimento este que se deu na eleição de 2018, a estrutura que serviu de ponto de encontro da memória – memória política das eleições anteriores, mas também da ditadura militar – e da atualidade – que então movimentava o sentido de que, no discurso político, as/os candidatas/os à presidência do Brasil deveriam ser, *a priori*, a favor do projeto posto pela CF/88. No entanto, era notável o deslocamento do sentido discursivo para a aceitação de um candidato que a este projeto se opusesse: uma quebra no ritual democrático brasileiro em que o político se submetia, primeiramente, à Constituição, para, tendo-a como fundamento – para aprimorá-la, ampliá-la, modifica-la, promover sua plataforma eleitoral e os projetos político-partidários em disputa.

Compreendemos, assim, que Bolsonaro foi o porta-voz de um projeto político de natureza fascista no Brasil. Para isso, baseamo-nos no apontado por Pêcheux (1990, p. 17):

[...] através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir do qual o lapso pode tornar-se o discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição. É neste momento que surge o porta-voz, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: **o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta**, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. *Grifo nosso.*

Se entendemos a figura de Jair Bolsonaro como porta-voz de um neofascismo que se anunciava em 2018, é por compreender que o poder por ele afrontado foi a própria democracia burguesa brasileira, já que seus dizeres e práticas no discurso político que apresentava presumiam o rompimento do pacto cidadão estabelecido na Carta de 1988, desrespeitando, pois, o “establishment” político e econômico nacional (e, por isso mesmo,

reforçando sua imagem de “outsider”). Porta-voz, assim, de uma nova ordem de poder no Brasil, que vem modificando o perfil empresarial e católico da classe dominante para um de tipo evangélico e agropecuário – e que transfigura, no discurso, sentidos de não aceitação de preceitos fundamentais constitucionais, admitindo a exortação de sua antítese.

Antes de avançarmos na análise do movimento dos sentidos do discurso político nacional no período de 2018, cujo porta-voz foi Bolsonaro, é necessário, antes, que se expliquem alguns conceitos. Uma vez que apresentamos a noção inicial de *novilíngua*, terminologia que aqui adotaremos para tratar dos dizeres da *formação discursiva bolsonarista*, passemos a conceituar *língua de madeira* e *língua de vento* para, enfim, chegar à “novilíngua” do porta-voz do neofascismo brasileiro.

Por “língua de madeira”, Gadet e Pêcheux (2004) consideram as línguas do direito e da política, por se tratarem de enunciados extremamente codificados, de códigos fechados, inacessíveis a outros setores não envolvidos nesses campos de saber, bem como à maioria da população. Consideravam os autores que, “com a ascensão dos meios de comunicação de massa, a língua do direito e da política se enrosca com a língua de vento da propaganda e da publicidade. Uma face obscura de nossa modernidade a que uma reflexão sobre a língua não poderia permanecer cega” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 23).

Ao explicar determinadas características desta “língua de madeira”, Volkoff (2004) nos fornece alguns exemplos do funcionamento desta “langue de bois”¹¹⁰, especialmente daquela utilizada na antiga União Soviética:

Prefere as formas passivas e impessoais: “Fez-se um bom avanço construtivo, o laço mútuo foi reforçado, foram expressos votos, foi dada uma atenção particularmente profunda”, como forma de sugerir um ‘nós’ coletivo [...]; Os adjetivos descoloridos servem para dar aos substantivos um sinal positivo ou negativo, como “forças progressistas”, “abundância kolkhoziana”, “legalidade revolucionária” [...]; recorre, por vezes, a metáforas estereotipadas: “os comunistas são a carne da carne, o sangue do sangue da classe operária”, “Lenine é a encarnação ideal do revolucionário” [...]; recorre frequentemente à alegoria, à prosopopeia, à metonímia. Se quer designar-se a URSS, diz-se “O partido e o governo”; se querem referir-se aos Estados Unidos, diz-se “Wall Street” ou “o Pentágono”. A metalepse permite supor demonstrado o que não está, tipo a “justeza das teses leninistas”. (VOLKOFF, 2004, p. 68).

¹¹⁰ “Língua de madeira” ou “língua de pau” em francês.

Em geral, refere-se à *língua de madeira* como uma “ideologização” da língua, uma espécie de privatização dos significados de determinadas expressões, como forma de se cristalizar sentidos, apagando outros. Geralmente, a expressão se refere ao discurso jurídico-político-estatal da União Soviética no pós-Revolução de 1917, como se viu acima. A *langue de bois* soviética já foi comparada, inclusive, com a *novilíngua* de George Orwell. No entanto, é necessário analisar até que ponto essas “línguas de madeira” são exclusividade dos bolcheviques, visto que, no discurso liberal contemporâneo tem-se, por exemplo, o uso de metonímias e eufemismos, como “flexibilização dos direitos trabalhistas”, “política de austeridade”, “abertura de mercados”, “enxugamento da máquina”, todas elas expressões que podem significar diferentemente em outras formações discursivas. Além disso, Pêcheux (1990) já apontava que é o próprio discurso do Direito do pós-Revolução Francesa de 1789 que, ao instituir a democracia burguesa em definitivo, também institui a “nova língua de madeira da época moderna”, pois procura estabelecer, na lei, uma suposta unidade formal de igualdade entre as classes sociais, “na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política” (PÊCHEUX, 1990, p. 11).

No entendimento de Courtine (2003), as “línguas de madeira” (línguas duras e herméticas) do direito e da política relacionam-se, cada vez mais intimamente, com as chamadas “línguas de vento” (flexíveis, fluidas) da publicidade e da mídia. A expressão “línguas de vento” refere-se, dessarte, à língua fluida, rápida, efêmera, característica principalmente dos meios de comunicação contemporâneos e que influenciam, também, o discurso político, colocada, em geral, em oposição às “línguas de madeira” ou “*langue de bois*”. Entendemos, dessa forma, que a *novilíngua fascista* está mais aproximada a uma “língua de vento” no que tange à sua flexibilidade e fluidez, mas com características mais peculiares, como a de admitir contraditórios coexistindo no engendramento de sentidos.

Voltemo-nos, pois, à “novilíngua bolsonarista” no pleito eleitoral de 2018, que já apontamos estar gozando, à época, de grande aceitação política, que ia além-muros do Congresso. Bolsonaro vaticinava uma guinada conservadora e decadente das massas desacreditadas com a política nacional, à esquerda (cuja representação pendia aos governos do PT) e à direita (cuja representação se dava com o PSDB e com o então governo do ilegítimo Temer). A “língua de madeira” do discurso político nacional, então utilizada por ambos os espectros políticos, relativamente hermética no alinhamento com os sentidos juridicamente instituídos na CF/88, pouco a pouco se modifica. Após a

“infestação de cupins” de 2016¹¹¹, a língua que dela surge não é mais uma “madeira de lei”, uma vez que a lei maior do Estado havia sido corroída; o que resulta é um “compensado de madeira”, ou seja, um discurso político que ora transitava entre a “língua de madeira” do período pré-golpe, especialmente para evocar sua legitimidade¹¹², ora “flexibilizava” o material desse discurso jurídico-político (Reforma Trabalhista, por exemplo), transfigurando a “língua de madeira” em uma que mudava “ao sabor dos ventos” da politicagem momentânea.

Na forma, no entanto, a língua continuava “de madeira”: famosas eram as mesóclises de Michel Temer, incompreensíveis e apartadas do linguajar brasileiro, do “bom negro e do bom branco da nação brasileira”¹¹³. Sem legitimidade até mesmo na forma linguística, o discurso do breve período Temer representa uma “língua de MDF”, forma transitória para uma língua mais fluida, flexível e espetacular em relação ao discurso político tradicional. Uma “língua de compensado de madeira” que, de tanto ser corroída e modificada, inevitavelmente viria a se fragmentar, expondo-a ao vento. Tal transição, de uma “língua de madeira” a uma de “vento”, foi o que, por fim, levou à fratura da democracia burguesa brasileira, incapaz de suportar incoerências internas, como o fato de se romper com a Constituição que estruturava esta língua continuamente (pelo golpe-*impeachment* inconstitucional, pela diminuição de direitos trabalhistas e sociais durante a tomada de poder político), mas ainda assim dela se servir como argumento fundador de legitimidade.

Assim, tornava-se necessário, para a manutenção do poder pela classe dominante, um “novo” discurso político que englobasse e representasse as anomalias de uma democracia inicialmente impedida e posteriormente fraturada, uma que também se representava cada vez mais no e pelo discurso digital: língua das efêmeras respostas do público numa *sociedade do espetáculo*, ajustada à geração de emoções, transformadas em *reacts*, *likes* e comentários nas interações das redes sociais de 2018. Um discurso político descompromissado com os preceitos constitucionais como garantia de direitos e mais atinente aos conteúdos difusos e espetaculares das mídias digitais.

¹¹¹ Homenagem-metáfora aos usurpadores da presidência de 2016.

¹¹² Lembremo-nos de que a burguesia se valia da própria CF/88 para juridicamente justificar o golpe dado.

¹¹³ Menção a “Pronominais”, poema de Oswald de Andrade, modernista.

O porta-voz desta “nova língua”, como aventamos, foi Jair Bolsonaro, que, por romper até mesmo com o padrão fluido das mídias tradicionais, estabelece uma nova ordem linguística para o papel do político no Brasil, transfigurando a “língua de madeira” em “língua de vento” até, enfim, chegar à sua metamorfose mais completa: a *novilíngua neofascista*, a qual nos propomos a analisar nesta parte final do trabalho.

5.3 *Novilíngua neofascista em análise*

Havemos de lembrar que a *novilíngua*, tal como formulada por Orwell (2009), é mais tendente à “língua de vento”, especialmente por mostrar um formato exíguo e simplista da capacidade linguística. De certa maneira, isso é encapsulado no *meme* e em demais discursividades digitais, o que, por sua vez, explica uma particularidade da *novilíngua* neofascista aqui analisada. Referimo-nos à questão sintática que estrutura a semântica da *formação discursiva bolsonarista*, marcada por truncamentos, ausência de elementos sintáticos, justaposições e imbricamento de ideias, geralmente não totalmente desenvolvidas. Estas características de ordem estrutural aparecem, no intradiscurso da FDB, sob a forma de rupturas, mudanças bruscas e/ou contraditórias e ausência/silenciamento de elementos sintagmáticos que compõem o nível intradiscursivo do ex-presidente. Uma construção considerada pelas/os linguistas que formulam o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) como *estrutura sintática deficitária*, avaliada na primeira das competências da redação deste exame, conforme a *Cartilha do Participante* evidencia:

A estrutura sintática é objeto de avaliação da Competência 1 [...]. Uma estrutura sintática convencional pressupõe a existência de determinados elementos oracionais que se organizam na frase e garantem a fluidez da leitura e a apresentação clara das ideias do participante, organizadas em períodos bem estruturados e completos. Além disso, por se tratar de um texto dissertativo-argumentativo, que deve ser escrito na modalidade formal da língua portuguesa, espera-se, para que uma redação receba a nota máxima na Competência 1, que os períodos apresentem complexidade em sua construção, com orações subordinadas e intercaladas. **Já os textos com falhas relacionadas à estrutura sintática geralmente apresentam períodos truncados e justaposição de palavras, ausência de termos ou excesso de palavras (elementos sintáticos).** Esses problemas são caracterizados, normalmente, por um ponto final separando duas orações que deveriam constituir um mesmo período (truncamento) ou uma vírgula no lugar de um ponto final que deveria indicar o fim da frase (justaposição), o que interfere na qualidade da estrutura sintática. (BRASIL/INEP, 2022). *Grifo nosso.*

Note-se que a redação do Enem, exame que mensura a qualidade do ensino de nível básico no país, refere-se à língua em sua modalidade escrita. Nossa análise discursiva, entretanto, tem como material de amostra primordial a modalidade oral da língua, uma vez que as *falas* do ex-presidente são mais frequentemente levadas em consideração para que, em conjunto, sustentemos que elas compõem o que formam parte do discurso neofascista: os dizeres inerentes do que chamamos de *formação discursiva bolsonarista*. No entanto, ainda que se considere que a análise desses fragmentos intradiscursivos seja da ordem da oralidade – que, como nos indica Marcuschi (2010), possui características próprias, como aspectos prosódicos (entonação, ritmo, melodia), além de ser permeada por hesitações, reformulações, interrupções, tomadas de turno de fala etc. –, lembremo-nos, por exemplo, da SD 3, aqui novamente trazida para ilustrarmos nosso ponto:

SD 3 – Pela família, pela inocência das crianças na sala de aula, que o PT nunca teve [sic], contra o comunismo, pela nossa liberdade, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, eu voto sim!

Esta sequência discursiva, como analisada nas seções 2.3.1 e 3.3, advém de um suporte físico em papel, cujo texto *escrito é lido e, assim, oralizado* pelo então deputado Jair Bolsonaro. Assim, o que aqui consideramos não é apenas uma característica dos gêneros orais (liberdade/quebra sintática), mas a própria maneira como o ex-parlamentar constrói/constrói sua linguagem sintaticamente.

Ora, nossa hipótese é a de que essa deficiência de ordem da sintaxe, aparentemente estranha ao objeto da análise discursiva, seja também causa e reflexo da “incapacidade” de Bolsonaro em “construir um discurso coerente” (FERRÉ *apud* FERNANDES, 2019). Sintaticamente, seu discurso se manifesta por meio da ausência de elementos sintagmáticos e pelas muitas justaposições da sequência observada (resultando no ininteligível fragmento “que o PT nunca teve”), o que gera truncamentos sintáticos que dificultam a clareza das ideias sendo expostas. É por este motivo que arrazoamos que este tipo de construção sintática se alinha ao preconizado pela *formação discursiva bolsonarista*: ver-se-á que, de igual modo, os dizeres que trazemos no início de cada subseção que encerram esta tese seguem o padrão de quebras e junções/justaposições que, por fim, projetam-se para o nível semântico-discursivo, construindo efeitos de sentido que pendem à contradição.

A *novilíngua* bolsonarista (que não deixa de ser neofascista) é, assim, marcada por uma precária sintaxe, porque também ela provém de um lugar de precariedade e vagueza semântica, típicas do fascismo. Mas, diferentemente de fascistas clássicos como Hitler e Mussolini, cujas oratórias eram traços marcantes para a interpelação de sujeitos, a FDB se sustenta em escassa sintaxe, pois que o engendramento de sentidos violentos do discurso neofascista, agora fundamentado numa *sociedade do espetáculo*, dispensa, portanto, a complexidade de uma sintaxe mais rebuscada. O Brasil, em transe, agia à moda do *meme*: saturado de imagem-espetáculo, pouco material linguístico era requerido, tal qual descrito por Orwell (2009) em “1984”: uma sociedade em que a língua tivesse como propósito extinguir ao máximo o abstrato, o concreto pensado, a capacidade mesma de pensar. Uma *novilíngua*, portanto, que servisse como mero instrumento comunicacional, jamais para a reflexão.

Subjacente a esta estrutura linguística mais exígua que se acabou de discutir, Orwell (2009) descreve a técnica do *duplipensamento*, que é o cerne da questão posta por Horkheimer mais acima. Para o autor britânico, “*duplipensamento* significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas” (ORWELL, 2009, p. 252). Assim, uma/um membra/o do Partido da sociedade distópica descrita em “1984” teria ciência de que precisaria manipular a realidade, distorcendo-a, para ter o seu controle; mas, graças ao exercício do *duplipensamento*, ela/ele também se convence de que a realidade não está sendo violada, já que isso poderia levá-la/lo a nutrir sentimento de culpa e desonestidade (e o Partido, na obra de Orwell, é o centro da integridade, sempre certo e constituído por nobres valores, ainda que as práticas de seus membros digam o contrário). Este processo precisa ser consciente, do contrário não seria conduzido com a adequada precisão na consecução de determinados fins, *mas também inconsciente*:

Dizer mentiras deliberadas e ao mesmo tempo acreditar genuinamente nelas; esquecer qualquer fato que tiver se tornado inconveniente e depois, quando ele se tornar de novo necessário, retirá-lo do esquecimento somente pelo período exigido pelas circunstâncias; negar a existência da realidade objetiva e ao mesmo tempo tomar conhecimento da realidade que negamos – tudo isso é indispensavelmente necessário. (ORWELL, 2009, p. 252).

Assim, percebe-se que o conceito de *duplipensamento* está inexoravelmente intrincado ao de *novilíngua*, à semelhança das *formações ideológicas e discursivas* – evidentemente que guardadas as devidas diferenças entre os conceitos, uma vez que a criação orwelliana é fictícia e não se pretendia científica, mas, antes, alçava-se como um

comentário literário sobre a sociedade do autor (Orwell publicou o livro em 1949, pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial e ainda sob a vigência do Stalinismo).

O que pretendemos ao trazer estes conceitos orwellianos é analisar a linguagem neofascista (ou a *novilíngua* neofascista, como assim passamos a nomeá-la) sob o prisma da linguagem figurada que Orwell nos proporcionou. Isso porque, como já foi por nós apontado na seção 1.2 desta tese, a *formação discursiva bolsonarista* se manifesta numa linguagem muito particular que agrega coisas contraditórias, reproduzindo mitos e se baseando, portanto, na perspectiva orwelliana do *duplipensamento*. O veículo de preferência desse exercício de *duplipensar*, que não é outra coisa senão o do oportunismo político que serve à manutenção do fascismo, dá-se pela forma memética de comunicação, como viemos analisando ao longo deste trabalho.

Se a realidade brasileira do quadriênio 2018-2022 esteve impregnada de contradições, não era diferente na Oceânia orwelliana, cujos ministérios que alicerçavam o governo recebiam as seguintes alcunhas e funções: o Ministério da Paz cuidava dos assuntos de guerra; o Ministério da Verdade tratava das mentiras e deturpações feitas pelo governo para servir de propaganda; o Ministério do Amor praticava a perseguição política e a tortura; e o Ministério da Pujança lidava com o racionamento e a escassez de bens materiais. “Essas contradições não são acidentais e não resultam da mera hipocrisia: são exercícios deliberados de duplipensamento. Pois somente reconciliando as contradições é possível exercer o poder de modo indefinido” (ORWELL, 2009, p. 254). As similaridades com a ficção não parecem ser meras coincidências, visto que o Ministério da Saúde sob o governo Bolsonaro, por exemplo, adotava posições contraditórias e hesitantes no enfrentamento da pandemia de coronavírus.

Tão contraditórios quanto suas funções e suas nomeações, os ministérios orwellianos levavam em suas fachadas os *slogans* daquele governo ficcional, que aqui iremos utilizar como subtítulos que recepcionam nossos últimos gestos de análise: “Guerra é paz; liberdade é escravidão; ignorância é força” (ORWELL, 2009, p. 14). Passaremos a utilizar essas chaves para interpretar algumas características da *novilíngua* fascista, pensando, como Piovezani (2020), que não se deve subestimar o poder letal da linguagem, especialmente no contexto de formação de uma tormenta fascista.

5.3.1 Guerra é paz

O ex-presidente é um militar. A rigor, é um ex-militar, banido pelo próprio Exército – mas sua *identidade*, o que significa dizer a posição-sujeito que ocupa na ordem do discurso, é a de um militar. A temática da guerra é uma constante em seu discurso. A violência, a beligerância e a falta de trato são suas características como homem público. É o que lhe deu sustentação e viabilidade como político num país desigual como o Brasil, que expressa suas desigualdades pela violência física e verbal.

Para ele, a paz não é um fim a ser almejado socialmente, mas, sim, a guerra. A guerra é o propósito de sua formação, e por isso ela é confundida como paz. A paz que, segundo aquele ex-presidente, poderia ser obtida ao se utilizar diversas formas violentas, “matando uns 30 mil” numa guerra civil para “dar jeito no Brasil”, “fuzilando” adversárias e adversários, ou lhes desejando um infarto ou um câncer para que seu governo se termine como num passe de mágica, num *deus ex machina*¹¹⁴ aristotélico que resolveria todos os problemas governamentais de um país como o Brasil.

A verve bolsonarista se caracteriza pelo conflito e pela agressividade. No entanto, o exercício de *duplipensamento* de Jair o faz formular enunciados como os da reunião ministerial de 22 de abril de 2020, acontecida no auge da pandemia de coronavírus:

SD 4 – *Por que eu tô [sic] armando o povo? Porque eu não quero uma ditadura! [...] É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! Porque povo armado jamais será escravizado!*

Em vez de discutir uma guerra metafórica contra um vírus invisível, o ex-presidente impõe uma pauta completamente desnecessária ao momento, guerreando materialmente contra prefeituras/os e governadoras/es que tomavam medidas de isolamento social num momento de recrudescimento da COVID-19, até então uma desconhecida de todas e de todos. Ao não responder a contento à crise instalada pela pandemia incipiente, e ao ver que outras/os atrizes/atores políticas/os assim o faziam, Jair interpreta este como um ato de guerra. E o concilia no *duplipensar* de que *lockdowns* sanitários atentavam contra a liberdade das pessoas, logo, equiparavam-se a ditaduras e, por isso, precisavam de ser combatidas através do armamento massivo da população. *Guerra é paz*.

¹¹⁴ Categoria descrita na *Poética* que resolve a trama com alguma intervenção divina. Para Aristóteles, um recurso narrativo forçoso que empobrece a qualidade da tragédia.

FIGURA 41 – Meme-espetáculo “um povo armado jamais será escravizado”. Fonte: YouTube.



Observe-se o *meme-espetáculo* trazido acima. Ele traz elementos da verdade, como já identificamos anteriormente, com um suporte jornalístico a lhe garantir alguma fidedignidade com a verdade mediada pela imagem, usando-se da logomarca da rede de notícias CNN e da manchete para este fim. O tom sensacionalista é garantido com o uso de “breaking news”, ou “notícias da última hora”. Sobreposto, destaca-se em verde e amarelo a fala do então presidente, uma paráfrase de uma fala do fascista Mussolini¹¹⁵.

Em episódio anterior, desta feita em 21 de outubro de 2018, a uma semana do segundo turno das eleições, Bolsonaro fez um discurso em que o *duplipensamento* é exercido com abundantes paráfrases de sua própria *novilíngua* neofascista, a reforçar o mote *guerra é paz*. Ele enxerga o pleito eleitoral, ora, como uma guerra. E anuncia: “Nós ganharemos essa guerra. Vamos juntos trabalhar para que aquele grito que está em nossa garganta, que simboliza tudo o que nós somos, seja posto para fora: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!” (PIOVEZANI, 2020, p. 196). Variações de violência e de temas bélicos pontuaram seu discurso, como se observam nas sequências discursivas abaixo:

SD 5 – “Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós”;

SD 6 – “Petralhada, vai tudo vocês [sic] para a ponta da praia!” (referência às execuções clandestinas de presos políticos pela ditadura militar);

SD 7 – “Será uma limpeza nunca vista na história do Brasil”;

SD 8 – “Vocês, petralhada, verão uma Polícia Civil e Militar com retaguarda jurídica para fazer valer a lei no lombo de vocês”.

¹¹⁵ O exato dizer de Jair Bolsonaro nesta reunião ministerial é o que segue: “É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! **Que povo armado jamais será escravizado**. Eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme! Que é a garantia que não vai ter um [*expressão de baixo calão*] aparecer pra [sic] impor uma ditadura aqui! Que é fácil impor uma ditadura! Fácilímo!”. *Grifo nosso*. O dizer original é de Mussolini: “Só um povo armado é forte e livre”.

Esse conjunto de enunciados do discurso neofascista de Bolsonaro, que projeta uma *lei e ordem* assentada numa disputa que envolve *imaginárias posições-sujeito* de um “nós” contra um “eles” (ZOPPI-FONTANA, 2014; STANLEY, 2020), garante, de maneira muito contraditória, que se engendre um sentido de que, mesmo Bolsonaro se colocando abertamente como uma pessoa violenta, reacendendo, enfim, um fascismo latente, o *duplipensar* faz com que ele seja enxergado como um líder que garantirá a paz, uma vez que “anseia pelo bem da sociedade”, que a manterá a salvo dos muitos crimes por ele elencados, dizendo àquelas/àqueles que enveredam num “mundo de crimes” o que lhes espera: a cadeia, a “faxina” (leia-se: a eliminação, a morte), a “ponta da praia”. A rede de filiação de sentidos aponta que o sujeito analisado entende, portanto, que é pela destruição/eliminação do outro – pela guerra que se trava com o outro – de que se chega à paz. Eis o sentido engendrado pelo mote *guerra é paz* na *novilíngua* neofascista.

A política do “nós” contra “eles” não se inaugurava ali, no dia 21 de outubro de 2018, não se findou em 22 de abril de 2020 e ainda hoje segue com a tentativa de polarizar o debate político entre um democrata, Lula, e um fascista, Bolsonaro. Mas talvez o símbolo maior de que o objeto orwelliano *guerra é paz* esteja em pleno funcionamento discursivo em nossa sociedade tenha sido a brutal morte da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL), assassinada a tiros junto a seu motorista, Anderson Gomes.

Marielle estava em seu primeiro mandato na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, mesmo local de trabalho do filho do ex-presidente, Carlos Bolsonaro. Ela já se destacava pelo trabalho que desempenhava ao investigar comunidades que viviam sob ameaças de milícias formadas por policiais. A investigação, ainda inconclusa, aponta que esse seria o principal motivo de sua covarde execução.

Símbolo de uma genuína renovação política no Brasil, o caso Marielle ganhou muita repercussão nacional, gerando uma onda de comoção social e compadecimento de políticos das mais diferentes colorações ideológicas, à exceção dos neofascistas. Em sua homenagem, foi colocada uma placa com os dizeres “Rua Marielle Franco” na Praça da Cinelândia, onde fica a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, espaço político que Marielle havia conquistado pouco antes de sua morte.

Rua Marielle Franco

(1979-2018) Vereadora, defensora dos Direitos Humanos e das minorias, covardemente assassinada no dia 14 de março de 2018.

307

20260-080 Estácio

FIGURA 42 – Placa em homenagem à memória de Marielle Franco. Fonte: *site Rua Marielle Franco*.

A retaliação neofascista se deu na tentativa de tornar a memória de Marielle Franco manchada por meio de *fake news* que inventavam deliberadas mentiras a respeito da vereadora, como que para lhe macular a imagem e desmobilizar o trabalho social que desenvolvia e o posicionamento político de mulher negra, LGBT e favelada que ocupava no mundo. A mais frequente *fake news*, que certamente usava o formato de *meme* na sua comunicação, mas que aqui não reproduziremos em respeito à memória de Marielle Franco, colocava-a como aliada ao tráfico de drogas.

O maior insulto à Marielle ainda iria acontecer, vindo, evidentemente, da base bolsonarista – e este gesto precisa ser documentado e aqui reproduzido, ainda que com grande pesar. Uma tese que se dedique à análise do discurso neofascista infelizmente precisa se debruçar sobre determinados momentos que se tornam acontecimentos discursivos, a fim, também, de se registrar o *modus operandi* dessa política em sua sanha de travar uma guerra do “nós” contra “eles”, uma atitude cruel tornada mero *espetáculo*.

Em um comício que reunia candidatos a deputados e a governador no Rio de Janeiro no pleito que elegeu Bolsonaro em 2018, a placa em homenagem à Marielle foi destruída por homens que sorriam em cinismo para o público e para as *selfies* e *lives* que faziam nas redes sociais. A personalidade autoritária destes homens, que trajavam camisetas que traziam mensagens de apoio ao candidato a presidente ou com sua imagem estampada, demandava, num momento de luta política, a exibição de um *troféu de guerra*: a placa destruída; a memória intentada de se apagar.

FIGURA 43 – O infame episódio de destruição da placa de Marielle Franco pelos candidatos a deputados Daniel Silvera e Rodrigo Amorim e o ex-governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. Fonte: *Carta Capital*.



Perguntado sobre o incidente, o filho “Zero-Dois” de Jair Bolsonaro, Flávio, respondeu que os homens “nada mais fizeram do que restaurar a ordem”, já que “eles só tiraram a placa que estava lá ilegalmente” (MAIA, 2018). Este duplipensamento, de conciliar um ato de violência simbólica com um ato de restaurar a ordem –logo, de paz-, não difere do que identificamos antes, em nota de rodapé, aqui neste trabalho: a atuação do BOPE que, em 12 de maio de 2022, *destruiu* um memorial em homenagem aos 28 mortos da maior chacina policial da história do Rio de Janeiro. A alegação oficial da corporação para a violência simbólica que perpetraram: a homenagem era “ilegal”.

A rede de filiação de sentidos dos destruidores da memória de Marielle, do filho do ex-presidente e do BOPE em sua ação é uma sua: a de destruir para manter a ordem. A de que *guerra é paz*.

5.3.2 *Liberdade é escravidão*

Para que se situe este *slogan* orwelliano na perspectiva analítica do discurso neofascista brasileiro, observe-se a sequência discursiva abaixo:

SD 9 – *O trabalhador vai ter que decidir um dia: menos direitos e empregos ou todos os direitos e desemprego.*

A SD que abre este subtópico foram proferidas em entrevista à jornalista Leda Nagle em abril de 2019, por meio das redes sociais. Fica patente, assim, que o ex-presidente brasileiro demarcava sua posição de classe, qual seja, a da classe dominante, alinhado, portanto, à *formação ideológica do capital* (AMARAL, 2007). Para isto, dirige-se às/aos trabalhadoras/es de forma direta (“o trabalhador vai ter que decidir um dia”), dando-lhes um ultimato: “menos direito e emprego ou todos os direitos e desemprego”. Esta sequência discursiva carrega uma longa trajetória de sentidos que tem como objetivo último a precarização do trabalho.

A “flexibilização”, ou melhor, a desvinculação de garantias trabalhistas que se ainda se implementa no Brasil hodierno é sustentada pela ideologia neoliberal, a qual privilegia o individualismo, o empreendedorismo, a competição, a pulverização das relações sociais no labor e, consequentemente, a falta de solidariedade entre as/os trabalhadoras/es, já que, dispersas/os umas/uns dos/as outros/as em seus serviços, são encorajadas/os a competir com seus pares. De acordo com este ideário, ao Estado cabe um papel menor, de mero gerenciamento da burocracia administrativa, delegando ao

mercado e ao livre capital as funções que lhe competiria, reforçando o patrimonialismo e privatizando setores-chave de desenvolvimento estatal, como a educação, a saúde, a segurança pública, os investimentos em infraestrutura e as políticas de geração de empregos. Esta ideologia se tornou mais expressiva no cenário brasileiro a partir do golpe-*impeachment* de 2016, aprofundando-se a partir deste período e sendo continuado com o governo de Jair Bolsonaro, que também realizou mudanças na Previdência Social, aumentando o tempo de contribuição da/o trabalhador/a para que possa se aposentar.

A partir da sequência discursiva posta em evidência, percebe-se o caráter classista da sociedade brasileira, que escolheu como presidente alguém que não atende as necessidades das/os trabalhadoras/es, delegando-lhes a responsabilidade de ser suas/seus próprias/os provedoras/es, ainda que as condições macroeconômicas não lhes sejam favoráveis. Com a conjunção alternativa “ou”, cabe à/ao trabalhador/a “escolher” se deseja ser explorada/o, sem direitos, para que tenha um “emprego” que lhe gere seu mínimo sustento.

Aqui, observa-se um dos mandamentos de funcionamento do fascismo: o *Arbeit macht frei* (STANLEY, 2020), ou “o trabalho vos libertará”. A ideia por trás desse princípio fascista é a de que os grupos dominados são naturalmente preguiçosos e com tendências à criminalidade, e por isso o trabalho os “libertará” desses “vícios inerentes”. O Estado não pode ser solidário a esse grupo necessitado porque só alimentará ainda mais sua “preguiça” e suas “inclinações ao crime”. Sob o ponto de vista do “nós” que compõe o grupo fascista, somente trabalhando bastante e à exaustão é que “eles” encontrariam a libertação desse pecado original que já carregam. Isso tem contornos profundamente racistas no Brasil, um país que manteve cativa a sua população por mais de 300 anos sob o jugo da escravidão.

O discurso feito por Bolsonaro em 21 de outubro 2018, aludido no subitem anterior, traz elementos que reforçam o caráter fascista do *Arbeit macht frei*, agora parafraseado no lema *liberdade é escravidão*: “Vocês não terão mais vez em nossa pátria, porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. [...] Vagabundos. Vai ter que trabalhar” (BOLSONARO *apud* PIOVEZANI, 2020, p. 196).

O discurso de Bolsonaro tem respaldo social. Também em *memes* de internet essa lógica de que o trabalho é algo que precisa ser forçado a “vagabundos” se replica. Tome-se o exemplo da charge feita por Ivan Cabral em 2016 para o *Novo Jornal* (Natal, RN), reproduzida na figura 44a, para representar os protestos pró-golpe-*impeachment* de 2016.

Um livro de História é lançado em meio às/aos manifestantes, que correm em desespero. A charge indica, assim, uma crítica a um erro histórico que as elites brasileiras estariam novamente cometendo, num aceno ao golpe de 1964 sendo repetido em 2016. No entanto, passados alguns anos, essa charge é reelaborada e passa a enquadrar quadros meméticos, como pode ser visto na figura 44b.

FIGURA 44a – Charge “lançamento de livro de História em meio ao protesto”. Fonte: Ivan Duque (acervo pessoal de seu site).



FIGURA 44b – Meme de discussão pública “lançamento de carteira de trabalho em meio a protesto do PT”. Fonte: Facebook Sou mulher sou Bolsonaro.



O *meme* tem a característica de, enquanto gênero discursivo, apropriar-se de traços de outros gêneros, como a charge, e de ser reeditado, ressignificado, passando por muitas mãos e carregando distintas intertextualidades. Observe-se que, mais do que as paletas de cores que são modificadas entre a charge e o *meme*, os símbolos são trocados: o livro de História se torna uma carteira de trabalho, que afugenta a multidão trajada de vermelho, afastando-se do trabalho que Bolsonaro, num avião militar, distribui-atira, estando acima de todos.

O efeito de deboche é reforçado com o personagem Muttley, do desenho animado “Corrida Maluca”. No fundo de cena, este cão aparece afastado dos “petistas”, sorrindo. Resta lembrar que esta personagem tinha como marca, além de sua risada fanática, ser obcecado por dinheiro e ser o aliado da personagem intitulada Dick Vigarista, que, como o próprio nome indica, usava-se de ardis escusos para vencer a corrida. Parece que, ao(s) sujeito(s)-criador(es) do *meme* pró-Bolsonaro, essas informações escapam – ou a sua

filiação à *formação ideológica do capital* e inscrição na *formação discursiva bolsonarista* fazem com que, pelos processos de esquecimento descritos por Pêcheux (2014), tal atitude seja naturalizada.

Este *meme*, publicado na expectativa de criação de empregos na campanha de Bolsonaro em 2018, demonstra a máxima de que “nós” gostamos de trabalho, enquanto “eles”, não; “nós” não fugimos do trabalho, já “eles”, sim. É por isso que os sentidos de “Vagabundos. Vai ter de trabalhar” encontram respaldo social, porque a *novilíngua* fascista entende que “eles”, inerentemente preguiçosos, precisam ser forçados ao trabalho e, assim, alcançar a liberdade que “nós” já desfrutamos.

No engendramento de sentidos de “menos direitos e mais empregos”, que se encontra com o “Vagabundos. Vai ter de trabalhar”, há uma lógica tácita no funcionamento deste discurso: *com menos direitos para a/o trabalhador/a, geram-se mais empregos e quem reclamar é vagabunda/o*, que se encerra com a intimação: *vai ter de trabalhar*. Não se diz, no entanto, que as/os trabalhadoras/es já laboram em demasia; que já são exploradas/os pela ordem capitalista; que possuem poucos direitos e que estão sendo ainda mais subtraídas/os do pouco que têm.

Destarte, depreende-se que, na semântica neofascista, a condição para ser “livre” é a de perder seus direitos trabalhistas, trabalhando como se escrava/o fosse – o que representa o fato de *não ser livre*. Como posto por Orwell (2009): *liberdade é escravidão*.

5.3.3 Ignorância é força

Os livros, símbolos de estudos, conhecimento e sabedoria, são tidos, pela novilíngua neofascista, como complexos, pois “têm muita coisa escrita” e “poucas imagens os ilustram”. Esta é a suposta crítica que o não reeleito faz ao falar sobre livros didáticos no país:

SD 10 – *Os livros hoje em dia, como regra, é um montão, um amontoado... Muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo.*

A crítica do ex-presidente é “fundamentada” se pensarmos que, *na sociedade do espetáculo*, o amontado de imagens é o que reina soberano. “Muita coisa escrita” demanda disposição, tempo, trabalho de decodificação e interpretação – reflexão. Nada disso importa a quem deseja manter as pessoas ignorantes para serem mais bem exploradas, seja no campo do trabalho, seja no entendimento da luta política.

Uma *sociedade do espetáculo*, alienada e ignorante das reais forças sociais que a estrutura – a saber, a força do capital e a do trabalho –, é interessante para projetos fascistas de poder. Primeiramente, as massas, “entupidas” de *imagens* e mitos, muitos dos quais carregados em *memes*, fazem uma leitura que as levam a uma compreensão distorcida do real. Neste processo, revoltam-se, mas não se unificam; estão desmobilizadas, difusas, atacam (e acatam) uma pauta após a outra. *Não há organização, mas mera agitação*. Veja-se o exemplo do que aconteceu com o Brasil, imerso nas redes sociais e nas novas formas de protestar, desde junho de 2013. De lá para cá, o país pariu um golpe e um projeto fascista de poder encabeçado por Jair Bolsonaro.

Em segunda instância, essa desmobilização precisa ser ela mesma revertida, tornada *imagem* e ser traduzida, agora, como *nova* mobilização: de apoio ao ex-presidente, à sua base, às suas *lives*, aos seus *memes*. Curtidas, *views*, *retweets*, *posts*, milhões de seguidores, centenas de páginas e blogs e “mídias independentes” e paralelas; milícias digitais. Tudo é mobilização, mas mobilização guiada, ditada, não espontânea. E isso só se dá porque há uma captura da consciência dos sujeitos, que ignoram o que lhes acontece quando se entregam numa pretensa mobilização que os mantém animados.

Ora, as redes sociais tornaram o processo mais célere, mas a fascistização da sociedade brasileira não aconteceu somente por conta delas. No Brasil, “práticas e discursos já antigos construíram a normatização do sofrimento e da morte dos sujeitos da parte de baixo da sociedade brasileira” (PIOVEZANI, 2020, p. 242); nossa história de autoritarismo e genocídio perpetrado contra negros e indígenas é prova disso, e se continua até hoje contra os empobrecidos e marginalizados.

É imperioso reconhecer que o discurso neofascista, usando-se das plataformas tecnológicas e das possibilidades de difusão de sua mensagem, vem insidiosamente adentrando o imaginário popular brasileiro como um projeto de Estado. Há um processo, ainda contido, de fascistização da sociedade, e ele acontece tanto mais rápido quando as massas, tornadas meras espectadoras de *imagens*, começam a se engajar nos acontecimentos políticos sem os compreender, sendo interpeladas a se posicionarem como sujeitos por meio da intensa agitação política. Tudo isso acontece ante o celular, na passiva atitude de receber *espetáculos*, *memes*, *fake news*, todos lhes demandando um posicionamento que, ao ser tomado, criam no sujeito a perversa ilusão de que, por regular alguns comandos (*responder*, *comentar*, *encaminhar*, *curtir*, *reagir*, *repostar*, *retuitar*), ele também faz parte e controla os acontecimentos que são cuidadosamente pensados para nele chegar, na “engenharia do caos” que prevê conteúdos que possam lhe afetar e, assim,

gerar uma resposta, uma repercussão que sirva de replicadora de um dado discurso para outras/os usuárias/os (EMPOLI, 2020).

Qual a melhor maneira de engajar as pessoas em torno de uma temática senão pelas *imagens*, pelo *meme*, de fácil leitura e apreensão, sem um “amontoado de coisas escritas” a dificultar a compreensão e a causar o incômodo da reflexão e do exercício da paciência? E qual outra forma de agitar politicamente um país senão pela polêmica, pelos arroubos, pelo *espetáculo* que se forma em torno do atentado que se sofre, da remissão de absolutamente tudo à violência e que, exatamente porque é e soa tão grotesco, captura-nos, agita-nos, faz-nos necessariamente ter de assumir uma posição?

Ignorantes das condições que as oprime, as massas mostram-se mais vulneráveis para serem manipuladas. E, por *estarem* ignorantes, buscam soluções fáceis que lhes sejam oferecidas; confiam em mitos, porque não foram ensinadas a ter a ciência de que a luta política é um instrumento de transformação de sua existência. Creem no *meme* e creem no mito, porque estão acostumadas, ignorantes que estão, a não refletir, a apenas absorver os conteúdos-*espetáculos* que se lhes apresentam.

Certamente a ignorância, esta negação ao pensamento, *o medo de pensar o pensamento*, o prazer pela repetição da repetição e, por fim, a recusa a qualquer autenticidade, está em todos os lugares e em todos os tempos históricos – ela é a “grande caverna do mal”, como observada por Victor Hugo (2020) em “Os Miseráveis”. Mas quando a força da ignorância se encontra com a força do capital, o rebento que resulta desse cruzamento se chama fascismo, e ele se alimenta de mais ignorância – inclusive aquela que afasta as pessoas do despertar de sua consciência de classe –, para se firmar como um sistema estatal em que o capital decide quem pode viver e quem deve morrer.

A ignorância fascista, especialmente a de nosso tempo, mostra-se seletiva. O *duplipensamento* em “ignorância é força” requer aquilo a que Horkheimer (*apud* ADORNO, 2019) aludiu: o funcionamento simultâneo de irracionalidade e racionalidade. No discurso neofascista brasileiro, por exemplo, a irracionalidade se observa quando se defendem medidas anti-científicas de embate ao coronavírus; no bojo desse mesmo pensamento, opera uma certa racionalidade capitalista, a de que a economia precisa da força de trabalho de homens e mulheres para se realizar. No entanto, eis o aspecto irracionalmente destrutivo do fascismo, capaz até mesmo de destruir o curso do capitalismo que o propiciou: como haverá força de trabalho se toda ela é acometida por uma doença e desaparece? É nessa medida que o fascismo é assentado em ignorância, pois até mesmo o polo consciente-racional do *duplipensar*, que acomoda o paradoxo

irracionalidade-razionalidade, é perturbado de forma tal que faz com que o aspecto irracional se sobrepuje à mais austera racionalidade, essencial para a própria reprodutibilidade social do capitalismo.

Desagregadas, voltadas a si mesmas, *ignorantes*, as massas se tornam mais vulneráveis para serem manipuladas e cooptadas pelo fascismo. Afinal, como são numerosas, elas se mostram como uma *força* a ser manipulada ideologicamente, já que sua consciência de classe, obstaculizada de ser percebida, é sitiada e ocupada pela ideologia fascista, que as interpela através de seu discurso, hoje eminentemente irrompendo no meio digital, sendo o *meme* um dos gêneros que possibilitam o trânsito deste discurso. O fascismo eterno (ECO, 2019) está sempre à espreita e à espera, bastando-lhe o reinado da ignorância para que vingue politicamente.

O que acontece com o Brasil em 2018 é prova de que *ignorância é força*: este princípio da *novilíngua* fascista se impôs na guerra travada contra governos moderadamente progressistas e contra a ciência que intentava salvar vidas durante uma pandemia global; é a ignorância que mantém trabalhadoras/es reféns de um projeto governamental que as/os percebe como meros corpos a serem espoliados no trabalho, como objetos em que se depositam comunicados e que, tornados ignorantes, não se lhes são oferecidas as condições para que possam formular, ainda que empiricamente, a crítica ao capitalismo que nos organiza e nos explora; é a ignorância, enfim, que se impõe como uma força a nos quebrar socialmente, a romper os nossos laços sociais e a fazer com que a manifestação política seja tornada agitação pura e simples; que a vivência democrática seja suprimida em favor de um projeto de governo que, não fossem as estruturas institucionais que ainda resistem, já estaria “matando uns trinta mil”, dentre os quais “alguns inocentes, fazer o quê”. *Ignorância é força*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um espectro ronda o Brasil – o espectro da esperança.

Com a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022, o Brasil parece haver se reencontrado com os sentidos de democracia que havia deixado de ser lugar de institucionalidade desde 2016. Muita dor foi necessária para que a caminhada chegasse até aqui, nesse lugar de esperança e alegria, como dito por Paulo Freire (2021).

Esperançar. É o que precisamos quando vemos que o país foi institucionalmente ocupado pelos que proferem o discurso neofascista, que foi tomando a forma do discurso estatal. O lugar do Estado passava a operar sentidos que, interpelando sujeitos, acelerava o processo de fascistização de nossa sociedade, que apontamos estar ocorrendo no Brasil.

Analisamos que o neofascismo brasileiro se assenta numa fase aguda do capitalismo no país, já com uma sociedade de consumo dirigido de massas (KONDER, 2009) bem assentada e uma pequeno-burguesia consolidada. Tanto isso parece ser verdade que a principal crítica que se tecia a Lula e ao PT, em disputa com o discurso neofascista, deu-se num contexto em que o *material* importava mais que outros supostos defeitos. Chamá-los de “ladrão” e de “quadrilha”, por exemplo, eram formas de crítica que reforçavam senão o caráter privado do capital, a despeito das melhorias sociais amplamente realizadas nos governos petistas. Eram xingamentos violentos e que engendravam sentidos fortemente compartilhados, infelizmente muito mais ressoantes do que “genocida”, “homofóbico”, “misógino” etc. que se tecia à contraparte neofascista.

Isso se dá porque, a despeito de valores humanísticos, os sentidos do discurso neofascista se oriundam de uma sociedade assentada no capital; ecoam com mais força, pois, já que o capital e a propriedade privada, supostamente “roubados” pelos “ladrões”, toca a todas e todos de alguma maneira, uma vez que o modo de produção capitalista nos organiza e ele nos é inescapável. As chamadas “pautas identitárias”, que nada mais tratam da dignidade humana de grupos sempre-já marginilizados e minoritários, ora, eram vistas como “mais ideológicas”, mais dispersas, menos tangíveis – como coisa de “esquerdista” que, “ainda por cima”, era “ladrão”!

Contraditoriamente, entendemos que, por conta da própria primazia do capital sobre o humano é que Luiz Inácio Lula da Silva ganhou o pleito de 2022. Porque o Brasil tem uma desigualdade social enorme; porque 700.000 filhas e filhos desse país, abandonadas e abandonados pelo Estado bolsonarista, morreram de uma doença cuja prevenção e cura eram cientificamente conhecidas; porque as massas miseráveis,

espoliadas e esfomeadas, que mais perderam com a nefasta experiência recente de aprofundamento neoliberal, perceberam que suas vidas materiais eram melhores à época de governos socialmente comprometidos. A pauta moral e ideológica, uma bandeira cara à *formação discursiva bolsonarista*, como apontamos, parece ter funcionado menos, dessa maneira, frente à carência material imediata deste Brasil doente, faminto e desamparado.

Um Brasil, salientamos, que no desamparo se abraçou ao neopentecostalismo evangélico: é preciso olhar para este fato, compreender e acolher este novo país, que se organiza sob princípios distintos dos que vinha nos organizando ao longo dos séculos da fé cristã católica dominante. Se não o fizermos, há quem o faça. Já o fizeram para fins espúrios e, também por conta disso, alicerçaram-se tão profundamente nas redes de sentidos coletivamente compartilhadas entre as brasileiras e os brasileiros.

É preciso, ademais, encarar a *sociedade do espetáculo*; compreendê-la, fazer o bom espetáculo. Viver de realidade dói. É por isso que a humanidade criou a arte e a literatura – para escaparmos da realidade que nos esmaga, para deixar a realidade repleta de “língua carregada de significado” (POUND, 2006). O *espetáculo* de Debord (1997) não precisa ser o reinante; e, se ainda assim o for, que saibamos usá-lo a nosso favor, com esperança, com alegria – com leveza e com humor.

Como se viu ao longo da pesquisa, o *meme*, que tem este potencial de ludicidade, surge como veículo de preferência do discurso neofascista. Mas também vimos exemplos de como subvertê-lo a favor de um projeto antifascista de sociedade. O caráter do discurso lúdico nele impresso não se deve perder do horizonte – o humor tem uma função social importantíssima para se enfrentar os desafios cotidianos, muitos dos quais, senão todos, impostos pelo capitalismo operante em todas as esferas da vida.

É por isso que teses como essa são importantes: para compreender o fascismo a partir de um viés acadêmico: como ele se manifesta, como ele se reestrutura nas bases da contemporaneidade, como usa das armas mais inusuais – um *meme*! – para se sustentar ideologicamente, o que significa se sustentar concretamente. Mais importante até que o estudo desempenhado, uma tese assim torna-se arquivo, e que fiquemos na esperança de que se transforme em documento-alerta ao fascismo eterno que Eco (2019) nos advertiu sempre existir; alerta à Sombra descrita pela genialidade de Victor Hugo (2020). Nós, os miseráveis de Hugo, devemos encarar esta Sombra e, necessariamente, combatê-la. Não nos resta outra opção na posição de classe que nos cabe nessa história.

Se iniciamos o tópico destas considerações com Paulo Freire, para quem a crença na educação é superior à força da ignorância, com ele também concluiremos nossa exposição.

A/o leitor/a deve ter percebida/o que esta tese está permeada de literatura, especialmente do tipo distópica, que em muito se assemelha à realidade sufocante e agonizante que o Brasil (sobre)viveu sob o discurso neofascista. Dela, extraiu-se a metáfora dos princípios/*slogans* de “1984”; de “Fahrenheit 451”, abstraímos um exemplo de uma sociedade apassivada pelo *espetáculo*. E é partindo desta última obra que concluiremos nosso texto sobre o discurso neofascista e sobre os sujeitos por ele interpelados, alinhados e cegos à pernósticidade de um discurso assim: “Não se pode obrigar as pessoas a escutarem. Elas precisam se aproximar, cada uma no seu momento, perguntando-se o que aconteceu e por que o mundo explodiu sob seus pés”. (BRADBURY, 2020, p. 169).

É preciso dar espaço e tempo, portanto, para as pessoas digerirem Bolsonaro e o perigo que foi tê-lo no poder. Porque acreditamos na democracia, não desejamos obrigar as pessoas a escutarem o que temos a dizer. No entanto, como pesquisadoras/es e professoras/es, temos, assim como Freire (2021) coloca, *um dever moral* de acreditar que “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”, e de que ela se dá pelo diálogo. E, por isso, filio-me aos seus dizeres, que poderiam muito bem representar o fazer da/o educador/a no Brasil hodierno:

Não posso proibir que os oprimidos com quem trabalho numa favela votem em candidatos reacionários, mas tenho o dever de adverti-los do erro que cometem, a contradição em que se emaranham. Votar no político reacionário é ajudar a preservação do *status quo*. Como posso votar, se sou progressista e coerente com minha opção, num candidato em cujo discurso, faiscante de desamor, anuncia seus projetos racistas? (FREIRE, 2021, p. 77).

O candidato a quem Freire se referia não era Jair Bolsonaro, mas a descrição lhe serve com precisão. Faiscante de desamor, este senhor, bem como seus asseclas, atravessará a história do Brasil, e até tentará seu retorno. E não lhe guardaremos mágoa: para a/o educadora/or, tudo serve de lição. Esta, uma de história, que dirá: atenção ao discurso neofascista. Ele humilha. Ele corrompe. Ele destrói. Ele mata.

Por tudo isso: ele, não!

REFERÊNCIAS

ADOLESCENTE é espancado e preso nu a poste no Flamengo, no Rio. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/adolescente-e-espancado-e-preso-nu-poste-no-flamengo-no-rio.html>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Indústria cultural**. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

ALMEIDA, João Paulo Martins de. **Democracia impedida: imprensa, memória e impeachment no Brasil**. 2021. 150p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, Maceió, AL. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/8411/1/Democracia%20impedida%3a%20imprensa%2c%20mem%c3%b3ria%20e%20impeachment%20no%20Brasil>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

_____. “Menos direitos e empregos ou todos os direitos e desemprego”: a “uberização” do trabalho no Brasil no discurso presidencial. **Entremeios**, v. 23, p. 76-98, edição especial 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol23pagina76a98>.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 105-142.

ALTINO, Lucas. **Desmatamento aumenta 20% e nos três primeiros anos da gestão Bolsonaro o Brasil perdeu uma área do tamanho do Rio**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/07/desmatamento-aumenta-20percent-e-nos-tres-primeiros-anos-da-gestao-bolsonaro-o-brasil-perdeu-uma-area-do-tamanho-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e Relações de Trabalho**. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

_____. **O avesso do discurso: análise de práticas discursivas no campo do trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. O marxismo inconcluso da Análise do Discurso: um legado de Michel Pêcheux. **Signo y Señal**, número 24, diciembre de 2013, pp. 105-121 Facultad de Filosofía y Letras (UBA).

ARISTÓTELES. **Poética**. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2008.

_____. **Política**. Lisboa: Vega Universidade, 1998.

ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2019.

ANDRADE, Hanrikson de. **Bolsonaro comenta mortes no Alemão**: “Você se solidariza com essas pessoas”. UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/22/bolsonaro-diz-lamentar- apenas-morte-de-pm-em-operacao-no-rio-meu-irmao.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

ANDRADE, Oswald. Pronominais. In: **Obras completas**, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

ATLAS da violência. Taxa homicídios Ipea. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BALLOUSSIER, A. V. Evangélicos podem desbancar católicos no Brasil em pouco mais de uma década. **Folha de São Paulo**, 14 de jan., 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/evangelicos-podem-desbancar-catolicos-no-brasil-em-pouco-mais-de-uma-decada.shtml?origin=uol>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Bolsonaro: Beneficiários do Bolsa Família 'não sabem fazer quase nada'. **UOL**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/28/bolsonaro-beneficiarios-bolsa-familia.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BOLSONARO, Jair M. Manifestações de junho de 2013. S.l., 21 ju. 2013. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/348118418345562112>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BOLSONARO memes Brasil. Página de Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bmbmemes/>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BOLSONARO mito. Página de Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bolsonaromito22/>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BOLSONARO opressor mil grau. Página de Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/BolsonaroOpressorMILGRAU/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**: a temperatura em que o papel do livro pega fogo e queima... . 4. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2021.

BRASIL, IBGE. **Brasil em síntese**, 2015. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao.html>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

_____. IBGE. Em 2007, PIB atinge R\$ 2,7 trilhões e cresce 6,1%. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1487&t=2007-pib-atinge-r-2-7-trilhoes-cresce-6-1&view=noticia>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A redação no Enem 2022: cartilha do participante. Brasília, 2022.

BRASIL sem fome. Pesquisa 2022, Rede Penssan, página principal. Disponível em: <<https://www.brasilsemfome.org.br/>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. **Séries históricas PIB a preços de mercado**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

_____. TSE. **Resultados das eleições de 2014**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BREXIT. Direção: Toby Haynes. Produção: BBC Studios, Channel 4, House Production. Reino Unido: Baffin Media, 2019. 1 DVD.

CABRAL, Ivan. **Como acabar com um protesto**. Disponível em: <<http://www.ivancabral.com/2016/03/charge-do-dia-como-acabar-com-um.html?spref=pi>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CAMILLO, Mateus. **Capa de jornal de 1937 em que Mussolini falava em armar a Itália é lembrada nas redes**. Disponível em:

<<https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2020/05/25/capa-de-jornal-de-1937-em-que-mussolini-falava-em-armar-a-italia-e-relembada-nas-redes/>>. Acesso em: 08 ago. 2022.

CAMPANERUT, C. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. **UOL**, 19 de mar. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. Avaliação negativa de Dilma vai a 49% e supera positiva, diz CNI/Ibope. **UOL**, 25 de jul. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/07/25/dilma-pesquisa-cniibope.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CANCIA, Renato. **Estado do bem-estar social**: história e crise do welfare state. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CAVALCANTI, Cristiane Renata da Silva; AZEVEDO, Nadia Pereira Gonçalves de. O movimento parafrástico de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” X “Deutschland Über Alles”. **Policromias** – Revista do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 51-64, jan.-abr. 2022.

CAVICCHIOLI, Giorgia. “Fui testemunha viva da brutalidade do Ustra”, diz vereador torturado na Ditadura. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/fui-testemunha-viva-da-brutalidade-do-ustra-diz-vereador-torturado-na-ditadura-29062022>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

CHACINA da Candelária. **Memória Globo**. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/chacina-na-candelaria/noticia/chacina-na-candelaria.ghtml>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

CHAGAS, Viktor. Da memética aos estudos sobre memes. In: **A cultura dos memes**: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital. Salvador: EDUFBA, 2020a.

CHAGAS, Viktor. A febre dos memes de política. In: **A cultura dos memes**: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital. Salvador: EDUFBA, 2020b.

CNN Política. **Bolsonaro**: “Não é apenas questão de vida, mas também de economia”. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-nao-e-apenas-questao-de-vida-mas-de-economia-tambem/>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

CONIB repudia o uso, pela Secretaria de Comunicação do governo federal, da mensagem “o trabalho liberta”. Disponível em: <<https://www.conib.org.br/conib-repudia-o-uso-pela-secretaria-de-comunicacao-do-governo-federal-da-mensagem-o-trabalho-liberta/>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

COSTA, Rafael. **Chacina na Penha deixa 25 mortos e 6 pessoas feridas; entidades criticam ações policiais nas favelas**. Disponível em: <<https://www.vozdascomunidades.com.br/casos-de-policia/chacina-na-penha-deixa-25-mortos-e-7-pessoas-feridas-entidades-criticam-acoes-policiais-nas-favelas/>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In : GREGOLIN, M. R. (org). **Discurso e Mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-33.

_____. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, 2016.

_____. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. À propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, n. 62, p. 9-128, 1981 [Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Superv. trad. P. C. R. Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CRISE financeira de 2008. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DALLAGNOL, Deltan. Lava Jato e jejum. S.l., 01 abr. 2018. Twitter: @deltanmd. Disponível em: <<https://twitter.com/deltanmd/status/980466973917237250>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

DAMASCENO, Natália Abreu. ‘Tem que mudar tudo isso que tá aí, tá ok?’. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/tem-que-mudar-tudo-isso-que-ta-ai-ta-ok/>> Acesso em: 01 jul. 2022.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Aplicação do castigo do açoite**. Aquarela. Disponível em: <<http://museuscastromaya.com.br/brasilliana/>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Salário-mínimo. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

_____. Textualidades seriadas: entre a repetição, a regularização e o deslocamento, o caso dos memes. **RASAL Lingüística**, [S. l.], p. 55–74, 2019. Disponível em: <<https://rasal.sael.org.ar/index.php/rs/article/view/42>>. Acesso em: 09 jul. 2023.

DICIONÁRIO FGV CPDOC. **Cândido Mota Filho**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mota-filho-candido>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

_____. **Gustavo Dodt Barroso**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-dodt-barroso>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

_____. **Miguel Reale**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reale-miguel>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. **Meme**. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#1>. Acesso em: 01 jul. 2022.

DICIONÁRIO Michaelis da Língua Portuguesa. **Schutzstaffel**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/schutzstaffel/nazismo>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

DILMA é hostilizada pela torcida quatro vezes na estreia da Copa. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/06/1469313-blatter-e-dilma-sao-hostilizados-dentro-do-itaquerao.shtml>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

DILMA Rousseff fala sobre os horrores da ditadura. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=FupRtchCB1A>>. Acesso em 18 abr. 2022.

EINSATZGRUPPEN. Enciclopédia do holocausto. Disponível em:
<<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/einsatzgruppen>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ELEIÇÕES 2022: 'Vice não pode ser pessoa que conspire contra você', diz Bolsonaro. **A Cidade On Campinas**. Disponível em:
<<https://www.acidadeon.com/campinas/politica/NOT,0,0,1788204,Eleicoes-2022-Vice-nao-pode-ser-pessoa-que-conspire-contra-voce-diz-Bolsonaro.aspx>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

ENQUETE faz Datena mudar de ideia sobre protestos em São Paulo. **Yahoo Notícias**. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/enquete-faz-datena-mudar-de-ideia-sobre-protestos-de-s%C3%A3o-paulo-235236524.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAADg4Q6zasz8GuDpI3ce1i3ZVPZmTi4EK3fp61gd6tuCKgtlnlsdg-XtjuCanRD4Ij1qA-VHdBslkq-vKlZ5B8FAPs9_4JnSGkUrVxRo9FOIMJTUqoxhK6A6Nz1I4aSjHzOtJp9V5IwS-rcm4uMBFfn6xWnw95pp6kFZcdFc43xd>. Acesso em: 01 ago. 2022.

FAUSTINO, Marco. É falso que Bolsonaro recebe R\$ 68 mil mensais de aposentadoria. **Aos fatos**. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-bolsonaro-recebe-r-68-mil-aposentadoria/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FELTRIN, Camilla. O trampo dos cartunistas está sendo vandalizado por grupos anti e pró-governo. **Vice**. Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/xyq3yw/o-trampo-dos-cartunistas-esta-sendo-vandalizado-por-grupos-anti-e-pro-governo>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FERNANDES, Marcos Lúcio. “Bolsonaro é incapaz de construir discurso coerente”: especialistas franceses analisam linguagem do presidente. **RFI**. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20190815-bolsonaro-incapaz-construir-discurso-coerente-especialistas-franceses-analisam?ref=tw_i>. Acesso em: 28 abr. 2023.

FILHO, Kleber Mendonça. TIRO de 12 no coração de um Brasil Atônito. In: **Jornal do Commercio**, edição de 11 de outubro de 2007. Arquivo Público de Pernambuco.

FILIPE Barros. Página de Facebook. Disponível em:
<<https://m.facebook.com/filipebarrosocial/photos/a.246953735687269/1572444109804885/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

FLORENCIO, A. M. G. et al. **Análise do Discurso**: fundamentos e práticas. Reimpressão da 1ª edição. Maceió: EDUFAL, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020a.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020b.

GABRIEL, R. de S. Deltan diz que fará jejum durante julgamento de HC de Lula. **O Globo**, 2 de abr., 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/deltan-diz-que-fara-jejum-durante-julgamento-de-hc-de-lula-22548453>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani... [et al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GADET, Françoise ; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

GOMIDE, Rafael. **Tropa de elite do Rio mata 5 pessoas a cada 6 que prende**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1011200729.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

GUARDIÕES DA GALÁXIA. Direção: James Gunn. Produção: Marvel Studios. Estados Unidos: Marvel/Walt Disney Studios Motion Pictures, 2014.

GUILHAUMOU, Jacques. **La langue politique et la révolution française**: de l'événement à la raison linguistique. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.

HANAUER, Jeane. Teologia da libertação: um acontecimento discursivo. **Cad.Est.Ling.**, 48, Campinas, p.161-169, 2006.

HOFSTADTER, Douglas. **Metamagical themas**: questing for the essence of mind and pattern. Hachette: Basic Books, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLOCAUST Encyclopedia. 1937: Key dates. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/1937-key-dates>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. 1. v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

INDURSKY, F. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (org.). **Análise do Discurso e sua história**: avanços e perspectivas. Campinas: Pontes, 2016, p. 65 – 87.

KNOW your meme. **Turn down for what**. Disponível em: <<https://knowyourmeme.com/memes/dancing-baby>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

_____. **Turn down for what**. Disponível em: <<https://knowyourmeme.com/memes/turn-down-for-what>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

LEAL-TOLEDO, Gustavo. **Os memes e a memética**: o uso de modelos biológicos na cultura. São Paulo: FiloCzar, 2017.

LEOCÁDIO, Rodrigo. O que é GIF?: definição e principais características deste formato de imagem. Disponível em: <<https://www.futuraexpress.com.br/blog/o-que-e-gif/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

LINKEDIN. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LIPPELT, Vanessa. Bolsonaro trabalhou, em média, menos de cinco horas por dia. **Congresso em Foco**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-trabalhou-em-media-48-horas-por-dia/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

LISBOA, Alveni. **Qual foi a primeira rede social da história?** Disponível em: <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/qual-foi-a-primeira-rede-social-da-historia-205714/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LOPES, Léo; FIGUEIREDO, Carolina; CARVALHO, Bruna. **Polícia destrói memorial feito para vítimas de operação que matou 28 pessoas no Rio.** CNN. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-destroi-memorial-feito-para-vitimas-de-operacao-que-matou-28-pessoas-no-rio/>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, A. & et al. (Org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LYNCH, Christian. Definição de bolsonarismo. S.l., 20 jun. 2021. Twitter: @CECLynch. Disponível em: <<https://twitter.com/CECLynch>>. Acesso 20 jul. 2022.

LULA se entrega à PF e é preso para cumprir pena por corrupção e lavagem de dinheiro. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.ghml>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

LUNARDI, Gabriela Monteiro; BURGESS, Jean. “É zoeira”: as dinâmicas culturais do humor brasileiro na internet. In: **A cultura dos memes**: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital. Salvador: EDUFBA, 2020.

MADONNA adere a movimento contra Bolsonaro: “Ele não vai nos calar”. Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/madonna-adere-a-movimento-contrabolsonaro-ele-nao-vai-nos-calar/>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

MADONNA. #EleNão. S.l., 28 set. 2018. Instagram: @madonna. Disponível em: <<https://www.instagram.com/madonna/?hl=en>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

MAGRITTE, René. **La trahison des images** (ceci n’est pas une pipe). Disponível em: <<https://collections.lacma.org/node/239578>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MAIA, Gustavo. Placa de Marielle foi quebrada para restaurar a ordem, diz Flávio Bolsonaro. **UOL**. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/04/placa-de-marielle-foi-quebrada-para-restaurar-a-ordem-diz-flavio-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do Ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz, Fabiano Comesu e Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

MAIORES bilheterias na história do Brasil. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2021/11/as-maiores-bilheterias-do-cinema-brasileiro/>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSE, Herbert. Prólogo de “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”. In: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARINI, Eduardo. **Le Cocq gerou o Esquadrão da Morte e 'parcerias' com os bicheiros do Rio**. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/le-cocq-gerou-o-esquadrao-da-morte-e-parcerias-com-os-bicheiros-do-rio-29062022>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDES, Sandy. “Bolsa-farelo” e “voto de cabresto”: as contradições de Bolsonaro sobre o Bolsa Família. Disponível em:

<<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsa-farelo-e-voto-de-cabresto-as-contradicoes-de-bolsonaro-sobre-o-bolsa-familia/>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

MESTRE, Gabriela. Campanha de Bolsonaro divulga convite do lançamento de candidatura. **Poder 360**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/campanha-de-bolsonaro-divulga-convite-do-lancamento-de-candidatura/>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MORTE de Genivaldo Santos em abordagem da PRF em Sergipe: o que se sabe e o que falta esclarecer. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/05/26/homem-morto-em-abordagem-da-prf-em-sergipe-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-esclarecer.ghtml>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MOTTA, Aydano André. Pedra pra sair!: o culto ao Capitão Nascimento, de “Tropa de Elite, serve de marco zero à narrativa que decidiu a eleição no Rio e no Brasil. Disponível em: <<https://projeto colabora.com.br/artigo/pedra-pra-sair/>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MOURA, Wagner. **Tropa de Elite não é fascista**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/em-artigo-ao-globo-wagner-moura-diz-que-tropa-de-elite-nao-fascista-4152206>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

NADIR, Patrícia. **Bolsonaro tem 28,9 mi de seguidores a mais que Lula na internet**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/bolsonaro-tem-289-mi-de-seguidores-a-mais-que-lula-na-internet/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

NAZISTAS do governo não se emendam. **Jornalistas Livres**. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/nazistas-do-governo-nao-se-emendam/>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

NETO, João Francisco Tenório; ÉRICSON, Sóstenes. “Uma ponte para o futuro”: efeitos de sentido do discurso neoliberal no Brasil. **Revista da ABRALIN**, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 409-428, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1739. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1739>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-696.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NÊUMANNE, José. **Mussolini e Bolsonaro, de moto contra a lei**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/neumanne/mussolini-e-bolsonaro-de-moto-contra-a-lei/>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

NOBRE, M. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.

“O BRASIL que eu quero” termina com vídeos de 99,5% dos municípios do país. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/09/30/o-brasil-que-eu-quero-termina-com-videos-de-995-dos-municipios-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

ÔNIBUS 174. Direção: José Padilha. Produção: Zazen Produções. Brasil: Zazen Produções, 2002. 1 DVD (150 min.).

ONZE milhões de pessoas já teriam assistido a Tropa de Elite 1, confirma IBOPE. Medium. Disponível em: <<https://medium.com/@1523043417392/11-milh%C3%B5es-de-pessoas-j%C3%A1-teriam-assistido-tropa-de-elite-999aec199483>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987a.

_____. **Palavra, fé e poder**. Campinas: Pontes, 1987b.

_____. **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2020.

_____. **Discurso e leitura**. 3.ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **O que é o fascismo?** e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

OUTDOORS de apoio a Bolsonaro antecipam campanha por reeleição em 2022. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/república/outdoors-apoio-bolsonaro-reeleicao-2022/>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

OUTDOORS de apoio a Jair Bolsonaro são espalhados em Cuiabá e em municípios do interior de MT. Disponível em: <<https://odocumento.com.br/outdoors-de-apoio-a-bolsonaro-sao-espalhados-em-cuiaba-e-em-municipios-do-interior-de-mt/>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

PALÁCIO, Fábio. **Estética fascista une fantasias de Bolsonaro e Mussolini com motos**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/estetica-fascista-une-fantasias-de-bolsonaro-e-mussolini-com-motos.shtml>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PAULO Pimenta. Página de Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/deputadofederal/posts/bolsonaro-quer-acabar-com-minha-casa-e-criar-meu-aluguel-minha-vidao-governo-jai/2498304976929110/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

PARTIDO dos Trabalhadores. Nossa história. Disponível em: <<https://pt.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PEREIRA, J. Dallagnol anuncia jejum por prisão de Lula; juiz da Lava Jato, Bretas apoia: “Acompanhá-lo-ei em oração”. **Congresso em Foco**, 2 de abr., 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/dallagnol-anuncia-jejum-por-prisao-de-lula-juiz-da-lava-jato-bretas-apoia-acompanha-lo-ei-em-oracao/>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7–24, 2012 [1990]. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636823.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. *In*: F. Gadet; T. Hak (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PIMENTEL, Rodrigo. **Palestra motivacional para empresas**. Disponível em: <<https://www.palestraspimentel.com/palestra-motivacional-para-empresas/>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; Lucia Mury Scalco. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. *In*: **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. Organização Esther Solano Gallego. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

POR QUE a frase “o trabalho liberta” causa tanta indignação? History Channel. Disponível em: <<https://history.uol.com.br/historia-geral/por-que-frase-o-trabalho-liberta-causa-tanta-indignacao>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

POSSENTI, Sírio. Argumentar. *In*: **Textos dissertativo-argumentativos:** Subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

POUND, Ezra. **ABC da Literatura**. São Paulo: Cultrix, 2006.

PROJETO Comprova. É falso que Lula defendeu nazismo e fascismo em evento do PT em 2017. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2022/09/19/e-falso-que-lula-defendeu-nazismo-e-fascismo-em-evento-do-pt-em-2017.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

QUE Brasil você quer para o futuro? Saiba como enviar o seu vídeo. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/vc-no-g1/noticia/que-brasil-voce-quer-para-o-futuro-saiba-como-enviar-o-seu-video.ghml>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. A campanha presidencial do “contra tudo que está aí”. **Congresso em foco**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/a-campanha-presidencial-do-contra-tudo-que-esta-ai/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

REDE TVT. Dilma: é terrível a homenagem de Bolsonaro ao torturador Ustra. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rD19o8Eifcs>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

REICH, Wilhem. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RETRATO narrado: Em busca de Eldorado. Revista Piauí. [S.l.]: Spotify, set. 2020. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/1YZtqK4nc6ivsJHZXHtA6v>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

ROBÔS do Bolsonaro. **#MuseuDeMemes**. Disponível em: <<https://museudememes.com.br/collection/robos-do-bolsonaro>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ROSSI, Amanda; CANEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. **#EleNão**: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

RUA Marielle Franco. Disponível em: <<https://www.ruamariellefranco.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SANCHES, Mariana. **O que a Era Trump representou para os EUA e para o Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55699910>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SANTOS, W. G. dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. Edição Kindle.

SCHSSOLER, Alexandre. “Alemanha acima de tudo”, um verso e um passado sombrio. **DW Brasil**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/alemanha-acima-de-tudo-um-verso-e-um-passado-sombrio/a-46002358>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SHIFMAN, Limor. **Memes in digital culture**. Cambridge: MIT Press, 2014.

SILVA, Demétrios Wagner Cavalcanti da. **“Capitão Nascimento” e os Direitos Humanos: a construção do Ethos policial a partir de Tropa de Elite**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2019.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOARES, Lucas Altino. **Reinterpretações de Tropa de Elite: multiplicidade e mediações discursivas**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2014.

SOBRINHO, H. F. da S. Resistências ao golpe de 2016: universidade, ciência, política e ideologia. In: ABRHÃO e SOUSA et al. **Resistirmos, a que será que se destina?** São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2018.

SOU mulher sou Bolsonaro. Página de Facebook. Disponível em: <<https://m.facebook.com/SoumulhersouB17/photos/j%C3%A1-tirou-sua-carteira-de-trabalho-/283839015568524/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SOUSA, Jorge de. **Agronegócio avalia de forma positiva gestão Bolsonaro; meio ambiente é visto como oportunidade**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/agronegocio-positiva-bolsonaro-meio-ambiente-alerta/>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

_____. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre [RS]: L&PM, 2020.

STM fez vista grossa a planos terroristas de Bolsonaro nos anos 1980. **Conjur** – Consultor jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-ago-10/stm-fez-vista-grossa-planos-terroristas-bolsonaro-anos-1980>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

TONI, Carolina de. Um povo armado jamais será escravizado. Vídeo de YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cNTK8EUElcU>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

TROPA DE ELITE. Direção: José Padilha. Produção: Zazen Produções, Globo Filmes e Feijão Filmes. Brasil: Universal Pictures, 2007. 1 DVD (115 min.).

TROPA DE ELITE 2. Direção: José Padilha. Produção: Zazen Produções, Globo Filmes e Feijão Filmes. Brasil: Universal Pictures, 2010. 1 DVD (115 min.).

TROPA de Elite. “Pede pra sair”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X0ah6xYlm48>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

TV Folha. **Em dia de debate, sutileza zero nas ruas de SP**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zb9_4yRJsvY>. Acesso em: 01 jul. 2022.

UOL. **Entenda o que causou a crise financeira de 2008**. São Paulo: Grupo Folha, 2016. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/02/27/entenda-o-que-causou-a-crise-financeira-de-2008.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

USP Livre. Página de Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LivreUSP/posts/920614658137468/>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

WEISSBERG, Jay. **The Elite Squad**. Disponível em: <<https://variety.com/2008/film/markets-festivals/the-elite-squad-1200548140/>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

VARGAS, Mateus. Bolsonaro diz que livros didáticos têm “muita coisa escrita”. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/01/03/bolsonaro-diz-que-livros-didaticos-tem-muita-coisa-escrita.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VILLA-NOVA, Carolina. Zambelli transforma disputa entre Bolsonaro e Lula em luta de Jesus contra o Diabo e post vira meme. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2021/10/26/zambelli-transforma-disputa-entre->>

bolsonaro-e-lula-em-luta-de-jesus-contr-o-diabo-e-post-vira-meme/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

VENANCIO, Renato. **Ur-Fascismo**. Disponível em: <<https://hhmagazine.com.br/ur-fascismo/>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

VOLKOFF, V. A Desinformação Organiza-se. In:_____. **Pequena História da Desinformação** – do Cavalo de Tróia à Internet. pp. 66-71. Curitiba: Editora Vila do Príncipe Ltda, 2004.

XEXÉO, Artur. O chocante é a plateia. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/xexeo-sobre-tropa-de-elite-chocante-a-plateia-4152614>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

XUXA compara Bolsonaro com demônio em meme de ‘disco ao contrário’. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/10/24/xuxa-compara-bolsonaro-com-demonio-em-meme-de-disco-ao-contrario.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Argu(meme)ntando: argumentação, discurso digital e modos de dizer. In: PIRIS, Eduardo Lopes; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin de (orgs.). **Discurso e argumentação**: fotografias interdisciplinares - v.1.Coimbra: Grácio Editor, 2018. pp. 135-157.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.